



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE DOUTORADO EM ENFERMAGEM
LINHA DE PESQUISA “POLÍTICAS DE SAÚDE, GESTÃO E TRABALHO NA
ENFERMAGEM E SAÚDE”

REJANE DE FÁTIMA PARADA VIEGAS

CONTEXTO DO TRABALHO E O CUSTO HUMANO NO TRABALHO
DO POLICIAL MILITAR

RIO DE JANEIRO

2024

REJANE DE FÁTIMA PARADA VIEGAS

CONTEXTO DO TRABALHO E O CUSTO HUMANO NO TRABALHO
DO POLICIAL MILITAR

Relatório de Pesquisa de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Escola
Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Linha de Pesquisa: “Políticas de saúde, gestão e trabalho na enfermagem e saúde”

Orientadora: Profa. Dra. Sheila Nascimento Pereira de Farias

RIO DE JANEIRO

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Vc VIEGAS, REJANE DE FATIMA
O CONTEXTO DE TRABALHO E O CUSTO HUMANO NO
TRABALHO NA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR: contribuição
para gestão no trabalho / REJANE DE FATIMA VIEGAS.
- Rio de Janeiro, 2024.
220 f.

Orientador: Sheila Nascimento Pereira de Farias.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Escola de Enfermagem Anna Nery,
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, 2024.

1. Saúde do Trabalhador da Área de Segurança
Pública. 2. Aspectos Físicos e Psíquicos do Policial
Militar.. 3. Condições de Trabalho diante da
Violência Urbana. I. Nascimento Pereira de Farias,
Sheila , orient. II. Título.

Rejane de Fátima Parada Viegas

CONTEXTO DO TRABALHO E O CUSTO HUMANO NO TRABALHO
DO POLICIAL MILITAR

Relatório de Pesquisa de Doutorado
apresentado ao Programa de Pós-Graduação da
Escola Anna Nery da Universidade Federal do
Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: “ Políticas
de saúde, gestão e trabalho na enfermagem e
saúde”

APROVADA EM: 09/ 05 /2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Regina Célia Gollner Zeitoune
Escola de Enfermagem Anna Nery - UFRJ

Profa. Dra. Norma Valéria Dantas de Oliveira Souza
Faculdade de Enfermagem - UERJ

Profa. Dra. Patrícia Constantino
Departamento de estudos sobre violência e saúde/ ENSP/FIOCRUZ

Profa. Dra. Katerine Moraes dos Santos
Escola de Enfermagem Aurora Afonso Costa – UFF

Profa. Dra. Ana Inês Sousa
Escola de Enfermagem Anna Nery – UFRJ

Cada página desta tese contém uma história repleta de desafios, conquistas e fé. Quero expressar minha gratidão ao Divino, pois sem Sua orientação, esta jornada teria sido ainda mais difícil. Dedico esse trabalho a Ele por mostrar que, mesmo nas noites de estudo solitárias, eu não estava sozinha, e por me conceder a coragem necessária para enfrentar as dificuldades da pesquisa científica. Inúmeras vezes, pensei em desistir, mas senti Sua presença e sua orientação, guiando-me através do vasto mar de publicações científicas e teorias complexas sussurrando: não abandone, estou aqui!

Transformou momentos de desânimo em motivação, fazendo-me acreditar que seria capaz de superar todos os desafios. Fortaleceu minha confiança, mesmo quando a tela em branco parecia assustadora. Graças a Deus e à minha resiliência, consegui completar esse desafio. Portanto, quero também dedicar essa conquista aos meus filhos, Guilherme e Gabriel, para que eles sempre mantenham a determinação de seguir em busca dos seus sonhos e objetivos, não importa o quão difícil possa parecer.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero expressar minha gratidão a Deus pela dádiva da existência; e, principalmente, por me dar força para enfrentar os desafios deste caminho terreno, possibilitando minha chegada até o momento atual.

Sou grata à minha família, em particular aos meus pais, Vera Lúcia Parada da Silva e Laurito Gonçalves da Silva, por todo o suporte, ensinamentos e educação que sempre me proporcionaram sendo o alicerce de todas as minhas vitórias. Aos meus filhos Guilherme Parada Viegas e Gabriel Parada Viegas, que me inspiram a buscar sempre a minha melhor versão, dedico essa conquista a eles.

Agradeço ao meu marido Marcos Antônio Viegas Augusto, pela compreensão nos momentos de ausência e pela parceria e cumplicidade nos momentos de dificuldade. Ao meu irmão, Robson Parada da Silva, pelo apoio e admiração.

Aos meus queridos amigos e amigas pelo afeto que, com alegria e parceria, sempre compartilharam comigo momentos felizes e difíceis, e por estarem sempre ao meu lado compartilhando aspirações e planos. À minha amiga irmã Ana Rita, que sempre esteve ao meu lado desde o início do mestrado, me dando apoio e incentivando a alcançar meus objetivos.

À Marilurde Donato, minha estimada mãe pesquisadora, que me conduziu durante o meu mestrado e me introduziu ao mundo científico, fornecendo o apoio necessário para que eu pudesse almejar o doutorado. À minha orientadora, Sheila Nascimento Pereira de Farias, pela paciência e orientação.

Gostaria de expressar minha gratidão à professora Regina Zeitouné pelo apoio e orientação essenciais durante o processo de qualificação. Sua dedicação, cuidado e orientação minuciosa em cada etapa foram fundamentais, e sou grata por ela ter me acompanhado até o final dessa jornada, sem nunca desistir.

Ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e seus professores pela contribuição na minha formação.

À banca de qualificação pela contribuição com as arguições e apontamentos.

À corporação policial do Estado do Rio de Janeiro, representada por Vossa Excelência Cel PM Luis Cláudio Laviano, Comandante Geral da Polícia Militar (PMERJ) à época, que concedeu autorização para a realização do estudo nas dependências da instituição e prestou apoio institucional durante a elaboração da pesquisa, bem como a Vossa Senhoria Cel. PM Rogério Figueiredo de Lacerda, que assumiu o comando da corporação em 2019 e revalidou a

autorização para a realização do estudo, permitindo sua execução; e ao atual Comandante Geral, Vossa Excelência Cel PM Luís Henrique Marinho Pires, por garantir a conclusão da pesquisa.

Ao chefe do Centro de Assuntos Estratégicos da PMERJ, e a todos os oficiais e praças daquela seção, responsáveis por viabilizar pesquisas científicas na PMERJ.

Aos comandantes do 7º (sétimo), ao 15º (décimo quinto), do 20º (vigésimo), do 24º (vigésimo quarto) e do 41º (quadragésimo primeiro) Batalhões de Polícia Militar (BPM), que proporcionaram o melhor dos ambientes, a fim de que esse trabalho fosse realizado.

A todos os oficiais e praças que fizeram parte desta pesquisa, dispondo de seu tempo para responder aos questionários.

Quero agradecer ao meu amigo 2º Sgt. PM Neto, lotado no 20º BPM, por compartilhar suas experiências na polícia militar e me auxiliar a compreender mais a fundo o ambiente de trabalho nessa instituição.

Ao Cel. PM Cajueiro, que intermediou o acesso à corporação.

Ao Capitão PM Caetano, do vigésimo Batalhão da Polícia Militar, gostaria de agradecer a prestatividade e dedicação demonstradas durante o processo de coleta de informações na unidade.

Ao Sgt. PM Calixto, responsável pela Associação de Vitimização Policial, que me forneceu dados capazes de me aproximar da realidade de ser policial militar.

Agradeço ao estatístico Emídio Cavalcanti, que me guiou no uso correto da ferramenta para analisar os dados de forma mais eficaz.

Ao Prof. Dr. Wander Lourenço, pelo companheirismo durante todo o processo de desenvolvimento do doutorado.

Por último, agradeço a todos que de alguma forma colaboraram para que mais esta vitória pessoal e profissional fosse alcançada.

Então é a continuação da corrida, a satisfatória consciência de permanecer na corrida, que se torna o verdadeiro vício, e não algum prêmio à espera dos poucos que cruzam a linha de chegada. Nenhum dos prêmios é suficientemente satisfatório para destituir os outros prêmios de seu poder de atração, e há tantos outros prêmios que acenam e fascinam porque (por enquanto, sempre por enquanto, desesperadamente por enquanto) ainda não foram tentados. O desejo se torna seu próprio propósito, e o único propósito não-contestado e inquestionável. O papel de todos os outros propósitos, seguidos apenas para serem abandonados na próxima rodada e esquecidos na seguinte, é o de manter os corredores correndo.

(Zygmunt Bauman, 1999)

RESUMO

VIEGAS, Rejane de Fátima Parada. **Contexto do Trabalho e o Custo Humano no Trabalho do Policial Militar**. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Introdução: A pesquisa teve como objeto de estudo o contexto de trabalho e o custo humano no trabalho dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro. **Objetivos:** Objetivo Geral: Avaliar o contexto de trabalho e o custo humano no trabalho em policiais militares do Estado do Rio de Janeiro. Objetivos Específicos: Descrever as características sociodemográficas, laborais, hábitos de vida e de saúde dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro; descrever o contexto de trabalho e o custo humano no trabalho de policiais militares do Estado do Rio de Janeiro; Analisar a associação do contexto de trabalho e custo humano no trabalho de policiais militares do Estado do Rio de Janeiro com as características sociodemográficas, laborais e de saúde; discutir os principais aspectos do contexto de trabalho e custo humano no trabalho dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, na perspectiva da saúde do trabalhador. **Metodologia:** Estudo descritivo transversal com abordagem quantitativa, realizado com 446 policiais militares, com coleta de dados entre os meses de dezembro de 2021 e junho de 2022, a partir de um questionário para caracterização sociodemográfica, laboral, hábitos de vida e condições de saúde, além da Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT) e da Escala de Custo Humano no Trabalho (ECHT). Para a organização e análise estatística, foi utilizado o software SPSS 13.0. Os resultados foram apresentados em forma de tabela, com suas respectivas frequências absolutas e relativas. As variáveis numéricas estão representadas por medidas de tendência central e dispersão, referentes às características sociodemográficas e laborais, hábitos de vida, condições de saúde e itens das EACT e ECHT. **Resultados:** O contexto de trabalho foi classificado de crítico a grave em todos os fatores, com destaque para a organização do trabalho. Na avaliação do fator custo humano, o cognitivo foi o mais exigido no contexto de trabalho dos policiais militares pesquisados. O custo afetivo foi o fator que apresentou classificação satisfatória em quatro facetas. Os outros fatores apresentaram classificação crítica à grave. **Contribuições:** A investigação trouxe importantes contribuições para o entendimento da relação entre as variáveis sociodemográficas, laborais, de hábitos de vida e condições de saúde e sua associação com o custo humano e o contexto de trabalho como fator importante no processo saúde-doença no trabalho do policial militar, no que tange à importância desses fatores para o benefício dos profissionais de segurança pública inscritos na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. **Conclusão:** Os índices do contexto de trabalho e custo humano indicaram que os policiais apresentavam alto risco de adoecimento, em virtude das condições precárias de trabalho e do contexto violento, no qual a atividade laboral vem a ser desenvolvida, constatando-se, conseqüentemente, as altas exigências que esses fatores exercem sobre a saúde dos trabalhadores da área de segurança pública.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador da Área de Segurança Pública. Aspectos Físicos e Psíquicos do Policial Militar. Condições de Trabalho diante da Violência Urbana.

RESUMEN

VIEGAS, Rejane de Fátima Parada. **Contexto del Trabajo y el Costo Humano en el Trabajo del Policía Militar.** Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Introducción: El objeto de estudio de la investigación fue el contexto laboral y el costo humano del trabajo de los policías militares en Río de Janeiro. **Objetivos:** Objetivo General: Evaluar el contexto laboral y el costo humano del trabajo de los policías militares en el Estado de Río de Janeiro. Objetivos específicos: describir las características sociodemográficas, laborales, estilos de vida y hábitos de salud de los agentes de policía militar del Estado de Río de Janeiro; describir el contexto Laboral y el costo humano del Trabajo de los policías militares en el Estado de Río de Janeiro; analizar la asociación del contexto de trabajo y costo humano en el trabajo de los policías militares del Estado de Río de Janeiro con características sociodemográficas, laborales y de salud; discutir los principales aspectos del contexto laboral y el costo humano en el trabajo de los policías militares en el Estado de Río de Janeiro, desde la perspectiva de la salud del trabajador. **Metodología:** Estudio descriptivo transversal con enfoque cuantitativo con 446 policías militares del Estado de Río de Janeiro, y recolección de datos entre los meses de diciembre de 2021 y junio de 2022, a partir de un cuestionario sobre condiciones sociodemográficas, laborales, de estilo de vida y de salud (corrección: eliminación del espacio extra después de "sociodemográficas"). Además, se utilizaron la Escala de Evaluación del Contexto Laboral (EACT) y la Escala de Costo Humano en el Trabajo (ECHT). Para la organización y análisis estadístico se utilizó el software SPSS 13.0. Los resultados se presentaron en forma de tabla, con sus respectivas frecuencias absolutas y relativas; las variables numéricas están representadas por medidas de tendencia central y medidas de dispersión de características sociodemográficas y laborales, hábitos de vida, condiciones de salud y los ítems de las escalas de condiciones de trabajo y costo humano. **Resultados:** El contexto laboral se clasificó de crítico a grave en todos los factores, con énfasis en la organización del trabajo. Al evaluar el factor costo humano, el cognitivo fue el más requerido en el contexto laboral de los policías militares encuestados. El costo afectivo fue el factor que presentó una clasificación satisfactoria en cuatro facetas. Los demás factores se clasificaron como críticos a graves. **Contribuciones:** La investigación realizó importantes aportes a la comprensión de la relación entre variables sociodemográficas, laborales, de estilo de vida y de condiciones de salud y su asociación con el costo humano y el contexto laboral como factor importante en el proceso salud-enfermedad en el trabajo de los policías militares. respecto a la importancia de estos factores en beneficio de los profesionales de seguridad pública registrados en el Policía Militar del Estado de Río de Janeiro. **Conclusión:** Los índices de contexto laboral y de costo humano indicaron que los agentes policiales presentan alto riesgo de enfermedad, debido a las condiciones precarias de trabajo y al contexto violento en el que se desarrolla la actividad laboral, confirmando consecuentemente las altas exigencias que estos factores imponen a la salud de los trabajadores de la seguridad pública.

Palabras clave: Seguridad Pública. Salud del Trabajador. Aspectos Físicos y Psíquicos de la Policía Militar. Condiciones de Trabajo ante la Violencia Urbana.

ABSTRACT

VIEGAS, Rejane de Fátima Parada. **Context of Work and the Human Cost in the Work of Military Police officers.** Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Introduction: The research object of study was the work context and the human cost of the work of military police officers in Rio de Janeiro. **Objectives:** General Objective: Assess the work context and the human cost of working in military police in the State of Rio de Janeiro. **Specific Objectives:** To describe the sociodemographic, work characteristics, lifestyle and health habits of police officers in the state of Rio de Janeiro; describe the work context and the human cost of the work of military police officers in the State of Rio de Janeiro; Analyze the association of the work context and human cost at work of military police officers in the State of Rio de Janeiro with sociodemographic, work and health characteristics; discuss the main aspects of the work context and human cost in the work of military police officers in the State of Rio de Janeiro, from the perspective of worker health. **Methodology:** A cross-sectional descriptive study with a quantitative approach was conducted with 446 military police officers from the state of Rio de Janeiro. Data were collected between December 2021 and June 2022 using a questionnaire that covered sociodemographic characteristics, work conditions, lifestyle habits, and health status, along with the Work Context Assessment Scale (EACT) and the Human Cost at Work Scale (ECHT). SPSS 13.0 software was used for data organization and statistical analysis. The results were presented in tables with their respective absolute and relative frequencies. Numerical variables were represented by measures of central tendency and dispersion, covering sociodemographic and work characteristics, lifestyle habits, health conditions, and items from the work conditions and human cost scales. **Results:** The work context was classified from critical to serious in all factors, with emphasis on the work organization. When evaluating the human cost factor, the cognitive was the most required in the work context of the military police officers surveyed. The affective cost was the factor that presented a satisfactory classification in four facets. The other factors were classified as critical to severe. **Contributions:** The investigation made important contributions to the understanding of the relationship between sociodemographic, work, lifestyle and health conditions variables and their association with the human cost and the work context as an important factor in the health-disease process at work. military police officer, regarding the importance of these factors for the benefit of public security professionals registered with Military Police of the State of Rio de Janeiro. **Conclusion:** The work context and human cost indices indicated that police officers presented a high risk of illness, due to the precarious working conditions and the violent context, in which the work activity is carried out, consequently confirming the high demands that these factors place on the health of public safety workers.

Keywords: Public Safety Worker Health. Physical and Psychic Aspects of the Military Police; Working conditions in the face of Urban Violence.

LISTA DE SIGLAS

AET	Análise Ergonômica do Trabalho
BDENF	Base de Dados em Enfermagem
BOE	Batalhão de Operações Especiais
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
BP	Bairro Presente
BPM	Batalhão de Polícia Militar
BpChoq	Batalhão de Polícia de Choque
BPRv	Batalhão de Polícia Rodoviária
BPFer	Batalhão de Policiamento Ferroviário
CAES	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos
CB	Cabos
CBMERJ	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
CCR	Critérios de Classificação de Risco
CFAP	Curso de Formação de Aperfeiçoamento de Praças
CHT	Custo Humano no Trabalho
CK	Creatina Quinase
CL	Contexto Laboral
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COPOM	Centro de Operações da Polícia Militar
COVID-19	Coronavírus de 2019
Cpam	Comando de Polícia Ambiental
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPTran	Comando de Polícia de Trânsito
CS	Condições de Saúde
CSM	Condições de Saúde Mental
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
CTr	Contexto de Trabalho
CF	Custo Físico
CT	Condição de Trabalho

DEI	Diretoria de Ensino e Instrução
DecS	Descritores em Saúde
DGS	Diretoria Geral de Saúde
DGAL	Diretoria Geral de Apoio Logístico
DGP	Diretoria Geral de Pessoal
DGF	Diretoria Geral de Finanças
DMP	Distúrbios Menores de Saúde
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
DPM	Distúrbios Psicológicos Menores
DTM	Distúrbios Psíquicos Menores
EACT	Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho
EADRT	Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho
ECR	Ensaio Clínico Randomizado
ECHT	Escala de Custo Humano do Trabalho
EIPST	Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho
EMG	Estado Maior Geral
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GH	Hormônio do Crescimento (<i>Growth Hormone</i>).
GENI/UFF	Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense
HAS	Hipertensão Arterial Sistêmica
HCPM	Hospital Central da Polícia Militar
HV	Hábitos de Vida
IBGE	Instituto Nacional de Geografia e Estatística
IGF-I	Fator de Crescimento Insulínico Tipo 1 (<i>Insulin-like Growth Factor I</i>),
IORG	Integração à Organização
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITRA	Inventário do Trabalho e Riscos de Adoecimento
LER	Lesões por Esforço Repetitivo
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde.

LTS	Licença para Tratamento de Saúde
Maj	Major
MEDLINE	<i>Medical Literature Analysis and Retrieval System Online</i>
MESH	<i>Medical Subject Heading</i>
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MTSO	Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional
NLM	<i>National Library of Medicine</i>
NR17	Norma Regulamentadora 17
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLERJ	Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPMs	Organizações Policiais Militares
OT	Organização do Trabalho
P&C	Proatividade e competência
P&O	Práticas e Operações
PAF	Perfuração por Arma de Fogo
PDT	Psicodinâmica do Trabalho
PFEM	Polícia Feminina
PICO	Paciente, Intervenção, Comparação, Resultados
PISP	Perfil das Instituições de Segurança Pública
PM	Policial Militar
PMs	Policiais Militares
PMRS	Polícia Militar do Rio Grande do Sul
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PNSP	Política Nacional de Segurança Pública
PROEIS	Programa Estadual de Integração na Segurança
QV	Qualidade de Vida
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho

R2MR	<i>Road to Mental Readiness</i>
RCECS	Regimento de Polícia Montada Coronel Enyr Cony dos Santos
RAS	Regime Adicional de Serviço
RS	Relações socioprofissionais
SD	Soldados
SEPM/RJ	Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro
SEPRT	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
SGT	Sargentos
SHBG	Globulina de Ligação de Hormônios Sexuais
SPSS	<i>Software Statistical Package for the Social Sciences</i>
Sub Ten	Subtenentes
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSP	Sistema Único de Saúde Pública
Ten	Tenente
Ten Cel	Tenente-Coronel
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático
UOE	Unidade de Operações Especiais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos artigos.....	29
Figura 2 – Relação entre Governança e Gestão.....	61
Figura 3 – Banalização da violência policial e social – Despersonalização.....	64
Figura 4 – Vulnerabilidade e riscos inerentes a profissão.....	69
Figura 5 – Confronto Armado em BPM – 2016 e 2017.....	76
Figura 6 – Estrutura das escalas de avaliação do CT e de CHT.....	81
Figura 7 – Classificação de Risco para EACT e EACHT.....	86
Figura 8 – Fatores ergonômicos relacionados às condições do ambiente e equipamentos de trabalho dos PMs da PMERJ.....	119
Figura 9 – Equipamento de Proteção Individual e de trabalho do PM – rádio comunicador interno Baofeng, algema, lanterna tática, colete operacional pistola.....	121
Figura 10 – Posição tática - sobrecarga de coluna, joelhos, punhos, ombros e cotovelos.....	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produções científicas sobre os riscos ocupacionais que compuseram a revisão integrativa. Rio de Janeiro, Brasil.....	31
Quadro 2 - Distribuição das Companhias por Batalhões da Polícia Militar. Rio de Janeiro, Brasil, 2023.....	76
Quadro 3 - Resumo das variáveis categóricas e forma de aferição. Rio de Janeiro, Brasil, 2023.....	85
Quadro 4 - Resumo das variáveis numéricas e forma de aferição. Rio de Janeiro. Brasil, 2023.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Resultados bibliométricos dos artigos incluídos na revisão integrativa no estudo (n=10), no período entre (2016 e 2021). Rio de Janeiro. Brasil, 2023.....	30
Tabela 2 –	Demonstrativo da distribuição dos dados referentes a casos de óbitos, feridos e baixas na PMERJ no período de 25 anos (1994-2018) em comparação com a vitimização de militares nas principais guerras mundiais. Rio de Janeiro. Brasil, 2023.....	70
Tabela 3 –	Número de Policiais Militares elegíveis distribuídos nos batalhões, locais estudo. Rio de Janeiro. Brasil, 2023.....	78
Tabela 4 –	Distribuição das características sociodemográficas e laborais dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).....	88
Tabela 5 –	Distribuição das respostas de acordo com as condições de saúde e hábitos de vida de PMs do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).....	90
Tabela 6 –	Distribuição das respostas de acordo com o pensamento suicida e alterações cognitivas de PMs do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n =446).....	91
Tabela 7 –	Classificação de risco por fator do CTr. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).....	92
Tabela 8 –	Classificação de risco para cada questão que compõem os fatores da Escala de Avaliação do CTr (EACT). Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).....	92
Tabela 9 –	Classificação por fator de CHT da EACT por classificação de risco. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).....	94
Tabela 10 –	Classificação de risco para cada questão que compõem os fatores da EACT. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).....	95
Tabela 11 –	Associação entre o fator OT da EACT e as variáveis sociodemográficas, laborais e CS dos PMs. Rio de Janeiro. Brasil, 2023.....	97
Tabela 12 –	Associação entre o fator CTr e as variáveis sociodemográficas, laborais e CS. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).....	98
Tabela 13 –	Associação entre o fator RS e variáveis sociodemográficas laborais e CS. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).....	99

Tabela 14 –	Associação entre o fator CF e as variáveis sociodemográficas, laborais e CS. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).....	100
Tabela 15 –	Associação entre o fator CC e as variáveis sociodemográficas laborais e CS. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).....	102
Tabela 16 –	Associação entre o fator CA e as variáveis sociodemográficas laborais e CS. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).....	103
Tabela 17 –	Associação entre os fatores da EACT e fatores da EACHT. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).....	104

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	21
1.2	TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA NA TEMÁTICA.....	23
1.3	OBJETIVOS DO ESTUDO.....	25
1.3.1	Objetivo Geral.....	25
1.3.2	Objetivos Específicos.....	25
1.4	HIPÓTESE DO ESTUDO.....	25
1.5	JUSTIFICATIVA.....	26
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	40
2.1	TRABALHO - ASPECTO CONCEITUAL E HISTÓRICO.....	40
2.2	CONTEXTO DE TRABALHO E CUSTO HUMANO NO TRABALHO À LUZ DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO.....	43
2.3	O TRABALHO E A SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR.....	46
2.4	A CONFIGURAÇÃO LABORAL DO POLICIAL MILITAR.....	50
2.5	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E O PROCESSO DE TRABALHO COMO FATORES INTERVENIENTES PARA A GESTÃO DO TRABALHO MILITAR.....	58
3	METODOLOGIA.....	74
3.1	TIPO DE ESTUDO.....	74
3.2	LOCAL DO ESTUDO.....	74
3.3	AMOSTRA DO ESTUDO.....	77
3.3.1	Cálculo do tamanho da amostra.....	77
3.4	INSTRUMENTO DE COLETAS DE DADOS.....	78
3.5	COLETA DE DADOS.....	81
3.6	TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS.....	82
3.7	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	87
4	RESULTADOS.....	88
4.1	CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS, LABORAL, DE HÁBITOS DE VIDA E DE CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	88
4.2	CONTEXTO DE TRABALHO DOS POLICIAIS MILITARES.....	92
4.3	CUSTO HUMANO DO TRABALHO DE POLICIAIS MILITARES.....	94

4.4	CONTEXTO DE TRABALHO E CUSTO HUMANO NO TRABALHO E O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, LABORAL, DE HÁBITOS DE VIDA E CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES.....	96
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	105
5.1	CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS, LABORAL, DE HÁBITOS DE VIDA E DE CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES.....	105
5.2	ANÁLISE DO CONTEXTO DE TRABALHO DOS POLICIAIS MILITARES	112
5.2.1	Organização do trabalho policial militar na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.....	112
5.2.2	Condições de trabalho do policial militar de Regiões Metropolitanas do Estado do Rio de Janeiro.....	117
5.2.3	Relações socioprofissionais do policial militar de Regiões Metropolitanas do Estado do Rio de Janeiro.....	122
5.3	ANÁLISE DO CUSTO HUMANO NO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR.....	127
5.3.1	O custo físico no trabalho do policial militar.....	128
5.3.2	O custo cognitivo no trabalho do policial militar.....	137
5.3.3	O custo afetivo no trabalho do policial militar.....	143
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
7	LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	153
8	CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO.....	154
	REFERÊNCIAS.....	156
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	200
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA, LABORAL E DE SAÚDE.....	202
	ANEXO A – DESPACHO N° 344 – CAES/2018 - (PRIMEIRA CARTA DE ANUÊNCIA).....	206
	ANEXO B – OFÍCIO SEPM/CAES SEI N°60 – (CARTA DE ANUÊNCIA ATUALIZADA).....	207
	ANEXO C – OFÍCIO SEPM/CAES.....	208

ANEXO D – QUANTITATIVO DA PMERJ.....	209
ANEXO E – RESPOSTA DO EFETIVO 7º BPM.....	210
ANEXO F – RESPOSTA DO EFETIVO 15º BATALHÃO.....	211
ANEXO G – RESPOSTA DO EFETIVO 20º BPM.....	212
ANEXO H – OFÍCIO EFETIVO – 24º BPM.....	213
ANEXO I – OFÍCIO EFETIVO – 41º BPM.....	214
ANEXO J – ESCALA DE AVALIAÇÃO DO CONTEXTO DE TRABALHO (EACT).....	212
ANEXO K – ESCALA DE AVALIAÇÃO DO CUSTO HUMANO DO TRABALHO.....	216
ANEXO L – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP – EEAN/HESFA.....	217

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A pesquisa teve como objeto de estudo o contexto de trabalho (CTr) e o custo humano no trabalho (CHT) dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

No estudo, entendeu-se CTr o espaço social que envolve a organização do trabalho, constituído pelos elementos prescritos; as condições laborais, compostas pelos elementos estruturais na perspectiva das condições de trabalho (CT); e as relações socioprofissionais, que são formadas pelos elementos interacionais nas relações de trabalho (Mendes; Ferreira, 2007).

O CHT é o dispêndio relacionado aos fatores afetivos (demanda emocional), cognitivos (demanda mental) e físicos (demanda fisiológica e biomecânica) despendidos na execução das tarefas laborais (Ferreira, 2017).

Cabe ainda mencionar que, no estudo utilizou-se as denominações ‘policiais militares’ e ‘agentes de segurança pública’ quando se referiu ao participante do estudo, como sinónímia. Essas são formas de serem identificadas no CTr da PM.

No CTr, entende-se que existe uma distância entre o que é imposto ao trabalhador, descrito na descrição de cargo (trabalho prescrito) e aquela atividade que surge a partir dos imprevistos (trabalho real). Nesse momento real do trabalho, há a necessidade de lançar mão de competências e habilidades, que demandam um movimento de invenção para lidar com situações que não estavam prescritas em nenhuma descrição de cargo ou orientação de chefia (Bedin; Fontes; Braatz, 2020; Graciliano, 2020).

Outrossim, é nesse conjunto de circunstâncias que a organização de trabalho precisa proporcionar autonomia e liberdade para que o trabalhador enfrente as situações imprevisíveis de forma criativa, evitando o desenvolvimento de estratégias defensivas adoecedoras (Dejours, 2017).

Entretanto, quando a organização de trabalho (OT) é rígida, como a da Polícia Militar com suas normas e regras, e não proporciona autonomia e liberdade ao trabalhador para buscar a resolução dos problemas, aumenta o potencial para o sofrimento patogênico. Essas características conflituosas estão demasiadamente presentes no processo de trabalho do PM, evidenciadas pelos princípios da disciplina e hierarquia militar, que submetem esses trabalhadores a um tipo de organização do trabalho (OT) que contribui fortemente para o surgimento de doenças físicas e psicológicas (Ferreira; Dias, 2022).

Nessa linha de pensamento, para Dejours (1987), a OT consiste na divisão de tarefas e de suas responsabilidades, além do conteúdo da tarefa e da forma como os comandos são ordenados aos trabalhadores. Entretanto, fatores como conteúdo e divisão das tarefas, hierarquia e relações socioprofissionais (RS) são guiados pela complexidade da produção, a qual irá caracterizar a estrutura organizacional no desenvolvimento do trabalho.

No caso do trabalho do policia Militar (PM), que é marcado por um constante processo de exposição a violências reais e simbólicas, torna-se difícil lidar com a imprevisibilidade existente no trabalho real, colaborando para manifestação de transtornos mentais e comportamentais (Pereira *et al.*, 2020).

Percebe-se, então, o efeito deletério da organização desse tipo de trabalho na saúde física e mental de seus trabalhadores, decorrentes das exigências do CHT, especialmente em profissões cujas normas de OT são consideradas inflexíveis, como é o caso da função de policial (Ferreira; Dias, 2022).

Além disso, é de suma importância enfatizar que o serviço policial em sua atuação na segurança pública, já proporciona uma carga significativa de estresse, ao enfrentar a criminalidade, inúmeros fatores contribuem para precariedade das CTr, tais como a baixa remuneração e o risco iminente de perder a vida, além do constante dilema de sair para o trabalho e a possibilidade real de não retornar para o convívio família.

Neste contexto, esses são apenas alguns dos aspectos que podem aumentar o estresse do trabalhador, uma vez que há também os reflexos de se lidar com ocorrências policiais, conflitos alheios, e a cobrança por resultados onde não há margem para erros. Além disso, o policial militar lida diretamente com a vida humana, tendo a missão constitucional de protegê-la (Feitosa *et al.*, 2021).

Deste modo, nota-se que, de acordo com a organização de trabalho, a forma como as mudanças são implementadas e como os trabalhadores absorvem essa dinâmica, pode reproduzir sentimento de prazer ou de sofrimento no contexto laboral (CL). Isso depende de como o indivíduo consegue gerenciar o sofrimento, por estratégias individuais ou coletivas, já que não é possível subtraí-lo (França; Amâncio, 2021).

Dessa forma, o sofrimento no ambiente de trabalho surge quando as estratégias defensivas não são eficazes para lidar com situações inesperadas, juntamente com as contradições existentes entre o que é prescrito e o que é de fato praticado. Em uma organização hierárquica com autoridade irrestrita, a cooperação é implementada de maneira coercitiva e alienante. Além disso, a excessiva verticalização cria barreiras entre os diferentes níveis hierárquicos, prejudicando a consecução dos objetivos devido às dificuldades na comunicação

e no fluxo de informações. Isso contribui para o surgimento de riscos psicossociais no trabalho, que podem resultar em prejuízos mentais, físicos e sociais (Queirós *et al.*, 2020).

Ainda em relação ao CTr dos policiais militares (PMs), uma pesquisa constatou que entre os fatores que causam estresse estão: a intensa vigilância, excesso de plantões, pressão no ambiente de trabalho, insatisfação a longo prazo, necessidade de manter alta concentração e alerta, assim como um tratamento desprezível por parte dos superiores, com autoritarismo e falta de confiança, e a expectativa irreal de ser um herói, que é imposta para manter a imagem social do policial (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023).

A instabilidade na jornada de trabalho, devido à constante troca de turnos, excessiva, inclui finais de semana, feriados e períodos de folga, além do trabalho noturno, tem um impacto significativo na vida social e nos padrões de sono e vigília desses profissionais (Cardoso *et al.*; 2021; Santos *et al.*, 2021).

Além disso, é importante ressaltar que a constante exposição do profissional de segurança ao ambiente violento acarreta exigências que sobrecarregam suas funções fisiológicas. Quando o desgaste físico e emocional ultrapassa a capacidade de ajuste dos sistemas corporais, pode resultar em processos patológicos. Isso ocorre devido a diminuição da energia psicossomática e ao esgotamento dos sistemas, levando ao surgimento de diversas doenças físicas e transtornos mentais (Plasse, 2024).

Pereira *et al.* (2020) ratificam a ideia dos prejuízos biopsicossociais quando associam as exigências do CTr à natureza desse tipo de trabalho, vivenciado constantemente em seu cotidiano. Com base nesse raciocínio, observou-se que tais riscos podem refletir no CHT e na qualidade da prestação de serviço à Segurança Pública. Corroborando essa premissa, Queirós *et al.* (2020) e Carvalho (2020) alertam que o serviço policial é uma ocupação estressante, com impacto negativo no CHT; ou seja, afeta a saúde mental, física, cognitiva e social, especialmente nas relações entre a instituição e os cidadãos. Destarte, constatou-se que, ao desempenhar o seu trabalho, o policial militar apresenta um desgaste físico e emocional, decorrentes de suas relações profissionais, além dos aspectos de planejamento, organização e gerenciamento no CTr (França; Amâncio, 2021).

1.2 TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA NA TEMÁTICA

A autora do estudo, enquanto militar do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), pôde vivenciar o quanto as RS e a ambiência de trabalho militar podem exigir de forma significativa carga emocional, física e cognitiva.

Por outro lado, trabalhando em conjunto com a polícia militar, percebeu-se que o profissional da área de segurança pública exerce uma das profissões que mais sofre com o CTr inadequado. Entre outros fatores, destaca-se o problema dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), que não atendem às suas necessidades de trabalho.

Tanto no exercício da profissão dos bombeiros quanto na atuação dos PMs, enfrentam-se desafios de grande exigência, hostilidades, jornadas extenuantes, cobranças e responsabilidades elevadas, além de esforço repetitivo excessivo e posturas inadequadas.

Conforme pesquisas, tais fatores podem desencadear problemas de saúde mental e comportamental, bem como lesões no sistema musculoesquelético. Contudo, na realidade dos policiais, o perigo de morte está ainda mais presente, ultrapassando os aspectos físicos, mentais e emocionais, porque lidam cotidianamente com a tênue linha entre a vida e a morte.

Na prática, o ambiente de atuação do PM no Rio de Janeiro pode ser equiparada aos cenários de guerrilha urbana, especialmente em locais onde a mancha criminal (jargão utilizado na polícia militar e significa área com alta incidência de crimes) é mais intensa. Esses locais exigem improvisos e tomada de decisões imediatas, com o agravante de que a importância social da função militar muitas vezes não é reconhecida, diferentemente da profissão de bombeiro militar, tornando sua condição ainda mais crítica. Além disso, a atividade é realizada sob pressão, o que coloca em risco a própria vida frente ao crescimento contínuo da violência e da criminalidade.

Neste contexto, foram vivenciadas por mim inúmeras situações complicadas que despertaram inquietações sobre essa atividade profissional. Ainda que tenha se observado, no exercício da função de bombeiro, que atuar no *front* não é tarefa fácil, ser policial é ainda mais complexo e penoso, pois, no combate, a realidade é matar ou morrer.

Por essa razão, pode-se dizer que os PMs são alvos fáceis por causa da farda; e que, toda vez que a ambulância era acionada para atender eventos que envolvia confrontos armados, esperava-se deparar com alguém baleado ou morto. Na maioria das vezes, havia um PM baleado, e pode-se afirmar que os fatores de estresse são agravados, quando este policial precisa vivenciar a situação de estar lado a lado na ambulância com o indivíduo, caracterizado como o inimigo, que participou do confronto e o feriu.

Ademais, a angústia de testemunhar os companheiros falecerem e perceber de maneira evidente a chance de ser o próximo, junto com o medo de não voltar para casa após cada missão, surgem como claros desafios psicológicos dolorosos no contexto profissional.

A ideia de que o PM é um herói está enraizada tanto na sociedade, quanto nos próprios policiais; no entanto, a dura realidade revelada nessas circunstâncias é fruto de um Estado com

precariedades e de uma sociedade que não compreende verdadeiramente a vida de um PM. Trabalhar na linha de frente, com EPIs precários, veículos sem blindagem adequada e armas inferiores às do inimigo, como enfermeira e bombeira, me motivou a investigar e entender, por meio deste estudo, a rotina dos PMs, devido à ligação desse contexto com situações extremamente críticas e estressantes, que podem afetar o desempenho cognitivo, físico e emocional e, por conseguinte, o serviço prestado à comunidade.

Assim, posicionei-me de forma crítica e reflexiva diante do sofrimento de colegas de farda, com o objetivo de estimular reflexões sobre a importância do cuidado e da estrutura dos serviços e treinamentos com foco no bem-estar dos PMs servindo como estímulo para a colaboração e construção em conjunto.

1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO

1.3.1 Objetivo Geral

Avaliar o CTr e o CHT no trabalho em PMs do Estado do Rio de Janeiro.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever as características sociodemográficas, hábitos de vida, laborais e condições de saúde dos PMs do Estado do Rio de Janeiro;
- Descrever o CTr e o CHT de PMs do Estado do Rio de Janeiro;
- Analisar a associação do CT e CHT de PMs do Estado do Rio de Janeiro com as características sociodemográficas, hábitos de vida, laborais e condições de saúde;
- Discutir os principais aspectos do Ctr e CHT dos PMs do Estado do Rio de Janeiro, na perspectiva da saúde do trabalhador.

1.4 HIPÓTESE DO ESTUDO

Considerando o contexto precário e arriscado do trabalho dos PMs no Estado do Rio de Janeiro, pode-se afirmar que esses profissionais enfrentam um alto CH, custo físico (CF), custo afetivo (CA) e custo cognitivo (CC).

1.5 JUSTIFICATIVA

Ao longo da história, o trabalho e suas formas de organização sofreram mudanças essenciais para o processo de adaptação às exigências do mundo contemporâneo, o que influenciou decisivamente a saúde física e psicológica dos profissionais de segurança pública (Nweke *et al.*, 2019).

Nesse sentido, a organização real do trabalho obriga o profissional da área de segurança pública a lidar com insuficiências e precariedades, para atender, via ato de ofício, o que lhe é imposto como função social (Bedin; Fontes; Braatz, 2020).

Nesta conjuntura estrutural, autores como Queiroz e Souza (2020) destacam aspectos relevantes a serem analisados no CTr do PM, tais como: a precariedade; a hierarquização; a verticalização; a insuficiência de materiais para a garantia da segurança; as necessidades individuais; o plantão noturno; a defasagem de salário; a falta de reconhecimento da sociedade; e o medo. No labor do PM, a associação desses fatores trabalhistas tanto dentro quanto fora da ambiência de atuação pode influenciar o CHT, não somente pelos riscos de adoecimento, mas também pelo tipo de relação organizacional proposto pela instituição governamental.

Há evidências de que essa atividade está entre as mais estressantes, quando comparada a outras, sendo que essas condições de precariedade profissional são motivadoras para o surgimento de doenças psicológicas, como depressão e estresse pós-traumático, por intermédio do dispêndio de energia emocional e físico, surgindo doenças como diabetes e hipertensão pelo desgaste fisiológico (Melo *et al.*, 2020; França; Amâncio, 2021).

Considerando-se o trabalho crítico e problemático exercido pelo agente de segurança pública da área militar, verificou-se a necessidade de investigar as vulnerabilidades emergentes das condições e da organização de trabalho, além das relações profissionais e suas consequências no dispêndio de energia física, emocional e cognitivo, mediante os momentos difíceis de prestação de serviço (Guedes; Gondim; Hirschle, 2020).

Pode-se perceber que, entre os aspectos do CHT, o CA é o que mais se realça entre as profissões com características organizacionais hierarquizadas, como é o caso da PMERJ. Corroborando com essa afirmativa, Rocha *et al.* (2023), ao estudarem de que forma o trabalho afeta a saúde mental desses trabalhadores a partir de suas falas, chama atenção sobre os aspectos do estado de saúde mental, que em sua maioria apresentaram-se negativos.

No período de 2012 a 2018, os aspectos de saúde mental dos PMs foram investigados na literatura. No entanto, ainda se percebe lacunas de conhecimento em saúde mental nesse tipo

de trabalho, principalmente em relação a fatores individuais e do trabalho que se associam com adoecimento e fatores protetivos e intervenções (Sousa; Barroso; Ribeiro, 2022).

O CTr pode gerar tanto doenças psíquicas, como a Síndrome de Burnout (SB), quanto ser responsável pelo desencadeamento de síndromes fisiológicas e metabólicas, como diabetes, hipertensão arterial sistêmica (HAS), doença respiratória crônica, obesidade, câncer, problemas cardiovasculares, e enfermidades crônicas não transmissíveis, que impactam profundamente na saúde humana (Melo *et al.*, 2020).

Embora o objetivo desta pesquisa não fosse investigar doenças originadas no estresse, como SB, estudos alertam para o fato de que o estresse repetido no ambiente laboral pode ocasionar danos à saúde física e/ou mental, assim como dispêndio emocional sob influência da demanda exigida ao policial militar (Sousa; Barroso, 2021).

Portanto, ressalta-se a importância de se conhecer a relação entre o processo de trabalho, em diálogo com a distribuição das funções, com as normas e procedimentos operacionais e com as implicações no CHT dos PMs.

Além disso, com objetivo de identificar lacunas de conhecimento acerca do trabalho do servidor militar de segurança pública, CT e CHT, realizou-se uma busca, com recorte dos últimos 5 anos, entre 2016 e 2021, para justificar este estudo.

Assim, considerando a complexidade da atividade militar apontada na literatura e o CHT em seu CTr, a revisão integrativa foi realizada em seis etapas: elaboração da pergunta norteadora; busca ou amostragem na literatura; coleta de dados; análise dos estudos incluídos; discussão; e apresentação dos resultados obtidos em pesquisa (Arroyo; Borges; Lourenção, 2019; Winter; Alf, 2019)

Para a formulação da pergunta de pesquisa na revisão integrativa, foi adotada a técnica Paciente, Intervenção, Comparação, Resultados (PICO). A utilização desse método para criar a pergunta de pesquisa durante a realização de revisões permite a identificação de palavras-chave, os quais facilitam a busca por estudos primários relevantes em bancos de dados (Fineout-Overholt; Stillwell, 2011).

Normalmente, nem todas as partes da estratégia PICO são integradas nas pesquisas. Assim, a ênfase foi direcionada para a população e intervenção, que podem ser utilizadas para elaborar questionamentos investigativos de diferentes naturezas. Desse modo, a pergunta de pesquisa construída a partir dessa estratégia foi: Quais as evidências sobre o CTr e CH laboral do policial militar?

Para a localização de possíveis termos, recorreu-se à Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Já na U.S. *National Library of Medicine*

(PubMed) e no *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), a ferramenta utilizada foram as palavras relacionadas no *Medical Subject Heading* (MeSH).

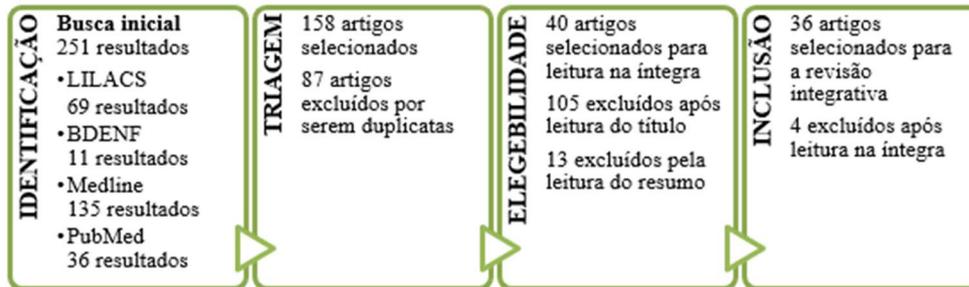
O termo “custo humano” foi utilizado como palavra-chave por não ser considerado descritor. Os termos descritores utilizados em português na pesquisa foram: policial; saúde do trabalhador; condições de trabalho; riscos ocupacionais e desgaste profissional. Já na PubMed foram utilizados: *police* e *occupational diseases*.

O levantamento se deu em fevereiro de 2021 e utilizou os seguintes operadores booleanos: “desgaste profissional” and “polícia” and “saúde do trabalhador”; “doenças ocupacionais” and “polícia”; “doenças ocupacionais” and “policial”; “condições de trabalho” and Polícia; “condições de trabalho” and “policial”; “riscos ocupacionais” and polícia; “riscos ocupacionais” and “policial”; “custo humano no trabalho” and “saúde do trabalhador” and policial nas bases de dados LILACS, BDEF e MEDLINE; e, por fim, para a plataforma PubMed os operadores booleanos “*Police*” and “*occupational diseases*”.

Os critérios de elegibilidade artigos completos, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem a temática relacionada às questões que levam os policiais aos riscos ocupacionais, a partir da atividade laboral exercida ao longo do tempo.

Na articulação dos descritores, policiais, saúde do trabalhador, condições de trabalho e riscos ocupacionais foram encontrados inicialmente 251 publicações, sendo 69 na LILACS, 11 na BDEF, 135 na Medline e 36 na PubMed. Assim sendo, com base na leitura dos títulos, foram excluídos 105 artigos por não atenderem ao escopo desta revisão e 87 por estarem duplicados, sendo incluídos 53 artigos para a leitura do resumo. Após a leitura dos resumos, 13 artigos foram excluídos por não abordarem a profissão do PM, tampouco o CT e o CHT. Foram considerados para a revisão 40 artigos onde se procedeu à leitura na íntegra dos mesmos. Após esse processo, foram excluídos 4 artigos por tratarem de outros temas relacionados à saúde do trabalhador que não atenderam ao propósito deste estudo, totalizando 36 artigos.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos artigos incluídos na revisão integrativa da literatura



Fonte: Autora, 2024

No que diz respeito ao idioma, foram publicados 78% (n=28) artigos em inglês e 22% (n=8) em português. Dentre as bases de dados: 28% (n=10) foram selecionados pela LILACS; 67% (n=24) Medline com e 5% (n=2) pela PubMed.

Quanto ao tipo de pesquisa, 80% (n=31) abordavam técnicas de investigação quantitativa, e 58% (n=21) eram de âmbito internacional, com o maior número de publicações nos anos de 2016, 2018 e 2019.

Adicionalmente, é importante ressaltar que, nesta pesquisa, foi utilizada a classificação internacional de evidências sugerida pelo Oxford Centre for Evidence-Based Medicine e pelo Ministério da Saúde do Brasil. De acordo com essa classificação, os níveis são os seguintes: nível I - revisão sistemática de ensaio clínico randomizado ; nível II - ensaio clínico controlado, randomizado e bem delineado; nível III - ensaio não randomizado; nível IV - estudos de correlação/observação; e nível V - opinião de autoridades e comitês de especialistas e estudos descritivos (Brasil, 2011b).

Dessa forma, em relação ao nível de evidência desta revisão, 72% (n=26) dos artigos foram classificados como nível IV (Tabela 1).

Tabela 1 – Resultados bibliométricos dos artigos incluídos na revisão integrativa no estudo (n=10), no período entre (2016 e 2021).

Características gerais das publicações	N	%
Base de dados		
LILACS	10	28
Medline	24	67
Pubmed	2	5
Idioma		
Português	8	22
Inglês	28	78
Ano		
2016	7	19
2017	5	14
2018	7	19
2019	7	19
2020	6	17
2021	4	12
Origem		
Nacional	15	42
Internacional	21	58
Método		
Quantitativo	31	86
Qualitativo	3	8
Quanti-qualitativo	2	4
Nível de evidência		
Nível I	3	8,5
Nível II	3	8,5
Nível IV	26	72
Nível V	4	11

Fonte: Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2021.

Embora alguns artigos tenham abordado a saúde mental de PMs, não foi encontrado nenhum estudo específico que tratasse do CT e do CH associado aos profissionais da PMERJ.

Dos 36 estudos incluídos nas bases de dados consultadas, apenas três artigos da área de Enfermagem focaram em policiais; entretanto, nenhum deles utilizou o Inventário do Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA), que foi empregado no presente estudo.

O Quadro 1 exibe as publicações identificadas pelos critérios de busca e seleção, organizadas em ordem crescente de anos. Para facilitar a identificação, foi empregada uma

codificação alfanumérica, composta pela letra "E" seguida de um número arábico em sequência ascendente.

Quadro 1 – Produções científicas sobre os riscos ocupacionais que compuseram a revisão integrativa. Rio de Janeiro, Brasil. (continua)

NÚMERO	AUTOR	TÍTULO	OBJETIVOS
2016			
E01	Ascari, Rosana Amora; Dumke, Mellani; Dacol, Maritssa; Junior, Sérgio Maus; Sá, Clodoaldo Antônio De; Lauter, Liana.	Prevalência de risco para síndrome de Burnout em policiais militares / Prevalence of risk for burnout syndrome among military police / Prevalência de riesgo para síndrome de burnout en policiaes militares	avaliar o risco de desenvolvimento da Síndrome de Burnout em policiais militares, por meio do Maslach Burnout Inventory - Human Services Survey e, bem como conhecer o perfil dos policiais militares vinculados a um Batalhão da Polícia Militar no oeste catarinense, Brasil, por meio de questionário sociolaboral.
E02	Li, Chen; Xing, Jing-Jing; Shan, An-Qi; Leng, Ling; Liu, Jin-Chuan; Yue, Song; Yu, Hao; Chen, Xi; Tian, Feng-Shi; Tang, Nai-Jun.	Increased risk of nonalcoholic fatty liver disease with occupational stress in Chinese policemen: A 4-year cohort study.	Doença hepática gordurosa não alcoólica (DHGNA) e estresse ocupacional foram reconhecidos como grandes preocupações de saúde pública. Nosso objetivo foi explorar se o estresse ocupacional estava associado à DHGNA em uma população policial.
E03	Fontana, Rosane Teresinha; Mattos, Gisele Domingues de.	Vivendo entre a segurança e o risco: implicações à saúde do policial militar / Living in the midst of security and risk: implications on military police officers' health	Investigar a exposição aos riscos ocupacionais na atividade dos policiais militares, sob o ponto de vista dos trabalhadores.
E04	Nelson, K V; Smith, A P.	Occupational stress, coping and mental health in Jamaican police officers.	Examinar a relação entre características do trabalho, enfrentamento e saúde mental em policiais jamaicanos e testar se as características do trabalho estão indiretamente associadas a resultados de saúde mental por meio do estresse percebido no trabalho e da satisfação no trabalho.
E05	Lee, June-Hee; Kim, Inah; Won, Jong-Uk; Roh, Jaehoon.	Post-traumatic stress disorder and occupational characteristics of police officers in Republic of Korea: a cross-sectional study.	avaliar as características do trabalho do policial e o risco de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) entre policiais sul-coreanos.
E06	Elliott, Jaymen L; Lal, Sara.	Blood Pressure, Sleep Quality and Fatigue in Shift Working Police Officers: Effects of a Twelve Hour Roster System on Cardiovascular and Sleep Health.	Determinar mudanças na PA e as associações com a qualidade geral do sono e fadiga de policiais que trabalham em turnos em NSW. Também foram feitas comparações entre policiais de tarefas gerais com base em seu sexo, turno e classificação ocupacional.
E07	Bravo, Daiane Suele; Barbosa, Pedro Marco Karan; Calamita, Zamir.	Absenteísmo e envelhecimento no contexto ocupacional do Policial Militar / Absenteeism and aging in the military police workforce	Identificar as causas do absenteísmo na atividade do Policial Militar e compreender suas condições de trabalho, relacionando-as com o envelhecimento funcional.
2017			
E08	West, Christine; Fekedulegn, Desta; Andrew, Michael;	On-Duty Nonfatal Injury that Lead to Work Absences Among Police Officers and Level of Perceived	Examinamos a prevalência, frequência, duração e atualidade de licenças por lesões e a associação de
	Burchfiel, Cecil M; Harlow, Siobán; Bingham, C Raymond; McCullagh, Marjorie; Park, Sung Kyun; Violanti, John.	Stress.	lesões relacionadas ao trabalho com o estresse percebido em policiais dos EUA.
E09	Santos, Mairana Maria Angélica; Souza, Erivaldo	Análise sobre a percepção de policiais militares sobre o conforto	dar uma maior ênfase à promoção de saúde e prevenção de doenças do

Quadro 1 – Produções científicas sobre os riscos ocupacionais que compuseram a revisão integrativa. Rio de Janeiro, Brasil. (continua).

	Lopes de; Barroso, Bárbara Iansã de Lima.	do colete balístico / Análisis sobre la percepción de oficiales de policía militar sobre la comodidad del chaleco balístico / Analysis of the perception of state police officers regarding the comfort of bulletproof vests	policia militar e avaliar o conforto desses profissionais em relação ao colete balístico e suas possíveis associações com quadros de fadiga e de dor.
E10	Tavares, Juliana Petri; Lautert, Liana; Magnago, Tânia Solange Bosi de Souza; Consiglio, Angélica Rosat; Pai, Daiane Dal.	Relationship between psychosocial stress dimensions and salivary cortisol in military police officers.	analisar a relação entre dimensões do estresse psicossocial e cortisol salivar em policiais militares.
E11	Shiozaki, Maki; Miyai, Nobuyuki; Morioka, Ikuharu; Utsumi, Miyoko; Hattori, Sonomi; Koike, Hiroaki; Arita, Mikio; Miyashita, Kazuhisa.	Job stress and behavioral characteristics in relation to coronary heart disease risk among Japanese police officers.	avaliamos simultaneamente o estresse no trabalho e as características comportamentais propensas à doença coronariana entre policiais e examinamos se as variáveis de personalidade contribuíram para a alta prevalência de fatores de risco para o desenvolvimento de DAC.
E12	Andrew, Michael E; Violanti, John M; Gu, Ja K; Fekedulegn, Desta; Li, Shengqiao; Hartley, Tara A; Charles, Luenda E; Mnatsakanova, Anna; Miller, Diane B; Burchfiel, Cecil M.	Police work stressors and cardiac vagal control.	Este estudo examina as relações entre a frequência e a intensidade dos estressores do trabalho policial e o controle vagal cardíaco, estimado usando o componente de alta frequência da variabilidade da frequência cardíaca (VFC).
2018			
E13	Chaves, Maylla Salete Rocha Santos; Shimizu, Iara Sayuri.	Síndrome de burnout e qualidade do sono de policiais militares do Piauí / Burnout syndrome and sleep quality among military police officers in Piauí	Correlacionar a síndrome de <i>burnout</i> e a qualidade do sono dos policiais.
E14	Ogeil, Rowan P; Barger, Laura K; Lockley, Steven W; O'Brien, Conor S; Sullivan, Jason P; Qadri, Salim; Lubman, Dan I; Czeisler, Charles A; Rajaratnam, Shantha M W.	Cross-sectional analysis of sleep-promoting and wake-promoting drug use on health, fatigue-related error, and near-crashes in police officers.	Examinar o uso de drogas promotoras do sono e da vigília em policiais e as associações entre seu uso e resultados de saúde (sonolência excessiva, estresse e esgotamento), desempenho (erros relacionados à fadiga) e segurança (quase acidentes), tanto isoladamente quanto em combinação com trabalho noturno.
E15	Violanti, John M; Owens, Sherry L; Fekedulegn, Desta; Ma, Claudia C; Charles, Luenda E; Andrew, Michael E.	An Exploration of Shift Work, Fatigue, and Gender Among Police Officers: The BCOPS Study.	O presente estudo examinou a associação entre trabalho em turnos e fadiga entre policiais do sexo masculino (n = 230) e do sexo feminino (n = 78).
E16	Han, Minkyung; Park, Sohee; Park, Jong Heon; Hwang, Seung-Sik; Kim, Inah.	Do police officers and firefighters have a higher risk of disease than other public officers? A 13-year nationwide cohort study in South Korea.	avaliar e comparar as incidências de doenças entre diferentes categorias de agentes públicos na Coreia, a fim de entender melhor os riscos à saúde associados a essas ocupações.
E17	Cardoso, Edeildo Simplício; Fernandes, Sabrina Gabrielle Gomes; Corrêa, Luana Caroline de Assunção Cortez; Dantas, Glauko André de Figueirêdo; Câmara, Saionara Maria Aires da.	Low back pain and disability in military police: an epidemiological study / Dor lombar e incapacidade em policiais militares: um estudo epidemiológico / Dolor lumbar e incapacidad en policías militares: un estudio epidemiológico	Avaliar a prevalência de dor lombar entre policiais militares, bem como a presença de incapacidade e seus fatores associados.
E18	Pelegrini, Andreia; Cardoso, Thiago Elpídio; Claumann, Gaia Salvador; Pinto, André de Araújo; Felden, Erico Pereira Gomes.	Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais / Perception of work conditions and occupational stress among civil and military police officers of special operations units	Analisar a percepção das condições de trabalho e o estresse ocupacional em policiais civis e militares de Unidades de Operações Especiais de Santa Catarina.
E19	Braga, Katianna Karolinna	Pain and musculoskeletal	analisar a ocorrência de sintomas de

Quadro 1 – Produções científicas sobre os riscos ocupacionais que compuseram a revisão integrativa. Rio de Janeiro, Brasil. (continua).

	Fernandes Maia; Trombini-Souza, Francis; Skrapeč, Michele Vantini Checchio; Queiroz, Diego Barbosa de; Sotero, Andréa Marques; Silva, Tarcísio Fulgêncio Alves da.	discomfort in military police officers of the Ostensive Motorcycle Patrol Group / Dor e desconforto musculoesquelético em policiais militares do Grupamento de Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas	distúrbios osteomusculares no Grupamento de Patrulhamento Ostensivo de Motocicletas da Polícia Militar de Pernambuco, PE.
2019			
E20	Purba, Amrit; Demou, Evangelia.	The relationship between organisational stressors and mental wellbeing within police officers: a systematic review.	conduzir uma revisão sistemática para avaliar a relação entre estressores organizacionais e bem-estar mental dos policiais.
E21	Garbarino, Sergio; Magnavita, Nicola.	Sleep problems are a strong predictor of stress-related metabolic changes in police officers. A prospective study.	Estudos anteriores mostraram que trabalhadores cronicamente expostos ao estresse ocupacional têm um risco aumentado de síndrome metabólica (MetS) e problemas de sono (SPs). O objetivo deste estudo foi verificar se os SPs mediam a relação entre estresse e MetS.
E22	Urbani, Giselle; Cozende-Silva, Eliana Napoleão; Jesus, Lêda Freitas de.	Temporomandibular joint dysfunction syndrome and police work stress: an integrative review. / Síndrome da disfunção da articulação temporomandibular e o estresse presente no trabalho policial: revisão integrativa.	investigar se o estresse presente nas atividades dos trabalhadores da polícia brasileira pode ter relação com o desenvolvimento da síndrome da disfunção da articulação temporomandibular (DTM), uma doença comumente associada a condições estressantes.
E23	Lees, Ty; Elliott, Jaymen L; Gunning, Simon; Newton, Phillip J; Rai, Tapan; Lal, Sara.	A systematic review of the current evidence regarding interventions for anxiety, PTSD, sleepiness and fatigue in the law enforcement workplace.	revisar sistematicamente as informações mais recentes sobre ansiedade, TEPT e sonolência e fadiga e identificar as intervenções propostas (de 2009 a 2016 e a data da solicitação) para superar estressores relacionados ao trabalho e doenças mentais associadas que afetam policiais.
E24	Barreto, Carla Requião; Lins-Kusterer, Liliane; Carvalho, Fernando Martins.	Work ability of military police officers / Capacidade para o trabalho de policiais militares	Determinar a prevalência da capacidade para o trabalho (CT) e descrever as características do subgrupo com baixa CT entre policiais militares.
E25	Mona GG, Chimbari MJ, Hongoro C.	A systematic review on occupational hazards, injuries and diseases among police officers worldwide: Policy implications for the South African Police Service.	descrever os riscos ocupacionais, lesões e doenças que afetam policiais em todo o mundo, a fim de comparar as implicações políticas para o SAPS.
E26	-Silva CAC, Leite AL, Moreira JA, Abreu DDC, Oliveira PEA, Nunes DP, Magalhães MIS, Silva JBNF.	Association of dyslipidemia, hypertension and overweight/obesity with work shift and duration of employment among police officers in a small town in Northeastern Brazil.	Investigar a associação do sobrepeso/obesidade e fatores de risco cardiovascular com turno de trabalho e tempo de serviço entre policiais.
2020			
E27	Queirós, Cristina; Passos, Fernando; Bártolo, Ana; Faria, Sara; Fonseca, Sílvia Monteiro; Marques, António José; Silva, Carlos F; Pereira, Anabela.	Job Stress, Burnout and Coping in Police Officers: Relationships and Psychometric Properties of the Organizational Police Stress Questionnaire.	identificar estresse operacional e organizacional, burnout, enfrentamento resiliente e estratégias de enfrentamento entre policiais, bem como analisar as propriedades psicométricas de uma versão em português do Organizational Police Stress Questionnaire.
E28	Zhang, Yanxia; Liu, Jie; Liu, Yanqing; Lu, Wei; Hou, Ailian.	Salivary cortisol concentrations in police officers - a cross-sectional study in Beijing, China.	Investigamos a relação entre o nível de cortisol salivar e a prevalência de depressão em 585 policiais que trabalham nos Departamentos de Polícia de Pequim.
E29	Padilla, K E.	Sources and severity of stress in a Southwestern police department.	Explorar as fontes e a gravidade do estresse em um departamento de polícia de médio porte, predominantemente hispânico, do sudoeste.
E30	John-Akinola, Yetunde O; Ajayi, Aderonke O;	Experience of Stress and Coping Mechanism Among Police Officers	examinar as experiências de estresse e mecanismo de enfrentamento entre

Quadro 1 – Produções científicas sobre os riscos ocupacionais que compuseram a revisão integrativa. Rio de Janeiro, Brasil. (conclusão)

	Oluwasanu, Mojisola M.	in South Western Nigeria.	policiais no estado de Oyo, sudoeste da Nigéria.
E31	Lentz, Liana; Voaklander, Donald; Gross, Douglas P; Guptill, Christine A; Senthilselvan, Ambikaipakan.	A description of musculoskeletal injuries in a Canadian police service.	Policiais correm um risco maior de ferimentos do que na maioria das outras ocupações. Este estudo tem como objetivo quantificar a prevalência de ferimentos e identificar lesões musculoesqueléticas (MSIs) comuns entre policiais, usando dados de ferimentos de um serviço policial municipal em Alberta, Canadá.
E32	Marçal, Hanna Izabel Ferreira; Schlindwein, Vanderléia de Lurdes Dal Castel; Barbosa, Edcarlos Alfaia Galeno; Silva, Mariana Oliveira da.	Vivências de prazer-sofrimento na organização do trabalho dos policiais militares da Região Norte / Experiences of pleasure-suffering in the work organization of military police officers in the Northern Region	analisar as vivências de prazer-sofrimento dos PMs na organização de trabalho e como tais vivências influenciam na execução de suas atividades.
E33	Jetelina, Katelyn K; Beauchamp, Alaina M; Reingle Gonzalez, Jennifer M; Molsberry, Rebecca J; Bishopp, Stephen A; Lee, Simon Craddock.	Cumulative, high-stress calls impacting adverse events among law enforcement and the public.	A natureza imprevisível e, às vezes, perigosa da ocupação expõe os policiais a estresse agudo e crônico durante a permanência dos policiais (LEO). O objetivo deste estudo é duplo: 1) Descrever características multinível que definem chamadas de serviço de alto estresse para LEO; e 2) Caracterizar fatores que impactam o estresse cumulativo ao longo do turno de um LEO.
2021			
E34	Santos, Fernando Braga Dos; Lourenção, Luciano Garcia; Vieira, Evellym; Ximenes Neto, Francisco Rosemiro Guimarães; Oliveira, Adriane Maria Netto de; Oliveira, Jacqueline Flores de; Borges, Márcio Andrade; Arroyo, Thiago Roberto.	Occupational stress and work engagement among military police officers. / Estresse ocupacional e engajamento no trabalho entre policiais militares.	investigar os níveis de estresse ocupacional e engajamento no trabalho em policiais militares.
E35	Dias Campos, Fernanda; Chambel, Maria José; Lopes, Sílvia; Dias, Paulo C.	Post-Traumatic Stress Disorder in the Military Police of Rio de Janeiro: Can a Risk Profile Be Identified?	investigar a ocorrência de TEPT nesse grupo ocupacional e suas correlações com variáveis sociodemográficas e ocupacionais.
E36	Locatelli, Matheus Curcio.	Low back pain in military police activity: analysis of prevalence, associated factors, and ergonomics.	Este estudo teve como objetivo avaliar a prevalência de dor lombar em policiais militares, identificar fatores associados e avaliar riscos ergonômicos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Com base na psicodinâmica do trabalho (PDT) e utilizando uma proposta de intervenção centrada na escuta clínica das experiências dos trabalhadores, foram analisadas as expressões coletivas sobre a organização do trabalho. Os resultados evidenciaram a falta de condições adequadas de trabalho, tanto na estrutura física quanto nas condições gerais de trabalho (Marçal *et al.*, 2020).

Outros estudos também abordaram as condições e a natureza do trabalho militar e suas consequências para a saúde desses profissionais (Purba; Demou, 2019; Fontana; Mattos, 2016; Pelegrini *et al.*, 2018).

Segundo Nelson e Smith (2016), sentimentos subjetivos de ansiedade estão associados a aspectos negativos do trabalho e à abordagem emocional para lidar com eles. O estresse percebido mediou a relação entre características do trabalho e resultados de saúde mental. Além disso, a satisfação no trabalho mediou a relação entre aspectos positivos do trabalho e a ocorrência de depressão.

Ao analisar a relação entre o estresse psicossocial e os níveis de cortisol salivar em PMs, Tavares *et al.* (2017) descobriram que a variação do cortisol salivar é afetada por fatores individuais, laborais e psicossociais. De forma semelhante, Zhang *et al.* (2020) encontraram que os níveis médios de cortisol salivar eram significativamente mais altos em policiais com depressão em comparação aos sem depressão, indicando que níveis elevados de cortisol salivar podem ser um sinal da presença de depressão.

Em relação ao CTr do PM, os estudos apontaram: precariedade ambiental, Chaves; Shimizu (2018); Precariedade de material: Bravo *et al.* (2016); Chaves; Shimizu (2018); Cardoso *et al.* (2018); Puba e Demou (2019), Precariedade institucional: Cardoso *et al.* (2018); Sono inadequado: Tavares *et al.* (2017); Chaves; Shimizu (2018); Ogeil *et al.* (2028); Garbarino; Magnavita (2019), Elliott; Lal (2016), Efetivo diminuído: (Bravo *et al.*, (2016); Tavares *et al.*, (2017) e Excesso de tarefas: (Purba; Demou (2019). É importante ressaltar que todos os pesquisadores alertam que esses resultados indicam carga excessiva de trabalho.

Por conseguinte, os fatores referentes à organização e CTr, no tocante ao turno de trabalho e à carga horária, contribuíram sobremaneira para o esgotamento profissional e distúrbio do sono (Bravo *et al.* (2016); Tavares *et al.* (2017), Ogeil *et al.* (2018), Chaves *et al.* (2018), Cardoso *et al.* (2018), Barreto *et al.* (2019) e Amrit (2019).

Ascari *et al.* (2016) apontam que PMs são frequentemente obrigados a trabalhar em turnos consecutivos, sem intervalos para refeições e permanecendo em estado de alerta por longos períodos e dormindo pouco em um ambiente de alta pressão. Esses fatores contribuem para um desgaste significativo, resultando em consequências emocionais como irritabilidade e declínio físico e psicológico, incluindo envelhecimento precoce.

Em contrapartida, trabalhos em turnos fixos de longo prazo não mostraram uma associação significativa com níveis gerais de fadiga entre policiais. No entanto, policiais do sexo masculino que trabalhavam no turno da tarde apresentaram uma tendência maior a se sentirem mais cansados em comparação com aqueles que atuavam nos turnos diurno ou noturno, independentemente da quantidade de sono ou da carga de trabalho (Violanti, 2018).

Outras vulnerabilidades a que esses profissionais estão expostos podem impactar a saúde física (Chaves, 2018). Isso se deve tanto ao tempo prolongado que passam sentados em

viaturas durante o patrulhamento ostensivo quanto ao esforço físico exigido pelo uso de equipamentos pesados, como fuzis, fardas e coletes à prova de balas (Bravo *et al.*, 2016). O conforto dos policiais ao utilizar o colete balístico, bem como sua relação com dores e fadiga, demonstrou insatisfação com o equipamento, além de relatos de dor e fadiga por parte dos policiais (Santos; Souza; Barroso, 2017).

No que diz respeito à rede de apoio institucional, foi considerada insuficiente na avaliação da relação entre agentes estressores e sua influência no bem-estar físico e mental, resultando em sentimentos de isolamento, estresse e risco de suicídio (Purba; Demou, 2019).

Quanto às contradições entre o PM e a execução de suas tarefas, Bravo *et al.* (2016) e Chaves *et al.* (2018) apontam situações inesperadas, como a frequente exposição à violência, ao perigo e à gestão hierarquizada da profissão, além das alterações emocionais que isso acarreta. Nas relações laborais, destaca-se tanto os conflitos interpessoais nas relações sociais quanto nas profissionais, que são impactadas pela falta de recursos emocionais e pelo alto nível de exigência no trabalho, resultando em comportamentos negativos dos profissionais em relação aos que recebem seus serviços (Ascari *et al.*, 2016).

Nesta conjuntura, os estudos incluídos na revisão integrativa revelaram padrões semelhantes quanto à relação entre as características do trabalho e o impacto no desgaste laboral. Esses fatores foram identificados como fatores que contribuem fortemente para problemas de saúde entre policiais em diversos países e estados brasileiros.

Na Coreia, uma análise da incidência de doenças entre diferentes categorias de agentes públicos revelou que policiais e bombeiros apresentavam uma taxa mais alta de doenças em comparação com outros profissionais do setor público (Han *et al.*, 2018).

Nos EUA, uma investigação sobre a prevalência, frequência e duração de licenças por lesões, bem como a associação dessas lesões com o estresse, indicou que a maioria dos policiais sofreu pelo menos um ferimento relacionado ao trabalho. Além disso, os dados sugerem que lesões repetidas são comuns e que essas lesões são psicologicamente estressantes (West *et al.*, 2017).

No Canadá, ao quantificar a prevalência de ferimentos e identificar lesões musculoesqueléticas entre policiais, observou-se uma alta incidência de distensões e entorses, com as costas e ombros sendo as áreas mais afetadas (Lentz *et al.*, 2020).

No Rio Grande do Norte, ao analisar a prevalência de dor lombar e fatores associados, identificou-se a cronificação da dor lombar pelo uso de coldres de cinto, e maior prevalência da dor entre policiais mais velhos e com mais tempo de serviço (Locatelli, 2021)

A presença de distúrbios musculoesqueléticos entre esses trabalhadores é muito comum, principalmente na região anatômica do dorso, em seguida pelos joelhos e tórax. A coluna vertebral e os membros inferiores com maior intensificação de dor quando comparados as demais regiões do corpo (Braga *et al.*, 2018).

De acordo com Mona, Chimbari e Hongoro (2019), o ambiente de trabalho dos policiais envolve diversas exposições a riscos. Entre os riscos físicos, destaca-se a perda auditiva devido à exposição a altos níveis de ruído. Os riscos químicos incluem a exposição frequente ao dióxido de carbono, associado ao câncer, e a outras substâncias que podem causar dermatite. Além disso, os riscos ergonômicos afetam o sistema musculoesquelético. Policiais também enfrentam riscos biológicos, como a exposição ao sangue, além de violência física e acidentes (Fontana; Mattos, 2016).

Os riscos psicológicos são igualmente significativos, com potenciais desdobramentos em doenças como o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Lee, Kim e Won (2016) observam que 41,11% dos policiais com diversas fontes de estresse no trabalho podem estar sujeitos ao desenvolvimento e agravamento de doenças. Segundo Urbani, Cozendey-Silva e Jesus (2019), o estresse na atividade policial pode estar relacionado ao desenvolvimento da Disfunção da Articulação Temporomandibular (DTM). Eles descobriram que o estresse não apenas facilita o surgimento e agravamento da DTM, mas também compromete a qualidade de vida (QV) dos trabalhadores.

Quanto ao estresse ocupacional, vários estudos abordam sua relação com o adoecimento. Santos *et al.* (2021) identificaram os principais agentes estressores como a falta de perspectiva decrescimento funcional, deficiência de treinamento, discriminação/favoritismo, longas jornadas de trabalho, distribuição de tarefas, tipo de organização, exclusão das decisões e baixa valorização.

A natureza do trabalho policial expõe esses trabalhadores a estresse agudo e crônico, tornando-os vulneráveis a eventos adversos devido à contínua exposição a fatores estressantes no trabalho (Jetelina *et al.*, 2020). Da mesma forma, a percepção das CT e do estresse ocupacional em policiais civis e militares de Unidades de Operações Especiais (UOE) em Santa Catarina foi considerada regular. As avaliações mais negativas foram em relação à remuneração/benefícios e ao ambiente físico. Um em cada quatro policiais apresentou trabalho passivo e de alto desgaste, considerados de maior risco para adoecimento (Pelegrini *et al.*, 2018).

As fontes de estresse que afetam os policiais podem variar conforme mudanças na aplicação da lei, além de outras questões como raça/etnia, hierarquia e tempo de serviço (Padilla, 2020).

Além disso, muitos profissionais não compreendem completamente o significado do estresse e suas consequências. No estado de Oyo, no sudeste da Nigéria, 92,5% dos entrevistados apresentaram conhecimento limitado sobre o estresse. Além disso, 80,1% relataram ter experimentado estresse, manifestado por sentimentos de depressão, e 60,5% mencionaram sintomas físicos como dor de cabeça e dores corporais (John-Akinola; Ajavi, 2020).

O estresse relacionado ao trabalho e as características comportamentais associadas a doenças coronarianas entre policiais estão frequentemente vinculados aos turnos de trabalho e à carga de horas extras. No entanto, os policiais tendem a subestimar o estresse que enfrentam e a não reconhecer plenamente os sintomas físicos e psicológicos associados a ele (Shiozaki *et al.*, 2017).

No que diz respeito ao impacto do estresse de gênero, a relação entre a frequência e a intensidade dos estressores no trabalho policial e o controle vagal cardíaco revelou que, entre os homens, não houve associações significativas entre a exposição a esses estressores e o controle vagal. No entanto, para as mulheres, foram observadas associações significativas, com uma relação inversa entre a falta de exposição a estressores de apoio e o controle vagal (Andrew *et al.*, 2017).

Em relação à doença hepática gordurosa não alcoólica e ao estresse ocupacional, um estudo na polícia chinesa revelou uma incidência de 31,2% da condição entre os policiais. Os principais fatores de risco identificados foram altos níveis de estresse ocupacional e elevada tensão pessoal. Em contraste, níveis baixos de estresse ocupacional e tensão pessoal foram associados a um menor risco de desenvolver a doença, sugerindo que altos níveis de estresse e tensão pessoal são preditores significativos para o surgimento da condição hepática gordurosa (Li *et al.*, 2016).

Além disso, em estudos sobre doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) entre policiais, o turno e a carga horária de trabalho foram identificados como fatores de risco para sobrepeso e obesidade, que, por sua vez, são fatores de risco cardiovascular para esses profissionais (Silva *et al.*, 2019). Em Salvador, um número significativo de PM relatou baixa ou moderada capacidade para o trabalho, atribuída à obesidade, jornadas superiores a oito horas diárias e à falta de moradia própria, o que afeta negativamente o desempenho das atividades policiais (Barreto, Lins-Kusterer; Carvalho, 2019).

Adicionalmente, a revisão da literatura revelou uma falta de estudos sobre o desgaste físico e psicológico enfrentado pelos PMs, especialmente no Estado do Rio de Janeiro. Essa lacuna destaca a importância de investigar o CH e o CTr desses profissionais, evidenciando a necessidade de pesquisa adicional sobre esses aspectos.

Esta pesquisa é justificada pela identificação de aspectos cruciais ainda não explorados, que podem ser discutidos para melhorar a saúde dos trabalhadores da PMERJ. Considerando que os riscos psicossociais estão fortemente relacionados à gestão e à OT, é fundamental entender como a atividade laboral afeta a saúde e como os riscos de acidentes e adoecimento são enfrentados pelos agentes de segurança pública. A compreensão dessas condições permitirá a minimização dos prejuízos físicos, mentais e sociais (Queirós *et al.*, 2020).

Portanto, intervenções contínuas focadas no estresse ocupacional e nos transtornos psicológicos têm o potencial de beneficiar a saúde dos policiais e a eficácia da aplicação da lei (Lees *et al.*, 2019).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TRABALHO: ASPECTO CONCEITUAL E HISTÓRICO

O significado do trabalho ao longo da história passou por diversas fases. Inicialmente, houve a divisão baseada no gênero das tarefas realizadas, onde o homem era responsável pela provisão e a mulher pelo cuidado. A origem da palavra "trabalho" vem do latim "*tripalium*", que se refere a um instrumento de tortura em que escravos eram punidos. Assim, o verbo "tripaliare" surgiu, significando torturar alguém. Inicialmente, o trabalho era associado ao sofrimento, mas a partir do século XV essa ideia evoluiu para a noção de se engajar em uma atividade. Mesmo que o conceito de trabalho tenha mudado ao longo do tempo, ainda hoje se relaciona com a ideia de esforço e limitações, pois exige energia e comprometimento para alcançar os objetivos desejados.

Neste contexto, a atividade laboral também está associada à valorização que a pessoa atribui a uma determinada posição que ocupa, bem como às imagens que liga a ela e a importância que tem em sua existência (Morin, 2004). De maneira abrangente, os sentidos do trabalho são formados como uma mistura singular da interpretação pessoal dos significados compartilhados, por meio das vivências cotidianas (Tolfo; Piccinini, 2007).

Contudo, o trabalho possui seu enfoque social e não pode ser visto como uma atividade individual, já que é realizado com outras pessoas e para outras pessoas, com objetivo coletivo organizado, coordenado, canalizado, gerido. Desta forma, o trabalho apresenta um contexto de confronto e conflito (Lhuilier, 2013).

O objetivo do trabalho é a transformação de um objeto através de instrumentos para um determinado fim. Segundo Karl Marx (1818-1883), há de ser composto por três elementos que englobam o trabalho em si, o objeto e os instrumentos (Marx, 2017). Esse processo se caracteriza pelo conjunto de etapas para a transformação de insumos em serviços, por meio de atividades executadas pelo homem ao longo de um período, respeitando-se uma sequência lógica entre a ação, o processo e o resultado. Entretanto, no trabalho, os processos podem se desenvolver de forma concomitantemente (Peduzzi; Schaiber, 2009).

De acordo com essa perspectiva teórica, o trabalho funciona como alicerce da sociedade, e é através dele que o indivíduo realiza seus sonhos, desenvolve seus projetos e se realiza como sujeito. As interpretações que as pessoas dão às suas atividades são influenciadas pelas interações sociais em que estão inseridas, apresentando, portanto, uma natureza complexa e mutável. Dessa maneira, para os indivíduos, os significados do trabalho estão relacionados à

forma como ele é incorporado na sociedade, permitindo que eles influem nas estruturas pessoais, organizacionais e sociais do sujeito (Silveira; Medeiros, 2016).

Entre as diversas abordagens, existem duas interpretações marcantes sobre o sentido do trabalho e da atuação profissional na tradição de pensamento ocidental. O conceito influente de alienação ilustra essa noção. O indivíduo se torna alienado quando perde o controle sobre sua própria atuação ou quando a tarefa a ser executada se desvincula de suas vivências, experiências e autonomia como sujeito. Nesse contexto, o trabalho é encarado como uma ameaça aos valores de liberdade, dignidade e, sobretudo, à concepção do trabalho como um embate criativo do ser humano e a natureza, do qual resulta sua própria existência material e psicológica (Bendassolli; Borgesandrade, 2011).

Dessa forma, a interação entre pessoas e a natureza faz com que o trabalhador desenvolva competências para suprir suas necessidades psicossociais, dando sentido à sua existência. Essas concepções de trabalho são resultado não apenas dos modos de produção e dos bens e serviços, mas também estão relacionadas ao modo de pensar e de se organizar da sociedade (Neves *et al.*, 2018).

Marx (2017) afirma que o trabalho se traduz na força despendida pelo trabalhador para a realização de uma atividade, a qual pode haver dispêndio físico e/ou intelectual. Em diálogo com Marx, o historiador italiano Carlo Ginzburg, em “O queijo e os vermes”, assevera que sua análise versa, acima de tudo, sobre a interseção de duas linguagens de exclusão que tendem a se negar, alternadamente: a judiciária e a psiquiátrica.

Neste pensamento, no capítulo extraído do “O capital”, intitulado “Processo de Trabalho e processo de valorização”, Marx apresenta, em primeiro plano, o trabalho como elemento primordial na construção da sociedade como condição de reprodução da vida. Posteriormente, ele o concebe como instrumento de acumulação do capital, explicitando de que forma ocorre a dominação e a exploração do trabalho para a geração de lucro e mais-valia, haja vista que a utilização da força de trabalho há de ser o próprio trabalho, ao passo que o comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela; ou seja, o trabalhador (Marx, 2017).

Neste arcabouço teórico, Dejours afiança que o sofrimento humano se relaciona ao trabalho desde o século XIX com o advento da Revolução Industrial, um período de desenvolvimento do capitalismo, quando o objetivo da produção se vinculou ao processo de acumulação de capital. Esse período foi designado pelo aumento da produção, êxodo rural e pela formação da comunidade urbana (Dejours, 2017).

Nessa dinâmica, a comunidade de trabalhadores industriais vivenciava condições insalubres, riscos de acidentes de trabalho e esgotamento físico, levando a alta mortalidade e

longevidade reduzida frente ao que Dejours (2017) identifica como uma luta pela sobrevivência. Os trabalhadores já excederam suas horas de trabalho e atingiam 12, 14 ou até mesmo 16 horas por dia, além de receberem salários extremamente baixos, representando apenas o estritamente necessário para subsistência. As intensas exigências de trabalho e de vida empobrecem a mão de obra e apontam para riscos específicos aos quais se denominava miséria operária (Dejours, 2017).

De acordo com Ferreira (2017), as perspectivas de Marx já apontavam para o modo de produção capitalista, no qual o trabalho deixa de ser humanizado e passa a alienar a mão de obra, que se transforma em mercadoria. Nesse contexto, o trabalhador explorado desconhece o seu próprio processo produtivo e o valor de seu trabalho, o que desqualifica o objetivo de produção, que visa ao acúmulo de capital que divide a sociedade entre uma parcela que sobrevive e a outra que enriquece (Neves, 2022; Lopes *et al.*, 2022).

Em suma, as configurações de trabalho são influenciadas pela lógica do capital, ou seja, pela consequência das transformações na sociedade contemporânea e suas relações com a produtividade e seu significado (Dejours, 2017).

Numa visão filosófica, Arendt (2010) nos permite-nos a reflexão do trabalho como uma condição humana que, na atualidade, respalda o sistema econômico vigente e impacta diretamente o trabalhador. O trabalho deixa, portanto, de ser apenas elemento de sobrevivência e manutenção da vida, caracterizando-se como uma atividade na qual o homem fabrica seus próprios instrumentos de trabalho, contribuindo com a produção de tudo aquilo que será utilizado e consumido por ele.

Enquanto ação, o trabalho pode ser compreendido como estruturante não apenas do fazer, mas também como uma atividade voltada para o estabelecimento das relações sociais e, portanto, para a construção da identidade e subjetividade do sujeito, tornando-o singular em relação aos demais. No que tange às condições trabalhistas no mundo contemporâneo, não se pode perder de vista que a globalização de ordem econômica e a precariedade das condições sociais, em diálogo com inovações de tecnologia e gestão, decerto impactaram significativamente as múltiplas transformações no ideário tradicional das áreas da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional (MTSO).

No que se refere ao trabalho como mediador da integração social por meio da constituição da subjetividade, seja pela perspectiva econômica ou cultural, é necessário priorizar não apenas os aspectos físicos dos ambientes laborais como fatores de risco à saúde dos trabalhadores, mas também os fatores organizacionais e, sobretudo, o processo de formação psicossocial do trabalhador em sua plenitude profissional (Koutisimani *et al.*, 2019).

Por fim, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020), pode-se afirmar que na perspectiva da evolução do trabalho e suas implicações para o trabalhador, na atualidade, a síntese de indicadores sociais a partir de uma análise das condições de vida da população brasileira em 2020 coloca o Brasil entre os países com maior incidência de desocupação de longo prazo, ou seja, indivíduos sem trabalho no período de pelo menos um ano.

Partindo do princípio de que o trabalho é central na formação das identidades dos indivíduos, banalizar a precarização dos empregos, os processos de terceirização, as demissões em massa, em nome de preceitos economicistas faz com que a sociedade naturalize o sofrimento humano no trabalho.

De acordo com Mendes (2021), o trabalho implica sair do lugar, movimentar-se para reconstruir a sua própria narrativa histórica e a do outro, convivendo e se reconhecendo como classe trabalhadora. Isso envolve retomar o político, que, como disse Marx, articula a ética do desejo com a do viver em conjunto. De certo modo, isso pode se desdobrar na insistência de uma luta constante contra a irreparável contradição de um silêncio coletivo imposto pela voz tirânica do discurso capitalista.

2.2 CONTEXTO DE TRABALHO E CUSTO HUMANO NO TRABALHO À LUZ DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

A PDT é uma abordagem científica desenvolvida na França, na década de 1980, por Christophe Dejours, que possibilita uma compreensão contemporânea sobre a subjetividade no trabalho. Em seus estudos, Dejours criticava o modelo taylorista, demonstrando que é a OT a responsável pelas consequências penosas ou favoráveis para o funcionamento psíquico do trabalhador (Dejours, 1987).

A OT é caracterizada pela prescrição do trabalho formal ou informal, que norteia o funcionamento e a gestão laborativa, através do modo de pensar e de agir de seus gestores. Produz sobre o homem impactos no seu aparelho psíquico, tendo em vista que, em determinados contextos de trabalho, surge um sofrimento em decorrência do choque entre os desejos pessoais do sujeito que trabalha e uma organização que não acolhe os sonhos e esperanças desse sujeito trabalhador (Dejours, 2017).

Ainda na perspectiva da PDT, Dejours (1999) adotou o conceito de sofrimento psíquico, afirmando que dor e prazer são inerentes ao trabalho, num equilíbrio delicado que, ao longo da vida, pode promover dois tipos de sofrimento: o criativo e o patogênico. Nesse contexto, ele

destaca que o sofrimento criativo seria o responsável pela realização do verdadeiro trabalho, funcionando como a alavanca do processo criativo e da evolução do sujeito tanto na profissão quanto internamente. O sofrimento patológico, por sua vez, conforme afiança Dejours, surge quando as defesas do ego falham diante dos desafios, gerando um sentimento de incapacidade, sintomas corporais, como ansiedade e insônia, e emoções como a tristeza, a raiva e a desesperança.

Por fim, ainda de acordo com o autor, esses sentimentos podem repercutir não apenas no ambiente laboral, mas também nas relações familiares, nos espaços de lazer e na autoestima, gerando transtornos mentais, cuja origem é difícil de discernir seja de ordem pessoal ou institucional. A dicotomia entre prazer e sofrimento vem a se caracterizar por intermédio de uma experiência vivenciada em diversos períodos da vida humana.

Entretanto, é no trabalho que as relações sociais tendem a assumir aspectos gradativos no cotidiano do indivíduo, tanto no âmbito somático quanto no psicossomático. Dado que tais evidências ocorrem de forma significativa, as relações humanas são permeadas por questões sofríveis, mesmo que o objetivo institucional não seja eliminar as causas, mas buscar soluções para lidar com o binômio prazer/sofrimento. Dessa forma, ao identificar as questões que causam sofrimento, é possível ter uma maior condição de lidar com as circunstâncias (Gerke; Derroso, 2021)

Acrescenta-se, ainda, que as vivências de prazer e/ou de sofrimento permeiam o cotidiano do trabalho e são expressas por meio de sintomas específicos relacionados ao contexto socioprofissional e à própria estrutura de personalidade. O sofrimento pode ser causado pela história individual de cada trabalhador com a soma de seus projetos, desejos e esperanças, ignorados pela organização do trabalho, além do trabalho carente de significação, sem suporte social, sem reconhecimento ou que se estabeleça como fonte de ameaça à integridade física e/ou psíquica, podendo ocasionar sofrimento psíquico (Dejours; Abdoucheli; Jayet, 1994).

Segundo Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994), a PDT tem por finalidade compreender os aspectos subjetivos e interativos que abarcam a ambiência de trabalho, focando os aspectos associados à sua organização, tais como: a) ritmo; b) hierarquia; c) jornada; d) controle; e) responsabilidade; f) CT. Outrossim, estes fatores contextualizados podem vir a ser considerados perigosos e nocivos à saúde do trabalhador. No entanto, a teoria propositada pelos autores supracitados pressupõe-se da solução a nível coletivo, com o objetivo de evitar o sofrimento humano ao rastrear o prazer do indivíduo.

Nesse sentido, CHT é descrito como o dispêndio físico, cognitivo e emocional exigido pelos trabalhadores na realização de uma atividade laboral, resultante de fatores objetivos e

subjetivos capazes de impactar a saúde do trabalhador quando a carga recrutada é maior do que o indivíduo consegue suportar. Assim, o trabalhador é diretamente influenciado por sua relação com o trabalho, modificando todo o seu CTr, de forma contínua, resultando em reações ou conformações no modo de agir (Ribeiro; Leda, 2018).

Ferreira e Mendes (2008) destacam, com base no conceito de contexto de produção e bens de serviço, três aspectos que compreendem o CTr: a OT, as interações profissionais e as condições em que o trabalhador executa uma atividade.

Conforme apontado por Mendes e Ferreira (2007), as interações profissionais referem-se às relações sociais estabelecidas no ambiente de trabalho, envolvendo a comunicação e os padrões de liderança.

As CT se relacionam com tudo o que envolve o ambiente profissional, ou seja, com o suporte institucional dado aos trabalhadores durante a execução de seus serviços; são esses elementos estruturais que exprimem as práticas gestoras de uma instituição. De acordo com Ferreira e Mendes (2008), as CT são caracterizadas pelos elementos da estrutura física, instrumentos e equipamentos, matéria-prima, suporte organizacional, práticas de remuneração, desenvolvimento pessoal e benefícios. Entre esses fatores, Dejours (2017) considera os aspectos físicos, químicos, biológicos, além das condições de higiene, segurança e características antropométricas do posto de trabalho.

Diante do exposto, é possível afirmar que estas três dimensões – a OT, as relações profissionais e as condições em que o indivíduo realiza uma tarefa, fornecem subsídios para compreender as relações entre o trabalho e o trabalhador, visto que, dentro deste contexto, elas podem apresentar-se de forma complexa e dinâmica, variando de acordo com o ambiente e gestão laborativa.

É fato que as relações de trabalho, sob o ponto de vista do modelo de organização e de administração trabalhista, sofreram várias transformações estruturais desde o século passado. As novas formas de produção capitalista afetam diretamente a forma com que as pessoas vivenciam o sentido e significado do trabalho. Nada obstante, as consequências físicas e mentais reproduzem-se ocasionadas pelo desgaste do trabalho à saúde do trabalhador (França *et al.*, 2021).

Essas rotinas de trabalho são extremamente aceleradas e intensas em busca da alta produtividade, mas que, em troca, devolvem a precariedade nos aspectos materiais, técnicos e ambientais. Autores como Ferreira e Dias (2022), Soares *et al.* (2021), afirmam que, em função do tipo de organização, planejamento e gerenciamento do trabalhador, alguns eventos que afetam a saúde são peculiares a essa profissão.

Desta forma, percebe-se que as profissões com alto nível de estresse no CTr exigem um CHT considerável e quanto mais tempo exposto a esse CTr, maior a exposição às consequências advindas do ambiente laboral; ou seja, no caso dos PMs, quanto mais anos de serviço na corporação, mais propensão aos transtornos biopsicossociais (Rocha *et al.*, 2023).

2.3 O TRABALHO E A SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) fizeram um apelo para a implementação de ações concretas em relação às inúmeras preocupações sobre a saúde mental da população trabalhadora. Estima-se que, anualmente, 12 bilhões de dias de trabalho são perdidos devido à depressão e transtornos de ansiedade, o que custa à economia global quase 1 trilhão de dólares.

Nesse contexto, com o objetivo claro de abordar tal temática em voga, duas novas publicações foram lançadas: 1) Diretrizes da OMS sobre saúde mental no trabalho; 2) Resumo da política conjunta da OMS e OIT. Nestes registros, observa-se que as diretrizes integrais da OMS recomendam ações imediatas para o enfrentamento dos riscos à saúde mental, tais como: a) jornada de trabalho com sobrecarga de horário; e b) comportamentos negativos que geram sofrimento ao trabalhador (OPAS, 2022).

É importante destacar que, neste comunicado, pela primeira vez, a OMS aconselha o treinamento de gestores com o intuito de desenvolvimento das capacidades, a fim de que não ocorram ambientes de trabalho estressantes que ocasionam sofrimento aos trabalhadores.

Neste contexto, o Relatório Mundial de Saúde Mental da OMS, publicado em junho de 2022, revelou que, em 2019, um bilhão de pessoas vivia com transtornos mentais. Além disso, 15% dos adultos em idade laboral sofriam de perturbações psíquicas que afetavam o seu desempenho profissional. O relatório identificou também que o trabalho amplifica questões sociais que comprometem negativamente a saúde mental, incluindo-se a discriminação e a desigualdade de qualquer espécie. Cabe acrescentar que, nesse registro da OMS, o *bullying* e a violência psicológica como instrumento de assédio moral estão entre as principais reclamações dos funcionários no local de trabalho, impactando, destarte, pejorativamente, em sua saúde mental (WHO, 2022).

Por outro lado, é importante *Road to Mental Readiness* (R2MR), destacar que discutir essa temática ainda é um tabu nos ambientes de trabalho em todo o mundo, mesmo que as diretrizes institucionais alertem para a existência de melhores formas de atender às necessidades

dos trabalhadores em relação às condições de saúde mental (CSM), propondo intervenções para apoiar o retorno ao trabalho de indivíduos acometidos por transtornos psíquicos.

Conseqüentemente, no que diz respeito aos trabalhadores com graves problemas de saúde mental, a OMS propõe intervenções baseadas em evidências que promovam sua inserção no trabalho remunerado. Por essa razão, é importante destacar que essas diretrizes institucionais solicitam intervenções de ordem humanitária e de emergência, com o objetivo de prevenir riscos, proteger e promover a saúde mental no ambiente de trabalho, garantindo que os trabalhadores possam participar e prosperar em sua área de atuação profissional (WHO, 2022).

Nesse processo institucional, é imprescindível mencionar que o investimento e a liderança serão fundamentais para a implementação das estratégias de reinserção dos colaboradores. Em consonância com as orientações da OMS a Convenção sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores da OIT (Nº 155) e a Recomendação Nº 164 fornecem estruturas legais para proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores.

Nesta linha de investigação, o Atlas de Saúde Mental da OMS constatou que apenas 35% dos países relataram ter programas nacionais de promoção e prevenção da saúde mental relacionada ao trabalho; e, nesta conjuntura e, principalmente, sob a perspectiva do trabalho policial, utilizou-se como marco teórico a promoção da saúde pautada no conceito da OMS (OIT, 1981; 1998).

Por esse viés, constatou-se que as estratégias de produção de saúde, articuladas às demais estratégias e políticas do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuíram para a construção das ações transversais, que, de fato, possibilitaram atender às necessidades sociais de saúde.

Outrossim, a promoção da saúde vem a ser uma das prioridades do Pacto pela Vida para a construção de uma abordagem integral do processo saúde-doença, tendo como foco o enfrentamento dos problemas baseados no reconhecimento dos determinantes sociais da saúde em sua produção.

Nesta acepção, percebe-se que a promoção da saúde deve dialogar com as diversas áreas do setor sanitário, bem como outros setores do governo e da sociedade civil, a fim de que sejam partícipes no cuidado com a vida humana, compondo redes de compromisso e responsabilidade (Brasil, 2006).

Historicamente, no início do século XX, o médico sanitário Henry Sigerist nomeou, pela primeira vez na história da saúde pública mundial, o conceito de promoção da saúde que apontava as quatro funções da medicina: a promoção da saúde, a prevenção das doenças, a recuperação dos enfermos e a reabilitação. Segundo Sigerist, tal concepção estaria relacionada

a ações de educação em saúde, assim como estratégias estruturais do Estado, com o desígnio de se promover melhores condições de vida da população na época (Demarzo, 2012).

A partir da segunda metade do século XX, porém, despontam alguns movimentos de contestação ao pensamento liberal e às conjunturas políticas, notadamente na América Latina, então acometida por regimes ditatoriais. Com eles, afloram as discussões conceituais sobre a promoção da saúde coletiva, além da determinação social e a epidemiologia crítica da saúde (Breilh, 2006; Marmot, 2005).

Neste escopo, os movimentos internacionais de uma parcela do campo da saúde, liderados pelas ciências sociais e humanas, visam a fortalecer a noção de um padrão de saúde, no qual se vislumbra a superação do modelo vigente, de sorte que se desloque o olhar do tratamento para a prevenção de doença, utilizando-se de uma concepção de saúde ampliada e holística, capaz de afetar de maneira positiva a vida dos indivíduos (Paim; Almeida Filho, 1998).

Em 1979, o sociólogo e médico Aaron Antonovsky, imigrante israelense naturalizado norte-americano, desenvolveu o conceito de salutogênese. Essa abordagem foca na manutenção da saúde das pessoas no ambiente de trabalho, em vez de se concentrar nos fatores de risco associados às patologias. A teoria de Antonovsky buscava compreender como a saúde é produzida no indivíduo, mesmo em condições adversas, como método de prevenção. Segundo o autor, o modelo dominante de patogênese, centrado na doença, apresentava limitações para a promoção da saúde, o que destacava a necessidade de um novo modelo de análise científica (Antonovsky, 1979).

Dessa forma, em sua procura incessante por outro modo de se analisar a saúde do indivíduo, indicou uma mudança no enfoque dado ao tema, preocupando-se em questionar a respeito de quais seriam as origens da saúde e como as pessoas se mantêm saudáveis no exercício profissional. Deste modo, a salutogênese ofereceria uma perspectiva alternativa e positiva para se compreender e orientar as CT em promoção da saúde em diversas áreas (Antonovsky, 1979).

De acordo com essa proposição, os indivíduos se movem ao longo de um *modus continuum* de saúde, por meio de um processo dinâmico e constante. Assim sendo, nota-se que o processo de mover-se dos sujeitos ao longo desse *modus continuum* vem a ser influenciado por dimensões individuais e sociais, pois que, para o artífice da teoria da salutogênese, no âmbito particular, os seres humanos são impulsionados pelo sentido de coerência que apresentam, sobretudo por tratar-se de um conceito referente a uma disposição e capacidade individual para lidar com as situações vivenciadas; e, pelo contexto de vida ou “rio da vida”,

referindo-se às condições socioculturais, econômicas e ambientais, às quais os sujeitos estão inseridos (Antonovsky, 1996).

A orientação salutogênica implica na necessidade de promover recursos e capacidades do indivíduo, de modo a aumentar a saúde do trabalhador, cabendo o registro de que tal orientação tem sido adotada na promoção da saúde do sujeito, ultrapassando a interação original do modelo de saúde (Erikson; Lindström, 2014).

De acordo com McCuaig e Quennerstedt (2018), o “rio da vida”, em suas múltiplas dimensões históricas, econômicas, socioculturais e ambientais, proporcionará um complexo de fatores estressores e situações desafiadoras ao cultivo da vida, como, por exemplo, o desemprego ou o processo de adoecimento humano a partir da perda de um familiar. Por outro lado, conforme atestam os autores, oferecerá também recursos de saúde, em diálogo com fatores salutares que favorecem a produção e conservação do bem-estar.

Diante de situações desafiadoras, os indivíduos mobilizam os recursos que têm à sua disposição. Esses recursos ao serem mobilizados, os recursos aplicados à promoção da saúde proporcionam experiências, que se caracterizam pelos níveis de consistência, equilíbrio ou balanceamento das demandas impostas. Além disso, há também a participação do sujeito como instrumento de autonomia na tomada de decisões nas situações empíricas.

Por sua vez, as experiências consistentes, equilibradas e autônomas moldam o sentido de coerência dos sujeitos e coletividades, levando influenciando os processos de produção de saúde dos seres humanos.

Logo, o conceito salutogênese refere-se à capacidade e disposição das pessoas para ver a vida como compreensível, gerenciável e significativa, visto que o sentido de coerência sugere uma capacidade para lidar com situações adversas que afetam os *modus vivendi*, influenciando positivamente a sua saúde física e mental, pois que, ainda consoante Antonosky, o sentido de coerência envolve três componentes: a) compreensão, b) gestão, c) significado (Antonovsky, 1979). Através deste enfoque científico, Antonovsky (1996) destaca que a compreensão implica na percepção de que o indivíduo possui habilidades cognitivas, informações e conhecimento necessários para entender seu ambiente e formas de viver, incluindo os desafios, as dificuldades e os processos de enfermidade.

A gestão envolve a capacidade de reconhecer e utilizar os recursos de saúde disponíveis para lidar com uma determinada situação de vida. Por último, o significado diz respeito à motivação e capacidade de se envolver no processo de resolução e gestão das questões do dia a dia (Antonovsky, 1996).

Segundo Mittelmark e Bauer (2017), esses três elementos mencionados por Antonovsky (1996) estão interligados, de forma a indicar como as pessoas percebem ou entendem as situações que enfrentam, sendo motivadas a enfrentá-las ao utilizar os recursos disponíveis para manter sua saúde. Nesse contexto, afirmam que a avaliação e análise do senso de coerência de indivíduos e grupos têm sido o principal objeto de estudos baseados na abordagem da promoção da saúde. Conforme Girondoli (2021) menciona, o aumento do senso de coerência resulta na melhora da capacidade dos indivíduos de lidar com os desafios do cotidiano, promovendo assim a preservação da saúde.

Dentro do cenário brasileiro, a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) busca principalmente melhorar a QV buscando assim diminuir as vulnerabilidades e riscos ligados aos fatores que influenciam o processo de saúde e doença (Brasil, 2012).

Entretanto, de acordo com a teoria de Mittelmark *et al.* (2017), o princípio salutogênico analisa sobretudo as condições de bem-estar e os fatores que protegem e promovem a sua preservação, sendo vital focar nos elementos que influenciam a manutenção da saúde do indivíduo. Portanto, os estudiosos destacam que a salutogênese consiste em um conceito detalhado sobre saúde, estresse e mecanismos de enfrentamento, nos quais as experiências vivenciadas ao longo da vida influenciarão, sem dúvida, na formação do senso de coerência de uma pessoa, sendo a existência percebida como mais ou menos compreensível, significativa e controlável.

2.4 A CONFIGURAÇÃO LABORAL DO POLICIAL MILITAR

Para entender o processo de trabalho em si e a estrutura organizacional e administrativa do policial militar de hoje, faz-se necessário uma breve abordagem histórica da criação das Polícias Militares brasileiras.

Em 1808, com a chegada de D. João VI e a Família Real ao Brasil, foi criada uma estrutura militarizada com padrões hierárquicos e disciplinares, de modo que correspondesse à Guarda Real de Polícia de Lisboa. Destarte, com a finalidade de manter a ordem na capital da mais próspera colônia lusitana, evitar revoltas escravas e combater a contravenção, foi criada a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro (Minayo; Constatino, 2008).

Ao longo dos anos, a PMERJ passou por diversas transformações em decorrência de mudanças políticas e econômicas, recebendo algumas designações.

Em 1809 foi criada a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia, corporação de polícia fardada e militarizada, com objetivo de manter a ordem e atuar contra o crime (Bretas, 1998).

Em 1931, houve a extinção da Guarda Real, e constituiu-se os Corpos de Guardas Municipais Permanentes comandadas por oficiais do exército e, em seguida, através do ato adicional de 1934, surgiu a Guarda Policial da Província do Rio de Janeiro.

Nas décadas subsequentes, a PM enfrentou e vivenciou diversas situações de conflitos, tanto de natureza política, quanto social por todo o país, principalmente no Rio de Janeiro (Minayo; Constatino, 2008). Com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, por meio da Lei Complementar nº 20, de 15 de março de 1975, houve também a junção das Guardas Civis com a Força Pública, instituindo a PMERJ. A instituição deixou de ser a polícia aquartelada que atuava apenas em momentos de confrontos e passou a ser uma polícia de patrulhamento ostensivo, com finalidade preventiva e em contato direto com a população (Bretas, 1998).

Neste sentido, o PM é um funcionário público que representa o Estado, com objetivo de garantir a ordem pública, coibir qualquer ato que possa colocar em risco vidas, patrimônios públicos, privados e/ou que impeça o direito de ir e vir das pessoas. Esse trabalhador integra o quadro da PMERJ, que está subordinada à Secretaria de Estado de Polícia Militar. As atribuições constitucionais são baseadas na Constituição Federal de 1988 e Constituição Estadual de 1988; e, atuando como força auxiliar do Exército no provimento da defesa interna, segue toda estrutura administrativa e hierárquica dessa instituição, sendo orientada pelo mesmo modelo organizacional de dissuasivo e repressivo, a fim de que preste atendimento de emergência e assistência pública, em área terrestre, fardada, tendo como instrumento de trabalho a arma de fogo (Winter; Alf, 2019).

A Segurança Pública tornou-se tema relevante no país e é a base para as questões políticas, institucionais e sociais. O Estado como aparelho burocrático responsável por conter a violência e é estimulado pela própria sociedade a usar dessa violência.

Minayo e Adorno (2013) afirmam que Segurança Pública é um serviço oferecido pelo Estado aos cidadãos por meio de instituições especializadas, com o objetivo de proteger a ordem social, evitando qualquer ameaça que possa comprometer a vida, a liberdade ou os direitos de propriedade. Essa proteção tem suas bases no campo do direito e é o principal objetivo da atuação dos agentes de segurança.

Na hierarquia, os PMs são subordinados à Secretaria de Segurança Pública, que, por ser uma força militar, sua organização é baseada na hierarquia e disciplina. Sua estrutura administrativa vem a ser subdividida em unidades organizacionais, que são as Organizações Policiais Militares (OPMs). Estas se subdividem em executivas: Assessoria Especial (COPOM); o Estado maior Geral (EMG); e Corregedoria setoriais: Diretoria de Ensino e

Instrução (DEI); Diretoria Geral de Saúde (DGS); Diretoria Geral de Apoio Logístico (DGAL); Diretoria Geral de Pessoal (DGP); Diretoria Geral de Finanças (DGF); e operacionais: Comando de Policiamento da Capital (Batalhões e Companhias Independentes); Comando de Policiamento do Interior (Batalhões e Companhias Independentes); Comando de Policiamento da Baixada (Batalhões e Companhias Independentes); Comando das Unidades de Operações Especiais: Batalhão de Polícia de Choque (BpChoq), Regimento de Polícia Montada Coronel Enyr Cony dos Santos (RCECS), Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv), Batalhão de Policiamento Ferroviário (BPFer), Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), Comando de Polícia Ambiental (CPam), Comando de Polícia de Trânsito CEPTran).

Em relação à área geográfica de atuação, o estado é dividido em quatro Comandos de Policiamento: Capital, Baixada, Interior e Unidades Especiais. Esses comandos operam conforme a necessidade em qualquer área do estado, sem restrição de circunscrição territorial.

A cadeia hierárquica é ordenada por postos ou graduações, que determinam tanto o grau de responsabilidade, quanto a autoridade sobre os demais militares com postos inferiores, sendo a disciplina a grande reguladora do cumprimento do dever. Os círculos e a escala hierárquica são previstos no artigo 14 da Lei 443, de 01 de julho de 1981 (Rio de Janeiro, 1981), que se dividem em oficiais: Oficiais Superiores (coronel, tenente-coronel e major); Oficiais Intermediários (capitão); e Oficiais Subalternos (primeiro tenente e segundo tenente). Os oficiais são preparados na escola de formação profissional para desempenharem a função de chefia, comando ou direção.

O Círculo de Praças e Graduações é composto por subtenentes e sargentos (primeiro sargento, segundo sargento e terceiro sargento), que complementam as atividades dos oficiais. Por fim, cabos e soldados caracterizados como elementos de execução.

Em se tratando do trabalho do policial, é importante destacar que com o capitalismo, veio também a revolução tecnológica, quando as máquinas passam a substituir a mão de obra, de sorte que, para acompanhar essas mudanças, a competitividade e o individualismo se tornam a base para o posicionamento no mercado de trabalho.

No que diz respeito ao cenário de emprego do PM, a violência, embora seja frequente em cenários e regiões determinadas, revela uma complexidade essencial típica do sistema capitalista, no qual a discriminação racial sobressai como um elemento crucial. Assim, a violência não é apenas uma consequência do comportamento ou da ética, mas sim o desfecho de uma organização de trabalho e das relações que dela derivam (Souza, 2021).

Ainda vale ressaltar que, no quesito espaço residencial destinado à habitação, cada município apresenta semelhanças com outros, indo além da localização geográfica,

estabelecendo conexões com outras cidades, seja nacional ou internacionalmente. Mesmo considerando as particularidades de cada centro urbano, existem pontos em comum, especialmente em relação às estruturas urbanas que dão vida à cidade, vista como uma grande desordem urbana causada, principalmente, pela desigualdade social promovida e mantida por políticas neoliberais. Dessa forma, é fundamental ressaltar que a violência nas cidades é apenas a ponta visível de um problema mais amplo nas relações sociais, com conexões e impactos no setor econômico que se beneficia desse caos em busca de eficiência e acúmulo de riquezas para os setores privilegiados da sociedade (Abrahão; Farias, 2021).

Nesse contexto, surge o aparecimento de situações mais agressivas, não só no ambiente profissional, mas também na sociedade, visto que as atitudes de diferentes grupos em lugares distintos podem influenciar de maneira global a forma como a comunidade se desenvolve (Sohnngen; Cipriani, 2019). Essas mudanças na sociedade resultam em um aumento progressivo da violência no local de trabalho dos agentes da lei, elevando sua vulnerabilidade a mais perigos para a segurança e a saúde.

Dentro do cenário geral, a pesquisa PNS (2019) do IBGE revela que 18,3% dos indivíduos com 18 anos ou mais passaram por situações de violência física, psicológica ou sexual nos 12 meses anteriores ao levantamento. As pessoas negras foram as mais afetadas, com 20,6%, seguidas das pardas, com 19,3%. Já entre os brancos, 16,6% relataram ter sido vítimas de alguma forma de violência. No geral, as mulheres 19,4% foram mais atingidas do que os homens 17,0%, sendo que as mulheres negras se destacaram como o grupo com a maior proporção de vítimas 21,3%.

Por outro lado, segundo uma pesquisa realizada com agentes da PM na Bahia entre os anos de 2012 e 2019, o Brasil é um país que apresenta altos índices de violência, afetando não apenas a população, mas também os profissionais que trabalham na área da segurança pública, tendo taxas de mortalidade por causas violentas maiores do que a média. O estudo constatou 110 casos de óbito de PMs, sendo a maioria deles de descendência negra 83,64%. Em metade dos casos que envolviam PMs de origem negra, a motivação do crime permaneceu desconhecida, enquanto em 33,33% das mortes de policiais brancos ocorreram em confrontos com criminosos.

Dessa forma, é possível concluir que o perfil dos óbitos de PMs na Bahia se assemelha ao da população em geral, com a predominância de homens, jovens, negros e solteiros (Costa *et al*, 2023).

No que diz respeito às diversas formas de violência enfrentadas pelas policiais do sexo feminino, foi possível identificar episódios de assédio e discriminação de gênero. Apesar disso,

a maioria delas não consegue reconhecer essas situações como abusivas, embora relatem incidentes de preconceito e questões de saúde mental que demandam diferentes tipos de tratamento com medicamentos. Elas justificam a falta de reação atribuindo tais comportamentos à cultura dominante que coloca as mulheres em posição de inferioridade, o que as leva a adotar uma postura de submissão e sentir-se como seres inferiores (Stoelben; Azevedo, 2024).

É possível notar, através do emprego dos termos “mandar”, “fazer”, “cumprir” e “ir”, que servem como instrumentos do poder hierárquico que, concedido pela burocracia, estabelece uma dinâmica de autoridade e submissão na polícia. A subordinação é destacada na representação dos atores sociais, onde um "superior" é retratado como agente da ação, tomando a iniciativa, enquanto a policial é colocada em uma posição de obediência, sendo obrigada a seguir ordens. A presença desse elemento reforça os laços de controle e dominação presentes nas relações de trabalho (Dias; Siqueira; Ferreira, (2023)

Ainda no que se refere às policiais do sexo feminino, a taxa de ocorrência de distúrbios psicológicos menores (DPM) aumentou para 66,7%; o que demonstra um número muito acima do que é esperado para a população, e levanta preocupações devido ao fato de que o número de casos foi significativamente menor do que o do sexo masculino (Garcia; Monteiro; Gregoviski, 2023).

Uma revisão integrativa, identificou de forma evidente os perigos psicossociais enfrentados pelos PM em diferentes locais do país. Esses perigos, que vão desde a pressão no trabalho até a desigualdade de gênero e a falta de valorização por parte da instituição, causam um impacto relevante na saúde mental e física desses profissionais (Carvalho, Dantas Hernandez, 2023).

Em concordância com tais informações, enfatiza-se não apenas um ambiente hostil para a Polícia Feminina (PFEM), mas também casos de assédio no ambiente de trabalho. Além disso, é apontado que outros elementos podem contribuir para o sofrimento e/ou problemas de saúde, como o alto nível de estresse, postura física inadequada e os desafios específicos da profissão, como: longas jornadas de trabalho, uso de equipamentos pesados e responsabilidades domésticas. Adicionalmente, em diversas situações, as atividades exercidas pelas PFEM são questionadas por colegas do sexo oposto, pois a área é tradicionalmente considerada masculina (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023).

Quanto ao adoecimento das policiais femininas, a principal queixa foi o estresse ocupacional e a dificuldade de conciliar o trabalho com as responsabilidades domésticas (Soares *et al.*, 2021)

No entanto, foi identificado escassez de informações sobre a presença das mulheres nas corporações policiais do Brasil. A ausência de dados sobre o desempenho das mulheres nas polícias militares revela a sub-representação desse grupo e indica a necessidade urgente de estudos e investigações mais aprofundados nesse campo (Carvalho; Dantas; Hernandez, 2023).

Diante do exposto, percebe-se uma sociedade caracterizada pelo aumento da violência e criminalidade, levando o PM no seu cotidiano resolver problemas de origem conflituosa, porquanto estes atuam diretamente no enfrentamento da violência, caracterizando uma das profissões mais perigosas em relação às outras instituições de segurança pública (Monteiro; Silva, 2023).

Esse cenário belicoso convoca o PM a atuar em atividades distintas, fomentando também mudanças em seu processo de trabalho frente à realidade atual, uma vez que o trabalho, que era apenas de coerção e inibição, hoje adquire um formato muito mais amplo e híbrido para atender as demandas contemporâneas. Além desses fatores, cabe salientar que suas atividades se apresentam sob diversas particularidades e desenvolvem-se sob alta pressão organizacional pelo modelo de gestão que as instituições militares impõem. O turno, as escalas, o ambiente de trabalho hostil, o acúmulo de funções e ainda a falta de reconhecimento profissional, social e institucional são fatores que exigem tanto psicologicamente, quanto fisicamente do profissional, propiciando o esgotamento comprometendo sua QV (Carvalho, *et al.*, 2023).

Dentro dessa estrutura, o agente policial se encontra no centro de um conjunto de condições organizacionais que envolvem CT precárias, ligadas a uma forma de organização baseada em regras e regulamentos específicos. Esses aspectos atravessam diferentes níveis hierárquicos e limitam os funcionários a apenas cumprir ordens, sem autonomia para tomar decisões. Portanto, a configuração desse cenário pode levar o profissional a sofrer emocional e cognitivamente, resultando em consequências como suicídio, abuso de álcool e distúrbios de estresse pós-traumático (Martins; Santos, 2023).

Portanto, todos esses aspectos, principalmente no que se refere à saúde psicológica, têm um efeito prejudicial, contribuindo para o surgimento de doenças (Dias *et al.*, 2022).

Dentre os fatores psicossociais comuns no ambiente militar que causam altos níveis de estresse, destacam-se a falta de suporte familiar e social, que impede o indivíduo de contar com o apoio de colegas, amigos e parentes próximos, e a necessidade de manter o status social, mesmo com baixos salários. Isso leva à necessidade de ter múltiplos empregos, resultando em sobrecarga de trabalho e pouco tempo para descanso e lazer (Brasil, 2019).

Desde o início de sua formação, os policiais entram em contato com diversas manifestações de violência. Durante os cursos de formação, tanto para praças quanto para

oficiais, são submetidos a treinamentos físicos extremos, que frequentemente ultrapassam os limites do corpo. Além disso, enfrentam humilhações, agressões físicas e situações de perigo sem critérios claros, tudo com o objetivo de prepará-los para atuarem como verdadeiras máquinas de combate (Grupo de Elite, 2022; Silva, 2023).

Entretanto, é nítida uma crescente demanda de redemocratização e de formulação na formação dos PMs, nos últimos anos e principalmente pela nova Política Nacional de Segurança Pública (PNSP), instituída pela Lei nº 13.675/2018. Esta lei criou o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que visa reorientar a formação dos profissionais de segurança pública por meio de um modelo menos repressivo, alinhado com as demandas da sociedade contemporânea (Oliveira; Jacondino, 2022).

Com a missão de prevenir e proteger, a PMERJ forma seus profissionais com base na disciplina e hierarquização do trabalho. Dessa forma, impõe princípios e valores do militarismo aos recém-ingressados na corporação (Fabri, 2019).

Nessa direção, o trabalho do policial militar, justamente por ser militar, sempre se baseou em submissão, ainda que as ordens recebidas custem suas próprias vidas, conforme determina o Art. 32, § 1º do Estatuto dos Policiais Militares: “[...] assumo o compromisso de cumprir, rigorosamente, as ordens legais das autoridades ao que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o sacrifício da própria vida” (Estado do Rio de Janeiro, 1981).

Assim, a vitimização e assassinato de PMs não só causam dor e prejuízos irreparáveis para seus entes queridos e companheiros, mas também têm um impacto negativo na Segurança Pública em geral, podendo criar um clima de temor e incerteza entre os agentes da lei, dificultando a eficácia de suas ações e minando a confiança da comunidade no trabalho das forças de segurança (Miqueletti; Oliveira; Oliveira, 2023).

Ao se tornar um policial, deve-se estar sempre preparado para situações que exijam sua atuação em prol da sociedade, caracterizando um trabalho contínuo e permanente, mesmo em seu horário de folga. Dessa forma, a carga horária de trabalho vem a ser outro fator a ser considerado, sobretudo se levarmos em conta que um empregado da rede privada trabalha oito horas diárias conforme Brasil (1988), enquanto o policial militar possui escalas uniformes de 12x24 por 12x48, em rodízio diurno e noturno.

Diante do exposto, entende-se que esse tipo de atividade acarreta maior exposição a fatores condicionantes de agravos à saúde, exigindo um amparo institucional que a contemple em seu sentido mais amplo. Entretanto, não existe política de saúde do trabalhador que garanta as CT e a segurança pública; o que existe é a Lei nº 443, de 1º de julho de 1981, que dispõe

sobre o Estatuto dos Policiais Militares, quando “[...] regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas [...]”, muito mais deveres do que direitos (Estado do Rio de Janeiro, 1981).

Atualmente, existe o Projeto de Lei nº 797, de 13 de fevereiro de 2019, que criou uma política pública, chamada de Diretriz de Segurança e Saúde no Trabalho dos Profissionais de Segurança Pública, orientada para garantir as CT dos policiais e bombeiros militares, tramitando na Câmara dos Deputados (Brasil, 2019), pautada para a melhoria das CT desses servidores. Todavia, o referido projeto encontra-se aguardando designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), sem previsão de conclusão.

Da mesma forma que outros profissionais, os policiais também passam pela realidade de baixos salários, o que os fazem se submeterem a altas cargas de horas de trabalho. Considerando que esta problemática tem muitas interfaces até que, o estado conceda reajustes salariais, por vezes os policiais utilizam de estratégias que acabam comprometendo ainda mais a saúde deste trabalhador. Haja vista que, com o objetivo de suprir a necessidade temporária de recursos humanos escassos no Estado, torna-se imprescindível melhorar o salário com gratificações.

Para evitar manifestações dos profissionais da segurança pública, foi instituído o Regime Adicional de Serviço (RAS) para membros das forças PMs e civis, bombeiros militares e agentes penitenciários. De acordo com o parágrafo 2º do artigo 2º do Decreto n.43.538, de 3 de abril de 2012, os turnos adicionais são considerados como extras e resultam no recebimento de uma bonificação especial em escalas diversas, de forma voluntária e sem afetar o cronograma regular de trabalho.

Assim, visando complementar seus salários reduzidos, esses profissionais trabalham em seus dias de folga e enfrentam jornadas exaustivas em um ambiente profissional muito estressante, o que certamente acarreta consequências negativas em suas vidas sociais, familiares e em sua saúde (Gama *et al.*, 2019).

Esta situação de desrespeito aos direitos humanos dos PMs é agravada pela falta de apoio da sociedade e pelas lacunas na legislação em vigor, conforme constatado em uma pesquisa documental e bibliográfica (Nicolau Filho; Nicolau, 2022).

Com isso, em 2017, a PMERJ contabilizou um grande número de PMs em afastamento pela psiquiatria e um gasto que chegou a R\$28.764.444,78 em decorrência da atividade laboral. O parágrafo 4º do artigo 3º, do Decreto 43.538 de 3 de abril de 2012, deixa claro que o militar não poderá exceder 96 horas de trabalho consecutivas, devendo respeitar 8 horas de repouso entre os serviços prestados (Brasil, 2012)

No entanto, se levarmos em consideração o serviço regular, o RAS e o trabalho que o policial realiza fora da corporação “bico”, o intervalo de descanso é inferior ao previsto em lei. Assim, devido à falta de investimento salarial por parte do Estado, esses profissionais de segurança pública buscam outras fontes de renda. Essa prática, que tem se tornado cada vez mais comum, pode resultar em outros problemas, como o aumento do absenteísmo laboral (Amâncio; França, 2021).

As consequências vão depender do tipo de relação que existe entre o trabalhador e o trabalho, bem como da causa geradora de estresse, *work stress*, propiciando um embate negativo tanto no profissional quanto na sociedade (Fernandes *et al.*, 2018).

Na PMERJ, não existe um documento que normatize a carga horária do servidor. Entretanto, pelo princípio da legalidade, a administração pública é obrigada a respeitar e cumprir as normatizações que garantam CT e uma escala digna, assegurando plenos direitos ao policial. Assim, ele poderá garantir que todos os cidadãos também tenham seus direitos preservados.

Vale destacar que o processo de trabalho militar possui características formais e hierárquicas que precisam ser consideradas, para que suas particularidades não interfiram só na implementação de promoção da saúde, prevenção e agravamento de doenças, mas também na implementação de redução dos riscos à saúde.

2.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E O PROCESSO DE TRABALHO COMO FATORES INTERVENIENTES PARA A GESTÃO DO TRABALHO MILITAR

No âmbito da Segurança Pública, os profissionais que exercem funções relacionadas aos conflitos humanos tendem a desenvolver dificuldades físicas e psicossociais (Marques *et al.*, 2020) Isso influencia em sua QV, uma vez que se defrontam com múltiplas provocações perante os desafios sociais e ambientes emergentes, assim como o cibercrime (Daldolini, 2023).

No tocante ao exercício de tais serviços de segurança pública, em que constantemente são exigidas com eficiência pela sociedade, as ações devem ser praticadas de forma padronizada, bem como aquelas atividades que darão suporte ao policiamento ostensivo, como logística, finanças, ensino/aprendizagem, treinamento pessoal, assistência de saúde e outras, que viabilizam com efetividade que o policial militar esteja nas ruas exercendo suas atividades constitucionais.

Neste contexto, a cultura de uma organização militar deve possuir especificidades inexistentes em outras estruturas organizacionais, dado que há necessidade de adesão aos

princípios ideológicos da doutrina militar, como obediência à hierarquia, disciplina e espírito de equipe. Isso configura um rito de passagem operacionalizado por vários recursos de socialização, com o objetivo de constituir uma identidade para o profissional de segurança pública, por meio da internalização de valores, normas para o trabalho e crenças sobre o papel policial (Chagas; Gaudêncio; Santos, 2021).

De acordo com Ungari e Rodrigues (2020), além da cultura organizacional, outros fatores que influenciam na formação e no desenvolvimento dos vínculos profissionais, como o tempo de carreira e o momento de vida em que o policial militar se encontra no exercício de sua função pública e constitucional.

Portanto, entende-se que, de um modo geral, ao se analisar a forma como um indivíduo se vincula à organização militar, é necessário considerar aspectos que vão além dos pré-julgamentos da sociedade. Assim, é possível compreender que algumas características culturais atuam diretamente como fatores estimulantes para o desenvolvimento dos vínculos institucionais, como crenças e valores organizacionais, enquanto outras podem potencializar, em maior ou menor grau, esses vínculos, de acordo com a força dos outros tipos de vínculos manifestados pelos sujeitos.

Nesta perspectiva, Santos, Araújo e Marques (2020), por meio de pesquisa realizada na Polícia Militar de Sergipe, indicaram a influência de dois fatores da socialização organizacional: Interação Organizacional (IORG) e Proatividade e competência. (P&C), em duas dimensões do comprometimento organizacional: a) afetiva; e b) normativa.

Esses achados revelam a importância do investimento em ações que contribuam com o processo de socialização organizacional, especialmente quando voltadas para a percepção da cultura organizacional, dos objetivos, e do relacionamento interpessoal, implementando ações que promovam acesso às informações importantes, que possibilitem que o funcionário de segurança pública também busque sua própria socialização e desenvolva competências. No caso específico da PM de Sergipe, de acordo com Nunes *et al* (2020) melhorias no processo de socialização organizacional podem ser implementadas pelo curso de formação de aperfeiçoamento de praças (CFAP) em parceria com todas as demais instâncias da organização.

Ao analisar a relação entre o prestígio organizacional percebido, a identificação organizacional e a exaustão emocional do policial militar de Minas Gerais, estudo mostrou que os PMs que atribuem maior prestígio à corporação, ou seja, que consideram que a Polícia Militar de Minas Gerais (PMEMG) vem a ser valorizada no meio em que está inserida, identificam-se mais com a instituição de segurança pública; e ainda experimentam menor esgotamento emocional no trabalho.

Além deste fator, constatou-se também que, à medida em que os PMs desenvolvem maior identificação com a PMEMG, ficam menos desgastados devido a suas atividades laborais (Ceribeli *et al.*, 2020).

Para Martins *et al.* (2021), quando se trata dos comportamentos suicidas dos PMs, os fatores estão ligados à insatisfação com a PM, haja vista as relações de hierarquias impostas por patentes mais altas, medos de investigações internas e pressões do seu ambiente organizacional.

Outro fato destacado no estudo de Martins *et al.* (2021) diz respeito à relação entre os colegas de trabalho, o que também está ligado diretamente com suicídios nas organizações policiais.

Diante dessa realidade, Chagas, Gaudêncio e Santos (2021) acrescentam que a padronização das atividades do policial militar deve seguir metodologia cientificamente aceita nas melhores organizações, a fim de mapear, modelar e melhorar processos, bem como estabelecer protocolos de atendimento, mediante procedimentos operacionais e administrativos de modelo padrão, de acordo com a Gestão por Processos.

Considera-se, também, que as grandes mudanças que estão ocorrendo no setor trabalhista na área de segurança pública têm dificultado a dinâmica, além de ter gerado novos obstáculos e desafios, no tocante à saúde mental dos PMs. Neste sentido, sobretudo, cabe o registro de que tem sido mais comum pessoas adoecerem em função deste trabalho árduo e exaustivo de repressão ao crime organizado, pois encontram-se cada vez mais pressionados com menos QV (Martins *et al.*, 2021).

No CL do PM, o tema da Governança, Gestão e Inovação em Segurança Pública oportuniza discussões que favorecem o desenvolvimento de estratégias, a partir de novos processos que viabilizem arquiteturas organizacionais, em consonância com operacionalidade, táticas, atitudes, capacidades e processos de liderança. Neste sentido, se reconhece a importância do conhecimento interdisciplinar para a resolução de desafios no âmbito da segurança pública (Dandolini, 2023).

Em condições cada vez mais incertas e aceleradas, as organizações sociais estão em processo de mudança de paradigma em diversos setores, incluindo o público. O ambiente em que o microsistema opera está mudando mais rapidamente do que as próprias políticas que o compõem.

Neste compasso de análise organizacional, assevera-se que a inovação torna-se um imperativo, e não apenas mais uma opção, já que novas abordagens serão necessárias na

governança, na gestão e até nas estruturas que agilizam transformações e as inovações institucionais (Machado *et al.*, 2022).

A gestão por processos vem a ser uma metodologia que possibilita melhorar as atividades funcionais das organizações, tornando-as mais adequadas às demandas sociais, pois irão definir meios de padronização dos procedimentos realizados nos processos organizacionais (Chagas; Gaudêncio; Santos, *et al.*, 2021).

Como se constata na Figura 2, a governança difere da gestão, pois “é responsável por estabelecer a direção a ser tomada, com fundamento em evidências, levando em conta os interesses dos proprietários e partes interessadas”(Brasil, 2020, p.16). Já a gestão tem a função de “planejar a forma mais adequada de implementar as diretrizes estabelecidas, executar os planos e fazer o controle de indicadores e de riscos” (Brasil, 2020, p.16).

Figura 2 – Relação entre Governança e Gestão.



Fonte: Brasil, 2020.

Ainda na linha de governança, Kempner-Moreira (2022) propõe um *framework* para a Governança Multinível da Segurança Pública Brasileira (MultiGov_SP), à luz do paradigma das redes organizacionais. Este *framework* proposto deve respeitar as boas práticas de governança, oportunizando elementos primordiais para garantia dos resultados ágeis, efetivos, sólidos, sustentáveis e colaborativos, com o foco no bem comum dos diferentes *stakeholders*.

Desta forma, o *framework* incluiria elementos que potencializam a adoção da MultiGov como um dos possíveis modelos para a governança pública no Brasil. Da mesma forma que a governança, a gestão pública também necessita de novos olhares e processos para ser mais eficaz e eficiente.

Cabe a menção de que alguns termos relacionados incluem a gestão de riscos (Klein Junior, 2020; Souza; Souza, 2021); gestão de pessoas, o que inclui gestão por competência;

(Von Kriiger *et al.*, 2018) capacitação e treinamento e análise de desempenho (Santos; Gomes, 2021; Budnhak, 2022); universidades corporativas (Campos; Silva; Silva, 2019); gestão do conhecimento (Honorato; Azevedo Guimarães, 2021); aprendizagem organizacional (Kraemer, 2022; Wilbert, 2019), entre diversos outros temas. Por este viés, observa-se que a Portaria Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) nº 2, de 28 de janeiro de 2022, também traz, em seu Art. 5º, como elementos da governança: I — gestão estratégica; II — gestão administrativa; III — gestão de riscos e controles internos; IV — gestão de integridade; V — gestão de políticas públicas; VI — gestão de transparência; VII — gestão de dados e de sistemas de informações; e VIII — gestão de tecnologia da informação e comunicação (Brasil, 2022, p. 53).

Organizações públicas ao redor do mundo têm implantado arranjos flexíveis que modificam os tradicionais locais e horários de trabalho, como forma de alcançar um melhor equilíbrio entre demandas da organização e do trabalhador, além de potencializar o desempenho individual e a efetividade organizacional (Donnelly; Johns, 2020).

2.6 RISCOS À SAÚDE NO CONTEXTO DE TRABALHO DO POLICIAL MILITAR

No que diz respeito ao trabalho do PM, além dos problemas enfrentados pelas características específicas de cada organização de trabalho, as mudanças no CL impostas pelo mundo contemporâneo trouxeram repercussões importantes para a classe trabalhadora. Essas mudanças podem representar uma fonte de crescimento material e reprodução social, ou, alternativamente, um fator desestabilizador, que propicia sofrimento patogênico e riscos biopsicossociais. Esses riscos são evidentes nas repercussões sobre a subjetividade do profissional na sociedade contemporânea (Martins *et al.*, 2021).

Acresce que, na sociedade atual, predomina o aumento da violência em decorrência da organização da criminalidade, de maneira que o ambiente de trabalho hostil situa o policial militar no ranking dos profissionais mais expostos aos riscos de acidentes, doenças e morte (Winter; Alf, 2019).

Enfatizando-se os males que esse CTr oferece, a violência no ambiente laboral vem a ser um problema mundialmente vivenciado, que afeta as organizações e o próprio trabalhador, promovendo consequências a curto e em longo prazo à saúde, além de gerar conflitos no ambiente de trabalho pelo CH exigido (Camargo; Almeida; Goulart Júnior, 2018). Por conseguinte, esses profissionais são colocados em situação de vulnerabilidade, aptos ao desenvolvimento de transtornos psiquiátricos, como o TEPT (Queirós *et al.*, 2020).

Tais peculiaridades fazem da profissão do policial militar, a que mais sofre com estresse no trabalho em comparação às outras, destacando também diversos transtornos de saúde em decorrência de seu CTr e a demanda exigida na execução das tarefas. As pressões inerentes a estas atividades são reflexos da dicotomia entre prescrição do trabalho e a forma com que realmente são efetivadas. Portanto, faz-se necessário não levar em conta somente o ambiente de trabalho conflituoso, mas também a divisão hierárquica, as interações externas, as CT e sua associação com os militares (Sousa; Barroso, 2021; Marçal *et al.*, 2020).

Com isso, torna-se evidente que o estresse vivenciado nesse CTr exige um dispêndio emocional elevado, de modo que o sofrimento psíquico se reflete em adoecimento físico pelo processo de somatização. A instituição, com seu estilo de formação militar e sua missão constitucional, promove a exposição constante do trabalhador.

É importante ressaltar que a violência também tem um impacto significativo na vida daqueles perderam um parente em um caso de homicídio. Estes parentes são frequentemente vítimas que muitas vezes não são reconhecidas, ou seja, aqueles que não faleceram, mas que lidam com os efeitos emocionais, sociais e financeiros decorrentes da morte de um policial.

De acordo com o relatório de 2018 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), houve uma diminuição de 4,9% nas mortes de policiais, porém ainda foram registrados 367 casos de óbitos nesse grupo e 5.159 mortes em confrontos com a polícia, o que representa um aumento de 21% em relação ao ano anterior. Além das vítimas diretas, 5.526 pessoas foram afetadas de forma indireta pela violência, e levando em consideração que cada morte pode afetar mais de um membro da família, esses números provavelmente aumentarão (FBSP, 2018).

A partir desse ponto de vista, é fundamental compreender a violência em sua totalidade, uma vez que simplesmente aumentar os investimentos em segurança pública sem profissionais qualificados e sem salários justos não é suficiente. Da mesma forma, sem um sistema de informação confiável, a real extensão e gravidade dos atos violentos permanecem ocultos, tornando difícil a definição de políticas públicas eficazes para combater a violência, com medidas claras de vigilância e prevenção.

Conforme o estudo do FBSP (2022), é essencial realizar uma análise criteriosa da violência ao comparar distintas localidades, especialmente quando possuem dimensões ou quantidades de habitantes muito distintas. Nesse sentido, é fundamental empregar um denominador consistente para os dados dos fenômenos observados. Por exemplo, no caso de homicídios, o denominador utilizado é a população de cada região, visto que se trata de um fenômeno relacionado aos indivíduos.

Já no caso de roubos de veículos, o denominador padrão seria a quantidade de veículos em circulação em cada localidade. Portanto, ao adotar denominadores normalizados, torna-se viável comparar os grupos, geralmente em uma escala de 100 mil eventos observados. Vale ressaltar que isso não significa desconsiderar situações de violência extrema em locais específicos. Contudo, ao levar em conta a população residente, tais situações podem não impactar significativamente na tendência geral.

Dentro do contexto dos sistemas de informação, é essencial ressaltar a relevância da geração de conhecimento para o processo de tomada de decisões. Adicionalmente, é fundamental que tais dados sejam capazes de atender às necessidades individuais e coletivas da sociedade de maneira eficiente (Carvalho; Laguardia; Deslandes, 2022).

Sob a mesma ótica, a tolerância à violência se tornou comum no Estado do Rio de Janeiro, mas vale ressaltar que esse cenário não se restringe somente a essa região, uma vez que a violência é um problema que afeta globalmente. De acordo com Krug *et al.* (2002), por esse motivo, a 49ª Assembleia Mundial de Saúde, em 1996, aprovou a Resolução WHA49.25, reconhecendo a violência como um tema de grande importância, e em constante crescimento, no que diz respeito à saúde pública em escala global.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/FBSP (2021), a presença de armas de fogo no cotidiano da sociedade, sobretudo na periferia das grandes metrópoles, aponta a banalização da violência e o grau de degradação social no país. Desta feita, as pessoas se habituaram a viver no estado de barbárie e insegurança, vez que a sensibilidade se perdeu em meio aos cenários absurdos vivenciados cotidianamente, como está representada na Figura 3.

Figura 3 – Banalização da violência policial e social – Despersonalização



Fonte: Estado do Rio de Janeiro, 2019.

Por este entendimento, observa-se também a coisificação das pessoas ao redor e de si mesmo caracterizado pela despersonalização, com ausência de percepção emocional, total mecanização das ações, que demonstram uma sobrecarga de caráter comportamental, físico e psíquico das ações (Souza; Bezerra, 2019).

Conforme dados extraídos do IPEA (2019), os custos da violência na economia brasileira afetam tanto o setor público quanto o privado, vez que as despesas públicas nas esferas de saúde, segurança pública e prisional chegam a 1,7% do PIB desperdiçado a cada ano, o equivalente a 11 bilhões de reais atualizados pelo Produto Interno Bruto (PIB) de 2016).

Portanto, a sociedade, além de ter custos adicionais com seguros, segurança em condomínio e outros meios de garantir segurança, sofre com aumento de gastos com serviços públicos que geram impacto direto no bolso do contribuinte. Da mesma forma, os gastos em saúde em virtude da violência representam 0,1% do PIB; ou seja, algo em torno de 9 bilhões de reais, configurando-se um grave problema de saúde pública (IPEA, 2019).

Wolowski *et al.* (2019) ressaltaram a importância de um ambiente de trabalho equilibrado, digno e em condições de ofertar um serviço de qualidade à população; a tais considerações adiciona-se que o PM enfrenta diariamente o estresse contínuo do perigo externamente e internamente no trabalho, concomitantemente ao salário defasado, parcelado, com ausência do décimo terceiro, com viaturas sucateadas, sem manutenção adequada e, ainda, poder de fogo diminuído frente à criminalidade.

A exposição aos diversos riscos faz com que o policial sinta medo não apenas por si mesmo, mas também por sua família, temendo ser reconhecido como agente de segurança durante seu período de folga ou ser agredido e morto no desempenho de suas funções. Embora a violência não seja um problema de saúde per se, ela tornou-se um problema de saúde pública, como consagrado pelo relatório mundial sobre violência da OMS em 2002. A violência afeta a saúde dos indivíduos, tanto física quanto mentalmente, e representa um risco de vida para famílias, sociedades e países (Minayo *et al.*, 2017).

Não obstante, inúmeros são os riscos enfrentados por esses trabalhadores em sua rotina de trabalho; e, dentre os quais, poder-se-á levar em consideração os acidentes de trabalho, as doenças do trabalho e as violências decorrentes de conflitos bélicos urbanos, sobretudo o adoecimento mental.

Logo, adverte-se que esse CL pode afetar o bem-estar e oferecer riscos à integridade física e mental do trabalhador. Salienta-se, portanto, a necessidade de estratégias para redução de danos à saúde desses trabalhadores com perspectivas local/nacional (Rocha *et al.*, 2023).

No tocante às desigualdades sociais associadas à violência urbana, é fundamental considerar o fenômeno multifacetário do sistema. Nesta conjuntura, a impossibilidade de implementar ações que eliminem a violência estrutural e a delinquência contra cidadãos – especificamente crimes contra a pessoa física e o patrimônio – é ampliada pelas disputas territoriais entre traficantes de drogas e/ou milicianos, além de certas ações ilícitas dentro da própria corporação policial. A dimensionalidade da violência não se limita às organizações criminosas; no âmbito da saúde do indivíduo, ela atinge níveis que incluem ações intencionais dirigidas a outrem, resultando em óbitos, danos físicos, psicológicos e/ou sociais (Ferreira, 2017).

Em relação ao estresse, 67% referiram a situação que corresponde ao trabalho com alto desgaste. Apesar de 96,6% avaliarem a demanda de atividade laboral como alta, foi referido também pela maioria 93,3% um alto controle, o que caracterizou o trabalho ativo para 89,9%. Assim sendo, de acordo com o modelo demanda-controle, os militares apresentaram alta demanda e alto controle, indicando situação de menor risco de transtorno de estresse e de maior oportunidade de aprendizagem ativa de novos padrões de comportamento. Por outro lado, concluiu-se que existe um sofrimento mental relacionado à alta demanda da atividade laboral dos PMs e às questões de gênero (Garcia; Monteiro; Gregoviski, 2023).

Informações obtidas no setor de estatísticas da DGS da PMERJ, já em 2009, indicavam a presença de diversas condições mentais em militares em serviço, tais como: distúrbios neuróticos gerados por estresse 70%, alterações de humor 18%, e variadas questões psicológicas e comportamentais 5% que eram monitoradas pelo departamento de psicologia.

Recentemente, em Porto Alegre, na região metropolitana, foi realizado um estudo com o intuito de avaliar a ocorrência de DMP e examinar a influência de fatores ligados ao ambiente de trabalho que podem aumentar o estresse em PMs (como sobrecarga de trabalho, falta de apoio social e baixo controle sobre as atividades realizadas). Os resultados mostraram que 33,7% dos participantes apresentavam DMP, sendo que o índice foi ainda maior entre as mulheres, chegando a 66,7% (Garcia; Monteiro;Gregoviski, 2023).

Conforme dados recentes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no ano de 2023, no Brasil, houve a aprovação de 288.041 benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais. Esses benefícios englobam tanto os concedidos de maneira temporária (anteriormente denominados auxílio-doença) quanto os concedidos de maneira permanente (anteriormente conhecidos como aposentadoria por invalidez).

Entre os anos de 2006 e 2022, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) identificou cerca de 18 mil casos de problemas psicológicos associados ao ambiente de trabalho. É importante

destacar que esses números podem ser ainda maiores, considerando que nem todos os casos são relatados devido às barreiras de acesso aos serviços de saúde, bem como ao receio e constrangimento dos trabalhadores em expor suas dificuldades. Dessa forma, a quantidade real de incidentes pode ser significativamente superior àqueles oficialmente registrados (Brasil, 2023).

Logo, conforme Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994), quando as exigências são maiores do que o trabalhador consegue suportar ao executar suas atividades, o trabalho deixa de ser prazeroso e se transforma em sofrimento.

Assim, percebe-se que existe uma estreita relação entre o adoecimento físico e psíquico com os problemas enfrentados no cotidiano do trabalho, o que afeta não só a saúde, mas também as relações interpessoais (Maia; Assis; Minayo, 2022); (Fonseca *et al.*, 2020); (Alves *et al.*, 2021).

Paralelo a isso, diversos autores, como Teixeira e Paiva (2021); Macena *et al.*, (2022); Melo (2022); Martins *et al.*, (2021); Lopes *et al.*, (2022), mencionam a relação do trabalho em segurança pública com transtornos mentais, principalmente a ansiedade e a depressão. Contudo, Melo (2022) destaca que, além desses dois transtornos, tem-se a Síndrome do Pânico (SP) e SB.

Outrossim, mais de 50% dos profissionais de segurança pública já apresentaram problemas relacionados à saúde mental e, entre 30 países pesquisados, o Brasil destaca-se como o quinto colocado nesse quesito (Nascimento, 2022).

Leite *et al.* (2022), em seu levantamento sobre adoecimento na Segurança Pública no período de 2015 a 2022, apontaram os seguintes resultados: 2.431 casos de ansiedade, 2.533 casos de depressão e 1.370 casos de síndrome do pânico em PMs. Acrescenta que, entre policiais civis, foram obtidos 2.858 casos de ansiedade, 2.202 de depressão e 2.206 de síndrome do pânico, totalizando 12.584 casos de transtornos relacionados à saúde mental desses trabalhadores. Se levarmos em consideração os índices PMs e civis, a ansiedade ganha destaque entre os transtornos mencionados na segurança pública.

Em outro levantamento também realizado pela própria PMERJ, em novembro de 2016, registrou-se que 425 policiais foram afastados por problemas de saúde, sendo que 59% dessa amostra encontravam-se lotados em batalhões de Polícia Militar; e 30%, em Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), mostrando que, apesar desses militares serem mais preparados e especializados, isso não impediu o adoecimento.

Entre os fatores que mais afetam a saúde desses trabalhadores estão os recursos materiais, a carga de trabalho, as relações interpessoais, a identidade policial e os

riscos/periculosidade, evidenciando o alto valor humano da profissão. Esses achados corroboram uma pesquisa que avaliou a relação entre o estresse psicossocial e o cortisol salivar em PMs do Batalhão de Operações Especiais (BOE) do Rio Grande do Sul. Os dados indicam um achatamento da curva de produção de cortisol, revelando estresse crônico e risco para o adoecimento (Tavares *et al.*, 2017).

No Rio de Janeiro, uma pesquisa realizada no Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro (BOPE – RJ), com o objetivo de investigar o comportamento do eixo do hormônio de crescimento - fatores de crescimento insulina-símile ou *insulin-like growth factors*, (GH/IGF-I) e dos níveis séricos de testosterona, globulina de ligação de hormônios sexuais (SHBG), cortisol, creatina quinase (CK), glicemia, insulina basal, hemoglobina glicada, sódio, potássio e cálcio dessa população, também concluiu que há diferença significativa para os valores de cortisol (Minelli, 2022).

Nesse contexto de processo progressivo de adoecimento, ressalta-se, ainda, que os custos financeiros em decorrência de mortos, feridos, seguro de vida e afastados pela psiquiatria chegaram, em 2017, a um total de R\$ 43.723.493,60, refletindo grande prejuízo ao Estado (Rio de Janeiro, 2019).

Estudos sobre adoecimento entre policiais descrevem que os riscos de adoecimento físico, mental e cognitivo no ambiente laboral são muito altos, isso porque muito esforço é exigido para a realização de tarefas e readaptações de situações que necessitam de tomada rápida de decisões, sob altas cargas de estresse emocional (Santos; Saturnino, 2023; Ferreira; Dias, 2022).

A escala de serviço vem a ser outro ponto a ser levado em consideração, visto que o descanso noturno inadequado pode interferir no rendimento da execução de tarefas mais simples às mais elaboradas, como o manuseio de arma de fogo. Dormir pouco resulta em distúrbios de humor, agressividade, ansiedade e depressão, reverberando, de maneira psicológica e social, na saúde, no trabalho e na QV (Delfino *et al.*, 2024)

Dessa forma, fica claro que o sono insuficiente exige um dispêndio cognitivo elevado, gerando alterações de comportamento, bem como a prontidão ineficaz na tomada de decisões tão necessárias na profissão de PM (Figueiredo *et al.*, 2021).

Em conformidade com Portugal, Ferreira e Doimo (2022), Cardoso *et al.* (2021) e Santos *et al.* (2021), o sono inadequado resulta em problemas como a interrupção circadiana e o aumento da frequência de disfunções do sono, promovendo problemas familiares estabelecidos por uma relação profissional conturbada.

No entanto, como mencionado anteriormente, a atuação policial no Rio de Janeiro ocorre em uma área marcada por seus problemas e pela violência extrema do dia a dia em sua região metropolitana, sendo equiparada a cenários de guerra, que apresentam um ambiente de trabalho imprevisível, incerto, complexo e ambíguo (Calvosa; Franco, 2022), conforme a Figura 4, a seguir.

Figura 4 – Vulnerabilidade e riscos inerentes a profissão



Fonte: Estado do Rio de Janeiro, 2019

Assim sendo, é possível perceber que a comparação com um cenário de guerra, promovida pela atividade criminosa na dominação territorial, econômica, social, cultural e política, além dos interesses financeiros, afeta mentalmente a população na esfera psicossocial, seja através do clima de medo ou da distorção do assistencialismo (Novoa, 2022).

A análise comparativa entre a vitimização de PMs no Rio de Janeiro em um período de 25 anos, de 1994 a 2018, e a vitimização de militares nas principais guerras do mundo reforçam a aproximação de tais cenários, na realidade fluminense, apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Demonstrativo da distribuição dos dados referentes a casos de óbitos, feridos e baixas na PMERJ no período de 25 anos (1994-2018) em comparação com a vitimização de militares nas principais guerras mundiais. Rio de Janeiro, Brasil, 2023.

Ocorrências	PMERJ	FEB	EUA-I Guerra Mundial	EUA-II Guerra Mundial	EUA - Coréia	EUA - Vietnã	EUA – Golfo Pérsico
Efetivo que serviu no período	110.000	25.334	4.734,991	16.112.565	5.720.000	9.200.000	2.225.000
Mortos	3.508	466	116.516	405.399	54.526	90.198	383
Feridos	15.881	2.064	204,002	671.846	103.274	153.303	467
Baixas	19.389	2.530	320,518	1.077.245	157.810	243.501	850
Períodos em dias	9.125	239	730	1.395	1.125	4.135	210
Períodos em anos	25 (1994-2018)	0,65 (1944-1945)	2 (1917-1918)	3,82 (1941-1945)	3,08 (1950-1953)	11,33 (1964-1975)	0,58 (1990-1991)
(TM) Taxa de mortos	3,19%	1,84%	2,46%	2,52%	0,95%	0,98%	0,02%
(TF) Taxa feridos	14,44%	9,99%	4,31%	4,17%	1,81%	1,67%	0,02%
(TB) Taxa de Baixas	17,63%	1,73	6,77%	6,69%	2,76%	2,65%	0,04%
TM Rel. PMERJ Força Militar		1,77	1,30	1,27	3,35	3,25	185,27
TF Rel. PMERJ Força Militar		1,77	3,35	3,46	8,00	8,66	687,86
TB Rel. PMERJ Força Militar		1,77	2,60	2,64	6,39	6,66	461,40

Legenda: Baixas = mortos + feridos TM = taxa de mortos = mortos / efetivo X 100 TF = taxa de feridos = feridos / efetivo X 100 TB = taxa de baixas = baixas / efetivo X 100 TRel PMERJ Força Militar = taxa de mortos relativa entre a PM e a Força Militar = TM_PMERJ / TM_Força Militar TRel PMERJ Força Militar = taxa de feridos relativa entre a PM e a Força Militar = TF_PMERJ / TF_Força Militar Tel PMERJ Força Militar = taxa de baixas relativa entre a PM e a Força Militar = TB_PMERJ / TB_Força Militar

Fontes: Estado do Rio de Janeiro (2019).

No período de 25 anos, a corporação PMERJ contou com um efetivo de 110 mil PMs, em que 3.508 morreram de causas não naturais e 15.881 ficaram feridos, totalizando 19.389 baixas, sem contabilizar o sofrimento psíquico sofrido por esses profissionais. A taxa de mortos representa 3,19%, sendo que estimativas calculam cerca de sete mil órfãos de policiais mortos nos últimos 25 anos, dos quais a metade ainda é menor de idade. Quanto aos feridos, foram 14,44%, e o total de vitimizados 17,63%, em folga e em combate, permitindo afirmar que o CH do PM no desempenho de sua função é extremamente alto (Estado do Rio de Janeiro, 2019).

Entre as regiões do Brasil, o Sudeste foi a que contabilizou quantitativamente o maior número de mortes de agentes de segurança e de mortes por ação policial, destacando-se das demais. Entre os estados brasileiros, verifica-se que as unidades da federação que contabilizaram maior número de mortes de civis devido a ações policiais, em 2017, foram Rio de Janeiro (1.127), São Paulo (940), Bahia (668), Pará (388) e Paraná (365). Já os Estados que registraram mais policiais mortos foram: Rio de Janeiro (104); São Paulo (60); Pará (37); Ceará (25); e Pernambuco (24) (FBSP, 2021).

No período entre janeiro e março de 2018, comparando-se o mesmo período no ano seguinte, houve diminuição de policiais mortos de 11 para três, representando uma redução de 72% desses casos. Não obstante, o número de feridos em serviço aumentou de 54 para 65 PMs, algo em torno de 20% em relação ao mesmo período do ano anterior (Rio de Janeiro, 2019).

Ainda de acordo com o levantamento realizado pela Comissão de Análise de Vitimização Policial da PMERJ em 2018, os policiais aposentados não são exceção, haja vista que, entre eles, de janeiro a março de 2018, dois agentes de segurança pública foram mortos; já no mesmo período, em 2019, esse número passou para três mortos por ação criminosa.

apesar da redução, as mortes se mantiveram com a mesma tendência observada anteriormente, sendo a PM a instituição que sofre mais risco de morte na folga do que em serviço. Atribui-se ao fato da necessidade de estado de alerta e a vulnerabilidade à violência mesmo fora do horário de trabalho (FBSP,2022).

O número de PM mortos em confronto ou por lesão não natural na folga em números absolutos em 2018 chegou a mil novecentos e oitenta e nove (1989), enquanto, em 2019, esses números reduziram a 48. O CTr muitas vezes resulta em danos físicos imediatos; e, especificamente nesse caso, a perfuração por arma de fogo (PAF) é uma lesão muito comum entre policiais (Estado do Rio de Janeiro, 2019).

No entanto, as características desse tipo de lesão no trabalho diferem de todas as outras profissões, tanto do ponto de vista epidemiológico quanto para fins de tratamento. Esse tipo de ferimento causa necrose tecidual, lacerações, perda de substâncias e depósitos de corpos

estranhos e estilhaços, com alto potencial de contaminação. A gravidade dessas lesões resulta da alta energia cinética liberada para perfurar o corpo da vítima, além da transferência dessa energia cinética, que cria uma cavidade (cavitação) ao longo do trajeto do projétil. (Maia *et al.*, 2019).

O projétil também pode se fragmentar quando se depara com estruturas mais resistentes em seu caminho, como os ossos, ocasionando várias outras lesões associadas. Em conflitos militares, 70% das lesões que acometem os membros são causadas por estilhaços, sendo que o potencial lesivo depende exatamente da energia cinética originada.

Assim, o grande problema é que muitas vezes esses inocentes orifícios de entrada ocultam além do que é visível, pois se expandem em cavidades temporárias e, quando atingem órgãos densos, são capazes de explodi-los, resultando em morte instantânea (Monteiro *et al.*, 2020).

De acordo com um estudo realizado com intuito de conhecer as repercussões sobre a saúde, o trabalho e as relações familiares de policiais atingidos por PAF, destaca-se que essa condição pode agravar problemas de saúde de policiais. Igualmente, também chama atenção, para as questões psicossociais, que ultrapassam os limites de saúde e de doença física. (Maia Assis; Minayo, 2022).

Nesta perspectiva pode-se considerar o adoecimento silencioso, sendo aquele que não é detectável aos olhos. Isto se deve provavelmente, ao fato da não aceitação do sofrimento pelas características que esse tipo de trabalho impõe (Hall; Wilson, 2021).

Há de se dizer que o CTr dos policiais é desgastante e exige esforço físico e psicológico com desdobramentos refratários à saúde, Guimarães; Massuda Junior e Oliveira (2023), além de serem responsáveis pelas altas taxas de absenteísmo (Pereira *et al.*, 2022).

No entanto, a carga de estresse a que são submetidos contabiliza sintomas psicológicos e físicos, em decorrência de doenças ocupacionais, de sorte que tais dados podem aumentar significativamente caso, ações de promoção da saúde e prevenção de doenças não sejam implantadas (Alves *et al.*, 2021).

Diante de todo esse contexto, o CH despendido na atividade policial afeta a sociedade, a família, a instituição, tanto no contexto financeiro de saúde quanto para a previdência do Estado, mas, sobretudo, causam lesões com prejuízos irreversíveis à sua integridade física, tornando-os incapacitantes. Estes fatores, além de impactarem o processo de trabalho, interferem na vida da pessoa, contribuindo para relações familiares e sociais conturbadas.

Entre as principais consequências físicas na execução das tarefas e consequências dos acidentes de trabalho tem-se: tetraplegias, paraplegias, amputação traumática e perda de calota

craniana. Já entre a ambiência psíquica estão as alterações psiquiátricas, a síndrome pós-traumática e o suicídio. Em 2019, a PMERJ contabilizou 57 cadeirantes, 18 amputados e quatro com perda de calota craniana, todos necessitando de um ou mais cuidados, como a assistência à saúde de forma continuada, insumos, próteses, órteses e cadeira de rodas (Estado do Rio de Janeiro, 2019).

Desta feita, as relações entre o indivíduo-coletivo e o indivíduo-subjetivo, sob influência da organização do trabalho, geram um CH capaz de impactar a saúde do trabalhador, uma vez que este constrói significado a partir de sua relação com o processo de trabalho. Há, ainda, o desgaste físico e mental associados ao processo de exposição do agente de segurança pública (Edwards; Kotera, 2021; Marçal *et al.*, 2020).

Além disso, a instituição também é afetada, tanto no contexto financeiro de saúde quanto para a previdência do Estado. Sobretudo, causam lesões irreversíveis e/ou incapacitantes com prejuízos à integridade física e mental do policial militar.

Além de tudo, e não menos importante, a instituição tem reunido esforços para atender as demandas de saúde de seus militares, haja vista o Decreto nº 46.923, de 4 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica da DGS, garantindo em seu Art. 1º o estabelecimento, sem aumento de despesa, da estrutura organizacional básica da DGS e da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro (SEPM/RJ); e, destarte, busca melhorar o atendimento médico pericial (Rio de Janeiro, 2020).

Por fim, cabe enfatizar que os PMs são acometidos por transtornos físicos e mentais ligados à sua atuação cotidiana como agente de segurança pública apto ao combate em constante contato com a violência urbana. Ademais, a literatura nos mostra que, os policiais apresentam alto risco de adoecimento, em decorrência das condições desfavoráveis de trabalho, a que estão submetidos em seu dia a dia, com grande interferência no CHT.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo de corte transversal de abordagem quantitativa, classificando-se como descritivo (Marconi; Lakatos, 2018).

3.2 LOCAL DO ESTUDO

O Estado do Rio Janeiro, no que tange à polícia militar, se organiza em duas regiões distintas na Região Metropolitana: a Região Metropolitana I, composta pelos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Magé, São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita, Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Seropédica e Itaguaí, configurando o Rio de Janeiro como polo regional. E a Região Metropolitana II conta com os municípios de Niterói, São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Silva Jardim, sendo o município de Niterói considerado o polo regional.

De acordo com o Relatório do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF) e o Instituto Fogo Cruzado (2024), a capital do Rio de Janeiro registrou o maior número de episódios de confronto (19.954), o que equivale a 52,1% dos conflitos identificados nos últimos seis anos (2017-2022). Em seguida, a região da Baixada Fluminense foi responsável por 29,5% dos confrontos (11.294 incidentes). Por último, na região do Leste Metropolitano, foram registrados 7.023 confrontos, correspondendo a 18,4% do total.

No levantamento realizado, foi constatado que os dez municípios com o maior índice de confrontos são, em ordem decrescente: Rio de Janeiro, São Gonçalo, Duque de Caxias, Belford Roxo, Niterói, Nova Iguaçu, São João do Meriti, Mesquita, Japeri e Itaboraí. Embora representem apenas metade dos municípios da região metropolitana do Rio, essas cidades foram responsáveis por 95% dos conflitos registrados no período analisado. Além disso, ao analisar as diversas áreas que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o relatório destaca que a Capital não se destaca apenas pela maior ocorrência de conflitos, mas também pela distribuição peculiar dos níveis de intensidade e frequência desses conflitos, diferente das regiões da Baixada Fluminense e do Leste Metropolitano, que apresentam índices bastante semelhantes nessas áreas.

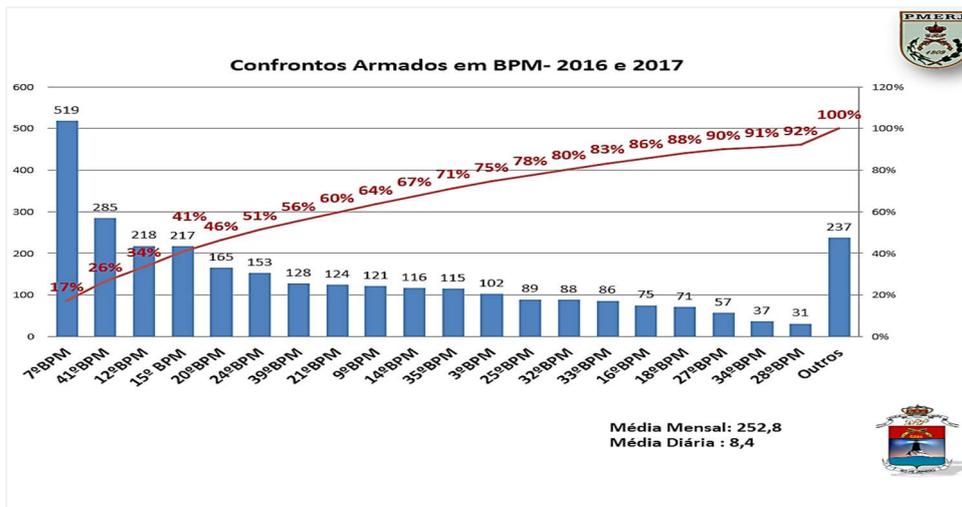
Segundo informações do Atlas da Violência dos Municípios Fluminenses (2019), foi constatado que cinco das dez cidades mais violentas do estado estavam situadas na Região Metropolitana, com destaque para Queimados, que registrava a maior taxa de homicídios (115,6). O Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgou dados em 2020, apontando que sete municípios do Rio de Janeiro estavam entre os dez com maiores índices de letalidade policial no país.

Outrossim, Japeri, Itaguaí, Angra dos Reis, São Gonçalo, Queimados, Mesquita e Belford Roxo eram as cidades com mais de 100 mil habitantes que apresentavam as maiores taxas de letalidade em operações das Polícias Civil e Militar. Essa é a primeira vez em que o Fórum divulga dados específicos sobre letalidade por município. Vale ressaltar que, das sete cidades citadas no ranking, quatro ficam na Baixada Fluminense: Japeri, Queimados, Mesquita e Belford Roxo, enquanto duas estão na Região Metropolitana: São Gonçalo e Itaguaí, e uma na Costa Verde: Angra dos Reis (FBSP, 2020).

Nesse sentido, considerando também os altos índices de criminalidade apresentados no Simpósio Nacional de Vitimização Policial no Estado do Rio de Janeiro, organizado pela Polícia Militar em 2019, foram eleitos como cenários de estudo desta pesquisa os quartéis que tiveram os maiores embates armados na Região Metropolitana I, sendo eles: o 41º BPM em Irajá, na cidade do Rio de Janeiro; o 15º BPM em Caxias, o 20º BPM em Mesquita, e o 24º BPM em Queimados, na Baixada Fluminense e na Região Metropolitana II, o quartel selecionado para a pesquisa foi o 7º BPM em São Gonçalo, que se destacou como o mais frequentemente envolvido em conflitos armados (PMERJ, 2019).

Essas informações corroboram com os índices de confrontos armados por batalhões, assim como áreas mais propensas a roubos e violência na Região Metropolitana, apresentados durante o Simpósio de Vitimização Policial em 2019, reforçando a importância da escolha dos batalhões a serem apresentados, como destacado na Figura 5.

Figura 5 – Confronto Armado em BPM – 2016 e 2017.



Fonte: Simpósio Nacional de Vitimização Policial. PMERJ, 2019.

Assim, segue os batalhões dos municípios definidos com locais de estudo conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição das Companhias por Batalhões da Polícia Militar. Rio de Janeiro, Brasil, 2023.

Batalhão	Companhias
7º Batalhão da Polícia Militar - São Gonçalo	<ul style="list-style-type: none"> 1º Companhia - São Gonçalo (local central) 2º Companhia - Alcântara 3º Companhia - Tribobó 4º Companhia - Hipódromo
15º Batalhão da Polícia Militar - Duque de Caxias	<ul style="list-style-type: none"> 1º Companhia - Duque de Caxias (base principal) 2º Companhia - Campos Elísios 3º Companhia - Imbariê 4º Companhia - Xerém
20º Batalhão da Polícia Militar - Mesquita	<ul style="list-style-type: none"> 1º Companhia - Mesquita 2º Companhia - Nilópolis 3º Companhia - Chatuba
24º Agrupamento Policial Militar - Queimados	<ul style="list-style-type: none"> 1º Companhia - Queimados 2º Companhia - Seropédica 3º Companhia - Paracambi 4º Companhia - Japeri 5º Companhia - Itaguaí
41º Batalhão de Polícia Militar - Irajá	<ul style="list-style-type: none"> 1º Companhia - Irajá 2º Companhia - Guadalupe 3º Companhia - Pavuna

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Diante do apresentado, as unidades militares analisadas se tornaram significativas para atender aos objetivos desta pesquisa.

3.3 AMOSTRA DO ESTUDO

A amostra foi composta por PMs de ambos os sexos distribuídos entre as graduações: soldados (SD), cabos (CB), sargentos (SGT) e subtenentes (Sub Ten) e patentes: tenente (Ten), capitão (Cap), major (Maj), tenente-coronel (Ten Cel) e coronel (Cel), de forma aleatória, todos integrantes de uma população de PMs. Foram considerados para inclusão todos os integrantes das unidades militares selecionadas, presentes no momento da coleta de dados, que se enquadrassem nos critérios de apto A (sem restrições de saúde) e apto B (com alguma restrição de saúde) e que estivessem aptos a responder aos questionários. Como critério de exclusão, foram excluídos militares inativos, férias e militares em situação de saúde apto C.

A título de esclarecimento, os militares de férias, continuam trabalhando nos programas de cobertura de mancha criminal se assim desejarem, através de iniciativas como o Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS), RAS, Bairro Presente (BP), estes que estavam nessa condição foram excluídos. Da mesma maneira, na polícia há a possibilidade de militares se aposentarem e retornarem ao serviço em um período específico, conhecido como "tempo certo", para trabalhar em funções administrativas após a aposentadoria. O militar considerado apto C é aquele que, devido a problemas de saúde, não pode portar armas nem atuar em operações ostensivas, ficando restrito apenas a funções administrativas.

Cabe esclarecer também, que eles foram denominados de "policiais militares do Rio de Janeiro", independente da Região Metropolitana à qual cada área pertence, especialmente ao tratar dos resultados da pesquisa e considerando as características específicas dessas regiões, foi realizada a devida menção.

3.3.1 Cálculo do tamanho da amostra

O estado do Rio de Janeiro conta com efetivo total de 44.336 PMs. O tamanho da amostra foi calculado a partir da população de 3.609 policiais, que estão lotados nos batalhões que compuseram os locais de estudo e estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Número de PMs elegíveis distribuídos nos batalhões, locais estudo. Rio de Janeiro, Brasil, 2023.

Batalhão	Número de policiais
7° BPM	843
15° BPM	829
20° BPM	864
24° BPM	457
41° BPM	616
Total	3609

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Para determinar o tamanho da amostra, foi utilizado o programa EPI-INFO na versão 7.2.2.16, sendo estabelecido um erro de 5,0%, confiabilidade de 95,0% e proporção esperada de 50,0% e um percentual de perda de 20,0%.

$$\frac{z^2 P_e (1 - P_e)}{e^2} \frac{m}{1 + \frac{m-1}{N}}$$

Onde:

n = Tamanho amostral.

z = Valor da curva normal relativa à confiabilidade de 95,0% (1,96).

p_e = Proporção esperada igual a 50,0%.

e = erro de 5,0% (0,05).

N = 3.609.

Sendo assim, foram totalizados como amostra significativa 347 participantes. Foi acrescido de 20,0%, na amostra para compensar eventuais perdas, totalizando 417. outros policiais que atendiam aos critérios de inclusão expressaram interesse em participar do estudo, e assim foram incluídos, totalizando 446 participantes, distribuídos da seguinte forma: por batalhões: 7° BPM 24,21%, (n=108); 15° BPM 23,31%, (n=104); 20° BPM 21,97%, (n=98); 24° BPM 12,10%, (n=54); 41° BPM 18,38%, (n=82)

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

No estudo foram utilizados dois instrumentos. O primeiro foi um questionário semiestruturado, elaborado pela autora com base na análise de ferramentas validadas para

policiais (Paulo *et al.*, 2021; Oliveira; Nascimento, 2020; Figueiredo *et al.*, 2014; Van Hasselt *et al.*, 2008; Violanti *et al.*, 2006).

Esse questionário foi adaptado para atender aos objetivos específicos do estudo, incluindo perguntas adicionais para avaliar aspectos sociodemográficos, CT, hábitos de vida (HV) e saúde dos PMs. Antes da aplicação final, o questionário foi testado em um estudo piloto com 10 participantes.

O segundo conjunto de instrumento foi a e a EACHT, que compõem o ITRA. Todos os instrumentos utilizaram da informação auto referida pelo participante.

As variáveis sociodemográficas referentes ao perfil dos participantes foram: sexo, estado civil, se tinham filho e idade; as laborais: posto ou graduação, organização militar, escala de serviço e tempo de serviço; as de HV: faz exame periódicos e com que frequência, automedicação quando fica doente; e as de CS: comorbidades, já pensou alguma vez em suicídio, motivos da licença, alterações cognitivas.

Quanto às variáveis das escalas utilizadas no estudo, elas compõem o ITRA, trata-se de um inventário que foi desenvolvido e validado no Brasil por Ferreira e Mendes (2003), adaptado e validado em 2004, publicado por Mendes (2007) e, por último, submetido a uma nova validação por Mendes em 2006.

Trata-se de um inventário autoaplicável, com quatro escalas, do tipo Likert, que avalia a associação das dimensões do trabalho com riscos de adoecimento, apontando indicadores críticos que se relacionam com o trabalho, composto por quatro sub-escalas: EACT, ECHT, Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST) e Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT) (Mendes, 2007)

Neste estudo utilizou-se duas escalas: a EACT e a EACHT. A EACT, tem por objetivo avaliar três fatores do CTr que são eles: OT, CT e RS e tem no total 31 questões.

O primeiro fator é a **OT**, definido como a divisão e conteúdo das tarefas, normas, controles e ritmos de trabalho. Este fator possui 11 questões descritas a seguir: o ritmo de trabalho é excessivo; as tarefas são cumpridas sob pressão de prazos; existe forte cobrança por resultados; as normas para execução das tarefas são rígidas; existe fiscalização do desempenho; o número de pessoas é insuficiente para realizar as tarefas; os resultados esperados estão fora da realidade; existe divisão entre quem planeja e quem executa; as tarefas são repetitivas; falta tempo para realizar pausas de descanso no trabalho; e as tarefas executadas sofrem descontinuidade.

O segundo fator é **CT**, definido como a qualidade do ambiente físico, posto de trabalho, equipamentos e materiais disponibilizados para a execução do trabalho, composto

por 10 questões: as CT são precárias; o ambiente físico é desconfortável; existe muito barulho no ambiente de trabalho; o mobiliário existente no local de trabalho é inadequado para a realização das tarefas; os instrumentos de trabalho são insuficientes para realizar as tarefas; o posto de trabalho é inadequado para realização das tarefas; os equipamentos necessários para realização das tarefas são precários; o espaço físico para realizar o trabalho é inadequado; as CT oferecem riscos à segurança das pessoas; o material de consumo é insuficiente.

O terceiro fator é **RS**, conceituado como os modos de gestão do trabalho, comunicação e interação profissional e também possui 10 questões: as tarefas não estão claramente definidas; a autonomia é inexistente; a distribuição das tarefas é injusta; os funcionários são excluídos das decisões; existem dificuldades na comunicação entre chefia e subordinados; existem disputas profissionais no local de trabalho; falta integração no ambiente de trabalho; a comunicação entre funcionários é insatisfatória; falta apoio da chefia para o meu desenvolvimento profissional; as informações que preciso para executar minhas tarefas são de difícil acesso.

A escala, tipo Likert possui 5 graduações como opção de resposta, onde 1= nunca, 2= raramente, 3= às vezes, 4= frequentemente, 5= sempre.

A segunda escala denominada ECTH é composta por três fatores: custo físico (CF), cognitivo (CC) e afetivo (CA). O primeiro fator é o **CF**, definido como gasto fisiológico e biomecânico imposto ao trabalhador pelas características do contexto de produção, é constituído por 10 questões: usar a força física; usar os braços de forma contínua; ficar em posição curvada; caminhar; ser obrigado a ficar em pé; ter que manusear objetos pesados; fazer esforço físico; usar as pernas de forma contínua; usar as mãos de forma repetitiva; subir e descer escadas.

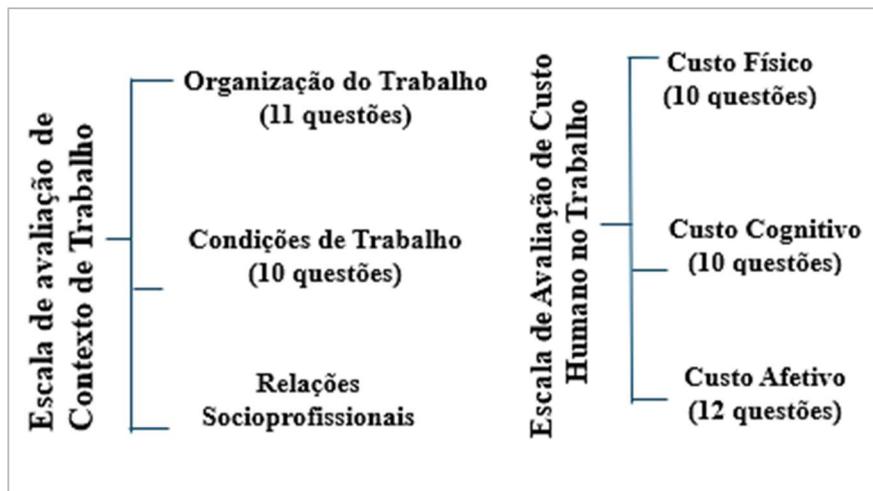
O segundo fator é o **CC**, que significa gasto intelectual para aprendizagem, resolução de problemas e tomada de decisão no trabalho, também composto por 10 questões: desenvolver macetes; ter que resolver problemas; ser obrigado a lidar com imprevistos; fazer previsão de acontecimentos; usar a visão de forma contínua; usar a memória; ter desafios intelectuais; fazer esforço mental; ter concentração mental; usar a criatividade.

O terceiro fator é o **CA**, definido com gasto emocional, sob a forma de reações afetivas, sentimentos e de estados de humor, possui 12 questões: ter controle das emoções; ter de lidar com ordens contraditórias; ter custo emocional; ser obrigado a lidar com a agressividade dos outros; disfarçar os sentimentos; ser obrigado a elogiar as pessoas; ser

obrigado a ter bom humor; ser obrigado a cuidar da aparência física; ser bonzinho com os outros; transgredir valores éticos; ser submetido a constrangimentos; ser obrigado a sorrir.

Esta escala também é de 5 pontos, onde 1= nunca, 2= pouco exigido, 3= mais ou menos exigido, 4= bastante exigido, 5= absolutamente exigido. A Figura 6 apresenta de forma esquemática a estrutura das duas Escalas utilizadas no estudo e seus respectivos fatores.

Figura 6 – Estrutura das escalas de avaliação do CTr e de CHT.



Fonte: Autora, 2024.

3.5 COLETA DE DADOS

Uma apresentação mais abrangente do projeto deste estudo foi previamente realizada aos oficiais responsáveis pela Coordenadoria de Assuntos Estratégicos (CAES). Durante essa apresentação, foi solicitado e obtido, por meio de um ofício assinado, a autorização do Comandante Geral, que posteriormente foi encaminhada aos comandantes dos batalhões designados, assegurando o consentimento institucional. A autorização institucional foi concedida com base no reconhecimento da relevância do estudo, no acesso integral aos resultados e nas publicações relacionadas.

Seguindo a ordem hierárquica militar, os militares de cada batalhão nos locais de pesquisa foram convidados a participar do estudo. Inicialmente, foi realizado um processo de sensibilização dos oficiais da secretaria dos batalhões, destacando a importância de investigar o CT e o CHT dos PMs. Esse processo facilitou a comunicação com os demais militares e forneceu as informações necessárias sobre a participação e os objetivos da pesquisa.

Após essa fase, todos os integrantes realizaram a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Esclarecido (TCE), concordando com sua participação no estudo de forma voluntária. Posteriormente, teve início a coleta de informações, que ocorreu de dezembro de 2021 a junho de 2022, mediante agendamento prévio com os envolvidos.

A participação dos PMs no estudo foi positiva e eles demonstraram interesse pelos resultados. No entanto, também expressaram preocupações quanto ao uso dos resultados e à possibilidade de adoção de medidas disciplinares e hierárquicas por parte dos oficiais superiores.

Os questionários foram aplicados durante o expediente diário, tanto nas sessões quanto no horário de almoço no rancho¹, para alcançar os militares de plantão e aqueles que estavam trocando de turno. Os participantes foram convidados a participar do estudo após serem informados sobre o propósito e o método da pesquisa. As respostas foram coletadas no próprio batalhão, na presença da pesquisadora responsável, que estava disponível para esclarecer dúvidas.

O preenchimento dos formulários foi realizado pelos próprios policiais. Caso não fosse possível completar o questionário imediatamente, foi estabelecido um prazo para devolução no turno seguinte, em um envelope lacrado, ao oficial encarregado de facilitar o contato com a pesquisadora. Quando não houve retorno dentro do prazo, uma nova tentativa de contato foi feita para agendar uma nova data de devolução. Apenas após a segunda tentativa sem sucesso, considerou-se a perda do participante.

3.6 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Para o tratamento e análise estatística dos dados, foi utilizado o *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 21.0. A digitação foi realizada através do Windows e o Excel 365 com dupla digitação, objetivando minimizar os erros de digitação e inconsistências.

Inicialmente, realizou-se a análise univariada descritiva por meio de distribuições de frequências, medidas de tendência central e de dispersão, das características sociodemográficas, laborais, de HV e de CS, e dos itens das escalas EACT e CHT.

¹ **Rancho:** No meio militar, o **rancho** é conhecido informalmente como o refeitório. Ou seja, o local de alimentação dos militares. Fonte: PRIBERAM. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [on-line]. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Todos os testes foram aplicados com 95% de confiança e calculados levando em consideração respostas válidas, ou seja, não foram contabilizadas as respostas ignoradas.

As variáveis numéricas das características sociodemográficas e laborais e dos itens das escalas CHT e EACT foram representadas pelas medidas de tendência central e medidas de dispersão

A ordenação e análise das variáveis do perfil sociodemográfico, laboral, de HV e de CS foram assim analisadas:

- A idade calculada em anos completos à época da coleta;
- Sexo dividido em masculino e feminino;
- Estado Civil: casado ou vivia em união estável, categorizado em casado; separado ou divorciado categorizado em separado, solteiro aquele que nunca se casou ou jamais viveu em união estável categorizado como solteiro;
- A variável filho: 1, 2, 3, 4 ou+
- A Categoria profissional dividida considerando a hierarquia militar, baseando-se no sistema de gestão das funções e atribuições da atividade policial, compondo posto-chave para a percepção da estrutura vertical de comando e autoridade na instituição. Assim a PM é dividida nas categorias de SD, CB, SGT, Sub Ten, agrupadas como praças que acatam ordens de seus superiores e as categorias de Ten, Cap e Maj, Ten Cel e Cel, agrupadas como oficiais que dentro da cadeia de comando são os que dão ordens;
- A Variável OM foi categorizada por batalhões de atuação: 7° BPM (São Gonçalo), 15° BPM (Caxias), 20° BPM (Mesquita), 24° BPM (Queimados), 41° BPM (Irajá).
- Tempo na PMERJ foi calculada em anos completos de efetivo serviço militar;
- A variável escala de trabalho foi categorizada em: serviços realizados em Rádio Patrulha (RP) na escala 12x24 e 12x48 que é um serviço móvel ostensivo; e em outros setores no quartel, tem as escalas de 24x48, 24x72, 12x36, dependendo do batalhão e tipo de serviço realizado, além do expediente diário de 07h às 17h;
- A variável “Faz exame periódico”, foi dicotomizada em “sim” e “não”, e a frequência em: 1x/ano, 2x/ano, mais 2x/ano;
- A variável “Faz uso de álcool”, foi dicotomizada em “sim” e “não”, e a frequência em: Todos os dias/ final de semana/ 2 a 3x por semana/ eventualmente.

- A variável automedicação (se medicar por conta própria) foi dicotomizada em “sim” e “não” e o motivo da automedicação foi aferida segundo o difícil acesso ao atendimento, Não gostar de ir ao médico e Falta de tempo;
- A variável já pensou alguma vez em suicídio foi dicotomizada em “sim” e “não.”
- A categoria motivo de licença foi categorizada de acordo com os problemas de saúde relacionados a desordens psíquicas (depressão, crise de ansiedade, síndrome do pânico, burnout, bipolaridade, dependência química) e ocorrências osteomioarticular (osteoartrose, osteoporose, lombalgia, tendinite, mialgias e alterações cognitivas) e outras, diagnosticadas pela Junta médica de Saúde da PMERJ;
- A variável alterações cognitivas foram categorizadas a partir de alterações relacionadas: à percepção, atenção, memória, linguagem, funções executivas e outras;
- A variável comorbidade foi categorizada em problemas de saúde relacionados à Diabetes, hipertensão arterial, cardiopatia, obesidade e outros;
- A variável acidente: relacionada à acidente de trabalho por PAF, sendo considerado acidente de trabalho não só acidente em horário de trabalho, mas também, em deslocamento para o serviço, ou voltando dele.
- Acidente de trabalho teve alguma consequência, foi distribuída nas categorias saúde mental, social e laboral.

O Quadro 3 mostra o resumo das variáveis categóricas e forma de aferição.

Quadro 3 – Resumo das variáveis categóricas e forma de aferição. Rio de Janeiro, Brasil, 2023.

Variáveis qualitativas	Forma de aferição	Categoria
Sexo Estado civil	Masculino/Feminino Casado ou vive em união/Separado ou divorciado/ Viúvo/ Solteiro (Nunca se casou ou viveu em união)	Masculino/Feminino Casado/viúvo/separado/solteiro
Filhos	1 filho/ 2 filhos/ 3 filhos/ 4 filhos ou +	1 filho/ 2 filhos/ 3 filhos/ 4 filhos ou +
Posto ou graduação	Sd/ Cb/ Sgt/ Sub Ten (Praças) Ten/Cap/ Maj/ Ten Cel/ Cel (oficiais)	Praças/oficiais
Organização Militar	7º BPM/15ºBPM/20º BPM/ 24º BPM/41º BPM	7º BPM/15ºBPM/20º BPM/ 24º BPM/41º BPM
Tipo de escala	RP (12x24 e 12x48)/24x48/ 24x72/12x36/ Expediente)	RP (12x24 e 12x48)/24x48/ 24x72/12x36/ Expediente)
Faz uso de álcool	Sim/não	Todos os dias/ final de semana/ 2 a 3x por semana/ eventualmente
Exames de rotina/frequência Automedicação/ motivo da automedicação	Sim/não Sim/não	1x/ano,2x/ano, mais 2x/ano (Difícil acesso a atendimento, não gostar de ir ao médico e Falta de tempo
Pensou em suicídio Motivo de Licença	Sim/não Depressão/crise de ansiedade/síndrome do pânico/burnout, bipolaridade/dependência química/outras	Sim/não Desordens psíquicas
Motivo de Licença	Osteoartrose/ lombalgia/tendinite/mialgia/outras	Desordens osteomioarticulares
Alterações Cognitivas	Percepção/ memória/atenção/ linguagem/funções executivas/outras	Percepção/ memória/atenção/ linguagem/funções executivas/outras
Comorbidade	hipertensão/ cardiopatia/obesidade/ outras	hipertensão/cardiopatia/obesida de/ outras
Acidente:PAF	Sim/não	Sim/não

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O Quadro 4 mostra o resumo das atividades numéricas e forma de aferição.

Quadro 4 – Resumo das variáveis numéricas e forma de aferição. Rio de Janeiro. Brasil, 2023.

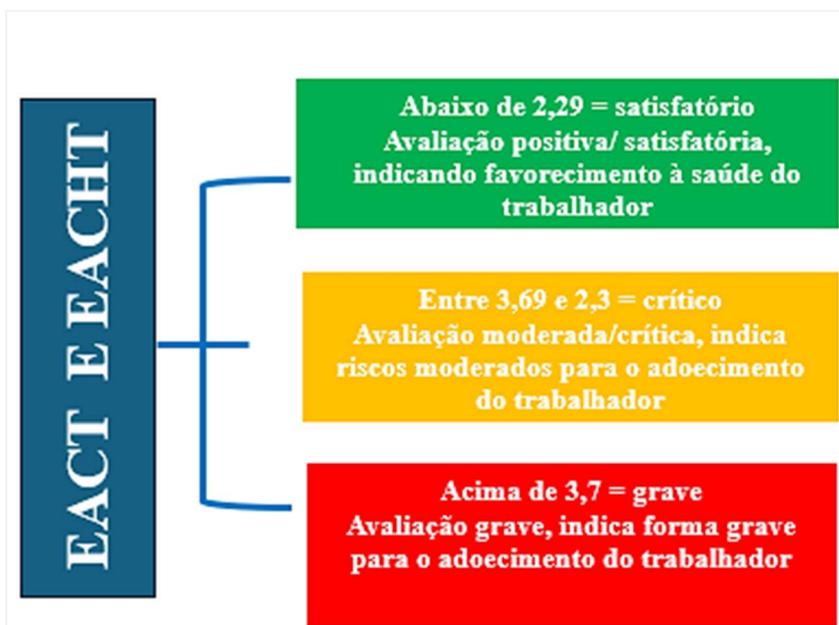
Variáveis quantitativas	Forma de aferição	Categoria
Idade	Data de nascimento	Anos completos
Hora de sono	Horas	Horas
Tempo na PMERJ	Anos completos	Anos completos

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Quanto ao tratamento e análise dos dados das escalas, estas foram construídas por itens negativos. As interpretações foram realizadas por meio de fatores e com base em três níveis. Para se calcular a média geral de cada fator, inicialmente foi feita uma análise individual por média e desvio padrão, em seguida os itens foram agrupados para formar os fatores de acordo com a prescrição do ITRA e processados pelo programa SPSS 21.0.

A interpretação dos resultados baseou-se nos Critérios de Classificação de Risco, satisfatório, grave e crítico, recomendado por Mendes (2007), conforme Figura 7 ilustra as duas escalas: EACT e EACHT.

Figura 7 – Classificação de Risco para EACT e EACHT



Fonte: Autora, 2024. Mendes, 2007

Desta forma, seguindo as orientações para análise e classificação de risco segundo Mendes (2007) a leitura dos resultados deve ser realizada com base nas médias gerais dos fatores e percentual de respondentes nos intervalos das médias, sendo classificados em três níveis.

- Abaixo de 2,29 = avaliação mais positiva, satisfatório, favorece a saúde do trabalhador;
- Entre 2,3 e 3,69 = avaliação mais moderada, crítico, risco crítico de adoecimento do trabalhador;
- Acima de 3,7 = avaliação mais negativa, grave, risco grave para adoecimento do trabalhador

Os resultados foram apresentados em forma de tabela com suas respectivas frequências absoluta e relativa, através de estatística descritiva que incluiu média e desvio padrão para cada item e, posteriormente, para cada fator. Além disso, foi calculada a distribuição da amostra por classificação de risco para cada fator, por meio de frequência absoluta e relativa.

Também foram utilizados os seguintes testes estatísticos: o teste de Qui-Quadrado e o Teste Exato de Fisher para analisar a relação entre as escalas e com os dados sociodemográficos, laborais, de HV e CS; Teste de Normalidade de Kolmogorov-Smirnov para variáveis quantitativas e o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, foi utilizado na comparação de três ou mais amostras independentes para indicar comparação com mais de 2 grupos.

3.7 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

No que diz respeito ao cumprimento dos aspectos éticos da pesquisa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), Instituto de Atenção Básica São Francisco de Assis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atendendo aos preceitos da Resolução nº 466/2012 e autorizado pelo parecer consubstanciado de número: 5.137.132

Foi entregue aos participantes o TCLE juntamente com os instrumentos de coleta de dados e apresentação dos objetivos da pesquisa. Foi realizada leitura junto com os participantes com a finalidade de esclarecimento de dúvidas, solicitando-se que fosse assinado. A participação na pesquisa foi voluntária.

Os riscos mínimos previsíveis relacionados à remota perda dos dados, foram minimizados através do arquivamento dos questionários. Foi respeitado o anonimato dos participantes, a fim de zelar pela integridade e bem-estar dos participantes da pesquisa.

Os benefícios foram superiores aos riscos da pesquisa, por permitirem, através de evidências científicas, conhecer o CHT e o CT dos PMs e fatores associados ao adoecimento desses sujeitos. Dessa forma, garantiu-se o fornecimento de subsídios para gestão no trabalho visando à promoção da Saúde do Trabalhador, à tomada de decisões e à melhoria do bem-estar laboral. Os dados coletados foram utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados, divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Os dados coletados da pesquisa estão mantidos em arquivo, físico e digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora, por um período de cinco anos após o término da pesquisa.

4 RESULTADOS

Este capítulo está estruturado da seguinte forma: 4.1. Características sociodemográficas, laborais, de HV e de CS dos PMs; 4.2. CT dos PMs participantes do estudo; 4.3. CHT dos PMs; e 4.4. Associação entre o CT e CHT e o perfil sociodemográfico, laboral, de HV e CS dos PMs.

4.1 CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS, LABORAL, DE HÁBITOS DE VIDA E DE CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Tabela 4 mostra os resultados referentes aos aspectos sociodemográficos e laborais dos participantes do estudo.

Tabela 4 – Distribuição das características sociodemográficas e laborais dos PMs do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446) (continua).

Variáveis	n	%
Sexo (n=437)		
Feminino	58	13,3
Masculino	379	86,7
Estado civil (439)		
Casado (a) ou vive em união	311	70,8
Separado (a) ou divorciado (a)	49	11,2
Viúvo (a)	3	0,7
Solteiro(a) (Nunca se casou ou viveu em união)	76	17,3
Filhos (289)		
1 filho	137	47,4
2 filhos	102	35,3
3 filhos	40	13,8
4 filhos	10	3,5
Graduação (n=420)		
SD	146	33,2
CB	120	27,3
SGT	131	29,8
SUB Ten	23	5,2
Oficiais (n=20)		
Ten	9	2,0
Cap	6	1,4
Maj	5	1,1
Organização Militar (n=446)		
7 BPM	108	24,21
15 BPM	104	23,31
20 BPM	98	21,97
24 BPM	54	12,10

Tabela 4 – Distribuição das características sociodemográficas e laborais dos PMs do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446) (conclusão).

41 BPM	82	18,38	
Escala de serviço (n=396)			
Rádio Patrulha 12x24 e 12x48	95	24,0	
24x72	51	12,9	
24x48	38	9,6	
Expediente	161	40,6	
12x36	48	12,1	
6	2	0,5	
13	1	0,3	
PAF			
Sim	38	8,5	
Não	408	9,5	
	Média ± DP	Mediana (Q1; Q3)	Mínimo – Máximo
Idade	38,5 ± 7,1	37,0 (34,0; 43,0)	19,0 – 92,0
Tempo de Serviço	11,0 ± 8,0	10,0 (3,0; 19,0)	1,0 – 46,0

Nesta tabela em algumas variáveis houve perda de dados porque o participante não respondeu.

OBS: No que se refere à escala de trabalho, cabe esclarecer que, a que se refere a expediente, contempla os policiais dos outros tipos de escala de trabalho. Ou seja, o policial pode ter esta alternância de horário de trabalho.

Fonte: Autora, 2023.

De acordo com os resultados, 86,7%, (n= 379) dos participantes eram do sexo masculino e 13,3% (n=58) do sexo feminino, casados ou em união estável 70,8%, (n=311); Em relação a ter filhos e o número de filhos, teve-se que, com 1 filho (47,4%, n=137); 2 filhos (35,3%, n=102); 3 filhos (13,8%, n=40); 4 filhos (3,5%, n=10).

A variável idade média foi de 38 anos, (DP±7,1) e com média de 11 anos de efetivo serviço militar (DP±8,0). Quanto à graduação, 33,2% (n=146) eram soldados; 27,3% (n=120), cabo; 29,8%, (n=131) sargento ; e 5,2%,(n=23) de Sub Tenente.

Quanto aos oficiais, se distribuíram em 2,0%, (n=9) no posto de Tenente, 1,4%, (n=6) no de Capitão, 1,1%, (n=5) Major. Os batalhões e seus contingentes corresponderam, respectivamente: 7º BPM 24,21%, (n=108); 15º BPM 23,31%, (n=104); 20º BPM 21,97%, (n=98); 24º BPM 12,10%, (n=54); 41º BPM 18,38%, (n=82), e a maior parte dos envolvidos na pesquisa realizava trabalho interno além das atividades de patrulhamento ostensivo 40,6% (n=161). A Tabela 5 apresenta as CS e HV dos militares participantes do estudo.

Tabela 5– Distribuição das respostas de acordo com as CS e HV de PMs do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).

Variáveis	n	%
Faz exames periódicos		
Sim	147	33,0
Não	299	67,0
Com que frequência		
1x/ano	108	71,1
2x/ano	33	21,7
Mais de 2x/ano	11	7,2
Automedicação quando fica doente		
Sim	288	64,6
Não	158	35,4
Motivo da Automedicação		
Acesso para tratamento de saúde é difícil	117	42,5
Não gosta de ir ao médico	72	26,2
Não tem tempo para cuidar da saúde	64	23,3
Acesso para tratamento de saúde é difícil e não gosta de ir ao médico	2	0,7
Acesso para tratamento de saúde é difícil e não tem tempo para cuidar da saúde	12	4,4
Não gosta de ir ao médico e não tem tempo para cuidar da saúde	1	0,4
Todos os motivos	7	2,5
Comorbidades		
Hipertensão arterial	63	14,1
Cardiopatia	8	1,8
Obesidade	45	10,1
Outras comorbidades	29	6,5
Motivos de Licença Médica*		
Depressão	64	14,3
Crise de Ansiedade	81	18,2
Síndrome do Pânico	21	4,7
Burnout	9	2,0
Bipolaridade	17	3,8
Outros problemas psíquicos**	32	7,1
Lombalgia	29	6,5
Mialgia	27	6,1
Tendinite	17	3,8
Outros problemas osteomusculares***	43	9,6
Faz uso de álcool		
Sim	242	54,3
Não	194	43,5
Com que frequência		
Todos os dias	11	2,5
Final de semana	165	37
2 a 3 vezes na semana	60	13,5
Eventualmente	3	7

Nesta tabela houve perda de dados porque o participante não respondeu.

* Nesta questão foi permitida mais de uma resposta por participante.

** Dentre outros problemas psíquicos foram incluídos: burnout, dependência química e entre outros distúrbios.

*** Dentre outros distúrbios osteomusculares foram incluídos: artrose, osteoporose entre outros.

Fonte: Autora, (2023).

No que se refere a CS autorreferidas, 42,5% (n=117) relataram acesso difícil para tratamento de saúde; 14,1% (n=63) apresentavam diagnóstico de hipertensão arterial, e 10,1% (n=45) eram obesos; a automedicação foi justificada por 42,5% (n=117) dos militares, entre outros fatores, pelo difícil acesso aos serviços de saúde na PMERJ.

Entre os PMs observou-se licença médica por depressão em 14,3% (n=64), 18,2% (n=81) por crise de ansiedade, e 4,7% (n=21) SP. Nas licenças relacionadas a ocorrências osteomioarticulares, maior incidência foi devida lombalgia (6,5% n=29) seguidas de mialgias (6,1% n=27).

Da amostra estudada, 54,3% (n=242) dos policiais relataram consumir álcool com uma frequência variável, indicando que essa prática é comum entre os profissionais analisados. Esse dado revela que mais da metade dos participantes têm o hábito de utilizar bebidas alcoólicas de forma recorrente, embora a intensidade e a regularidade do consumo possam variar. A frequência variável no uso de álcool pode ter implicações importantes para a saúde e o bem-estar dos policiais, além de potencialmente impactar o desempenho e a QV no ambiente de trabalho. Na Tabela 6 têm-se os resultados referentes a pensamento suicida e alterações cognitivas, dos PMs participantes do estudo.

Tabela 6 – Distribuição das respostas de acordo com o pensamento suicida e alterações cognitivas de PMs do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n =446).

Variáveis	n	%
Já pensou alguma vez em suicídio		
Sim	66	15,0
Não	373	85,0
Alterações cognitivas		
Percepção	20	4,5
Atenção	63	14,1
Memória	110	24,7
Linguagem	15	3,4
Funções executivas	14	3,1
Outras alterações cognitivas	10	2,2

Nesta tabela em algumas variáveis houve perda de dados porque o participante não respondeu

Fonte: Autora, 2023.

A Tabela 6 mostrou resultados referentes a pensamento suicida e autopercepção sobre ocorrência de alterações cognitivas, onde obteve-se que 15% (n=66) haviam pensado em suicídio, 24,7% (n=110) possuíam a memória afetada e 14,1% (n=63) com déficit de atenção.

4.2 CONTEXTO DE TRABALHO DOS POLICIAIS MILITARES

A Tabela 7 mostra a classificação de Risco do CTr dos PMs.

Tabela 7 – Classificação de risco por fator do CTr. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).

Variáveis	Grave	Crítico	Satisfatório
	n (%)	n (%)	n (%)
EACT			
Organização do Trabalho	179 (40,6)	244 (55,3)	18 (4,1)
Condições de Trabalho	91 (20,6)	232 (52,6)	118 (26,8)
Relações Socioprofissionais	151 (34,2)	199 (45,2)	91 (20,6)

Nesta tabela em algumas variáveis houve perda de dados porque o participante não respondeu

Fonte: Autora, 2023.

A Tabela 7 mostra que, no CTr, na classificação de risco de adoecimento, teve-se a classificação de risco crítico para todos os três fatores: OT 55,3% (n=244), CT 52,6% (n=232) e RS 45,2% (n=199).

A Tabela 8 apresenta a distribuição da classificação de riscos para cada item dos fatores que compõem a EACT.

Tabela 8 – Classificação de risco para cada questão que compõem os fatores da EACT. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446). (continua)

EACT		
Organização do Trabalho	Média ± DP	Classificação de Risco
O ritmo do trabalho é excessivo	3,61 ± 1,07	Crítico
As tarefas são cumpridas com pressão de prazos	3,50 ± 1,13	Crítico
Existe forte cobrança por resultados	3,65 ± 1,15	Crítico
As normas para execução das tarefas são rígidas	3,77 ± 1,11	Grave
Existe fiscalização do desempenho	3,97 ± 1,09	Grave
O número de pessoas é insuficiente para se realizar as tarefas	3,49 ± 1,27	Crítico
Os resultados esperados estão fora da realidade	2,96 ± 1,12	Crítico
Existe divisão entre quem planeja e executa	3,58 ± 1,29	Crítico
As tarefas são repetitivas	3,70 ± 1,02	Grave
Falta tempo para realizar pausas de descanso no trabalho	3,36 ± 1,19	Crítico
As tarefas executadas sofrem descontinuidade	3,02 ± 1,13	Crítico
Relações Socioprofissionais		
As tarefas não estão claramente definidas	2,67 ± 1,20	Crítico
A autonomia é inexistente	3,11 ± 1,23	Crítico

Tabela 8 – Classificação de risco para cada questão que compõem os fatores da EACT. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446) (conclusão).

A distribuição das tarefas é injusta	3,02 ± 1,26	Crítico
Os funcionários são excluídos das decisões	3,34 ± 1,25	Crítico
Existem dificuldades na comunicação entre chefia e subordinados	2,73 ± 1,27	Crítico
Existem disputas profissionais no local de trabalho	2,99 ± 1,32	Crítico
Falta integração no ambiente	2,75 ± 1,22	Crítico
A comunicação entre funcionários é insatisfatória	2,74 ± 1,15	Crítico
Falta apoio das chefias para meu desenvolvimento profissional	2,76 ± 1,27	Crítico
As informações que preciso para executar minhas tarefas são de difícil acesso	2,53 ± 1,18	Crítico
Condições de Trabalho		
As condições de trabalho são precárias	3,34 ± 1,22	Crítico
O ambiente físico é desconfortável	3,17 ± 1,25	Crítico
Existe muito barulho no ambiente de trabalho	3,13 ± 1,25	Crítico
O mobiliário existente no local de trabalho é inadequado	3,20 ± 1,29	Crítico
Os instrumentos de trabalho são insuficientes para realizar as tarefas	3,25 ± 1,17	Crítico
O posto de trabalho é inadequado para a realização das tarefas	2,84 ± 1,17	Crítico
Os equipamentos necessários para a realização das tarefas são precários	3,27 ± 1,21	Crítico
O espaço físico para realizar o trabalho é inadequado	2,90 ± 1,24	Crítico
As condições de trabalho oferecem riscos à segurança das pessoas	3,16 ± 1,41	Crítico
O material de consumo é insuficiente	3,29 ± 1,21	Crítico

Fonte: Autora, 2023.

A Tabela 8 mostrou que nos três fatores – OT, RS e CT, as questões quase que na totalidade obtiveram respostas mais negativas caracterizando grau de risco crítico para o adoecimento, exceto as perguntas “As normas para execução das tarefas são rígidas” ($\mu = 3,77 \pm DP = 1,11 DP$), “Existe fiscalização do desempenho” ($\mu = 3,97 \pm DP = 1,09$); “As tarefas são repetitivas” ($\mu = 3,70 \pm DP = 1,02$), referentes à OT, representando risco grave de adoecimento dos policiais.

Dentre as respostas que apontaram risco crítico para o adoecimento, destacou-se no fator RS a resposta mais negativa para a questão: “Os funcionários são excluídos das decisões” ($\mu = 3,34 \pm DP = 1,25$). E no fator CT a questão mais crítica foi: “As CT são precárias” ($\mu = 3,34 \pm DP = 1,22$), caracterizando risco crítico para o adoecimento de policiais.

4.3 CUSTO HUMANO DO TRABALHO DE POLICIAIS MILITARES

A Tabela 9 mostra a distribuição do CHT entre os PMs, baseada nos Critérios de Classificação de Risco.

Tabela 9– Classificação por fator de CHT da EACHT por classificação de risco. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446)

Fator	Grave	Crítico	Satisfatório
	n (%)	n(%)	n (%)
EACHT			
Custo Físico	86 (19,8)	257 (59,2)	91 (21,0)
Custo Cognitivo	282 (65,0)	126 (29,0)	26 (6,0)
Custo Afetivo	149 (34,3)	190 (43,8)	95 (21,9)

Fonte: Autora, 2023.

A Tabela 9 mostrou que no CHT, as avaliações mais negativas foram para o CC, com 65% (n= 282), com risco grave para adoecimento. O fator CF com 59,2%, (n=257) e o fator CA com 43,8% (n=190), ambos indicando risco crítico para o adoecimento dos PMs.

A Tabela 10 apresenta a distribuição da classificação de riscos para cada questão dos fatores que compõem a EACHT.

Tabela 10 – Classificação de risco para cada questão que compõem os fatores da EACHT. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).

EACHT		
Custo Afetivo	Média ± DP	Classificação de Risco
Ter controle das emoções.	4,06 ± 1,15	Grave
Ter que lidar com ordens contraditórias.	3,39 ± 1,17	Crítico
Ter custo emocional.	3,67 ± 1,20	Crítico
Ser obrigado a lidar com a agressividade dos outros.	3,65 ± 1,33	Crítico
Disfarçar os sentimentos.	3,48 ± 1,36	Crítico
Ser obrigado a elogiar as pessoas.	2,08 ± 1,25	Satisfatório
Ser obrigado a ter bom humor.	2,54 ± 1,32	Crítico
Ser obrigado a cuidar da aparência física.	3,23 ± 1,32	Crítico
Ser bonzinho com os outros.	2,49 ± 1,30	Crítico
Transgredir valores éticos.	2,22 ± 1,50	Satisfatório
Ser submetido a constrangimentos.	2,17 ± 1,34	Satisfatório
Ser obrigado a sorrir.	1,86 ± 1,20	Satisfatório
Custo Cognitivo		
Desenvolver macetes.	2,86 ± 1,43	Crítico
Ter que resolver problemas.	4,09 ± 1,02	Grave
Ser obrigado a lidar com imprevistos.	4,20 ± 0,98	Grave
Fazer previsão de acontecimentos.	3,68 ± 1,21	Crítico
Usar a visão de forma contínua.	3,85 ± 1,18	Grave
Usar a memória.	4,12 ± 1,01	Grave
Ter Desafios Intelectuais.	3,78 ± 1,14	Grave
Fazer esforço mental.	3,93 ± 1,12	Grave
Ter concentração mental.	4,15 ± 0,98	Grave
Usar a criatividade.	3,94 ± 1,07	Grave
Custo Físico		
Usar a força física.	3,11 ± 1,30	Crítico
Usar o braço de forma contínua.	3,38 ± 1,29	Crítico
Ficar em posição curvada.	2,82 ± 1,33	Crítico
Caminhar.	2,92 ± 1,32	Crítico
Ser obrigado a ficar de pé.	3,38 ± 1,39	Crítico
Ter que manusear objetos pesados.	2,99 ± 1,41	Crítico
Fazer esforço físico.	3,21 ± 1,40	Crítico
Usar as pernas de formas contínuas.	3,48 ± 1,37	Crítico
Usar as mãos de forma repetida.	3,55 ± 1,26	Crítico
Subir as escadas.	2,65 ± 1,31	Crítico

Fonte: Autora, 2023.

O fator CF caracterizou-se como crítico pela maioria das questões, exceto a com resposta mais negativa que foi: “Ter controle das emoções” ($\mu = 4,06 \pm DP = 1,15$) com risco grave para o adoecimento; dentro as críticas, a mais crítica foi “Ter custo emocional” ($\mu = 3,67 \pm DP = 1,20$), e com risco moderado para o adoecimento. A mais satisfatória foi: “Ser obrigado* a sorrir” ($\mu = 1,86 \pm DP = 1,20$), que segundo a PDT, classificação satisfatória dentro

desse CTr crítico e grave, equilibrando o ambiente de trabalho indicando que este CTr favorece a saúde dos policiais.

No CC, quase a totalidade das questões obtiveram avaliação grave, sendo que as mais negativas foram: “ter que resolver problemas” ($\mu = 4,09 \pm DP = 1,02$); “ser obrigado a lidar com imprevistos” ($\mu = 4,20 \pm DP = 0,98$); “usar a visão de forma contínua” ($\mu = 3,85 \pm DP = 1,18$); “usar a memória” ($\mu = 4,12 \pm DP = 1,01$); “ter desafios intelectuais” ($\mu = 3,78 \pm DP = 1,14$); “fazer esforço mental” ($\mu = 3,93 \pm DP = 1,12$); “ter concentração mental” ($\mu = 4,15 \pm DP = 0,98$); “usar a criatividade” ($\mu = 3,94 \pm DP = 1,07$),

Já no CF, todas questões foram avaliadas negativamente como críticas, sendo a mais negativa “Usar as mãos de forma repetida” ($\mu = 3,55 \pm DP = 1,26$), indicando risco crítico para o adoecimento dos policiais.

4.4 CONTEXTO DE TRABALHO E CUSTO HUMANO NO TRABALHO E O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, LABORAL, DE HÁBITOS DE VIDA E CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES

O estudo teve como objetivo verificar como o perfil sociodemográfico, laboral, de HV e condições de saúde se comportava em relação ao CTr e CHT dos PMs.

Assim, neste tópico são apresentados os resultados das associações entre variáveis do perfil com os fatores do CT e CHT. Com relação às variáveis do perfil sociodemográfico, laboral, de HV e CS dos PMs, elegeu-se aquelas que de acordo com a literatura podem influenciar a relação entre o CT e o CHT. Dentre estas foram eleitas as variáveis qualitativas: sexo, posto ou graduação, qual a OM, presença de comorbidades, pensamento suicida, motivo da licença e alterações cognitivas. Quanto às variáveis numéricas: idade, tempo na PMERJ e horas de sono por dia.

Para melhor organização dos dados, no posto ou graduação houve agrupamento de algumas patentes, considerando que elas obtiveram um número de participantes menor. Assim as patentes SD, CB, SGT e SUB TEN, foram agrupadas como praças, e as de TEN, CAP e MAJ foram agrupadas como oficiais.

Nas Tabelas 11, 12 e 13 estão apresentados os resultados da associação entre os fatores do CTr e variáveis sociodemográficas, laborais, HV e CS.

Tabela 11 – Associação entre o fator OT da EACT e as variáveis sociodemográficas, laborais e CS dos PMs. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).

EACT - Organização do Trabalho				
Variáveis	Grave	Crítico	Satisfatório	p-valor
	n (%)	n (%)	n (%)	
Sexo				
Feminino	20 (34,5)	33 (56,9)	5 (8,6)	0,159 *
Masculino	152 (40,6)	209 (55,9)	13 (3,5)	
Posto ou graduação				
Praças	172 (41,4)	225 (54,3)	18 (4,3)	0,163 *
Oficiais	5 (25,0)	15 (75,0)	0 (0,0)	
Organização Militar				
7 BPM	22 (20,8)	72 (69,3)	10 (9,9)	< 0,001 *
15 BPM	49 (52,1)	44 (46,8)	1 (1,1)	
20 BPM	39 (43,3)	49 (54,4)	2 (2,2)	
24 BPM	9 (18,8)	35 (72,9)	4 (8,3)	
41 BPM	48 (60,8)	31 (39,2)	0 (0,0)	
Comorbidades				
Hipertensão arterial	27 (43,5)	32 (51,7)	3 (4,8)	0,804 *
Cardiopatia	5 (62,5)	3 (37,5)	0 (0,0)	0,492 **
Obesidade	31 (68,9)	13 (28,9)	1 (2,2)	< 0,001 *
Pensamento Suicida				
Sim	45 (68,2)	21 (31,8)	0 (0,0)	< 0,001 *
Não	132 (35,8)	220 (59,6)	17 (4,6)	
Motivo de Licença				
Depressão	38 (59,3)	25 (39,1)	1 (1,6)	0,004 *
Crise de ansiedade	47 (58,1)	33 (40,7)	1 (1,2)	0,001 *
Bipolaridade	12 (75,0)	4 (25,0)	0 (0,0)	0,016 *
Lombalgia	24 (82,8)	5 (17,2)	0 (0,0)	< 0,001 *
Mialgias (dor muscular)	19 (70,4)	8 (29,6)	0 (0,0)	0,004 *
Alterações cognitivas				
Percepção	18 (90,0)	2 (10,0)	0 (0,0)	< 0,001 *
Atenção	40 (63,5)	22 (34,9)	1 (1,6)	< 0,001 *
Memória	63 (57,3)	45 (40,9)	2 (1,8)	< 0,001 *
	Mediana (P₂₅; P₇₅)	Mediana (P₂₅; P₇₅)	Mediana (P₂₅; P₇₅)	
Idade	39,0 (34,0; 44,8)	37,0 (34,0; 42,0)	36,5 (31,5; 40,0)	0,053 ^A
Tempo na PMERJ	11,0 (8,0; 20,0)	9,0 (3,0; 16,0)	2,0 (2,0; 11,5)	< 0,001 ^A
Horas de sono por dia	6,0 (5,0; 7,0)	7,0 (6,0; 8,0)	8,0 (7,0; 8,0)	< 0,001 ^A

Nesta tabela algumas variáveis houve perda de dados porque o participante não respondeu

* Qui-quadrado. ** Exato de Fischer. ^A Kuskal-Wallis.

Fonte: Autora, 2023).

Na Tabela 11, os resultados nos mostraram que houve associação estatisticamente significativa nas variáveis “Qual OM” no 41º BPM, com 60,8% de seu efetivo classificado com risco grave; bem como nas comorbidades a “Obesidade” em 68,9%; com relação ao pensamento suicida “Já pensou alguma vez em suicídio” com 68,2%, “Depressão” (59,3%); “Crise de ansiedade” (58,1%); “Bipolaridade” (75%), “Lombalgia” (82,8%), “Mialgias” (70,4%), “Percepção”, “Atenção” e “Memória” , 90%,63,5% e 57,3% respectivamente em relação a Organização do Trabalho. As variáveis numéricas apresentaram diferença estatisticamente significativa no “Tempo na PMERJ” e “Horas de sono por dia.

Tabela 12 – Associação entre o fator CT e as variáveis sociodemográficas, laborais e CS. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446). (continua)

EACT - Condições de Trabalho				
Variáveis	Grave	Crítico	Satisfatório	p-valor
	n (%)	n (%)	n (%)	
Sexo				
Feminino	8 (13,8)	32 (55,2)	18 (31,0)	0,413 *
Masculino	79 (21,1)	195 (52,2)	100 (26,7)	
Posto ou graduação				
Praças	89 (21,4)	216 (52,0)	110 (26,5)	0,067 *
Oficiais	0 (0,0)	13 (65,0)	7 (35,0)	
Organização Militar				
7 BPM	7 (6,9)	45 (44,6)	49 (48,5)	< 0,001 *
15 BPM	22 (23,4)	54 (57,5)	18 (19,1)	
20 BPM	20 (22,2)	55 (61,1)	15 (16,7)	
24 BPM	2 (4,2)	32 (66,6)	14 (29,2)	
41 BPM	35 (44,3)	29 (36,7)	15 (19,0)	
Comorbidades				
Hipertensão arterial	15 (24,2)	35 (56,4)	12 (19,4)	0,346 *
Cardiopatia	2 (25,0)	6 (75,0)	0 (0,0)	0,190 **
Obesidade	16 (35,6)	26 (57,7)	3 (6,7)	0,001 *
Pensamento Suicida				
Sim	22 (33,3)	39 (59,1)	5 (7,6)	< 0,001 *
Não	66 (17,9)	191 (51,7)	112 (30,4)	
Motivo de Licença				
Depressão	24 (37,5)	32 (50,0)	8 (12,5)	< 0,001 *
Crise de ansiedade	28 (34,6)	44 (54,3)	9 (11,1)	< 0,001 *
Bipolaridade	10 (62,4)	5 (31,3)	1 (6,3)	< 0,001 **
Lombalgia	14 (48,3)	14 (48,3)	1 (3,4)	< 0,001 *
Mialgias (dor muscular)	10 (37,0)	17 (63,0)	0 (0,0)	0,002 *
Alterações cognitivas				
Percepção	13 (65,0)	7 (35,0)	0 (0,0)	< 0,001 *
Atenção	24 (38,1)	36 (57,1)	3 (4,8)	< 0,001 *
Memória	34 (30,9)	65 (59,1)	11 (10,0)	< 0,001 *
	Mediana	Mediana	Mediana	
	(P₂₅; P₇₅)	(P₂₅; P₇₅)	(P₂₅; P₇₅)	
Idade	39,0 (34,0; 45,0)	38,0 (34,0; 43,3)	36,0 (33,0; 41,0)	0,103 ^A

Tabela 12 – Associação entre o fator CT e as variáveis sociodemográficas, laborais e CS. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446). (conclusão)

Tempo na PMERJ	10,0 (8,0; 20,0)	10,0 (3,0; 20,0)	8,0 (2,0; 16,0)	0,006 ^A
Horas de sono por dia	6,0 (5,0; 7,0)	6,0 (6,0; 8,0)	7,0 (6,0; 8,0)	< 0,001 ^A

Nesta tabela algumas variáveis houve perda de dados porque o participante não respondeu

* Qui-quadrado. ** Exato de Fischer. ^A Kuskal-Wallis.

Fonte: Autora, 2023.

Na Tabela 12 os resultados mostraram que houve associação estatisticamente significativa nas variáveis “Posto ou graduação”, com avaliação crítico em 52% do efetivo de praças; nos motivos de licença avaliação grave com 34,6% para “Crise de ansiedade” e 30,9% consideraram grave as alterações cognitivas para a “Memória” em relação a “CT”. Nas variáveis numéricas, só houve diferença estatisticamente significativa nas “Horas de sono por dia”.

Tabela 13 – Associação entre o fator RS e variáveis sociodemográficas laborais e CS. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446). (continua)

EACT - Relações Socioprofissionais				
Variáveis	Grave n (%)	Crítico n (%)	Satisfatório n (%)	p-valor
Sexo				
Feminino	13 (22,4)	29 (50,0)	16 (27,6)	0,133 *
Masculino	131 (35,0)	168 (44,9)	75 (20,1)	
Posto ou graduação				
Praças	147 (35,4)	188 (45,3)	80 (19,3)	0,001 *
Oficiais	1 (5,0)	9 (45,0)	10 (50,0)	
Organização Militar				
7 BPM	23 (22,8)	52 (51,5)	26 (25,7)	< 0,001 *
15 BPM	40 (42,6)	43 (45,7)	11 (11,7)	
20 BPM	31 (34,4)	44 (48,9)	15 (16,7)	
24 BPM	8 (16,6)	20 (41,7)	20 (41,7)	
41 BPM	41 (51,9)	25 (31,6)	13 (16,5)	
Comorbidades				
Hipertensão arterial	22 (35,5)	30 (48,4)	10 (16,1)	0,634 *
Cardiopatia	4 (50,0)	4 (50,0)	0 (0,0)	0,347 **
Obesidade	22 (48,9)	19 (42,2)	4 (8,9)	0,037 *
Pensamento Suicida				
Sim	25 (37,9)	33 (50,0)	8 (12,1)	0,175 *
Não	123 (33,3)	164 (44,5)	82 (22,2)	
Motivo da Licença				
Depressão	26 (40,6)	30 (46,9)	8 (12,5)	0,188 *
Crise de ansiedade	37 (45,7)	37 (45,7)	7 (8,6)	0,005 *
Bipolaridade	9 (56,2)	6 (37,5)	1 (6,3)	0,121 *
Lombalgia	14 (48,3)	13 (44,8)	2 (6,9)	0,099 *
Mialgias (dor muscular)	13 (48,1)	13 (48,1)	1 (3,8)	0,058 *
Alterações cognitivas				
Percepção	10 (50,0)	9 (45,0)	1 (5,0)	0,135 *

Tabela 13 – Associação entre o fator RS e variáveis sociodemográficas laborais e CS. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).(conclusão)

Atenção	30 (47,6)	27 (42,9)	6 (9,5)	0,016 *
Memória	51 (46,4)	48 (43,6)	11 (10,0)	0,001 *
	Mediana (P₂₅; P₇₅)	Mediana (P₂₅; P₇₅)	Mediana (P₂₅; P₇₅)	
Idade	38,0 (33,0; 42,8)	37,0 (34,0; 43,0)	37,0 (34,0; 43,0)	0,966 ^A
Tempo na PMERJ	10,0 (4,0; 16,5)	10,0 (3,0; 20,0)	10,0 (3,0; 20,0)	0,752 ^A
Horas de sono por dia	6,0 (5,0; 7,0)	6,0 (6,0; 8,0)	7,0 (6,0; 8,0)	< 0,001 ^A

Nesta tabela algumas variáveis houve perda de dados porque o participante não respondeu

* Qui-quadrado. ** Exato de Fischer. ^A Kuskal-Wallis.

Fonte: Autora, 2023.

Na Tabela 13, os testes estatísticos mostraram que houve associação estatisticamente significativa nas variáveis “posto ou graduação” para praças, com 45,3% avaliando as RS crítica, com destaque de “motivo da licença” a crise de ansiedade com 45,7%, grave, com prejuízos graves a atenção 47,6% e memória 46,4% em relação ao fator Relações Socioprofissionais. Nas Tabelas 14, 15 e 16 estão apresentados os resultados da associação entre o fator CF da ECHT e variáveis sociodemográficas laborais, de HV e CS.

Tabela 14 – Associação entre o fator CF e as variáveis sociodemográficas, laborais e CS. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446) (continua)

Custo Físico				
Variáveis	Grave n (%)	Crítico n (%)	Satisfatório n (%)	p-valor
Sexo				
Feminino	13 (22,8)	34 (59,7)	10 (17,5)	0,617 *
Masculino	67 (18,2)	221 (60,1)	80 (21,7)	
Posto ou graduação				
Praças	83 (20,3)	238 (58,3)	87 (21,3)	0,137 **
Oficiais	1 (5,0)	16 (80,0)	3 (15,0)	
Organização Militar				
7 BPM	10 (10,4)	64 (66,7)	22 (22,9)	< 0,001 *
15 BPM	18 (19,4)	56 (60,2)	19 (20,4)	
20 BPM	21 (23,3)	51 (56,7)	18 (20,0)	
24 BPM	3 (6,3)	29 (60,4)	16 (33,3)	
41 BPM	32 (41,0)	35 (44,9)	11 (14,1)	
Comorbidades				
Hipertensão arterial	10 (16,1)	39 (62,9)	13 (21,0)	0,718 *
Cardiopatia	3 (37,5)	3 (37,5)	2 (25,0)	0,293 **
Obesidade	18 (40,0)	25 (55,6)	2 (4,4)	< 0,001 *
Pensamento Suicida				
Sim	18 (27,7)	41 (63,1)	6 (9,2)	0,024 *
Não	66 (18,2)	215 (59,2)	82 (22,6)	

Tabela 14 – Associação entre o fator CF e as variáveis sociodemográficas, laborais e CS. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446) (conclusão)

Motivo da Licença				
Depressão	22 (34,4)	35 (54,7)	7 (10,9)	0,003 *
Crise de ansiedade	29 (35,8)	42 (51,9)	10 (12,3)	< 0,001 *
Bipolaridade	7 (43,8)	9 (56,3)	0 (0,0)	0,012 **
Lombalgia	8 (28,6)	17 (60,7)	3 (10,7)	0,263 *
Mialgias (dor muscular)	8 (29,6)	18 (66,7)	1 (3,7)	0,056 *
Alterações cognitivas				
Percepção	9 (45,0)	11 (55,0)	0 (0,0)	0,003 **
Atenção	24 (38,1)	35 (55,6)	4 (6,3)	< 0,001 *
Memória	34 (30,9)	64 (58,2)	12 (10,9)	< 0,001 *
	Mediana (P₂₅; P₇₅)	Mediana (P₂₅; P₇₅)	Mediana (P₂₅; P₇₅)	
Idade	37,0 (33,3; 42,0)	37,0 (33,0; 44,0)	38,0 (35,0; 44,0)	0,227 ^A
Tempo na PMERJ	10,0 (6,0; 16,5)	10,0 (3,0; 19,0)	11,0 (3,8; 20,0)	0,399 ^A
Horas de sono por dia	6,0 (6,0; 7,0)	6,0 (6,0; 8,0)	7,0 (6,0; 8,0)	0,004 ^A

* Qui-quadrado. ** Exato de Fischer. ^A Kuskal-Wallis.

*** Nesta tabela houve perdas de informações por parte de alguns respondentes não totalizando o “n” em algumas variáveis

Fonte: Autora, 2023.

Os resultados da Tabela 14 mostram que houve relação estatisticamente significativa nas variáveis “Qual OM” em que todos os BPMs foram classificados como crítico para o CF. “Obesidade”; “Já pensou alguma vez em suicídio”; “Depressão”; “Crise de ansiedade”; “Bipolaridade”; “Percepção”; “Atenção” e “Memória”, em relação a “EACHT - CF” com classificação de crítico a grave. Nas variáveis numéricas, só houve diferença estatisticamente significativa nas “Horas de sono por dia.”

Tabela 15 – Associação entre o fator CC e as variáveis sociodemográficas laborais e CS. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446)

Custo Cognitivo				
Variáveis	Grave n (%)	Crítico n (%)	Satisfatório n (%)	p-valor
Sexo				
Feminino	37 (64,9)	17 (29,8)	3 (5,3)	0,957 *
Masculino	238 (64,7)	107 (29,1)	23 (6,3)	
Posto ou graduação				
Praças	267 (65,4)	115 (28,2)	26 (6,4)	0,453 *
Oficiais	13 (65,0)	7 (35,0)	0 (0,0)	
Organização Militar				
7 BPM	56 (58,3)	31 (32,3)	9 (9,4)	0,343 *
15 BPM	60 (64,5)	28 (30,1)	5 (5,4)	
20 BPM	63 (70,0)	22 (24,4)	5 (5,6)	
24 BPM	26 (54,1)	19 (39,6)	3 (6,3)	
41 BPM	56 (71,8)	20 (25,6)	2 (2,6)	
Comorbidades				
Hipertensão arterial	42 (67,7)	16 (25,8)	4 (6,5)	0,831 *
Cardiopatia	5 (62,5)	3 (37,5)	0 (0,0)	0,825 **
Obesidade	40 (88,9)	5 (11,1)	0 (0,0)	0,002 *
Pensamento Suicida				
Sim	47 (72,3)	16 (24,6)	2 (3,1)	0,350 *
Não	232 (63,9)	108 (29,8)	23 (6,3)	
Motivo da Licença				
Depressão	48 (75,0)	12 (18,7)	4 (6,3)	0,124 *
Crise de ansiedade	62 (76,5)	16 (19,8)	3 (3,7)	0,053 *
Bipolaridade	14 (87,5)	2 (12,5)	0 (0,0)	0,209 **
Lombalgia	22 (78,6)	4 (14,3)	2 (7,1)	0,206 *
Mialgias (dor muscular)	21 (77,8)	6 (22,2)	0 (0,0)	0,233 *
Alterações cognitivas				
Percepção	17 (85,0)	3 (15,0)	0 (0,0)	0,137 *
Atenção	52 (82,5)	10 (15,9)	1 (1,6)	0,006 *
Memória	83 (75,5)	25 (22,7)	2 (1,8)	0,012 *
	Mediana (P₂₅; P₇₅)	Mediana (P₂₅; P₇₅)	Mediana (P₂₅; P₇₅)	
Idade	37,0 (33,0; 42,0)	39,0 (35,0; 45,0)	38,0 (33,0; 45,5)	0,010 ^A
Tempo na PMERJ	10,0 (3,0; 16,0)	10,5 (3,0; 20,0)	11,0 (2,0; 22,0)	0,175 ^A
Horas de sono por dia	6,0 (6,0; 7,0)	6,0 (6,0; 8,0)	7,5 (6,4; 8,0)	0,001 ^A

* Qui-quadrado. ** Exato de Fischer. ^A Kuskal-Wallis.

Fonte: Autora, 2023.

Na Tabela 15 houve associação estatisticamente significativa nas variáveis “Qual OM”, destacando-se o 20º BPM, com 70% (grave); “Obesidade” “Crise de Ansiedade”; “Atenção” e “Memória” em relação ao fator Custo Cognitivo” com classificação de risco grave. Nas

variáveis numéricas só houve diferença estatisticamente significativa na “Idade” e “Horas de sono por dia”.

Tabela 16 – Associação entre o fator CA e as variáveis sociodemográficas laborais e CS. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).

Custo Afetivo				
Variáveis	Grave	Crítico	Satisfatório	p-valor
	n (%)	n (%)	n (%)	
Sexo				
Feminino	22 (38,6)	19 (33,3)	16 (28,1)	0,220 *
Masculino	122 (33,2)	167 (45,3)	79 (21,5)	
Posto ou graduação				
Praças	139 (34,1)	179 (43,8)	90 (22,1)	0,977 *
Oficiais	7 (35,0)	9 (45,0)	4 (20,0)	
Organização Militar				
7 BPM	24 (25,0)	52 (54,2)	20 (20,8)	< 0,001 *
15 BPM	34 (36,6)	44 (47,3)	15 (16,1)	
20 BPM	32 (35,6)	40 (44,4)	18 (20,0)	
24 BPM	14 (29,2)	14 (29,2)	20 (41,6)	
41 BPM	40 (51,3)	22 (28,2)	16 (20,5)	
Comorbidades				
Hipertensão arterial	24 (38,8)	19 (30,6)	19 (30,6)	0,055 *
Cardiopatía	4 (50,0)	3 (37,5)	1 (12,5)	0,722 **
Obesidade	20 (44,4)	20 (44,4)	5 (11,2)	0,125 *
Pensamento Suicida				
Sim	26 (40,0)	25 (38,5)	14 (21,5)	0,568 *
Não	122 (33,6)	162 (44,6)	79 (21,8)	
Motivo da Licença				
Depressão	25 (39,1)	22 (34,3)	17 (26,6)	0,252 *
Crise de ansiedade	31 (38,3)	33 (40,7)	17 (21,0)	0,706 *
Bipolaridade	9 (56,2)	2 (12,5)	5 (31,3)	0,035 *
Lombalgia	12 (42,9)	10 (35,7)	6 (21,4)	0,582 *
Mialgias (dor muscular)	11 (40,8)	12 (44,4)	4 (14,8)	0,605 *
Alterações cognitivas				
Percepção	13 (65,0)	6 (30,0)	1 (5,0)	0,009 *
Atenção	29 (46,0)	26 (41,3)	8 (12,7)	0,053 *
Memória	48 (43,6)	47 (42,8)	15 (13,6)	0,015 *
	Mediana (P₂₅; P₇₅)	Mediana (P₂₅; P₇₅)	Mediana (P₂₅; P₇₅)	
Idade	37,0 (33,0; 41,0)	37,0 (33,0; 42,0)	41,0 (36,0; 46,0)	< 0,001 ^A
Tempo na PMERJ	9,0 (3,0; 14,5)	9,0 (3,0; 18,3)	12,5 (8,0; 21,3)	< 0,001 ^A
Horas de sono por dia	6,0 (5,5; 7,0)	6,0 (6,0; 7,0)	7,0 (6,0; 8,0)	0,034 ^A

* Qui-quadrado. ** Exato de Fischer. ^A Kuskal-Wallis.

Fonte: Autora, 2023.

Conforme Tabela 16, houve associação estatisticamente significativa nas variáveis “Qual OM”, com destaque para o 41º BPM, no qual 51,3% consideram o custo afetivo grave; “Bipolaridade”; “Percepção” e “Memória”, em relação a “EACHT” - CA” com classificação de risco grave. Houve também diferença estatisticamente significativa nas três variáveis numéricas: “Idade”, “Tempo na PMERJ” e “Horas de sono por dia”.

Tabela 17 – Associação entre os fatores da EACT e fatores da EACHT. Rio de Janeiro. Brasil, 2023 (n = 446).

Variáveis	EACT - Organização do Trabalho			p-valor
	Grave n (%)	Crítico n (%)	Satisfatório n (%)	
ECTH - Custo Físico				
Grave	64 (74,4)	21 (24,4)	1 (1,2)	< 0,001 **
Crítico	98 (38,3)	150 (58,6)	8 (3,1)	
Satisfatório	14 (15,4)	68 (74,7)	9 (9,9)	
ECTH - Custo Cognitivo				
Grave	145(51,4)	132 (46,8)	5 (1,8)	< 0,001 *
Crítico	27 (21,6)	91 (72,8)	7 (5,6)	
Satisfatório	4 (15,4)	16 (61,5)	6 (23,1)	
ECTH - Custo Afetivo				
Grave	88 (59,1)	58 (38,9)	3 (2,0)	< 0,001 *
Crítico	68 (36,0)	116 (61,4)	5 (2,6)	
Satisfatório	20 (21,1)	65 (68,4)	10 (10,5)	
ECTH - Custo Físico	EACT - Condições de Trabalho			
Grave	45 (52,3)	36 (41,9)	5 (5,8)	< 0,001 *
Crítico	39 (15,2)	160 (62,5)	57 (22,3)	
Satisfatório	5 (5,5)	33 (36,3)	53 (58,2)	
ECTH - Custo Cognitivo				
Grave	77 (27,3)	156 (55,3)	49 (17,4)	< 0,001 *
Crítico	9 (7,2)	66 (52,8)	50 (40,0)	
Satisfatório	3 (11,5)	7 (26,9)	16 (61,6)	
ECTH - Custo Afetivo				
Grave	50 (33,6)	78 (52,3)	21 (14,1)	< 0,001 *
Crítico	29 (15,3)	114 (60,4)	46 (24,3)	
Satisfatório	10 (10,5)	37 (38,9)	48 (50,6)	
ECTH - Custo Físico	EACT Relações Socioprofissionais			
Grave	59 (68,6)	25 (29,1)	2 (2,3)	< 0,001 *
Crítico	77 (30,1)	134 (52,3)	45 (17,6)	
Satisfatório	13 (14,3)	36 (39,6)	42 (46,1)	
ECTH - Custo Cognitivo				
Grave	124(44,0)	123 (43,6)	35 (12,4)	< 0,001 *
Crítico	22 (17,6)	61 (48,8)	42 (33,6)	
Satisfatório	3 (11,5)	11 (42,3)	12 (46,2)	
ECTH - Custo Afetivo				
Grave	83 (55,7)	52 (34,9)	14 (9,4)	< 0,001 *
Crítico	56 (29,6)	106 (56,1)	27 (14,3)	
Satisfatório	10 (10,5)	37 (38,9)	48 (50,6)	

* Qui-quadrado **Exato de Fisher

Fonte: Autora, 2023.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS, LABORAL, DE HÁBITOS DE VIDA E DE CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES.

No que se refere ao perfil sociodemográfico dos PMs participantes do estudo, a maioria era do sexo masculino. Resultados semelhantes foram encontrados em estudo realizado por Francalacci (2022), em revisão bibliográfica que trata da saúde mental e o suicídio entre PMs.

Segundo Krupp, Rudnicki e Hein (2023), a prevalência de homens nas polícias se deve ao fato de a cultura militar ainda associar a figura do homem às questões de virilidade.

Desta forma, a presença feminina na polícia militar costuma enfrentar barreiras não oficiais relacionadas à percepção dos policiais sobre as responsabilidades no policiamento e no papel que homens e mulheres devem exercer nessa área. A ideia de que o policiamento é uma atividade perigosa e que envolve confrontos violentos com criminosos, aliada à crença de que os homens são mais fortes e corajosos que as mulheres, contribui para a manutenção da separação de funções baseada no gênero dentro da polícia. Nesse modelo, os homens seriam responsáveis pelas operações de combate ao crime, enquanto as mulheres seriam designadas para tarefas administrativas e de assistência (Lopes; Ribeiro; Souza, 2021)

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, em pesquisa sobre o Perfil das Instituições de Segurança Pública (PISP), publicou em 2022, que o contingente da PMERJ era de 43.760 mil PMs, representado por 39.115 homens, correspondendo a 89,39%, em relação a 4.645 mulheres, correspondendo a apenas 10,61% do efetivo total da corporação.

Os concursos públicos, especialmente os destinados a cargos na Polícia Militar, atualmente visam tanto homens quanto mulheres, oferecendo oportunidades para ambos os gêneros. Contudo, observa-se que a participação feminina ainda é bastante reduzida, uma vez que, na maioria dos estados do Brasil, essa proporção permanece significativamente abaixo de 50% (Ribeiro *et al.*, 2023). No estudo em tela, houve uma incidência maior dentro da graduação de praça (Cb, SD, Sgt e Sub Ten). Esse resultado é semelhante ao encontrado por Arroyo, Borges e Lourenção (2019) que avaliaram a QV de PMs do Estado de São Paulo, em que do total pesquisado, 80% eram praças.

Quanto ao estado civil, a maioria dos participantes encontravam-se casados ou em união estável, dados que se aproximam do perfil de estudo sobre saúde em PMs do Estado de Goiás (Loiola, 2019).

Estudos envolvendo policiais mostraram que o número de filhos diminui cada vez mais. Essa variável na análise de Loiola (2019) variou entre 0 a 4 filhos, sendo que a maioria (44,2%) não possuía filhos. Em Belém, a média de filhos para os PMs variava de 2 a 4 filhos com 35,78%, 28,43% com nenhum e 34,45% com 1 filho (Oliveira; Nascimento, 2020), resultados semelhantes ao deste estudo, no qual 47,4% dos militares possuíam apenas 1 filho.

Coutinho *et al.* (2020), referem a questão de a fecundidade ter uma relação com costumes regionais, se comparar as regiões ao número de filhos em geral. Nessa perspectiva, pode-se inferir se a localização geográfica também pode ser um fator relacionado à diminuição da fecundidade, pelo acesso à saúde nas questões de orientação sobre métodos contraceptivos.

Por outro lado, no caso do PM, o trabalho traz repercussões familiares principalmente para a esposa, seja socialmente pela escala de serviço do marido, ou pela vulnerabilidade e sensação de insegurança, que inviabiliza planejamento a longo prazo trazendo consequências na vida conjugal (Soares; Souza; Macedo, 2020).

Embora os dados coletados não nos permitam dizer o que levou os policiais a terem poucos filhos, é possível levantarmos alguns pontos importantes para compreensão do contexto no qual estão inseridos os PMs que podem interferir nesse cenário, como por exemplo: a repercussão do trabalho na vida conjugal (Soares; Souza e Macedo, 2020) ou o medo de deixar órfãos pelo aumento do número de morte entre policiais no Rio de Janeiro que em 2021 registrou de um aumento de 45,5%, com 64 casos registrados em relação a 2020, com 44 casos de mortes entre policiais (FBSP, 2022).

Quanto à idade e ao tempo de serviço, estão em conformidade com os resultados do perfil sociodemográfico de PMs do serviço operacional da Região Metropolitana de Belém, com faixa etária prevalente de 30 a 39 anos (42,1%) (Oliveira; Nascimento, 2020)

Outro estudo realizado entre PMs no Distrito Federal, por Ferreira e Dias (2022), houve divergência em relação aos resultados encontrados no perfil dos PMs do Rio de Janeiro, o tempo médio na corporação ficou entre 31 e 25 anos de efetivo serviço e idade entre 47 e 51 anos.

Para uma reflexão mais aprofundada sobre a relação entre idade e tempo de permanência na polícia, faz-se necessário outros estudos que possam agregar mais variáveis que poderiam responder melhor a este perfil.

A procura por atendimento médico para exames de rotina e manutenção da saúde foi pouco referida podendo sugerir a decisão pela automedicação quando ficam doentes, o que, segundo Moura *et al.* (2022), pode gerar sérios riscos à saúde, bem como dificultar diagnóstico correto, provocar interações medicamentosas ou reações adversas, além do agravamento da doença.

Sobre a automedicação, pode-se dizer que esta não é uma atitude somente dos policiais, mas da população de um modo geral que, vários motivos podem levar a este comportamento, porquanto foi bastante verificado na pandemia COVID-19, por exemplo. Um estudo com objetivo de avaliar a prevalência e os fatores associados à automedicação na pandemia de COVID-19 constatou que a automedicação cresceu devido a diversos fatores, entre eles, a facilidade de obter medicamentos sem receita e a ampla divulgação na mídia de medicamentos de venda livre para a população (Branco *et al.*, 2023).

Ainda sobre a automedicação, é possível constatar que no Brasil muitos remédios são de livre acesso, sem prescrição médica e a própria mídia muitas vezes estimula esta automedicação, apesar de usarem sempre o slogan de que precisam buscar orientações médicas. Além do que os participantes fizeram referências a diferentes motivos desta automedicação permitindo algumas reflexões.

A demanda de saúde não atendida é considerada uma métrica para avaliar a atuação dos serviços de saúde no mundo inteiro. De acordo com uma publicação na última edição da *The Lancet Regional Health – Américas* que utilizou dados da PNS realizada em 2013 e 2019, apontou que 3,8% e 7,5% da população no Brasil não tem suas necessidades médicas e de medicamentos atendidas (Coube *et al.*, 2023).

Desta forma, o acesso aos serviços de saúde ainda tem muitas fragilidades, principalmente para a população mais vulnerável, fazendo-se necessário uma análise mais complexa entre acesso, oferta e uso dos serviços de saúde, com um olhar voltado para a qualidade do cuidado oferecido, sob a perspectiva das dimensões do desempenho do sistema de saúde, como adequação, continuidade, aceitabilidade, efetividade, eficiência, segurança e respeito aos direitos do paciente (Dantas *et al.*, 2021).

No que diz respeito ao acesso ao atendimento médico para PMs, apesar dos esforços da PMERJ para melhorar o atendimento a seus militares, ainda persiste a carência de profissionais especializados e uma estrutura hospitalar deficiente. Isso resulta em dificuldades no rastreamento de doenças, na identificação de riscos à saúde e no tratamento adequado. O policial militar, sendo um cidadão, tem direito à prevenção e tratamento, com o objetivo de melhorar sua QV (Alves *et al.*, 2021).

Embora o adoecimento físico ou mental não seja incomum na carreira militar, muitos policiais enfrentam dificuldades para obter licença para tratamento de saúde. Muitas vezes, são forçados a faltar ao trabalho para se tratar, o que frequentemente resulta em punições severas, que podem incluir prisões punitivas e até mesmo a consideração de desertores. Esse cenário

dificulta o acesso ao tratamento adequado e frequentemente agrava o processo de adoecimento. (Carvalho; Porto; Sousa, 2020; Martins *et al.*, 2021).

No que se refere aos resultados do estudo em relação ao sono, cabe destacar que ele é uma das necessidades básicas do ser humano. As horas de sono diárias dos trabalhadores deste estudo ficaram na média de seis horas por dia e que varia em relação ao turno da escala de serviço. Nosso corpo é programado, biologicamente, para realizar tarefas durante o dia e descansar à noite. A inversão dessa rotina interfere no ciclo circadiano. Um estudo realizado para avaliar a influência da qualidade do sono na qualidade de vida no trabalho (QVT) de PMs baianos, concluiu que a QV no ambiente laboral foi prejudicada por problemas relacionados à qualidade do sono (Nascimento *et al.*, 2021).

Uma revisão narrativa de estudos sobre a relação entre qualidade de sono e obesidade em militares do serviço ativo, mostrou que há relação positiva entre baixa qualidade de sono e ganho de peso em militares. Esses fatores podem interferir no desempenho do trabalho principalmente quando se trata da realização de tarefas no ambiente laboral do militar (Portugal; Ferreira; Doimo, 2022).

Ao analisar a sonolência diurna excessiva e o estresse no trabalho nos Policiais Militares do Rio Grande do Sul (PMRS), com as atribuições das suas atividades laborais, os resultados indicaram que 65,1% dos PMs apresentaram sonolência durante o dia e mais da metade (50,6%) apresentaram estresse no trabalho. Desta forma, evidencia-se a relação entre sonolência diurna e o nível de estresse nos PMs relacionada às adversidades desse tipo de trabalho, que corroboram para agravos em sua saúde e conseqüentemente na QV (Pinto *et al.*, 2023)

No Rio de Janeiro, foram registrados 15 suicídios entre PMs. embora exista um levantamento anual sobre questões relacionadas à vitimização policial, a falta de transparência desses dados não só afeta os policiais, mas também compromete a Segurança Pública como um todo. Embora o número de suicídios tenha diminuído em 9 casos em relação a 2021, foram registrados 69 suicídios de PMs ativos no Brasil: 1 no Amazonas, 6 na Bahia, 3 no Ceará, 3 no Distrito Federal, 3 no Espírito Santo, 4 em Goiás, 2 no Maranhão, 2 no Mato Grosso, 2 no Mato Grosso do Sul, 5 no Paraná, 7 em Pernambuco, 5 no Rio de Janeiro, 1 no Rio Grande do Norte, 5 no Rio Grande do Sul, 1 em Santa Catarina, 16 em São Paulo e 3 em Sergipe (FBSP, 2023).

Entre 2011 e 2022, o SIM registrou 147.698 suicídios, com um aumento nas taxas ao longo desse período, refletido em uma variação percentual anual média de 3,70%. As taxas aumentaram de 5,0 por 100.000 habitantes para 7,3 em 2022. A análise de regressão revelou dois pontos de inflexão significativos: uma variação percentual anual de 2,22% (IC de 95%:

-1,31 a 3,48) entre 2011 e 2016, e de 4,95% (IC² de 95%: 3,98 a 8,41) entre 2016 e 2022. Esses dados indicam um aumento notável na taxa de suicídios entre PMs em comparação com a população geral ao longo de três anos (Alves *et al.*, 2023).

Na PM de Maceió, ao se avaliar a saúde mental de PMs ativos em 10 batalhões, constatou-se dados relevantes relacionados ao suicídio, onde 14 (11,66%) dos entrevistados apresentaram risco de suicídio. Desse percentual, 9 eram (64,28%) baixo risco de suicídio, 1 (7,14%) com risco moderado e 4 (28,57%) com alto risco para a execução da ação (Feitosa *et al.*, 2021).

Sobre a prevalência de patologias nos policiais no período de 2012 a 2018, as questões de saúde mais investigadas foram o estresse (44%), estresse pós-traumático (20,20%), depressão (14,30%) ansiedade (6%) e o suicídio (6%). Porém, mesmo que esse grupo de trabalhadores tenha ganhado a atenção de pesquisadores, ainda existe muita lacuna de conhecimento e falhas na notificação dessas doenças pelas polícias. (Sousa; Barroso; Ribeiro, 2022)

A possibilidade de cometer suicídio nesses trabalhadores, está fortemente ligada a problemas psiquiátricos e a existência de algum transtorno mental, que tem ligação direta ou indireta com o local onde o batalhão está situado. Nesse contexto, o suicídio é considerado uma solução plausível para aliviar a dor, onde os principais riscos para a efetivação desse ato incluem problemas mentais, o pensamento ou planejar suicídio previamente, comportamento anti social, problemas de origem familiar, adoecimento físico e o trabalho (Feitosa *et al.*, 2021). Os resultados no geral, destacam a necessidade de implementar ações de intervenção e acompanhamento em saúde mental para esses profissionais.

A Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, promulgada pelo Governo Federal, estabelece diretrizes nacionais para a promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública e defesa social. Essa legislação também aborda a implementação de ações voltadas para a assistência social, promoção da saúde mental e prevenção do suicídio (Brasil, 2018). O artigo 36º da referida lei ressalta a importância de gerar dados sobre transtornos mentais e comportamentos suicidas para apoiar a formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde mental destinadas aos policiais (Brasil, 2023).

² **Intervalo de Confiança:** [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(24\)000188/fulltext#:~:text=From%202011%20to%202022%2C%20720%2C480,have%20increased%20in%20the%20country](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(24)000188/fulltext#:~:text=From%202011%20to%202022%2C%20720%2C480,have%20increased%20in%20the%20country)

Somando-se aos dados de pensamento suicidas dos policiais, tiveram no estudo em tela as comorbidades e os motivos de licença médica. Quanto às comorbidades, as mais relatadas podem de forma direta ou indireta ter relação com o trabalho do policial. As cardiopatias e obesidade tem relação muito próxima com HV e a ausência do controle dos fatores de risco (Oliveira *et al.*, 2022).

De acordo com estudo realizado entre PMs na Bahia, quando se fala os fatores associados ao excesso de peso, tem a ver também com o ritmo e demandas do trabalho, a ausência de recursos financeiros, a baixa adesão a atividade física pela falta de tempo e/ou pela indisposição causada pela rotina pesada de trabalho. Além disso, sugere que o desempenho do seu trabalho promove a inadequação da alimentação devido à praticidade de consumir lanches rápidos com pouca nutrição e alto consumo de calorias e a energia gasta no trabalho não é suficiente, já que a execução das atividades de rádio patrulha é motorizada, permanecendo grande parte do tempo sentados na viatura (Oliveira *et al.*, 2023).

No estudo em questão, a HAS mostrou-se prevalente entre as comorbidades. Um estudo sobre a prevalência de hipertensão arterial em policiais da unidade da PMERJ mostrou que uma série de fatores favorecem a HAS e estão em grande parte relacionados aos HV, incluindo hábitos alimentares, estilo de vida, vida sedentária e estressante, fatores fortemente presentes na atividade laboral do PM. Nesse sentido, os PMs estão suscetíveis a doenças graves e isso ocorre em parte pelo fator de estresse inerente à profissão, causando adoecimento e licenças médicas, com redução do efetivo nas ruas e conseqüentemente impacto na segurança da sociedade e na economia do estado em virtude de internações, medicamentos e outros procedimentos de tratamento (Campos, 2023).

Dessarte, as manifestações físicas estruturais e biológicas observadas neste estudo parecem ser causadas pelo CTr a que estão inseridos os PMs. Um estudo realizado em PMs femininas no Rio Grande do Norte, com objetivo de compreender as condições, processos de trabalho e risco de adoecimento, revelaram resultados críticos relacionados diretamente com o serviço ostensivo. Esses achados revelam desdobramentos para o desgaste físico específicos do trabalho policial, como dor em regiões do corpo, síndromes, distúrbios, exaustão, irritação, resultantes do desgaste físico e mental no trabalho (Figueiró, 2022).

Contudo, a falta de perspectiva de melhorias na rotina de trabalho ao longo do tempo, associados a equipamentos e fardamento inadequados, condições insalubres de trabalho, indisponibilidade de água e alimentação adequadas, turno de trabalho pesado, oportuniza fadiga muscular propiciadoras de mialgias e estresse diante do perigo iminente de morte (Santos, *et al.*, 2021).

Não obstante, os dados constatados sobre os principais motivos de licença médica nos pesquisados traduzem o sofrimento psíquico em patologia, que nesse caso, refere-se à capacidade da OT militar fragilizar os indivíduos e propiciar descompensações psicológica, quando o trabalhador esgotou todos os recursos de origem psicoafetiva e intelectual de responder às demandas de trabalho (Ferreira; Dias, 2022).

Esses dados estão em consonância ao levantamento realizado pela Previdência Social do Brasil, no período compreendido entre 2019 e 2020, quando afirma que houve um aumento de 29% na concessão de auxílio-doença previdenciário, com destaque para as doenças relacionadas às desordens mentais e comportamentais, sendo a terceira maior causa de afastamentos laborais incapacitantes no Brasil (Brasil, 2021).

Para as licenças relacionadas a ocorrências osteomioarticulares, destacam-se mialgia, lombalgia e outras desordens osteoarticulares. Segundo o Ministério da Saúde (2023), vários fatores tornam um ambiente favorável ao desenvolvimento de desequilíbrio osteomioarticulares, dentre elas os aspectos cognitivos, sensoriais, biomecânicos e afetivos. Estas síndromes também podem estar correlacionadas aos movimentos repetitivos, sem descanso para recuperação; vibrações; posturas inadequadas na atividade laboral; ausência de ergonomia dos móveis e posto de trabalho; temperaturas inadequadas; ruídos altos; ritmo e carga de trabalho acelerado; excesso de horas extras; excesso de peso; cobrança por metas e sobrecarga cognitiva; característica do ambiente social e técnica do trabalho, todas as condições presentes no CT do PM.

Ratificando as duas consequências à saúde em virtude do CT do policial militar, um estudo que analisou as CS desses trabalhadores com incapacidade no estado de Goiás apontou também para uma ocorrência de 29% de licença por transtornos mentais e desordens psicológicas/psiquiátricas e 45% para as desordens ortopédicas, coincidindo com as demandas de saúde encontradas nesse estudo (Loiola, 2019).

Assim sendo, é fundamental conhecer as características sociodemográficas, laborais, de HV e de CS dos PMs, considerando o quanto elas podem de diferentes formas interagir com as CT e demandas desse trabalho que poderão levar ao adoecimento do trabalhador policial.

Por vezes é preciso levar em consideração essas características na definição do posto de trabalho, do turno de trabalho, do local e situação que vai atuar, considerando que muitas destas características podem interferir no desempenho e até mesmo na segurança do policial em si e daqueles que estejam trabalhando com ele e da população a ser atendida com seus serviços. Pode-se ainda dizer que o gestor precisa desse conhecimento para providenciar cabíveis sempre que necessário.

5.2 ANÁLISE DO CONTEXTO DE TRABALHO DOS POLICIAIS MILITARES

5.2.1 Organização do trabalho policial militar na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro

Ao analisar os fatores da EACT, a OT alcançou as maiores médias, representando maior probabilidade de adoecimento pelos policiais no que se refere ao CTr. Sendo assim, a OT oferece características de sofrimento no trabalho que se tornou visível através da manifestação de comorbidades, tais como hipertensão arterial, obesidade, ideação suicida, depressão, crise de ansiedade, bipolaridade, lombalgia e mialgias, além de afetar gravemente todos os elementos que compõem os fatores cognitivos.

Nesse aspecto, a cobrança por resultados, as exigências e as normas impostas pelo regulamento do policial militar denotam pressões no ambiente laboral que propiciam o adoecimento no trabalho (Figueiró *et al.*, 2022).

Segundo artigo 20, I da Lei n.8.213 de 24 de julho de 1991, são consideradas doenças ocupacionais aquelas causadas pelo exercício profissional inerente a determinada atividade, ou seja, que tenham relação de causa e efeito com o trabalho e que pela exposição diária afetam o equilíbrio orgânico por efeito acumulativo, desencadeando o processo patológico (Brasil, 1991).

De fato, em todas as organizações de trabalho, há um grau hierárquico que define as funções e atribuições do CL. Entretanto, no militarismo, a divisão de função entre praças e oficiais muitas vezes apresenta aspectos convergentes e divergentes entre seu efetivo, em virtude dos desdobramentos que a hierarquia militar traz.

Com base na experiência pessoal da pesquisadora, de acordo com a hierarquia, existem algumas vantagens que abarcam graus hierárquicos maiores, como CT diferenciado, carga horária, escalas extras, menos vulnerabilidade, entre outros.

Soldados e Cabos, por exemplo, são essencialmente elementos de execução, segundo art. 37 do Estatuto Militar do Estado do Rio de Janeiro (1981) e, quanto mais baixo o grau hierárquico, mais contato social, mais vulnerabilidade e mais exposição a riscos, pois são esses militares que trabalham em maior número no *front*.

Estudo confirma tal vulnerabilidade deste quadro de categoria militar o qual mostra que o perfil profissional dos PMs baleados em serviço encontra-se entre praças, principalmente no grau hierárquico mais baixo, sexo masculino e na faixa etária de 34,9 anos (Maia; Rodrigues; Assis, 2022).

A hierarquia é um elemento importante como mecanismo estratégico e natural para o trabalho, é ela que possibilita a estruturação do modelo organizacional, por exemplo do militar, assim como de qualquer outra organização de trabalho (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023)

Entretanto, no modelo autocrático, a relação com os liderados é vertical e isso, em vez de favorecer um ambiente salutogênico, pode propiciar tensões, estresse, esgotamento e contradições, que confrontam direitos individuais previstos na Constituição de 1988, pelo artigo 5º, inciso LIV, da Constituição Federal: direito à vida; direito à intimidade; direito à igualdade; direito de liberdade e direito à propriedade (Figueiró *et al.*, 2022).

Essas contradições também vão ao encontro do EPM, conforme destaque nos artigos mencionados abaixo (Brasil, 1984):

Art. 14 - Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os policiais-militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo.

Art. 26 - São manifestações essenciais do valor policial-militar: I - o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial-militar e pelo solene juramento de fidelidade Pátria e integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida;

Art. 30 - Os deveres policiais-militares emanam de um conjunto de vínculos racionais, bem como morais, que ligam o policial-militar à Pátria, à comunidade estadual e à sua segurança e compreendem, essencialmente:

V - o rigoroso cumprimento das obrigações e ordens; e VI - a obrigação de tratar o subordinado dignamente e com urbanidade.

A relação entre a organização do trabalho e os processos de subjetivação dos indivíduos resulta nas vivências de prazer e sofrimento e na reação para interpor essas contradições no trabalho (Mendes, 2007). O sofrimento mental surge quando a relação entre a organização de trabalho e o indivíduo está travada; ou seja, esgotaram-se todos os esforços psico cognitivos na tentativa de adaptação e defesa contra as exigências físicas (Dejours, 2015).

Com base na análise dos resultados, que classificaram como grave as facetas de 'rigidez das normas na execução da tarefa' e 'controle excessivo da fiscalização de desempenho e repetição das tarefas', é possível afirmar que o estresse crônico no ambiente de trabalho contribuiu para o surgimento de doenças e falhas nos mecanismos de adaptação, resultando no comprometimento das funções cognitivas em geral. Por esta razão, o ambiente de trabalho vem a ser considerado um dos pontos mais negativos para o sofrimento psíquico. Estudo com agentes penitenciários do Estado do Rio de Janeiro, encontrou resultados com conseqüências semelhantes aos deste estudo em virtude do tipo de organização de trabalho existente em segurança pública (Bezerra *et al.*, 2021).

Os fatores que envolvem o CTr dos profissionais de segurança pública, desencadeiam um processo reativo de adoecimento físico e mental durante toda a carreira desses trabalhadores. No decorrer dos anos, o dia a dia de momentos estressantes faz com que haja liberação hormonal constante da adrenalina, noradrenalina e cortisol, que produz desequilíbrio corporal, conferindo respostas biológicas que fazem adoecer de acordo com um estudo bibliométrico (Melo, 2022).

De acordo com o estudo realizado por Oliveira *et al.* (2023), foi identificada uma relação entre o agravamento da fragilidade das CT e o aumento da chance de desenvolvimento de doenças. Os resultados apontaram que o modelo de organização do trabalho juntamente com o tempo de experiência (com média de 9 anos) e o período de descanso diário (com média de 7 horas), influenciam significativamente no desgaste emocional, assim como nos resultados do estudo em análise.

No que diz respeito ao escalonamento de serviço, observou-se que não há uma padronização, haja vista que as escalas variaram sensivelmente de acordo com os batalhões estudados. Tal situação se deve ao fato da demanda local e escassez de força de trabalho na unidade; entretanto, este último fator se dá pela incidência das baixas hospitalares, absenteísmo e óbito.

Estudo realizado com policiais salienta que a falta de recursos humanos é considerada agente estressor no Brasil, principalmente ao se levar em consideração a diversidade de funções que a atividade policial exige no cenário atual de violência. Além da necessidade de atuar em eventos públicos, garantir a segurança de turistas e o policiamento ostensivo e preventivo com seu efetivo diminuído. Ainda, de acordo com o estudo, torna-se relevante rever a questão da cobertura do efetivo dos batalhões de acordo com o número de habitantes de cada município, através da reorganização do trabalho e criação de um diagnóstico situacional, a fim de que a restauração e a manutenção da ordem pública sejam oferecidas de acordo com a realidade de cada área. (Santos; Souza; Alves, 2021).

Pode-se inferir que a exposição contínua a violência e a carga horária de trabalho extenuante, sob normas rígidas, formam condições que favorecem onexo causal do adoecimento no trabalho, pois que, neste estudo, o número de profissionais suficiente para compor a escala de trabalho, a ausência de descanso entre as tarefas, ritmo de trabalho excessivo, no qual as tarefas são cumpridas com pressões de prazos, obtiveram classificação de risco crítico para o adoecimento do trabalhador.

Os resultados referentes aos elevados níveis de exigências e acréscimos de longos períodos de trabalho e altas cargas de estresse, podem resultar em distúrbios do sono e

adoecimento psicoemocional, além de prejuízos na QV e no desempenho do trabalho (Cunha *et al.*, 2019).

Esses resultados, são evidências de que a realidade de trabalho vivenciada pelo policial militar, em um ambiente de riscos, inseguranças e pressões, interfere em sua vida pessoal, com possibilidade de adoecimento e, inclusive, óbito (Martins *et al.*, 2021).

Segundo a OMS e a OIT (2021), acredita-se que a frequente exposição a jornadas extensas (≥ 55 horas/semana), pode resultar em significativas doenças cardíacas isquêmicas e derrames.

Por outro lado, percebe-se que o problema está na discrepância entre o trabalho prescrito e o real do trabalho que produzem elementos geradores de angústias, já que a carga horária de trabalho realizada entre outros fatores já mencionados, não permitem que o policial tire seu período de descanso para socializar. Neste sentido, constata-se que todas essas questões, por vezes, fazem o policial adotar uma conduta de afastamento, apreensão, hostilidade, depressão e ansiedade (Bizinato, 2019).

Portanto, proteger e promover a segurança e a saúde ocupacional dos trabalhadores, requer intervenções para reduzir as longas jornadas de trabalho perigosas. Todavia, torna-se imprescindível ressaltar que apesar de ser importante o planejamento de ações estratégicas associadas à cultura organizacional, deve-se atentar para a preservação das características individuais e do conhecimento prévio sobre fatores relacionados ao bem-estar e saúde mental (Pega *et al.*, 2021).

Sousa, Barroso e Ribeiro (2022) enfatizam que, embora as intervenções baseadas em situação local tenham resultado, a prevalência de adoecimento entre policiais de diferentes países e regiões exige uma análise mais consistente.

Sendo assim, o êxito obtido nas organizações de trabalho há de ser fruto da habilidade em articular competências do macro, meso e micronível, consoante a estratégia de atuação institucional aplicada. Ainda que tenham origens distintas, não obstante, as tais competências dos diferentes níveis se interrelacionam, vez que as competências individuais são os alicerces organizacionais e, por intermédio deste raciocínio, assevera-se que o desenvolvimento das organizações de trabalho ocorrerá, indubitavelmente, por meio do desenvolvimento do indivíduo. Logo, os benefícios da gestão por competência se tornam um diferencial tão pertinente às organizações de trabalho, quanto aos profissionais por ela beneficiados (Brasil, 2021).

É fato, que a globalização influenciou diversas mudanças nos modelos de gestão, inclusive nas instituições públicas, com finalidade de melhorar e organizar os processos

administrativos e prestação de serviços, em busca de um clima organizacional favorável à governança pública, com interfaces bem definidas, de maneira que servidores se tornem interessados em cumprir seus deveres, sempre privilegiando as qualidades alinhadas à ética, à moral, ao respeito às leis e à integridade pública (Rio de Janeiro, 2023)

Na gestão contemporânea, portanto, o maior desafio é transformar os recursos humanos em instrumentos estratégicos da organização. Haja vista que ao modo como a área de recursos humanos constitui a estrutura de uma organização estão diretamente ligadas às suas estratégias de responsabilidade e compromisso com todos os fatores bem explicitados de composição de direitos, deveres e obrigações do quadro de funcionários.

Não obstante, ainda assim, atualmente têm surgido inúmeros casos de estresse, depressão, entre outros transtornos que se originam no ambiente de trabalho. Segundo a OMS, a questão dos transtornos mentais pode chegar a ser uma das principais causas de afastamento do trabalho a partir de 2020 (Martins; Nunes, 2021).

As transformações políticas e econômicas do Estado brasileiro têm impactado diretamente nos investimentos de segurança pública do país, situação esta que repercute, negativamente, na saúde do policial militar, favorecendo o sofrimento do profissional de segurança pública, expondo-o aos riscos físicos e psicossociais (Marçal; Schlindwein, 2020).

Cardoso e Morgado (2019) chamam atenção para as exigências no trabalho que envolvem a intensidade e o ritmo das ações enquanto fatores determinantes do processo saúde/doença, com reflexos nos aspectos físicos, mentais e emocionais dos trabalhadores. Estes se veem pressionados por prazos, frequentes interrupções provocadoras de perturbações, além do trabalho excessivo, identificadas em análise do resultado da European Working Conditions Survey (EWCS), pesquisa realizada nos países da União Europeia em 2017.

De acordo com Cardoso e Morgado (2019), o trabalhador lida diária e concomitantemente com fontes de pressão diversas, que se relacionam a metas e objetivos, bem como a demanda de outros trabalhadores, da coordenação ou do público. Dessa forma, salienta-se que, quanto maior for o número de atores que estabelecem o ritmo de trabalho, maiores serão as exigências colocadas; e, conseqüentemente, maior será o potencial de impacto negativo do trabalho na saúde.

Nesta perspectiva, observa-se que a compreensão do adoecimento em ambientes laborais nos leva a buscar o entendimento do trabalho enquanto um dos elementos determinantes das relações sociais, tendo em vista que a relação entre o binômio trabalho x saúde vem a ser uma categoria social, em virtude do lugar que ocupa na sociedade.

Assim, percebe-se que o ambiente e a própria natureza do trabalho apresentam desafios e são possíveis causadores de problemas de saúde. A sensação de incapacidade diante das exigências e das pressões militares e a diferença entre o trabalho real e o exigido são destacadas nas histórias de PMs entrevistados em uma pesquisa no Distrito Federal. Além disso, os relatos indicam que longas jornadas de trabalho, esforço físico intenso, trabalhos noturnos sob estresse, exposição às mudanças climáticas também contribuem para o desenvolvimento de sinusite, dores musculoesqueléticas, distúrbios do sono, fadiga e outros problemas de saúde (Ferreira; Dias, 2022).

Uma pesquisa de natureza qualitativa realizada no Canadá com agentes da lei, com o objetivo de implementar um programa de promoção da saúde mental no local de trabalho, intitulado *Road to Mental Readiness* (R2MR), destaca a relevância de compreender as demandas de saúde mental desses profissionais devido ao aumento do interesse e preocupação nessa área. Fica evidente que existe um grande contingente desses profissionais lidando com questões de saúde mental, porém, é importante ressaltar que a cultura organizacional representa um aspecto crucial das diretrizes e é desafiadora de ser alterada (Knaak *et al.*, 2019).

Dessa maneira, pode-se perceber uma organização de trabalho conflituosa que tem o potencial de afetar o bem-estar psicológico dos policiais, podendo enfraquecer as defesas, sejam elas pessoais ou coletivas, levando a um sofrimento prejudicial à saúde. Esse cenário é gerado pela rigidez hierárquica que direciona a rotina nas forças de segurança e que é considerada um fator desencadeante de estresse e problemas de saúde. Em contrapartida, a solidariedade entre colegas e a satisfação em ajudar o próximo podem funcionar como meios de amenizar tal sofrimento.

5.2.2 Condições de trabalho do policial militar de Regiões Metropolitanas do Estado do Rio de Janeiro

Segundo Mendes (2007), a CT corresponde ao segundo fator presente EACT e engloba o ambiente físico, local de trabalho, equipamentos e materiais concedidos para a realização das atividades laborais.

Segundo Dejours (2017), ao abordar as CT, é fundamental considerar os aspectos físicos, químicos e biológicos, além das condições de higiene, segurança e características antropométricas do posto de trabalho.

Nesse sentido, cabe destacar que os PMs deste estudo avaliaram as CT como críticas em todas as 10 questões, não havendo nenhuma avaliação satisfatória nesse fator. Contudo,

avaliou-se que seja qual for a profissão, em determinado momento, circunstâncias laborais irão confrontar as habilidades do indivíduo em lidar com percalços, gerando cansaço e insatisfação, em diferentes níveis. A insatisfação fomenta o sentimento de raiva que, caso não seja adequadamente tratado, exerce função significativa no desenvolvimento de doenças psicossomáticas, já que cada indivíduo possui suas próprias experiências, aspirações e necessidades. Nada obstante, ao ser exposto a uma demanda que estimula suas habilidades psíquicas ou motoras, o indivíduo exprime satisfação e estabilidade emocional. Em compensação, quando a demanda sobrecarrega as capacidades psíquicas, ocorre o desenvolvimento de estresse (Oliveira; Faiman, 2019).

As principais fontes dos riscos psíquicos entre PMs estão nos fatores organizacionais e nas CT, sendo elas apresentadas como a sobrecarga de trabalho; a variabilidade de turno de trabalho; a extensão dos plantões; as experiências ocupacionais típicas da atuação; a exposição à violência; o envolvimento em uma variedade de incidentes traumáticos; e a insegurança no trabalho devido à possibilidade de ser seriamente ferido ou morto. Sendo assim, os fatores individuais e laborais associaram-se ao adoecimento as rotinas ocupacionais estressoras, que geram, ao longo dos anos, desgastes físicos e emocionais a esses trabalhadores (Sousa; Barroso; Ribeiro, 2022)

Os resultados do fator CT, apontaram a classificação entre moderada a crítica ($M = 2,70$; $DP = 1,39$). Nesse sentido, no CTr em que as condições não são adequadas, percebe-se que ocorrem prejuízos, tanto aos profissionais prestadores do serviço, quanto ao usuário que o recebe. No caso do PM, ele torna-se mais suscetível à morte, acidentes e adoecimento, colocando em risco a segurança da sociedade (Cajueiro;Natividade, 2020).

Dessa forma, os policiais apontaram como geradores de cansaço físico e emocional a falta de equipamentos adequados; os riscos de ser morto em serviço; a jornada de trabalho extenuante; a falta de recursos materiais; os equipamentos e viaturas inadequadas e insuficientes; os problemas físicos de lesões; o deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa, em virtude da periculosidade, CT precárias e que se desenvolvem em ambiente hostil e desfavorável (Carvalho; Dantas; Hernandez, 2023). Portanto, para o policial militar do estado do Rio de Janeiro, todos esses fatores são situações críticas que geram estresse, cansaço, angústia, adoecimento e absenteísmo

Esses dados convergem com os resultados do estudo realizado em Fortaleza, com o objetivo de analisar o posto de trabalho dos PM condutores de veículos automotores, que apontou problemas relacionados aos equipamentos de uso obrigatório no trabalho do policial quando associados ao design das viaturas. Destaca, ainda, que não foram levados em

consideração os fatores ergonômicos e que esses fatores podem estar relacionados ao surgimento de doenças musculares e esqueléticas (Macena *et al.*, 2022).

No território brasileiro, a ergonomia e suas técnicas de intervenção foram oficializadas através da criação das Normas Regulamentadoras (NR) no ano de 1978 (Brasil, 2020). Dentre essas normas, sobressai-se a NR 17, que estabelece diretrizes para adaptar os locais de trabalho às necessidades dos trabalhadores, atribuindo às organizações a responsabilidade de conduzir a Análise Ergonômica do Trabalho (AET) (Oliveira; Oliveira, 2020).

Apesar da NR17 determinar que as empresas devem garantir CT que não prejudiquem a saúde física e mental dos trabalhadores, infelizmente, as CT na PMERJ não se diferenciam das demais unidades federativas (Figueiró, 2022).

No dia a dia é possível observar que nas viaturas utilizadas pelos PMs, participantes do estudo, há pouco espaço para comportar o excesso de equipamentos no interior das mesmas e, ainda, o design não ergonômico dificulta inclusive a mobilidade do PM em uma emergência em que precise sair da viatura rapidamente.

É perceptível que o tamanho do fuzil utilizado pelos policiais é desproporcional à altura da viatura (Figura 8), fazendo com que parte do armamento fique exposta fora do veículo durante as rondas. Essa inadequação pode dificultar a atuação policial, além de aumentar os riscos e a vulnerabilidade dos agentes em relação a possíveis ataques de criminosos, comprometendo sua integridade física.

Figura 8 – Fatores ergonômicos relacionados às condições do ambiente e equipamentos de trabalho dos PMs da PMERJ.



Fonte: A) Autora, 2023. B) Oliveira (s/d).

No decorrer da pesquisa, observou-se também a inadequação do encosto do banco do carro, que promove uma desarmonia na postura do tronco, ombros e pescoço. Isso resulta na abdução da cintura escapular, projeção anterior da cabeça, depressão dos ombros, e força uma posição hipercifótica torácica e hiperlordose cervical. Essas condições levam à compressão dos discos intervertebrais devido às cargas que atuam sobre a coluna vertebral enquanto o indivíduo está sentado. Nota-se ainda que a solicitação constante ou a deficiência de recrutamento de alguns grupos musculares produzem encurtamento muscular (pelo excesso de exigência) e, de um modo geral, enfraquecimento (deficiência de atividade), caso não seja aliado a exercícios de compensação.

A posição sentada por muito tempo, como acontece no serviço ostensivo do PM, produz uma combinação de encurtamento/enfraquecimento, que por sua vez, resulta na instabilidade músculo-articular provocando problemas na estrutura da coluna vertebral ou no surgimento de dor muscular (rigidez muscular) em longo prazo (Fujitani *et al.*, 2021).

Os agravos à saúde entre PM e Bombeiro Militar, do sistema osteomuscular e conjuntivo, alcançaram 23% dos motivos de afastamento do trabalho, existindo vários fatores como postura, equipamentos e uniformes inadequados no ambiente de trabalho, que podem influenciar e determinar fatores que propiciam doenças (Pereira; Rocha; Cruz, 2022).

Ainda no tocante às CT, por questões táticas e com o objetivo de atender mais prontamente a emergências policiais, as viaturas são baseadas em pontos estratégicos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro e, por conseguinte, no desenvolvimento de suas atividades, estão expostos à poluição do ar, ao sol, à chuva, a ruídos, a fatores anti ergonômicos, ao estresse, à violência, à jornada de trabalho extensa, à pressão psicológica e a diversos outros fatores inerentes à profissão, que, como já mencionado, podem afetar a saúde (Soares *et al.*, 2021).

Desta feita, a OMS destacou 19 fatores de risco ocupacionais, incluindo os agentes causadores referenciados e enfatiza que 750 mil pessoas morreram em consequência de longas horas de trabalho e 450 mil por exposição à poluição do ar no ambiente de trabalho (Pega *et al.*, 2021).

Entre os equipamentos utilizados, de acordo com os policiais desse estudo, carregam aproximadamente 10 a 12 quilos; o policial do BOPE carrega em torno de 30 quilos em atividades operacionais, tais como: colete, munição, rádio, uniforme e todos os outros equipamentos necessários. A carabina Taurus CTT 40C Calibre 40 S&W 30 tiros, muito utilizada na PMERJ, possui peso igual a 3.350 gramas sem carregador e 3.550 gramas com carregador. (Figura 9)

Figura 9 – Equipamento de proteção individual e de trabalho do policial militar – rádio comunicador interno Baofeng, algema, lanterna tática, colete operacional e pistola.



Fonte: Autora, 2023.

Essas condições evidentemente exigem uma alta demanda física que pode ser determinante e prejudicial no processo saúde-doença desses trabalhadores (Ferreira; Dias, 2022; Santos *et al.*, 2021).

No que se refere aos equipamentos de uso obrigatório, estudo que investigou o uso de colete e sua relação com o conforto do profissional de segurança pública, em PM no Ceará, revelou que 41,5% do efetivo consideravam pouco confortável em relação ao peso quando desenvolviam suas atividades, sendo que 45,8% terminavam o turno com fadiga moderada; e 37,3% com dor na região lombar (Souza *et al.*, 2023).

Ainda de acordo com Souza *et al.* (2023), quanto à frequência de dor corporal, os policiais relataram sentir na cervical, ombro, nas regiões ântero posteriores do tronco, lombar, joelhos e calcâneo. Segundo o Ministério da Saúde, todas as profissões, quando não oferecem CT adequadas, podem propiciar fatores de riscos para o desenvolvimento de Lesões por Esforço Repetitivo/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT), que são as doenças que mais acometem os trabalhadores brasileiros segundo dados da Agência de Saúde, do Ministério da Saúde (Maciel, 2019).

As condições precárias de trabalho dos PMs do estado do Rio de Janeiro e sua repercussão na saúde física, mental e social criam uma atmosfera de perigo constante, uma vez que geram o desgaste cotidiano que acarreta uma relação contínua e exaustiva consigo próprio e com outras pessoas, especialmente no que tange à atividade profissional do agente de segurança pública da PMERJ, que alberga um ambiente insalubre, repleto de iminência de perigo, estresse e ansiedade em curto e longo prazo (Maia; Assis; Minayo, 2022).

Somando-se a esta realidade, outro estudo mostrou que a redução da realização pessoal revela uma autoavaliação negativa, associada à insatisfação e à infelicidade com o trabalho e com toda a organização (Cury *et al.*, 2022).

No CL, as CT são o fator que mais impacta a saúde do trabalhador e que contribui para o adoecimento de diversos profissionais em atividades que apresentam altas demandas físicas, emocionais e cognitivas, assim como de policiais (Gallotti *et al.*, 2021).

Os estudos mencionados corroboram com os resultados deste estudo, uma vez que as CT foi o fator que apresentou classificação crítica em todas as respostas do do instrumento de coleta. Além disso, conforme observado, estar constantemente disponível para o trabalho e ter que lidar com suas limitações biológicas como cansaço e estresse, além de problemas psicossociais e equipamentos inadequados que, frequentemente prejudicam as CT devido ao estilo de gestão e/ou ao excesso de burocracia, contribuem negativamente para a precarização do trabalho. Essas combinações provocam o desânimo e a falta de atenção ao serviço, tornando o militar uma possível vítima nas suas atividades profissionais.

5.2.3 Relações socioprofissionais do policial militar de Regiões Metropolitanas do Estado do Rio de Janeiro

As RSP são descritas por Mendes (2007) como o tipo de gestão de trabalho, a forma como os integrantes da organização se comunica em suas relações de trabalho. Na perspectiva de Santos e Paschoal (2023), as RS são um dos fatores determinantes para a QV, isso porque exerce função amenizadora das adversidades resultantes do CTr.

Quanto à avaliação das relações socioprofissionais, os policiais deste estudo avaliaram de forma crítica todos os itens que compõem o fator. A PMERJ, de acordo com estudos de Maia *et al.* (2021) e Bezerra *et al.* (2021), é uma organização de trabalho muitas vezes conflitante nas relações dos policiais entre seus pares e superiores hierárquicos, além disso, nas relações sociais não há reconhecimento da sociedade pelo trabalho policial.

Os resultados encontrados por Figueiró *et al.* (2022), quando buscou compreender as CT, os processos de trabalho e risco de adoecimento entre mulheres da Polícia Militar do Rio Grande do Norte também demonstraram que as RS são críticas. Da mesma forma, com o objetivo de identificar o perfil dos pacientes operados em decorrência de ferimentos na face por arma de fogo e suas repercussões na PMERJ, constatou-se grande insatisfação a respeito das relações hierárquicas no trabalho (Maia; Assis; Minayo, 2022).

Por este viés, para agravamento da relação humano-institucional, especificamente nas polícias brasileiras, em termos de relacionamento entre os profissionais de segurança, ainda são frequentes práticas de assédio moral, conflitos burocráticos e hierárquicos, falta de recursos adequados; e ausência de programas de saúde mentais para este público (Brasil, 2021).

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública salienta que a violência contra policiais acontece tanto de forma objetiva, “mortes e lesões”, quanto de forma subjetiva. De acordo com o Fórum, os agentes de segurança pública sofrem com frequência situações que envolvem ameaça sendo 75% durante o serviço e 53,1% fora de serviço; assédio moral ou humilhação com um percentual de 63,5% e o preconceito de serem agentes de segurança pública, sendo que os PM sofrem muito mais com preconceito dentro a categoria de agentes de segurança pública com 73,8% (FBSP, 2022).

No mesmo contexto, cabe enfatizar que as RS entre os pares são frágeis e os desafetos são marcados, em sua maioria, por silenciar, comunicação precária, descrédito, perseguições, e iniquidades na aplicação do regulamento. Nas relações sociais, o policial se vê limitado a ser, a todo tempo, o homem da lei, inibido e limitado a se permitir ir além das formalidades prescritas e expectativas, condicionado a ser exigente e temido (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023).

Na perspectiva dos agravos sociais, se incluem a frustração pela falta de reconhecimento e a autculpabilização pela impossibilidade de cumprimento das demandas institucionais, sociais e familiares, especialmente entre as mulheres policiais (Ferreira; Dias, 2022).

No dia a dia dos PMs, há um lema que traduz a relação entre o policial e a organização de trabalho militar: “missão dada, missão cumprida”. Na perspectiva de Dejours, este poderia ser entendido como o trabalho prescrito, isto é, a tarefa que é imposta ao trabalhador pela organização, que é diferente do trabalho real, aquilo que é possível realizar dadas as condições e a forma de organização do trabalho. O trabalho real não é visível para quem está de fora ou em outro nível hierárquico, pois as normas consolidadas, culturalmente ou pelas relações interpessoais, atuam como limitadores da atividade, fazendo com que a realidade de execução seja diferente do modelo idealizado nos dispositivos técnicos (Dejours, 1997).

Sempre haverá um distanciamento, entre o que é prescrito e o trabalho real, o que leva ao uso de 'macetes' para lidar com a discrepância. No caso do policial, mesmo diante da precariedade de recursos, o trabalho prescrito é cumprir a missão a qualquer custo. De acordo com o art. 16 do EPM, “mesmo com o sacrifício da própria vida”, gerando frustrações que podem constituir transtornos psicológicos.

Segundo pesquisa realizada com PMs no Distrito Federal, a expressão "a qualquer custo" ressalta a importância da palavra "abnegação". No contexto social, a "abnegação" pode

ser vista de duas maneiras diferentes: como o sacrifício de ser uma vítima ou como a recompensa de ser considerado um herói. Muitas vezes, a primeira interpretação mascara a segunda. Ao apontar a falta de conhecimento e ao utilizar o termo genérico "eles" para se referir aos superiores, sugere-se que, além da abnegação, o policial também busca por reconhecimento. Ao comparar abnegação e reconhecimento, podemos notar que, apesar do risco de perder a sua identidade ao arriscar a própria vida, também pode trazer a satisfação de ser reconhecido. Esse aspecto inerente "se volta para o outro como alguém que pode entender os desejos ou satisfazer o desejo de ser reconhecido" (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023).

É notável que o ambiente de trabalho o Policial pode contribuir para o surgimento de problemas de saúde, tais como estresse, depressão e ansiedade. Isso se deve à exigência dos valores inerentes à profissão, à disciplina e hierarquia militares, aos salários baixos, à carga horária excessiva, à pressão psicológica relacionada à proteção e preservação da vida, estando constantemente sujeito a situações de perigo de morte (Pinheiro; Musser; Melo, 2023).

Através de regulamentos, normas e treinamentos, a estrutura organizacional não apenas regula as atividades, mas também dita o comportamento dos membros. Sob a influência da burocracia, surgem conflitos e contribuem para o surgimento de problemas de saúde (Dias Siqueira; Ferreira, 2023)

Os efeitos na saúde mental não se restringem apenas à violência e à criminalidade. De acordo com a análise de Edwards e Kotera (2021), também é importante considerar a organização do trabalho e suas relações interpessoais como fatores significativos.

Uma pesquisa realizada na Polícia Militar do Estado do Pará, com o intuito de investigar a exaustão entre PMs de ambos os gêneros, no setor administrativo e sua correlação com os aspectos ligados à saúde mental, revelou que os policiais se importavam com seus colegas de trabalho e com a interação social, reconhecendo-os como indivíduos, que têm sentimentos, necessitam de apoio e empatia, além de demonstrarem estabilidade emocional no dia a dia, contentes com o serviço administrativo. (Marzzoni *et al.*, 2021).

Dessa forma, infere-se que, embora os policiais não estejam isentos de enfrentar problemas diariamente, mesmo em situações conflituosas e adversas no serviço, eles conseguem manter de forma eficaz um espaço profissional equilibrado e harmônico. A satisfação no trabalho do policial militar é importante, porque reflete maior solicitude em relação aos colegas de trabalho e seus superiores, estabelecendo sentimento de bem-estar e motivação e, assim, construindo um bom relacionamento entre seus pares no trabalho (Santos *et al.*, 2021).

Supõe-se que a atividade desempenhada interfere na vida particular do PM, tendo-se em conta que o rigor militar e a exposição à violência moldam a sua forma de se relacionar com os seus familiares e com as outras pessoas. Essa influência vai além dos relacionamentos, passando a nortear o caráter do profissional, dessa forma, exibindo-se a dimensão que a profissão pode ter na vida do policial (Maia; Assis; Minayo, 2022).

Isto posto, a gestão de pessoas nesse cenário é imprescindível, visto que a unidade policial necessita de planejamento estratégico, na distribuição das tarefas, conduzido por um líder que promova a cooperação entre os servidores e não a competição. O diálogo é, também, uma característica inerente a uma gestão de qualidade, porque o policial precisa encontrar um caminho de fácil acesso aos seus superiores, de tal forma que tenha liberdade para expor dificuldades, frustrações e, conseqüentemente, corrigi-las antes que se transformem em gatilhos de problemas emocionais.

Em conformidade, um ambiente de trabalho em que os integrantes mantêm boa convivência, atitudes colaborativas na resolução de problemas e bom relacionamento em equipe são fatores importantes para que o trabalho faça sentido (Prado; Santana; Diniz, 2021).

Contudo, é possível inferir que o forte vínculo do policial militar com seu trabalho, em resultante da identidade ressignificada pela apropriação de valores ligados à cultura institucional, propicie orgulho dos papéis representados, o que poderá, em alguns casos, se constituir num movimento de alienação frente a questões complexas, como é o caso da segurança pública enquanto fenômeno social. Neste caso, fica evidente que a capacidade de reflexão e decisão do trabalhador em questão pode ser condicionada pelo vínculo e não por um juízo crítico na melhor acepção da palavra (Cajueiro; Natividade, 2020).

De acordo com Urbano, Cantador e Silva (2022), assevera-se que as relações profissionais já começam equivocadas, desde a academia, o que abarcará diversos fatores, como má formação inicial e precária ou inexistente formação continuada, até as ações praticadas por policiais e provocadas por essas especificidades profissionais, que, aliadas à falta ou ineficiente fiscalização e responsabilização da atividade profissional, bem como ausência ou ineficiente assistência psicossocial, podem contribuir para desvio de conduta e/ou surgimento de transtornos decorrentes da organização do trabalho, o que também pode contribuir para pensamentos suicidas ou o próprio suicídio praticado por profissionais de segurança pública.

Os itens de avaliação das RSP “autonomia inexistente” e “os funcionários são excluídos das decisões” foram as avaliações mais críticas nesse estudo, o que, segundo Ferreira e Dias (2022), é resultado da supressão da autonomia para atender as demandas institucionais, diante

dos enfrentamentos situacionais para promover a segurança pública sob as rédeas da hierarquia, disciplina e obediência às normas militares.

É importante analisar também a imagem que o policial militar possui diante da sociedade, como é evidenciado em diversos meios de comunicação, que frequentemente apresentam de maneira desfavorável a atuação do policial militar, sem levar em conta que ele é o único capacitado a se colocar em risco para garantir a segurança da população (Santos, 2023).

A imagem avaliada negativamente pela imprensa e pela opinião pública manifesta-se na falta de reconhecimento social e valorização do trabalho, aspecto essencial na construção da autoestima individual. Além disso, esses profissionais estão em constante contato com um ambiente no qual se deparam com situações violentas e letais (Wagner *et al.*, (2020).

É importante destacar que os policiais são constantemente monitorados pela mídia e pelos celulares. Eles realizam diversas atividades e são alvo de diferentes julgamentos: às vezes são vistos como heróis ao alcançarem seus objetivos nas operações, outras vezes são considerados vilões por se corromper ou prejudicarem inocentes (Spode; Merlo, 2021).

Nesta perspectiva, exige-se o compromisso com as estratégias de imparcialidade de informação, que não sejam refratárias nem favoráveis ao exercício da segurança pública, para que os profissionais consigam alcançar o bem-estar laboral, em termos de significado, sentimentos e desempenho, em harmonia com uma vida familiar mais equilibrada e com menor dano existencial e, conseqüentemente, com menos adoecimento funcional (Martins, 2021).

A partir da análise de notícias vinculadas ao CTr do policial militar, percebe-se que a figura do profissional de segurança pública, sobretudo a do PM, na contemporaneidade, está vinculada às ações de violência provindas dos altos índices de criminalidade e sua diversidade. Em conformidade, Santos (2023) afirma que o policial vem a ser o profissional que possui a maior evidência de desconstrução de sua imagem e de representação social, uma vez que, no enfrentamento contra o crime organizado, há de ser acompanhado pela imprensa, que direciona as narrativas tendenciosas, na maioria das vezes, no sentido de induzir a opinião pública contra o PM.

É verdade que em alguns casos esses profissionais ultrapassam os limites e agem de forma contrária ao que seria esperado, e é por isso que existem as Corregedorias e mecanismos específicos para denúncias e punições. No entanto, é importante considerar também o impacto da pressão psicológica, que pode levar a erros graves devido a esse estado emocional fragilizado (Santos; Hauer; Furtado, 2022).

De fato, integrar uma organização policial é verdadeiramente desafiador. Permanecer na linha de frente da polícia, especialmente nas equipes encarregadas da segurança ostensiva

nas comunidades, significa encarar diariamente uma série de desafios que vão muito além do enfrentamento ao crime. É necessário lidar com a discriminação e a hostilidade da própria sociedade, que muitas vezes vê o policial como um adversário, às vezes até mais do que os próprios criminosos.

Os policiais enfrentam a falta de investimento em infraestrutura e equipamentos modernos, que vão desde veículos até armamento frequentemente obsoleto e necessitado de manutenção, comprometendo a eficácia e colocando em risco a segurança dos profissionais. Além disso, enfrentam a falta de valorização na carreira policial, com salários que não são compatíveis com os riscos enfrentados diariamente (Kern; Almeida, 2023).

Nesse aspecto, ressalta-se que é importante advertir que o PM vem a ser um trabalhador de segurança pública, mas que também é um sujeito social, inclusive com direitos humanos, e que, diariamente, pode ser afetado pelo processo de trabalho ao qual está inserido, principalmente pelas críticas e disseminação de informes apenas sob a ótica dos meios de comunicação (Santos, 2023).

Assim sendo, permite-nos inferir que, diante dos resultados desta pesquisa e de acordo com a literatura, as RS fora da instituição, ou seja, as interações externas com usuários, são tão precárias e difíceis quanto as relações interprofissionais e impactam a saúde física, mental e social do PM.

5.3 ANÁLISE DO CUSTO HUMANO NO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR

A partir da abordagem centrada no indivíduo, a PDT proporciona uma visão da função policial como uma atividade laboral e, por conseguinte, o policial como um profissional, um indivíduo que experimenta emoções, é impactado e enfrenta dificuldades (Mendes, 2007).

Devido ao ambiente dinâmico e competitivo que caracteriza a sociedade contemporânea, o trabalho tem exercido um impacto significativo na vida das pessoas. Diversos são os elementos que fazem parte do cotidiano e influenciam diretamente o desempenho e bem-estar do indivíduo, tais como a tecnologia, a velocidade do trabalho, a pressão por resultados, as interações com a equipe, o ambiente afetivo (ou a ausência dele) e a estrutura física. Estes são apenas alguns dos fatores que afetam diretamente os trabalhadores e, quando essas influências são negativas, podem ser prejudiciais em diversos aspectos, como social, físico, psicológico e mental (Cardoso; Neffa, 2021).

Conforme mencionado anteriormente, o CHT é entendido como o dispêndio exigido pelos trabalhadores de forma individual e coletiva, frente às contradições e desafios existentes

na atividade laboral e é composta pelos dispêndios físico, cognitivo e emocional no trabalho (Ferreira; Mendes, 2003).

As situações adversas na execução do trabalho policial militar acontecem em um ambiente de trabalho violento, estressante, que resulta em uma demanda emocional e física de forma intensa com respostas variadas (Guedes; Gondim; Hirschle, 2020).

O estresse tão vivenciado nesse tipo de trabalho tem origem no ambiente, nas pressões, tanto da instituição quanto da sociedade, que geram efeitos psicológicos e físicos extenuante, causando distúrbios nas funções executivas, memória, atenção, psicomotricidade e rebaixamento cognitivo de forma geral.

Diversos autores chamam a atenção para a exposição desses trabalhadores tanto no campo da saúde mental, quanto da saúde física (Cerqueira, 2021; Rocha *et al.*, 2023; Maia; Assis; Minayo, 2022).

Sendo assim, é considerada uma atividade de trabalho muito vulnerável, suscetível a riscos como agressões, estresse, morte e mutilação com um CHT elevado.

5.3.1 O custo físico no trabalho do policial militar

O CF é descrito como todo dispêndio fisiológico e biomecânico exigido na execução da tarefa. É composto por dez questões: usar a força física, usar os braços de forma contínua, ficar em posição curvada, caminhar, ser obrigado a ficar de pé, ter que manusear objetos pesados, fazer esforço físico, usar as pernas de forma contínua, usar as mãos de forma repetida, subir e descer escadas (Mendes; Ferreira, 2007).

A carreira de PM é conhecida pela exposição frequente a situações de risco para a integridade física. Apesar disso, a saúde e as necessidades desses profissionais não têm recebido a atenção devida da sociedade, com poucos estudos científicos sobre o assunto no Brasil. Essa profissão requer tanto habilidades físicas quanto mentais para lidar com as demandas do ambiente militar, incluindo períodos prolongados em pé, caminhadas extensas e corridas com equipamentos pesados, além do uso intenso da força muscular (Oliveira, 2023).

Nesse estudo, os itens cujas médias foram mais elevadas (acima de 3,7) foram “Usar mãos de forma repetida”, “Caminhar”, “Ser obrigado a ficar de pé” e “Usar as pernas de forma contínua”.

Outrora, as doenças relacionadas ao trabalho, eram consideradas somáticas. Contudo, com o surgimento de sintomas de doenças laborais cada vez mais psicopatológicas, iniciou-se o desenvolvimento do pensamento dejouriano (Rodrigues; Alvaro; Rondina, 2006)

Dejours (1992, p. 19) afirma que a “somatização da doença não começa pelo aparelho psíquico e sim pelo corpo, pois é o corpo que sofre no primeiro momento em relação às dificuldades inerentes ao trabalho, que resulta em um corpo vulnerável e fragilizado pela ausência das defesas naturais, que é o aparelho mental”.

O CF foi avaliado como crítico pela metade dos respondentes. Todas as respostas dos itens que compõem esse fator foram percebidas de forma negativa, de moderado a crítico, o que significa dizer que as demandas de trabalho ultrapassam a capacidade de resposta fisiológica, ou seja, o CTr favorece o risco de desenvolvimento de doenças em decorrência do trabalho.

Não obstante, é comum na rotina ostensiva de trabalho do policial, a postura de pé ou sentada por um longo período, sem água, sem banheiro disponível, já que seu posto de trabalho na maioria das vezes é realizado dentro da viatura em base fixa, ou em rondas.

A jornada de trabalho se desenvolve em caminhadas ou na posição estática dentro da própria viatura, expondo o corpo às diferenças climáticas, barulho e tráfego intenso, todas situações extremamente desconfortáveis e que exigem do policial rapidez, percepção, prudência, observação, memória, concentração e precisão física e psicológica. Essa investida corporal de desgaste fisiológico e biomecânico recrutados no trabalho também se caracteriza por um CF negativo (Maciel *et al.*, 2020).

Nessa circunstância, as lesões mais comuns entre os PMs são dores nas costas, pescoço e ombros, e essas lesões também podem ocorrer em diversas estruturas do corpo, como músculos, tendões, ligamentos e conexões, tornando os distúrbios musculoesqueléticos um dos principais motivos de absenteísmo no trabalho policial. Esse cenário é resultado de trabalhos repetitivos, má postura ou falta de ergonomia no ambiente de trabalho. Entre as doenças mais frequentes do aparelho locomotor, as dores na coluna lombar são causadas pela intensificação da jornada de trabalho, pelo tempo gasto sentado e em pé e pelo uso de equipamentos (Peres, 2023).

Essas são situações que podem propiciar desgaste e lesões nas articulações e que, conforme visto neste estudo, têm relação direta com as condições em que é realizado o trabalho. Na PMERJ, quando as variáveis lombalgia e mialgias são associadas ao CF dos militares, obteve-se um resultado de 60,7% e 66,7% respectivamente de classificação crítica, com CTr favorecendo o adoecimento dos trabalhadores policiais.

Esses achados corroboram com uma análise realizada sobre a funcionalidade de indivíduos com lombalgia ocupacional, já que uma das posturas de trabalho policial é a sentada e quando o estudo associa a dor lombar à sedestação, afirma as consequências disso a hipotonia, encurtamento muscular com prejuízo funcional (Oliveira; Lemos; Fernandes-Silva, 2021).

De acordo com Valenciano et al. (2021), esses problemas podem estar relacionados com a falta de atividade física, uso de tabaco, má postura, fatores posturais, CT inadequadas, sobrecarga e carga de trabalho.

Pesquisadores relatam que a dor pode trazer limitações nas atividades físicas diárias e queda na produtividade laboral, principalmente quando associada a outros fatores causadores de incapacidades maiores (Cargnin *et al.*, 2019). Além disso, a dor pode trazer consequências à QV e gerar licenças médicas, tendo como gatilho a junção de fatores biopsicossociais, HV e de problemas organizacionais (Paula; Cotrini, 2020).

Conforme mencionado antes, a lombalgia e as dores musculares mostraram-se relevantes como consequências físicas nos policiais deste estudo, podendo ser resultantes também do peso, já que o excesso de peso sobrecarrega as articulações e/ou em virtude dos equipamentos pesados que precisam carregar junto ao corpo (Guarese; Higuti, 2022). Entre os fatores de risco, autores apontam que as CT podem ocasionar riscos à saúde do trabalhador (Martins *et al.*, 2020).

Os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho são uma afecção que resulta de vários fatores que possuem relação com o trabalho e com sofrimento no trabalho (Oliveira *et al.*, 2023).

Assim, levando-se em consideração a posição corporal adotada no policiamento ostensivo (Macena *et al.*, 2022), equipamentos utilizados (Santos; Viana; Silva, 2020) além de fatores ergonômicos (Bezerra *et al.*, 2023), ocasionam distúrbios osteomusculares (Martins *et al.*, 2020), principalmente na coluna lombar, além de coluna cervical e joelhos, que se manifestam através de dor, alterações posturais, cansaço e parestesia (Costa; Brigido, 2020).

Na mesma direção, um estudo acerca das principais causas do absenteísmo em PMs lotados em um Batalhão de Polícia Militar de Pernambuco chegou à conclusão de que houve predominância de doenças ligadas ao sistema osteomuscular, que se justifica exatamente pelas condições adversas no trabalho de PMs, bem como sobrecarga causada pelo uso de seus equipamentos durante o trabalho (Quirino *et al.*, 2019).

De acordo com dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT), em 2019, atualizados em 2022, quase 39 mil trabalhadores foram afastados do trabalho devido a esse tipo de adoecimento, que gera a perda de funcionalidade e dificuldade de movimentos, trazendo impactos para a vida profissional e pessoal do trabalhador (Fundacentro, 2019).

Dentre os EPIs, o colete à prova de balas é o único presente na atividade laboral, que é regulamentado pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da Portaria nº 191, datada de 4 de dezembro de 2006.

O principal desafio em questão é a análise da atividade operacional que resulta em desconforto para PMs ao utilizarem o colete balístico, provocando dores e fadiga ao final do expediente. Isso pode ser consequência do ajuste do referido colete de acordo com as medidas corporais individuais de cada policial (Oliveira, 2023).

Ainda de acordo com Oliveira (2023), caso o colete esteja demasiadamente largo, pode causar desconforto, por outro lado, se estiver apertado no peito, poderá dificultar a respiração adequada, o que resulta em uma redução do oxigênio disponível para as células do cérebro e dos músculos. Isso pode causar danos e prejudicar a capacidade do policial de realizar suas funções essenciais, tais como agilidade e velocidade.

Dessa forma, uma questão frequentemente abordada pelos policiais é a prática comum de remover a placa do colete à prova de balas devido ao desconforto causado pelo calor intenso, especialmente no contexto do Rio de Janeiro. Além disso, retirar a placa torna-os mais ágeis em situações de confronto. Embora o colete à prova de balas seja o único EPI disponível para esses profissionais, as CT dificultam seu uso correto, aumentando assim o risco de lesões graves ou morte. É importante ressaltar que o colete não oferece proteção contra tiros de fuzil e ainda há carros que não possuem blindagem.

Recentemente, mais precisamente no final de 2022, a PMERJ recebeu algumas viaturas blindadas de nível 3, o que indica que a proteção não é eficaz contra tiros de fuzil, apenas contra armas de calibre menor, como revólveres e pistolas. Além disso, é relevante mencionar que a blindagem das viaturas se limita ao para-brisa e portas da frente (Rio de Janeiro, 2023), o que aumenta a vulnerabilidade e o perigo para a vida dos ocupantes.

Entretanto, a PMERJ, através do seu Plano Estratégico para os próximos cinco anos, está empenhada em melhorar as CT, promover a saúde dos profissionais e garantir um serviço de policiamento eficaz à população. No entanto, a falta de investimento governamental parece ser um obstáculo para a resolução desse problema. Apesar da existência de equipamentos, eles ainda não atendem adequadamente às necessidades do trabalho e ao ambiente em que são utilizados (Silva., 2022).

De fato, ao considerar a utilização de armamentos de alto calibre, como fuzis, pela marginalidade na prática de delitos menores, como roubo de celulares, a complexidade da organização e do poder financeiro representam obstáculos significativos enfrentados por todas as forças policiais do Brasil para atuar em múltiplas frentes contra o crime e garantir a segurança e a integridade física dos PMs (Rio de Janeiro, 2019).

Em relação à compatibilidade dos equipamentos de segurança e vestuário, os tamanhos dos coletes são determinados com base no peso, altura e gênero do militar, porém, muitas vezes

é difícil garantir um ajuste eficiente considerando essas características. Especialmente no caso das militares mulheres, o uso do colete e demais equipamentos se torna ainda mais desconfortável, uma vez que a placa balística exerce pressão sobre os seios, em conjunto com o peso adicional do fuzil, da pistola e de todos os outros materiais mencionados anteriormente.

Buscando analisar e entender as percepções de gênero das PMs do Estado do Rio Grande do Sul e investigar se o discurso de igualdade da corporação se reflete nas práticas internas em relação ao fardamento militar feminino, as agentes concordaram que as roupas frequentemente são maiores do que o necessário para as mulheres, sendo feitas de acordo com o corpo masculino, o que exige ajustes. Além disso, afirmaram que, diante da falta de sucesso na criação de coletes balísticos adaptados para mulheres, a proteção continuou sendo moldada com base no corpo masculino, sem diferenças entre os uniformes masculinos e femininos (Krupp; Rudnicki; Campos 2021).

Entretanto, manter a arma em posição de combate, com a coronha apoiada no ombro, requer um esforço constante dos músculos para sustentar o fuzil erguido para frente, envolvendo de forma contínua os músculos e as articulações de todo o corpo utilizados durante o treinamento e em situações de confronto, como ilustrado na Figura 10.

Figura 10 – Posição tática - sobrecarga de coluna, joelhos, punhos, ombros e cotovelos.



Fonte: Autora, 2023.

Todavia, conforme descrito neste estudo, é de conhecimento público, que um número importante dos PMs trabalha em programas vinculados ao estado para suprir as necessidades de policiamento nas manchas criminais e/ou como segurança, fazendo o que denominamos de

“bico³”, com o objetivo de compensação salarial. Esses fatores sugerem ser determinantes e trazem impacto direto na quantidade de horas de sono por dia, já que o momento de descanso é substituído por mais horas de trabalho (Amâncio; França, 2021)

Nesse sentido, torna-se importante ressaltar que a variável horas de sono teve associação significativa com todos os fatores da EACHT. Acresce que, quanto maior o cansaço, pior a qualidade do sono (Freitas *et al.*, 2023).

Desse modo, a exposição física aumenta relativamente, pois são visados por criminosos, principalmente, por portarem arma de fogo ao executar o trabalho extra corporação. Esse tipo de atividade os deixa ainda mais vulneráveis por não terem o amparo do estado, sendo uma das principais causas de sua vitimização (Silva; Almeida, 2022)

Múltiplos vínculos empregatícios trazem vantagens e desvantagens para os trabalhadores. Enquanto a possibilidade de ganhar mais é um ponto positivo, o excesso de trabalho pode levar a níveis elevados de estresse e cansaço. Um estudo feito com profissionais de saúde na região Nordeste do país mostrou que a sobrecarga de trabalho pode ser um dos principais desencadeadores do estresse ocupacional (Oliveira *et al.*, 2022).

Levando-se em consideração que a carga horária do PM ultrapassa 12 horas/dia, os níveis de estresses são considerados mais elevados quando comparados aos profissionais que trabalham de 8 a 12 horas/dia e ainda, existe uma correlação entre a sonolência diurna e o estresse, quanto maior a idade maior a sonolência diurna observada (Pinto *et al.*, 2023)

Esses achados corroboram com um estudo sobre avaliação da qualidade do sono envolvendo policiais de elite que revelou a má qualidade de sono e algum tipo de distúrbio do sono, refletindo nos piores escores de QV em todas as dimensões, com maior probabilidade de acidentes de trabalho devido à sonolência diurna e, ainda, 60% desses policiais também mantêm trabalho extraoficial (Pinto *et al.*, 2018).

Ademais a percepção ruim da qualidade do sono pela labuta árdua provoca doenças que impactam diretamente na QV laboral (Nascimento *et al.*, 2021)

Entre os desgastes físicos, não se pode ignorar as lesões causadas por ferimentos de arma de fogo (FAF), uma das principais causas de vitimização policial em todo o mundo. Este

³ No contexto de realizar um serviço adicional ou informal, a palavra "bico" é usada de forma coloquial no Brasil para se referir a trabalhos extras feitos fora do horário oficial de trabalho ou além das atividades principais. No dicionário informal, "bico" pode ser definido como: **bico** (substantivo masculino). Exemplo de uso: "Ele faz bico como segurança para complementar o salário." Fonte: **Bico**. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/bico/>. Acesso em: 2 set. 2024.

estudo aponta um número significativo desses casos. Além disso, esse tipo de ocorrência é frequentemente destacado nos noticiários, tanto na mídia televisiva quanto digital (Maia; Assis; Ribeiro, 2019).

Embora dados do FBSP (2022) tenham apontado diminuição do número de policiais mortos no cenário nacional, em alguns estados, como o Rio de Janeiro, houve um aumento de 45,5%, com 64 casos registrados em 2021 ante 44 em 2020. Referente aos índices de 2023, o FBSP divulgou que 161 policiais foram mortos, 7 a cada 10 policiais no Brasil morreram na folga.

Vale dizer que os ferimentos e as lesões que acometem os policiais atualmente são bem diferentes das lesões causadas na década de 1980, haja vista o poder de fogo das armas de hoje. Na década de 1980, as armas utilizadas, tanto pelos policiais, quanto pelos agentes agressores, eram revólveres calibre 22 e 38, com uma capacidade destrutiva e fatal muito inferior, em que o projétil da arma de fogo é o agente causador da lesão (Estado do Rio de Janeiro, 2019).

Neste contexto bélico, o acesso a armamentos sofisticados por criminosos vem a ser, de fato, bem superior ao disponibilizado às Polícias Civas e Militares do estado do Rio de Janeiro, tanto em quantidade, quanto em poder destrutivo. Nessa circunstância, uso de calibres de alta velocidade, com alto poder de destruição, são extremamente destrutivos e com consequências nefastas ou até fatal, quando um ser humano é atingido por esse tipo de projétil. (Casagrande, 2022).

Uma pesquisa documental dos PMs atendidos no Hospital Central da Polícia Militar em decorrência de ferimentos por arma de fogo detectou que a ocorrência de morbidade por arma de fogo é elevada em serviço na PMERJ (Maia, Rodrigues; Assis, 2022).

Criminosos possuem acesso a armamentos superiores aos das polícias. Enquanto os policiais utilizam pistolas calibre .40, espingardas calibre 12 GA, submetralhadoras 40 ou 9mm, e raramente fuzis 5,56mm, os criminosos empregam armas de maior poder, como o 7,62 x 39mm (AK-47) e o 5,56mm x 45mm (AR-15). Em assaltos, especialmente no Novo Cangaço, utilizam armamentos pesados como a metralhadora Browning M2 calibre .50, capaz de derrubar aeronaves e perfurar blindagens. Apreensões em favelas mostram criminosos com metralhadoras M60 calibre 7,62 x 51mm, superiores aos equipamentos de proteção policial. (Casagrande, 2022).

Contudo, em relação aos efeitos nefastos que a arma de fogo pode causar, existem vários fatores a se considerar que irão determinar a capacidade de lesão. Entre eles, Albuquerque Neto (2021), destaca em primeiro lugar que, quanto menor a distância, maior o potencial destrutivo.

Assim sendo, quanto maior a velocidade do projétil, maior o tamanho da cavidade temporária e maior a lesão tecidual. Outros fatores, como a região afetada e o tipo de tecido (ósseo, muscular, tipo de órgão oco ou maciço), ou a desaceleração rápida do projétil, a forma e a trajetória do projétil, também podem influenciar na morbimortalidade (Albuquerque Neto, 2021). Vale ressaltar que, quando o projétil atinge os ossos, causa fraturas com múltiplos fragmentos. Da mesma forma, ao atingirem órgãos densos, como rins, coração ou cérebro, podem ocasionar a explosão deles.

Contudo, embora a arma de fogo seja a principal causa de suscitar efeitos capazes de produzir incapacidades e doenças, a vitimização não letal ainda é pouco pesquisada e isso torna-se um forte indicador de risco ocupacional grave pelos danos à saúde, à vida e à capacidade de trabalho. (Maia; Rodrigues; Assis, 2022)

De acordo com Associação de Reabilitação da PMERJ e pelo Centro de Fisiatria e Reabilitação da PMERJ, entre 2018 e 2019, o quadro de acometimento com lesões graves para os policiais registraram em torno de (45) policiais paraplégicos, (07) tetraplégicos e (13) amputados.

No entanto, Dejourns (2007) assevera que o trabalho deve ser fonte de prazer e realizações e não deveria ser produtor de sofrimento e de agravos à saúde levando o trabalhador a adquirir limitações sejam elas físicas ou psíquicas, e muitas vezes os tornando inabilitados a dar continuidade às suas atividades laborais, sendo obrigados a se afastarem definitivamente do trabalho.

Essas situações podem antecipar o elevado CH e o desfecho negativo que essa ocupação pode acarretar, principalmente devido à exposição constante ao perigo, ao arriscarem suas vidas e saúde em benefício da proteção da sociedade.

A pesquisa constatou que existe uma conexão entre o CH e a obesidade, sendo que a obesidade teve um impacto estatisticamente significativo no CF. Aproximadamente 10,1% (n = 45) dos participantes do estudo relataram ser obesos.

De acordo com Peres (2023), lesões provocadas por disparos de armas de fogo, que não resultam em danos graves ou incapacidade permanente, também prejudicam de forma negativa a condição física, levando a um aumento do índice de massa corporal e ao surgimento da obesidade. Esse cenário também pode ser agravado pela diminuição da prática de atividades físicas, uma alimentação inadequada ou em excesso. Essa situação influencia no aumento da obesidade e na diminuição da regularidade e esforço na prática de exercícios físicos (Portes *et al.*, 2021).

Corroborando com esses achados, pesquisa realizada em 2022, no vigésimo sexto batalhão de polícia militar na região serrana do estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de identificar o impacto da obesidade e do sedentarismo no condicionamento físico e, por conseguinte, no exercício da atividade-fim policial militar, encontrou os seguintes resultados: excesso de peso em 77,7%, sedentarismo em 44,4% e inaptidão aeróbica em 58,3% (Menezes *et al.*, 2022). Os autores afirmam que esse tipo de comorbidade é incompatível com o serviço militar, pois compromete a capacidade física operacional que exige ser policial e associa o sobrepeso e a obesidade à carga horária de trabalho, alimentação, principalmente na execução dos serviços em bases externas, e baixos índices de atividade física.

Na mesma linha de pensamento, Barreto, Lins-Kusterer e Carvalho (2019), apontaram em levantamento realizado entre policiais de Salvador a importância da obesidade para a baixa capacidade de trabalho policial e revelou que a prevalência da obesidade foi muito maior em PMs com baixa capacidade de trabalho. Desta forma, evidenciou-se que a obesidade pode inviabilizar o desempenho das atividades laborais, levando o indivíduo ao cansaço com muito mais facilidade, diminuindo a resistência física e a capacidade para o trabalho.

Conforme Dejours, Dessors e Desrlaux (1993) é fundamental para que o trabalho seja uma fonte de crescimento e evolução pessoal e profissional, que haja tanto saúde física quanto mental, uma vez que a ausência de saúde mental acaba afetando o corpo. Assim como o corpo necessita de movimentação para manter-se saudável, a mente precisa liberar as tensões para garantir o equilíbrio.

Ademais, a exaustão física pode levar o indivíduo a adotar uma postura inadequada diante das situações de trabalho, o que, no caso dos policiais, pode representar um risco tanto para a segurança da população quanto para a sua própria integridade física (Arroyo; Borges Lourenção, 2019).

A OMS, em 2020, chamou a atenção para um aumento três vezes maior de pessoas com excesso de peso, de 1975 até os dias de hoje. Só em 2016, os adultos com mais de 18 anos encontravam-se acima do peso, 39%, entre esses, 13% foram considerados obesos, estabelecendo-se um grave problema de saúde pública (WHO, 2021).

É importante ressaltar que a obesidade e a falta de atividade física impactam globalmente, sendo que estudos apontam uma maior incidência dessas condições entre PMs (Menezes *et al.* 2022; Oliveira; Nascimento, 2020). Essa realidade se deve não apenas às exigências da profissão, mas também aos muitos fatores que a caracterizam, os quais contribuem para o desenvolvimento da síndrome metabólica, como pressão alta, desequilíbrio

de glicose, altos níveis de triglicerídeos, obesidade abdominal e baixos índices de colesterol HDL" (Aguiar, 2022).

O plano estratégico de enfrentamento às DCNT no Brasil, no período de 2011 a 2022, destaca que apenas 15% da população adulta praticava atividades físicas durante o tempo livre, o que é considerado um fator de risco para as DCNT. Apesar da exigência de boa saúde física para os militares, os indivíduos deste estudo não demonstraram o costume de se exercitar, em contraste com a pesquisa realizada por (Menezes *et al.*, 2022).

Para Melo (2022), as DCNT cresceram vertiginosamente entre policiais, principalmente pelo ritmo de trabalho, a descarga hormonal constante que se soma ao sedentarismo e aos hábitos alimentares inadequados, potencializando as comorbidades. Da mesma forma, os policiais pesquisados apresentaram avaliações de críticas graves quanto às exigências do CH para a HAS, cardiopatias e obesidade.

Pesquisadores relacionam a presença simultânea de excesso de peso (Menezes *et al.*, 2022) e falta de atividade física (Silva; Lins, 2020) como um dos principais fatores de risco para as DCNT incluindo as doenças do coração, corroborando os achados da pesquisa em tela.

De acordo com Menezes *et al.*, (2022), a falta de incentivo por parte das políticas institucionais para a prática de atividade física durante o expediente de trabalho, somada às responsabilidades sociais e familiares, bem como a carga excessiva de tarefas para aumentar a renda, colaboram para a promoção de HV pouco saudáveis.

Dessa forma, juntamente com as variadas dificuldades de ordem mental e social, que impactam a instituição policial em todo o Estado do Rio de Janeiro e em outras unidades da federação, chegando até mesmo a casos extremos como o suicídio, a saúde física dos PMs se torna uma questão crucial. Levando em consideração a relevância de seu papel na comunidade e os riscos a que estão expostos cotidianamente, é fundamental implementar medidas preventivas e de promoção da saúde física desses agentes, a fim de diminuir os índices de lesões e enfermidades relacionadas ao trabalho e assegurar que possam desempenhar suas atribuições de modo apropriado e seguro.

5.3.2 O custo cognitivo no trabalho do policial militar

O custo cognitivo é descrito como o esforço intelectual exigido na aprendizagem, capacidade de sanar problemas e tomada de decisão no trabalho. Esse fator é composto por 10 facetas com o objetivo de classificar o custo cognitivo exigido pelo trabalhador (Mendes; Ferreira, 2007).

A média do custo cognitivo atingiu resultados preocupantes indicando que as demandas impostas aos policiais estão associadas a aspectos negativos, resultando em um elevado desgaste cognitivo durante a realização das atividades laborais. Assim, o CTr, a organização do trabalho e as RS no trabalho afetam diretamente o alto custo cognitivo, contribuindo para o adoecimento dos PMERJ.

É fundamental destacar que houve correlação entre todas as variáveis, porém, o fator custo cognitivo da EACHT se destacou como o mais adverso, tanto em sua análise isolada quanto em conjunto com a EACT, demonstrando uma relação estreita com todos os fatores do CTr.

Um estudo que buscou compreender as condições, processos de trabalho e risco de adoecimento no batalhão feminino da PM também culminou em avaliação entre moderado a crítico no fator cognitivo, em particular os subitens “ser obrigado a lidar com imprevistos” assim como nesse estudo, e “usar a memória” (Figueiró, 2022).

Em contrapartida, não é apenas o local de trabalho que afeta o surgimento de problemas mentais, é também a junção de vários fatores que, quando combinados, criam um ambiente favorável para o adoecimento (Carlotto *et al.*, 2019).

Considerando carreiras que demandam grande esforço mental e impactos na saúde, Neves (2019) ressalta a importância não apenas dos policiais, mas também dos professores, jornalistas, profissionais da área da saúde e enfermeiros.

Na cidade de Montes Claros, foi identificado que os agentes comunitários possuem as maiores médias de avaliação, classificadas de forma moderada a crítica, nas exigências cognitivas, “desenvolver macetes” e “fazer previsão dos acontecimentos” (Lima; Fernandes; Caldeira, 2022).

Mesmo atuando em profissões distintas, esses agentes lidam com questões sociais e violência no exercício de suas funções, obtendo a pior avaliação entre os outros fatores da EACHT (Almeida; Peres; Fonseca, 2019).

Nos últimos anos, tem havido um aumento significativo da violência no ambiente de trabalho, o que tem levado a problemas psicossociais preocupantes para a saúde dos trabalhadores, como ressaltado por Amaral, Marcelino e Silva (2021) em sua pesquisa.

Neste estudo, foi observado que a localização estratégica dos quartéis, selecionados com base em sua relevância no enfrentamento da violência e conflitos armados, teve um impacto significativo no custo cognitivo.

Diante do exposto, a incerteza é um elemento comum na rotina do agente de segurança e se apresenta como um assunto relevante que abrange as questões relacionadas ao bem-estar

humano, de maneira direta ou indireta. Segundo Rembischevski e Caldas (2020), ao analisar a compreensão do perigo, a abordagem psicológica procura relacionar os aspectos emocionais e mentais que afetam a percepção do perigo, ao passo que as teorias socioculturais destacam a importância da ética e da influência dos ambientes na formação dessa percepção.

Uma pesquisa foi realizada para analisar a saúde cognitiva de PMs e estudantes universitários, utilizando testes padronizados de memória, atenção e inteligência. Os resultados obtidos foram semelhantes aos deste estudo, demonstrando uma correlação significativa entre os aspectos cognitivos, com todos os resultados sendo estatisticamente significativos ($p < 0,001$) (Rabelo; Mazariolli, 2029).

Esses resultados encontram interface aos encontrados por Maciel *et al.* (2020); Lima, Fernandes e Caldeira (2022) e Bottini *et al.* (2020), configurando um dispêndio mental excessivo por esses trabalhadores. Os policiais enfrentam um alto nível de pressão no ambiente de trabalho diariamente, como apontado por Silva e Torres (2020). Esse estresse, resultante das pressões e expectativas sociais, pode desencadear alterações significativas tanto psicológicas quanto físicas, afetando a cognição, memória, atenção e habilidades psicomotoras dos profissionais da área de segurança.

Ao analisar distúrbios no estado mental associados a indicadores clínicos de problemas de saúde mental em uma amostra de PMs do Distrito Federal, foi observado que os domínios psicológicos mais afetados incluíram atenção, memória, funções executivas, pensamentos depressivos e ansiosos, comportamentos impulsivos e inquietos, afetos negativos, instabilidade e intensidade emocional, problemas sexuais, somáticos e de autonomia. Segundo o estudo, mapear esses distúrbios pode ajudar a construir indicadores para cuidados clínicos em saúde mental dos PMs (Corrêa; Oliveira, 2024).

Dessa forma, é importante compreender que o estresse não se resume apenas a uma resposta do corpo, pois existem elementos psicológicos que exercem grande impacto no modo como uma pessoa se comporta. Nesse contexto, a SB para Sousa; Barroso (2021) e Cury *et al.* (2022).se manifestam devido à prolongada exposição ao estresse no local de trabalho.

À vista disso, entre os sintomas da SB, Kimura *et al.* (2021) citam problemas cognitivos, como a dificuldade de memorização e concentração, além de alterações do sono, cansaço físico e dores corporais, coadunando com os resultados desse estudo.

Dessa forma, o estresse negativo provoca reações prejudiciais à saúde, tanto física quanto mental, dos policiais (Alves *et al.*, 2021). Portanto, o estresse no ambiente profissional não é desencadeado apenas por influências do ambiente e fatores estressores relacionados à organização do trabalho conforme afirmam Rocha *et al.* (2023), mas também pela combinação

de elementos específicos de cada indivíduo e por outras condições socioambientais que vão além do ambiente de trabalho. Desta forma, é fundamental compreender os diversos fatores que causam estresse no ambiente de trabalho e sua ligação com o desenvolvimento de doenças (Pereira *et al.*, 2020).

Nesse sentido, ainda no campo da saúde mental, o estresse é o fator que mais afeta esses trabalhadores e, associados a outras atenuações, como os problemas de ordem psicossociais, de ambiente laboral e familiar, podem influenciar o comportamento humano, agravando o transtorno psíquico (Guimarães *et al.*, 2023).

Destaca-se ainda, que a saúde mental é um fenômeno complexo e abrangente, que tanto influencia quanto é influenciado por diversos aspectos em diferentes contextos. Portanto, uma mudança psicológica pode ocorrer a qualquer momento, exigindo uma vigilância contínua sobre as variações do estado mental das pessoas (Corrêa; Oliveira, 2024)

Assim, é possível reconhecer várias fontes de estresse no ambiente profissional dos policiais que afetam a saúde mental. Quando há uma situação estressante, o organismo responde buscando lidar com a adversidade. No entanto, o estresse prolongado conforme mencionado anteriormente, acaba prejudicando as funções cognitivas, impactando tanto a capacidade de aprendizado quanto a memória (Smith *et al.*, 2019).

Pactuando com essa assertiva, Casagrande (2022) chama atenção para efeitos danosos à saúde física e psicológica quando os níveis de estresse se mantêm altos por períodos longos e frequentes, como acontece na profissão policial, seja na esfera federal, estadual ou civil.

O dano à memória dos trabalhadores também foi identificado em pesquisa que analisou o impacto do TEPT, tanto na memória operacional, quanto na memória visual de curto prazo (Eymygdio *et al.*, 2019).

Relatos de problemas de memória foram observados como um dos sinais de problemas de saúde em estudo sobre o impacto da doença e as formas de lidar com o sofrimento no ambiente de trabalho de mulheres em cargos de gestão no ensino superior (Trebien *et al.*, 2021).

Durante a condução deste estudo, os elementos quantitativos que mais sobrecarregaram mentalmente os policiais durante suas atividades estressantes foram a quantidade de horas de descanso e a idade. De acordo com a pesquisa realizada por Freitas *et al.* (2020), o avanço da idade está relacionado a um aumento no risco de declínio das habilidades cognitivas em várias áreas, como memória, percepção, linguagem, funções executivas e atenção, sendo a função cognitiva a mais prejudicada pelo processo de envelhecimento (Ramos *et al.*, 2019).

Paralelamente, Borges *et al.* (2021) afirmam que o transtorno de ansiedade, a baixa realização pessoal e o estresse estão intimamente ligados aos efeitos estressantes no trabalho,

uma condição observada nos policiais devido aos elevados índices de crises de ansiedade, que, quando associados ao custo cognitivo, apontaram uma classificação grave para esse fator.

Segundo Ribeiro *et al.*(2022), é confirmado que circunstâncias semelhantes às mencionadas podem levar à exaustão no ambiente de trabalho e ao assédio moral, resultando em impactos na saúde como stress, depressão, síndrome do pânico, culminando no estágio final de esgotamento conhecido como SB, caracterizada pela deterioração física e mental.

Dessa forma, de acordo com os dados levantados pelos policiais neste estudo, é possível observar que as principais razões para licenças médicas incluem crises de ansiedade, depressão, síndrome do pânico, transtorno bipolar, dependência de substâncias químicas, outros distúrbios psíquicos e SB. Mesmo que alguns desses índices sejam baixos, a porcentagem ainda é relevante, podendo causar sérios problemas de saúde nesse grupo de profissionais.

Ribeiro *et al.*(2022) ratificam que situações como as expostas podem desencadear extenuação ao trabalhador e *mobbing*⁴, com consequências a saúde tais como “ansiedade, depressão, síndrome do pânico, chegando ao último estágio de exaustão que é a SB, designada por degradação física e mental.

Por conseguinte, é importante perceber que a natureza de trabalho violento a que o policial se expõe dia a dia, vivenciando o grave problema de segurança pública existente no Brasil, talvez seja um indicativo do desenvolvimento da SB (Souza; Barroso, 2021).

De acordo com a OMS (2019), burnout é uma síndrome conceituada como resultante do estresse crônico no local de trabalho que não foi gerenciado com sucesso, o que para Sousa e Barroso (2021), caracteriza a fase inicial da doença.

Após os primeiros sintomas de burnout, vem o esgotamento mental e físico, “colapso”, em que a insatisfação no trabalho diminui a motivação, afastando o profissional de todos os fatores que compõem o arcabouço do mundo do trabalho, marcado por distanciamento, frieza, falta de comunicação afetiva e sentimento de repulsa “despersonalização” (Marzoni *et al*, 2021).

O reconhecimento da SB é bastante intrincado; contudo, é sabido que há uma ligação muito prejudicial com a atividade laboral, conforme apontado por Dias *et al.* (2022), os quais

⁴ "*Mobbing*" é um termo usado para descrever uma forma de assédio moral no ambiente de trabalho. Ele se refere a situações em que um ou mais colegas de trabalho ou superiores realizam ações repetitivas de intimidação, humilhação, ou discriminação contra um trabalhador, com o objetivo de isolar, prejudicar, ou forçar a saída da pessoa do ambiente de trabalho.

As consequências do mobbing podem ser sérias, afetando tanto a saúde mental quanto física da vítima, levando a condições como estresse, ansiedade, depressão e, em casos graves, à síndrome de burnout ou exaustão física e mental. (Leymann, 1996) H. The content and development of Mobbing at work. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, v. 5, n. 2, p. 165-84, 1996.

consideram uma abordagem tridimensional, abarcando a exaustão emocional, despersonalização e o sentimento de baixa realização profissional, resultando na redução da eficiência no ambiente de trabalho (OPAS/OMS, 2019).

Trabalhadores como policiais, professores e profissionais da saúde estão entre os mais propensos a desenvolver problemas de saúde mental. Segundo uma pesquisa realizada em Portugal com 2.057 entre policiais, foi identificado um nível moderado de estresse no trabalho, ansiedade e esgotamento. No entanto, ao considerar os padrões estabelecidos, 85% dos participantes apresentaram altos níveis de estresse no trabalho, 11% apresentaram valores críticos de esgotamento e 28% mostraram altos níveis de ansiedade. Além disso, aproximadamente 28% dos participantes relataram sofrimento alto, com 55% em situação de risco para desenvolver algum transtorno psicológico. Esses achados destacam a importância de prevenir o estresse e investir na saúde ocupacional dos agentes de segurança (Queirós *et al.*, 2020).

O estudo sobre o efeito do empoderamento psicológico no burnout revelou que um maior empoderamento psicológico pode reduzir o desgaste no trabalho dos policiais. Identificaram-se três níveis de esgotamento: baixo, moderado e alto. Policiais com alto nível de exaustão emocional eram mais propensos a ter alto esgotamento profissional, enquanto aqueles com baixo nível de despersonalização e realização pessoal eram mais propensos a ter desgaste moderado ou baixo. O empoderamento psicológico pode influenciar esses diferentes perfis de esgotamento profissional (Gong; Li; Niu, 2021).

No Rio Grande do Sul, em uma pesquisa com 98 PMs, destacou-se que há poucos PMs da fronteira oeste do estado que são acometidos pela SB. Contudo, os autores sinalizaram a importância de se atentar para o significativo percentual de policiais com potencial risco para desenvolvimento da doença (Ramos; Hennig; Silva, 2020).

Consolidando os apontamentos dos autores anteriores acerca da SB, Sousa e Barroso (2021) ressaltam os elementos estressores como um fator negativo que interfere no ambiente de qualquer organização de trabalho com reflexos na produtividade e motivação laborativa.

A exaustão crônica interfere na eficácia profissional, aumentando as taxas de absenteísmo, concorrendo fortemente para a diminuição da QV do policial, além de afetar sua vida no contexto familiar, social, laboral e organizacional, impactando diretamente na segurança pública (Cury *et al.*, 2022). Assim, sentindo-se incompetente, o indivíduo percebe uma redução em sua eficiência e um aumento em seus equívocos. Sua capacidade de foco e concentração diminui, de acordo com os achados deste estudo.

Embora a inspeção de saúde anual seja uma exigência da PMERJ, apenas 33% dos trabalhadores pesquisados a realizavam regularmente. Portanto, mesmo manifestando sinais de esgotamento emocional, muitas vezes não buscam ajuda médica, o que impede o diagnóstico precoce e o tratamento adequado das doenças. Assim, seguindo essa linha de raciocínio, o número de doenças descobertas por esse estudo aumentaria consideravelmente.

Por outro lado, a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) também chamou a atenção para o alarmante número de um bilhão de pessoas em todo o mundo que sofrem de transtornos mentais, representando um custo significativo para a economia global (OPAS, 2022).

Neste contexto, é importante destacar que esses trabalhadores são demandados diariamente e de forma contínua para resolver problemas desde os mais simples até os mais complexos; e, para alcançar maior eficiência, mesmo realizando tarefas variadas, é essencial que busquem sempre se aprimorar. Além disso, é necessário conciliar todas essas responsabilidades relacionadas ao trabalho com a vida pessoal.

Por fim, a variedade de circunstâncias diferentes coloca os policiais diante de desafios inesperados constantemente, o que requer inteligência, foco e tomada de decisões contínuas durante a realização de suas atribuições. A análise mais desfavorável do custo cognitivo em relação à estrutura do trabalho, ambiente de trabalho e interações sociais, sugere que as CT fornecidas pelo governo são insatisfatórias e evidenciam a gravidade da situação de saúde desses profissionais e da comunidade em geral.

5.3.3 O custo afetivo no trabalho do policial militar

A demanda emocional em resposta de reações afetivas, sentimentos e estado de humor caracteriza-se como custo afetivo (Ferreira; Mendes, 2007). De acordo com a avaliação dos PMs deste estudo, este fator obteve média de 3,15 indicando risco crítico de adoecimento no trabalho. Contudo, ter controle das emoções obteve a classificação mais grave para o risco de adoecimento.

No contexto dos PMs, é evidente que, além de enfrentarem diversas demandas no ambiente de trabalho, a violência sempre esteve presente em seu cotidiano, sendo um dos motivos pelos quais há uma grande manifestação de emoções na realização de suas atribuições. Isso fica evidente nos dados apresentados sobre a quantidade de policiais que já cogitaram o suicídio e nos alarmantes índices de afastamento desses profissionais, principalmente devido a questões psicológicas como a depressão e a ansiedade (Feitosa *et al.*, 2021).

Dentro deste cenário caótico, a aceitação (e banalização) da violência nas cidades se manifesta através de um processo bidirecional, que se reflete nas práticas policiais enraizadas na história. Autores como Santos, Souza e Carvalho (2020) destacam a importância de examinar o problema através do medo, que é um elemento gerador da violência.

Nesse sentido, as estratégias elaboradas e implementadas pelos profissionais da segurança, que teoricamente deveriam promover segurança, acabam sendo distorcidas e geram sentimentos de trauma, medo, impotência, ódio e repulsa por parte das pessoas abordadas de acordo com Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (2022).

Nessa lógica, o agente de segurança pública há de ocupar uma posição de elo causador da violência do Estado, invertendo-se o seu real desempenho profissional em função do que poderá advir de sua reação pautada numa atitude violenta oriunda do temor, ocasionado pela adversidade do contexto social, como as CT, treinamento, acompanhamento psicológico e adequação da carga horária.

Abster-se diante desse cenário implica em um sério perigo para a sociedade. Isso ocorre porque ignorá-lo é abrir espaço para que um policial com problemas psicológicos possa, durante momentos de tensão, cometer abusos e agir de forma agressiva. De fato, o distúrbio mental enfraquece a habilidade de raciocínio desses profissionais, já que afeta a capacidade de utilizar recursos que possibilitam encontrar soluções que não envolvam agressão e violência presentes no dia a dia da profissão (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023).

Como discutido anteriormente, a atuação policial nas ruas envolve lidar com diversas demandas emocionais, como interagir com infratores, criminosos, vítimas e a comunidade em geral, o que requer habilidade para expressar diferentes sentimentos. A identidade profissional é essencial nesse cenário, permitindo ao policial adotar estratégias para expressar emoções conforme a situação.

No entanto, é importante destacar que os policiais lidam diariamente com públicos diferentes, cada um com necessidades emocionais específicas, tornando o controle emocional ainda mais desafiador, pois devem demonstrar empatia e solidariedade às vítimas, autoridade e firmeza aos suspeitos e criminosos, e profissionalismo ao lidar com a população em geral (Guedes; Gondim; Hirschle, 2020). Isso nos leva a pensar que uma das responsabilidades mais importantes e desafiadoras da polícia é manter a violência sob controle sem se deixar afetar por ela.

Dessa forma, quando se trata desses sentimentos, nos deparamos não só com a complexidade de analisar a situação do policial, mas também com a perspectiva de enxergar a polícia como uma entidade que contribui para a violação dos direitos humanos. Devemos

considerar os efeitos simbólicos, práticos e políticos tanto na esfera social quanto no dia a dia do profissional de segurança pública, que precisa desenvolver estratégias tanto físicas quanto psicológicas para lidar com a realidade de sua atividade, que envolve a violência direcionada a si mesmo e aos outros (Santos; Souza; Carvalho, 2020).

Segundo Maia *et al.* (2022), a atividade desempenhada interfere na sua vida particular, tendo-se em conta que o rigor militar e a exposição à violência moldam a sua forma de se relacionar com os seus familiares e com as outras pessoas. Essa influência vai além dos relacionamentos, passando a nortear o caráter do profissional, dessa forma, exibindo-se a dimensão que a profissão pode ter na vida do policial.

De acordo com Sousa e Barroso (2021), questões como a falta de suporte no enfrentamento da violência no ambiente de trabalho, o risco de morte, as pressões e cobranças no trabalho levam ao sofrimento e, quando associados ao cansaço físico e à fragilidade no equilíbrio emocional, podem propiciar diferentes atitudes durante crises e situações caóticas, como em operações de risco. Esse feedback pode levar a diminuição do desempenho profissional, expondo ainda mais os policiais e a população em geral a riscos em potencial.

Em síntese, o crescimento da violência e a fragilização das CT provocam angústia e padecimento no policial militar. Por outro lado, as cobranças oriundas da instituição e da comunidade tendem a agravar o sofrimento psíquico (Oliveira; Faiman, 2019).

O ambiente laboral dos PMs, expõe esses profissionais a muitos fatores estressores, e isso predispõe à morbidade para doenças psicoemocionais. A profissão policial é considerada uma das mais estressantes e, ainda, uma das ocupações cujos membros são mais acometidos por transtornos mentais e físicos associados ao trabalho (Castro; Rocha; Cruz, 2019).

O contato direto ou indireto com eventos violentos que resultam em morte ou ameaça dela, lesão grave e violação sexual, acarretam vivências traumáticas para os envolvidos, que, por sua vez, podem desencadear diversos adoecimentos psicoemocionais e outras condições, sobretudo o TEPT, depressão, abuso de substâncias, problemas sociais, sentimento de frustração com o trabalho e aumento da procura por serviços médicos (Cunha *et al.*, 2019).

De acordo com a pesquisa *Mental Health: Trends & Future Outlook* (NIHCM; 2020), a depressão foi identificada como o distúrbio psicológico mais prevalente nos últimos dez anos. A cada cinco adultos, um é afetado por problemas de saúde mental anualmente, principalmente entre jovens de 18 a 25 anos.

Em sua pesquisa sobre o tema do suicídio em uma instituição policial-militar do Sul do Brasil, Pereira, Madruga e KAWAHALA (2020) descobriram que, entre os anos de 2012 e 2016, houve um total de 14 casos de suicídio entre os PMs de Santa Catarina. O ano de 2015

foi o que apresentou a maior incidência desse tipo de evento, com 71,42% dos casos registrados sendo de policiais nascidos no Sul e Sudeste do país.

Segundo Casagrande (2022), a ampla fadiga experimentada diariamente no ambiente profissional dos policiais é o principal fator que leva à deterioração tanto mental quanto física, levando ao suicídio como uma maneira de pôr fim ao seu próprio tormento.

O relatório anual sobre Segurança Pública no Brasil, divulgado pelo FBSP em 2022, revelou um crescimento de 55,4% no número de casos de suicídio entre policiais em serviço, totalizando 101 vítimas. No entanto, se incluirmos os PMs aposentados, é provável que esse número seja ainda maior. Essas estatísticas representam quase dois terços do total de policiais que sofrem vitimização por outras razões.

Embora as taxas globais de suicídio estejam em declínio, a realidade é diferente nas Américas, onde os números têm aumentado. Entre 2000 e 2019, a taxa global de suicídio diminuiu em 36%, enquanto nas Américas observou-se um aumento de 17% no mesmo período. Para jovens de 15 a 29 anos, o suicídio é a quarta principal causa de morte, ficando atrás de acidentes de trânsito, tuberculose e violência interpessoal (OMS, 2022).

No Brasil, o país mais ansioso do mundo e um dos mais afetados por casos de depressão, a situação é preocupante. Uma pesquisa global realizada pela Universidade Estadual de Ohio revelou que o Brasil permaneceu entre os países com altos índices de ansiedade e depressão durante a pandemia de COVID-19, com um aumento de 25% nesses transtornos. As doenças mentais representam mais de um terço da incapacidade total global, com os transtornos depressivos e ansiosos sendo as principais causas de anos vividos com incapacidade no Brasil, ocupando a quinta e sexta posições, respectivamente (OMS, 2019).

Ainda segundo a OPAS, entre 35% e 50% das pessoas com transtornos mentais em países de alta renda não recebem tratamento adequado e, nos países de baixa e média renda, o percentual é ainda maior, ficando entre 76% e 85% (Brasil, 2021).

Na avaliação para o risco do suicídio, os fatores mais relevantes foram a tentativa anterior e a presença de algum transtorno mental; e, apesar de já ter sido mencionado, tornou-se importante destacar que, no universo policial, vem a ser possível encontrar muitos outros aspectos que contribuem para o aumento do risco do comportamento suicida. Alguns destes são intrínsecos, podendo ser ligados à profissão, como discorrem Silva *et al.* (2022), ou a outras representações construídas e fortalecidas pela cultura institucional, com o lema “só quem gosta do policial é a própria mãe”, expressão reproduzida na fala de policiais no seu dia a dia.

Portanto, acredita-se que exista uma conexão entre a elevação do risco de suicídio e as políticas de gestão adotadas pelas organizações, como práticas de intimidação moral e sexual,

que se caracterizam como formas de violência psicológica no ambiente profissional. Além disso, uma revisão da literatura apontou que o desemprego e a instabilidade no emprego, o abuso psicológico e o assédio, juntamente com os aspectos psicossociais no trabalho - como excesso de tarefas, falta de autonomia, ausência de apoio social, conflitos entre vida profissional e pessoal - são elementos que podem elevar as chances de suicídio e tentativas de suicídio. Ademais, condições adversas e insatisfação no emprego, somadas a longas horas de trabalho e histórico de acidentes laborais, também estão relacionadas a um aumento do risco (Vieira *et al.*, 2023).

De acordo com Fiol (2023), há diversos fatores complexos de risco relacionados com o ato de suicídio entre os PMs. O TEPT surge como uma das principais causas, demonstrando a constante exposição a eventos traumáticos durante o cumprimento de suas obrigações.

Em concordância com esses resultados, uma revisão integrativa que procurou identificar os temas mais relevantes relacionados à saúde mental dos policiais na literatura, no período de 2012 a 2018, possibilitou contextualizar os estudos sobre esse tema. Ficou claro que, apesar de realizadas em diferentes países, as pesquisas apontam o estresse, o TEPT, a depressão, a ansiedade, o esgotamento profissional e o suicídio como os principais problemas de saúde estudados (Sousa; Barroso; Ribeiro, 2022).

Considerando as particularidades dessa função, nas exigências tanto físicas quanto mentais requeridas no campo profissional, percebe-se um ambiente de trabalho desfavorável para a saúde mental no ambiente laboral Dias; Siqueira e Ferreira (2023), já que engloba uma estrutura contraditória em sua atmosfera de trabalho, em condições laborais que favorecem o sofrimento no trabalho (Ferreira; Dias, 2022).

Dessa forma, é importante ressaltar que "pensar em suicídio" está intimamente ligada a elementos do CT, com classificação grave para a OT, indicando alto custo afetivo e um risco potencial de suicídio entre os policiais da PMERJ.

A decisão de acabar com a própria vida pode ser motivada por uma combinação de fatores sociais, emocionais, genéticos e educacionais. A falta de assistência médica adequada e de ajuda especializada, como destacado nesta pesquisa e segundo a OMS (2022), pode gerar um sentimento de responsabilidade excessiva, estimulando pensamentos e ações suicidas como uma forma de escape. Para identificar os principais fatores de risco para o suicídio, a OMS analisou cinco categorias consideradas mais relevantes: características sociodemográficas, aspectos psicossociais, distúrbios mentais e incapacidades diversas.

Entre os problemas mentais destacados estão a presença de pensamentos suicidas, tentativas de suicídio, distúrbios de humor e de personalidade, além de distúrbios mentais e

comportamentais associados ao uso de drogas. Esses resultados coincidem com os dados sociodemográficos sobre saúde relacionados ao suicídio e os motivos por trás das licenças médicas identificados na pesquisa em questão. As repercussões na saúde identificadas pelos policiais deste estudo estão ligadas ao impacto emocional em seu ambiente de trabalho, uma vez que transtorno bipolar e depressão foram classificados como graves e crise de ansiedade como crítico quando relacionados ao impacto emocional.

É fundamental salientar que os transtornos mentais possuem diversas causas (que envolvem elementos biológicos, psicológicos e sociais. Os episódios psicóticos não aparecem de repente, mas sim de forma gradual, sendo antecedidos por sinais de sofrimento psicológico frequentemente ignorados por parentes e amigos (Corrêa; Oliveira, 2024).

Por isso, é imprescindível buscar ajuda especializada (médica e/ou psicológica) para identificar tais sinais e fatores, a fim de impedir ações drásticas ou negação da existência do transtorno mental. A falta de suporte em saúde mental atualmente é alarmante, principalmente com as mudanças nas relações sociais, que podem resultar em aumento de pressão e desencadear uma crise (Guimarães; *et al.*, 2020).

Em adição, várias questões influenciam o surgimento de problemas de saúde no ambiente de segurança pública, como indicam diferentes pesquisas realizadas por (Silva, 2023), Dias e Andrade (2021), Aquino Filho (2024); Zacari; Oliveira (2024); Bombarda *et al.* (2022), Dias *et al.* (2023), Francisco *et al.* (2022), Santos; Saturnino (2023) e Silva *et al.* (2023).

Entre as principais variáveis analisadas estão o estresse por Almeida e Chaves, (2020), o estresse pós-traumático por Monteiro e Silva (2023), a depressão e a ansiedade por Leopoldino *et al.* (2023) e Sousa *et al.* (2021), e o suicídio por Del Fiol (2023) e Mussolini Filho e Leão (2023). Esses estudos revelam que tais distúrbios mentais frequentemente resultam no afastamento dos profissionais, com a ansiedade e a depressão sendo as principais causas desse fenômeno. Esses resultados ressaltam a necessidade urgente de implementar ações de intervenção e acompanhamento em saúde mental para esses profissionais.

Nesse contexto, Dejours (2017) enfatiza que estratégias inadequadas para lidar com o sofrimento podem ter efeitos adversos significativos na saúde do trabalhador. Esse ponto de vista reforça a necessidade de uma abordagem mais atenta e eficaz por parte dos órgãos responsáveis, para evitar que medidas mal adotadas amplifiquem os problemas já existentes.

No entanto, a situação se complica ainda mais quando o policial militar adoece. Admitir uma doença pode ser interpretado como sinal de fraqueza entre seus colegas, levando à percepção negativa de que ele está apenas tentando justificar um afastamento do serviço.

Conforme Dejours (1992), somente após várias tentativas de negar a aceitação da doença é que o trabalhador chega a vivenciá-la, considerando-a algo vergonhoso. Para o trabalhador, um homem doente é visto como preguiçoso, e a enfermidade é frequentemente associada à vergonha de parar de trabalhar.

Nesse contexto, a cultura da organização militar tende a tratar a busca por tratamento que resulte em Licença para Tratamento de Saúde (LTS) como falta de comprometimento. Essa percepção contribui para a subnotificação de sintomas mentais, como ideação suicida e uso de álcool entre esses trabalhadores, seja pelo medo de estigmatização por parte dos colegas, seja pela necessidade de preservar a confidencialidade dentro das instituições militares (Francalacci, 2022; Casagrande, 2022; FBSP, 2022).

Por conseguinte, muitos policiais escondem seus sintomas patológicos ou continuam a trabalhar adoecidos, temendo discriminação, vergonha de exposição e preocupações com o bom andamento do serviço (Santos; Saturnino, 2023). Além disso, a dificuldade de relaxar e a constante preocupação com perigo iminente levam o profissional a se isolar gradativamente da família e amigos, mantendo contato social apenas com colegas de farda. Nesse cenário, observa-se um aumento na prática etílica como forma de buscar alívio e relaxamento proporcionado pelos efeitos da bebida (Feitosa *et al.*, 2021).

O álcool é frequentemente presente em comemorações, reuniões familiares e momentos de alegria. Um levantamento realizado por Fonseca *et al.* (2021) revelou a prevalência do uso e abuso de álcool e outras drogas lícitas entre PMs, bem como os transtornos associados a essa prática social.

Ferreira e Dias (2022) destacam que o álcool e outras drogas entre PMs não apenas agravam a saúde física, mas também geram problemas de origem social e psicológica. O abuso de álcool, portanto, representa uma estratégia para aliviar o estresse da profissão, superar barreiras hierárquicas e melhorar o relacionamento entre pares (Edwards; Kotera, 2021). No entanto, a estrutura organizacional do trabalho policial acaba por vulnerabilizar ainda mais a saúde individual dos PMs.

Em contrapartida, embora as CT sejam desafiadoras e pouco satisfatórias, alguns aspectos do custo emocional foram considerados de maneira positiva. Segundo pesquisa conduzida por Marçal *et al.* (2020), o agente policial sente alegria ao fazer parte da corporação, sentimento de pertencimento, possuindo um forte senso de identificação com as relações punitivas, e encontrando satisfação ao executar a tarefa de punir em nome do estado.

Dessa forma, vale ressaltar que pessoas diferentes podem vivenciar o mesmo problema resultando em reações e sentimentos diferentes. Sob a ótica da psicodinâmica do trabalho de

Dejours, é pertinente considerar a subjetividade e a singularidade de cada um com relação às vivências de prazer e sofrimento no trabalho. Ainda que o trabalho seja fonte de sofrimento, ele oferece experiências de prazer, porque graças ao trabalho a pessoa constrói sua vida no mundo do trabalho não só como meio de sobrevivência, mas também por motivos pessoais e profissionais (Martins; Robazzi; Bobroff, 2010).

Então, o esgotamento só será fonte de adoecimento e sofrimento se o indivíduo perceber esse sentimento como estressor, situando as demandas acima de sua capacidade de adaptação em suas angústias no trabalho, não conseguindo construir defesa contra o sofrimento (Dejours, 2001).

De acordo com o modelo transacional do estresse, desenvolvido por Straub (2014), quanto maior o nível de ansiedade de uma pessoa, mais ela tende a identificar e sentir os problemas do cotidiano como agentes estressores.

Sob outra perspectiva, a PDT acredita que são criadas estratégias conscientes ou inconscientes as quais o indivíduo usa para mediar os processos geradores de sofrimento e adoecimento (Dejours; Abdoucheli, 1994).

Dessa forma, surge uma demanda urgente a ser debatida, pois como lidar com o retorno ao trabalho depois de considerar o suicídio? A escassez de espaços coletivos que abordam o sofrimento no ambiente de trabalho contribui para o aumento dessas situações, e que os sinais indicativos de ideação suicida passem despercebidos.

A inação coletiva dos trabalhadores não pode ser vista como algo sem importância, uma vez que os impactos de um suicídio nas relações de trabalho são inevitáveis, gerando sensações de desamparo, angústia e melancolia. Como forma de proteção, os trabalhadores estabelecem entre si um acordo de silêncio, o que pode amplificar os riscos e danos à saúde mental (Dejours; Beguè, 2010).

De acordo com as diretrizes divulgadas pelo Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP-DF) (2019-2022), pesquisas destacam a facilidade com que os profissionais de segurança pública obtêm armas de fogo. Esse fator, combinado com o elevado nível de estresse no ambiente de trabalho e uma cultura organizacional desafiadora, perpetua a ideia de que o policial é "invulnerável e capaz de resolver seus problemas sozinho", o que pode dificultar o acesso a cuidados de saúde, tratamento e prevenção dos impactos adversos, conforme indicado pelo estudo em questão.

Além disso, o custo emocional desses profissionais é fortemente influenciado pela posição do quartel, bipolaridade, percepção, memória, idade, tempo de serviço e horas de sono diárias. A presença do quartel em áreas com alta ocorrência de confrontos armados destaca o

desafio de lidar com um ambiente de trabalho violento e suas demandas emocionais (Cunha *et al.*, 2019). Esses fatores podem resultar em transtorno bipolar (WHO, 2022), dificuldades de sono, de acordo com Freitas *et al.*, 2023), prejuízos na memória e na percepção por Silva e Torres (2020), além de variações significativas na idade e no tempo de serviço, conforme estudo de Lima, Fernandes e Caldeira (2022).

Os resultados desta pesquisa confirmam que a execução de tarefas externas durante as rondas ostensivas e o confronto direto com a criminalidade são indicadores significativos de esgotamento emocional entre os policiais. Essas atividades expõem os policiais a altos níveis de violência e risco, contribuindo para um estresse considerável. Além disso, essas funções são frequentemente realizadas em condições laborais precárias, exacerbando o impacto negativo no bem-estar dos policiais.

Os problemas afetivos neste ambiente de trabalho são alarmantes e têm se tornado mais frequentes. Fatores como estresse, pressão por resultados, competição acirrada e desequilíbrio entre vida profissional e pessoal são determinantes para o surgimento de problemas emocionais, como ansiedade, depressão e SB.

Portanto, a prevenção de problemas mentais no local de trabalho exige a colaboração entre as organizações e os funcionários. É essencial promover um ambiente saudável, conscientizar sobre a importância da saúde mental e buscar ajuda profissional quando necessário. Garantir a saúde mental dos policiais é fundamental para sua felicidade e QV, corroborando a necessidade urgente de intervenções e suportes contínuos nesta área.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa confirma a hipótese de que o ambiente de trabalho dos PMs é exaustivo e prejudicial à saúde mental, física e cognitiva. Os dados mostram que a maioria dos participantes, predominantemente homens, casados e com poucos filhos, com idade média de 38 anos e 11 anos de serviço, enfrenta condições laborais adversas. A escala de serviço, que varia constantemente em horários e demandas, e a dificuldade de acesso a cuidados médicos regulares, exacerbam o estresse e a automedicação, contribuindo para problemas de saúde como hipertensão e obesidade.

Além disso, foram identificados índices elevados de transtornos psicológicos, incluindo depressão e ansiedade, com um número significativo de policiais já tendo considerado o suicídio. A pesquisa aponta uma clara deterioração na CT, com avaliações críticas tanto no ambiente físico quanto no CH associado às atividades dos policiais. A organização foi especialmente criticada pela supervisão e gestão do desempenho.

Embora o CA tenha recebido algumas avaliações satisfatórias, sugerindo que os policiais adotaram estratégias para mitigar o sofrimento causado pelo ambiente de trabalho, essa avaliação positiva não é suficiente para contrabalançar o impacto geral negativo. A análise revelou que o custo cognitivo foi o mais exigido devido à complexidade das tarefas, o que aumentou a carga mental e emocional.

Os dados também indicam que a localização dos batalhões influencia significativamente as CT, com áreas mais conflituosas resultando em maior sofrimento emocional e fadiga. Apesar de alguns estudos abordarem a relação entre CT e CS dos policiais, ainda há uma carência de investigações aprofundadas sobre as origens das enfermidades ocupacionais.

Portanto, ao concluir este estudo, é evidente que os PMs enfrentam um impacto elevado no âmbito físico, afetivo e cognitivo devido às condições precárias e perigosas de trabalho, o que reforça a necessidade urgente de melhorias nas condições laborais e de saúde mental para esses profissionais.

7 LIMITAÇÃO DO ESTUDO

Entre as limitações do estudo, destaca-se a escassez de publicações sobre o CHT e o CL, especialmente no que diz respeito aos policiais do estado do Rio de Janeiro. Observa-se a necessidade de estudos que comparem a PMERJ com outras unidades federativas.

Além disso, o tipo de estudo realizado, que é transversal, também pode ser considerado uma limitação. Esse tipo de pesquisa restringe a capacidade de fazer inferências sobre as relações causais entre as variáveis investigadas, não permitindo conclusões definitivas sobre causa e efeito. Portanto, recomenda-se a realização de estudos com delineamentos longitudinais para uma compreensão mais abrangente do fenômeno ao longo do tempo.

8 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO

Acredita-se que, com a identificação precoce dos fatores no CTr que interferem no CHT, é possível evitar ou reduzir agravamentos à saúde do policial militar. Ainda assim, reitera-se que a investigação trouxe importantes contribuições para o entendimento da relação entre as variáveis sociodemográficas, laborais, de HV e CS e sua associação com o CH e o CTr como fator importante no processo saúde-doença no trabalho do policial militar, no que tange à importância desses fatores para o benefício dos profissionais de segurança pública inscritos na PMERJ.

No entanto, a informação obtida permitiu traçar o perfil de uma determinada população, subsidiando a tomada de decisões nas ações relacionadas à saúde, para adoção de estratégias de gestão satisfatórias fomentadoras de promoção da saúde do trabalhador.

Nesse contexto, cabe enfatizar que a PMERJ possui serviço hospitalar e previdência própria, que diferem do modelo assistencial da do SUS, conquanto não conte com uma diretoria ou órgão responsável pela alimentação de um banco de dados capaz de fornecer informações de saúde efetiva sobre seus militares (Maia *et al.*, 2019).

Os resultados do estudo contribuíram para o conhecimento sobre o CT e o CHT dos PMERJ, identificando fatores que contribuem para o adoecimento dos participantes do estudo. Esses achados podem ser apresentados aos gestores da corporação, viabilizando uma revisão dos CTr com o objetivo de melhorar a gestão dos serviços, reduzir os custos humanos e atender adequadamente às demandas de saúde e condições de trabalho desse grupo de profissionais, além de aprimorar a prestação de serviços aos usuários e servidores da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, pretende-se apresentar os resultados desta pesquisa à PMERJ, para que seus oficiais dirigentes tomem ciência dos problemas decorrentes do CTr e suas implicações para a saúde física e mental dos subordinados. O objetivo é sensibilizar para a adoção de uma abordagem integral e preventiva nas ações relacionadas ao exercício da função militar.

Não obstante, cabe asseverar a necessidade do desenvolvimento de pesquisas que envolvam a saúde no contexto do trabalhador, fornecendo subsídios importantes para a PMERJ no sentido de auxiliar na implementação de políticas públicas com o propósito de identificação e intervenção precoce acerca dos problemas de saúde gerados pelo CTr e altas demandas no CHT. Além disso, que possa nortear futuros estudos não só no estado do Rio de Janeiro, mas também na esfera federal.

Busca-se que a pesquisa acadêmica mencionada também colabore com iniciativas destinadas a melhorar a gestão do processo de trabalho e da estrutura organizacional, além das condições e interações de trabalho no ambiente profissional da PMERJ, promovendo um modelo de trabalho mais colaborativo.

Em contrapartida, uma vez que os meios de comunicação costumam focar em divulgar notícias ruins sobre os policiais, é relevante promover campanhas que valorizem o trabalho dos profissionais exemplares.

Adicionalmente, é imprescindível promover a conscientização durante o curso de formação, tanto de praças quanto de oficiais sobre o ambiente de trabalho que encontrarão, e também fornecer um suporte emocional adequado para o enfrentamento dos desafios profissionais. Outrossim, é fundamental que o governo reconheça a importância social desses profissionais, garantindo-lhes melhores CT e remuneração justa.

Contudo, considera-se que os resultados do estudo sejam capazes de impulsionar a instituição ao aprimoramento de benefícios e ao investimento na saúde ocupacional em todos os níveis de atenção, respaldando discussões entre profissionais que prestam assistência a esses trabalhadores, melhorando a qualidade do serviço de saúde prestado.

Ademais, aspira-se a fomentar a produção de conhecimento do Grupo de Pesquisa Enfermagem e Saúde Coletiva do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública da Escola de Enfermagem Anna Nery, da UFRJ e de outros estudos.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, João Vitor Schmutzler; FARIAS, Francisco Ramos de. Violência, precariedade, necropolítica e desigualdade social em espaços urbanos. **Revista Unijuí**, v. 9, n. 18, p. 1-20, jul./dez. 2021. ISSN 2317-5389. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4818349504538459>. Acesso em: 23 out. 2023.

AMÂNCIO, Flávia de Lima; FRANÇA, Fábio Gomes de. O trabalhador policial militar: reflexões sobre saúde e adoecimento laboral. **Revista Científica de Segurança Pública**, Natal: PMRN, v. 1, n. 1, p. 143-158, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista/article/download/48/34/351>. Acesso em: 13 abr. 2024.

ANDREW, Michael E.; VIOLANTI, John M.; GU, Ja K.; FEKEDULEGN, Desta. Police work stressors and cardiac vagal control. **American Journal of Human Biology**, [s. l.], 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6314196/pdf/nihms-1002866.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

AGUIAR, Walter Antônio Cardoso de. Síndrome metabólica e o meio policial: uma revisão da literatura: Síndrome metabólica e ambiente policial: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, v. 8, n. 10, pág. 67693–705, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n10-186. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/53219>. Acesso em: 3 mar. 2023.

ALBUQUERQUE NETO, Antônio Thiago Guerra de. Estudo dos protocolos de traumatologia de lesão por projétil de arma de fogo: revisão de literatura. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, v. 19, n. 1, p. 62-6, 2021. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/03/1361754/62-66.pdf>. Acesso em 6 jan. 2023.

ALMEIDA, uliana Feliciano de; PERES, Maria Fernanda Tourinho; FONSECA, Thais Lima. O território e as implicações da violência urbana no processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde em uma unidade básica. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 207-21, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/8MJnfvZVYsNdDMqqSq3nHYC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3. mar. 2023.

ALVES, Werick Medeiros; ALVES, Verônica de Medeiros; SANTOS, Pricilla Souza; SANTOS, Wellington da Silva Lima et al. Estresse e garantia do direito à saúde dos policiais militares: uma revisão sistemática. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 13, pág. e592101321597, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i13.21597. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21597>. Acesso em: 30 ago. 2023.

AMARAL, Graziela Alves; MARCELINO, Ranieri dos Santos; SILVA, Andria Luiza Rodrigues. O trabalho de educadoras da rede pública: entre o gerencialismo e o sofrimento ético. **Revista Trabalho (En) Cena**, v. 6, p. e021001-e021001, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/download/9591/18155/51747>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ANTONOVSKY, Aaron. The salutogenic model as a theory to guide health promotion. **Health promotion international**, v. 11, n. 1, p. 11-8, 1996. Disponível em: https://salutogenesi.org/images/PDF/The_salutogenic_model_as_a_theory_to_guide_health_promotion.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

ANTONOVSKY, Aaron. **Health, stress and coping**. London: Jossey-Bass, 1979.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARROYO, Thiago Roberto; BORGES, Marcio Andrade; LOURENÇÃO, Luciano Garcia. Saúde e qualidade de vida de policiais militares. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 32, 2019. DOI: 10.5020/18061230.2019.7738. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/7738>. Acesso em: 31 jul.2023.

AQUINO FILHO, André Nunes de; ZACARON, Sabrina Silva; OLIVEIRA, Hilderline Camara de. Licenças para tratamento de saúde: um estudo da realidade da polícia militar do Rio Grande do Norte. **Revista FOCO**, [S. l.], v. 17, n. 5, p. e4908, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n5-089. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/4908>. Acesso em: 25 jul. 2024.

ASCARI, Rosana Amora; DUMKE, Mellani; DACOL, Maritssa; JUNIOR, Sérgio Maus; SÁ, Clodoaldo Antônio de; LAUTER, Liana. Prevalência de risco para síndrome de Burnout em policiais militares / Prevalence of risk for burnout syndrome among military police / Prevalencia de riesgo para síndrome de burnout en policiales militares. **Cogit. Enferm.** (Online), v. 21, n. 2, p. 01-10, abr.-jun. 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-788378>. Acesso em: 23 abr. 2021.

BALDWIN, Simon; BENELL Craig; ANDERSEN, Judith P. SEMPLE, Tori et al. Stress-activity mapping: physiological responses during general duty police encounters. **Frontiers in Psychology**, v. 10, p. 2216, 2019. DOI: 10.3389/fpsyg.2019.02216, 2019. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2019.02216/full>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BARRETO, Carla Requião; LINS-KUSTERER, Liliane.; CARVALHO, Fernando Martins.. Capacidade para o trabalho de policiais militares. **Revista de Saúde Pública**, v. 53, p. 53-79, 2019. DOI: 10.11606/s1518-8787.2019053001014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/162421>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BEDIN, Érika Pena.; FONTES, Andréia Regina Martins; BRAATZ, Daniel. Discrepancy between prescribed and real work: the case of outsourced service contract supervisors at federal universities in the state of São Paulo. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, p. 232-49, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v22i2.4055>. Acesso: 13 ago. 2023.

BENDASSOLLI, Pedro F; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Significado do trabalho nas indústrias criativas. *Revista de Administração de Empresas* [online], (2011)51 (2): 143-159. BEZERRA, C. M. et al. Fatores associados ao sofrimento psíquico de agentes penitenciários do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 46, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000038218>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BEZERRA, Zeca Julianode Araújo; SILVA; Gabriele Prudente; OLIVEIRA, Letícia de Souza; LIMA, Tamires Feitosa et al. Ergonomia do posto de trabalho dos policiais militares do batalhão raio no Ceará. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 6, p. 6440-58, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N6-094. Disponível em:

<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1005>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BIANCHI, Renzo. Do burnout and depressive symptoms form a single syndrome? Confirmatory factor analysis and exploratory structural equation modeling bifactor analysis. **Journal of Psychosomatic Research**, v. 131, p. 109954, 2020. Disponível em:: 10.1016/j.jpsychores.2020.109954. Acesso em: 26 ago 2023.

BIZINOTO, Patrícia Cristina F. Bernardes. Estudo dos afastamentos de servidores da polícia civil do Estado de Goiás por motivo de transtornos mentais. **QUALIA: a ciência em movimento**, v. 5, n. 1, p. 56-78, 2019. Disponível em: <https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaICSA/article/view/444/0>. Acesso em: 14 ago. 2023.

BORGES, Gabriel Martins; MAIA, Jessica Moreira; XAVIER, Paloma Oscar; SANTOS, Alecsandra Barbosa dos Reis et al. O impacto da síndrome de burnout entre os profissionais de saúde no contexto da pandemia da Covid-19. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**, v. 13, p. e8375, 30 jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reaenf.e8375.2021>. Acesso em: 5 abr. 2023.

BOMBARDA, Deambre José; HUNDZINSKI, Brenda Ohana Rocha; SOARES, Jitone Leônidas; SOUZA, Silvia Emanoella Silva Martind; SILVA, André Ribeiro. Bruxismo causado pelo estresse da atividade policial militar: revisão de literatura. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 11, e92111133391, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i11.33391>. Acesso em: 23 ago de 2023.

BOTTINI, Fabio Faiad; PAIVA, Kelly Cesar Martins de; GOMES, Ricardo C. et al. Prazer e sofrimento no trabalho no setor público: resultados e reflexões sobre revalidação das escalas. In: XXIII SEMEAD **Seminários em Administração**, nov. 2020. Disponível em: <https://login.semead.com.br/23semead/anais/arquivos/1070.pdf?>. Acesso em: 3 jan. 2023.

BRANCO, Letícia Lima; LOBATO, Micaela Yane Fender; BORGES, José Felipe Teixeira; OLIVEIRA, Rita de Cássia Silva de Oliveira . Automedicação durante a pandemia de COVID-19 e fatores associados. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 2, p. e11212239924-e11212239924, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i2.39924>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/39924>. Acesso em: 30 maio 2023.

BRAGA, Katianna Karolinna Fernandes Maia; TROMBINI-SOUZA, Francis; SKRAPEC, Michele Vantini Checchio; QUEIROZ, Diego Barbosa de et al. Pain and musculoskeletal discomfort in military police officers of the Ostensive Motorcycle Patrol Group / Dor e desconforto musculoesquelético em policiais militares do Grupamento de Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas. **BrJP**, v. 1, n. 1, p. 29-32, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1038907>. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL, Carlos Henrique.; SILVA, Gustavo. Uberização e classe trabalhadora: aspectos fundamentais da exploração por aplicativo. **Revista Avant**, v. 6, n. 1, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/235770/345-360_Artigo.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jun. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.531, de 10 de janeiro de 2023. Altera as Leis nºs 13.675, de 11 de junho de 2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114531.htm. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **LER e Dort: complicações envolvem incapacidade temporária ou permanente para o trabalho**. 28 fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/ler-e-dort-complicacoes-envolvem-incapacidade-temporaria-ou-permanente-para-o-trabalho>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Síndrome de Burnout: o que é, quais as causas, sintomas e como tratar. **Ministério da Saúde**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20Burnout%20ou%20S%C3%ADndrome,justamente%20o%20excesso%20de%20trabalho>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Tecnologia. **Normas Regulamentadoras Vigentes**. 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Anais do 1º Seminário Internacional de Editores e Pesquisadores na Área de Segurança Pública**. 2021. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/7999>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Políticas de Previdência Social Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária. **Boletim Estatístico da Previdência**

Social, v. 26, n. 07, jul. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/arquivos/beps072021_final-1.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 2, de 28 de janeiro de 2022**. Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Brasília, 2022. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/6078/4/PRT_GM_2022_2.html. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei 7.289 de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 dez. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17289.htm. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência nacional de Saúde Suplementar. **Janeiro branco: sinal de alerta para a saúde mental**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/noticias/beneficiario/janeiro-branco-sinal-de-alerta-para-a-saude-mental>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **28/4 – Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho e Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho**. [s/d]. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/28-4-dia-mundial-da-seguranca-e-saude-no-trabalho-e-dia-nacional-em-memoria-das-vitimas-de-acidentes-e-doencas-do-trabalho-4/>. Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Série A. Normas e manuais técnicos: diretrizes metodológicas para elaboração de pareceres técnicos-científicos**. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2011b. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Diretrizes_portugues.pdf. Acesso em: 21/12/2022

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Transtornos mentais e adoecimento no ambiente de trabalho: como enfrentar?** Brasília, 2023. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2985-transtornos-mentais-e-adoecimento-no-ambiente-de-trabalho-como-enfrentar>. Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **A vigilância, o controle e a prevenção das doenças crônicas não transmissíveis: DCNT no contexto do Sistema Único de Saúde brasileiro: situação e desafios atuais**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. 79 p. il. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcnt_2011.pdf. Acesso em 26 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. **Regulamento dos pactos pela vida e de gestão**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/webpacto/regulacao.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Glossário temático: promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 48 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_tematico_promocao_saude.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Transtornos mentais podem garantir estabilidade de 12 meses no emprego após alta médica**. Disponível em:

<https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/transtornos-mentais-podem-garantir-estabilidade-de-12-meses-no-emprego-apos-alta-medica-2>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 797, de 13 de fevereiro de 2019**. Institui as diretrizes de segurança e saúde no trabalho dos profissionais de segurança pública, na forma que menciona. Brasília, 2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2185858. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU**. Tribunal de Contas da União. Edição 3 - Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – Secex Administração, 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-publica-a-3-edicao-do-referencial-basico-de-governanca-organizacional.htm>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 17: Ergonomia**. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.normas.gov.br/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRAVO, Daiane Suele; BARBOSA, Pedro Marco Karan; CALAMITA, Zamir. Absenteísmo e envelhecimento no contexto ocupacional do Policial Militar / Absenteeism and aging in the military police workforce. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 14, n. 2, p. 134-142, maio-ago. 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1828>. Acesso em: 22 maio 2022.

BRAGA, Katianna Karolinnia Fernandes Maia; TROMBINI-SOUZA, Francis; SKRAPEC, Michele Vantini Checchio; QUEIROZ, Diego Barbosa de; SOTERO, Andréa Marques; SILVA, Tarcísio Fulgêncio Alves da. Pain and musculoskeletal discomfort in military police officers of the Ostensive Motorcycle Patrol Group. **British Journal of Pain**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 29-32, jan.-mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/brjp/a/ZKF9w6tHHFrq3sVHxL8PmXc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2023.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

BRETAS, Marco Luis A polícia carioca no Império. **Estudos Históricos**, 12(22): 219-234, 1998.

BUDNHAK, Juliane Aparecida. **Fazemos, mas não sabemos o quanto: os desafios para implementar medidas de desempenho organizacional em segurança pública**. 2022. 192 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração), Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/43753>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CAJUEIRO, Fernando da Silva; NATIVIDADE, Michelle Regina da. **Aspectos referentes à prática suicida de policiais militares do Paraná e de Santa Catarina: possíveis inferências**. Pedra Branca: UNISUL, 2020. Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/af67f509-acae-4b5c-876e-4d06496ebd5e>. Acesso em: 23 abr. 2023.

CALVOSA, Marcello Vinícius Doria.; FRANCO, Isabela de Melo. Descomplicando o VUCA (Volatility, Uncertainty, Complexity and Ambiguity). **Investigação e Considerações sobre as Publicações A1 da Área 27 do Qualis/Capes. XLVI EnANPAD**-Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/361924041>. Acesso em: 20 out. 2023.

CAMARGO, Mario Lazaro; ALMEIDA, Natalia de Souza; GOULART JÚNIOR, Eduardo. Considerações sobre o assédio moral como fator contribuinte para os episódios depressivos no trabalho: a violência velada e o adoecimento mental do trabalhador. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 39, n. 2, p. 129-146, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-54432018000200003. Acesso em 31 jul. 2023.

CAMPOS, Andre Telles.; SILVA, Guaracy; SILVA, Sheldon Willian. Universidade corporativa Bombeiro Militar: uma realidade plausível? **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 17, n. 1, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v17i1.5595>. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/5595>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CAMPOS, Fernanda Dias; CHAMBEL, Maria José; LOPES, Sílvia; DIAS, Paulo C. Post-Traumatic Stress Disorder in the Military Police of Rio de Janeiro: Can a Risk Profile Be Identified? **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 5, p. 2594, 2021. <https://doi.org/10.3390/ijerph18052594>. Acesso em: 12 maio 2023.

CARDOSO, Anderson Braga Rodrigues; SOARES, Lucas Lopes; SODRÉ, Lucas Ribeiro; FORNACIARI, Pedro H. de Oliveira. et al. Avaliação da qualidade de vida de policiais militares que trabalham no município de Marabá, Pará. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 188-202, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n1-017>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CARDOSO, Ana Claudia M.; NEFFA, Julio Cesar. Mudanças no tempo de trabalho como determinantes do processo saúde-doença. In: CONGRESO NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO, 15, 2021, Buenos Aires. **Acta**. Buenos Aires: Asociación Argentina de Especialistas en Estudios del Trabajo, 2021. Disponível em: https://aset.org.ar/wp-content/uploads/2022/08/Copia-de-10_CARDOSO_ponencia-Ana-Claudia-Cardoso.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023.

CARDOSO, Edeildo Simplício; FERNANDES, Sabrina Gabrielle Gomes; CORRÊA, Luana Caroline de Assunção Cortez; DANTAS, Glauko André de Figueirêdo; CÂMARA, Saionara Maria Aires da. Dor lombar e incapacidade em policiais militares: um estudo epidemiológico. **Fisioterapia em Movimento**, Curitiba, v. 31, e003101, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fm/a/HBsPj9kYgjVKypqdGTpzLXQ/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 11 mar. 2023.

CARDOSO, Ana Claudia; MORGADO, Luciana. Trabalho e saúde do trabalhador no contexto atual: ensinamentos da Enquete Europeia sobre Condições de Trabalho. **Saúde e sociedade**, v. 28, p. 169-181, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170507>.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/x8rNTW4JkNCJvCdCcM8kwCd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CARGNIN, Zulamar Aguiar; SCHNEIDER, Dulcinea ghizoni; VARGAS, Mara Ambrosina. Atividades de trabalho e lombalgia crônica inespecífica em trabalhadores de enfermagem.

Acta Paulista de Enfermagem, v. 32, p. 707-713, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201900097>. Acesso em: 2 jan. 2023.

CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila; BATISTA, Jaqueline et al. Prevalência de afastamentos por transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho em professores. **Psi Unisc**, v. 3, n. 1, p. 19-32, 2019. DOI:

<https://doi.org/10.17058/psiunisc.v3i1.12464>. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/12464>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CARVALHO, Érika Fernanda Marins.; LAGUARDIA, Josué.; DESLANDES, Sueli Ferreira. Sistemas de Informação sobre violência contra as mulheres: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1273–1287, abr. 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/gqsfZP3BmhDKZcvrtmdKPYy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2023.

CARVALHO, Ronald; DANTAS, Jeanne; HERNANDEZ, José Augusto. Fatores de risco psicossociais no trabalho do policial militar: revisão sistemática. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 16, p. 27407-27427, 2023. doi: 10.55905/revconv.16n.11-159.

Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2878>. Acesso em: 12 ago. 2023.

CARVALHO, Laura Oliveira Rolim de; PORTO, Rodolfo de Melo; SOUSA, Milena Nunes Alves de. Sofrimento psíquico, fatores precipitantes e dificuldades no enfrentamento da síndrome de Burnout em policiais militares. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 15202-15214, set./out. 2020. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/18754>. Acesso em: 23 out. 2024.

CASAGRANDE, Carlos Henrique. A saúde mental e o suicídio entre policiais: Mental health and suicide among police officers. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 5, p. 21424-21439, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv5n5-285>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CASTRO, Maria Cristina.; ROCHA, Ricelli.; CRUZ, Roberto Moraes. Mental health of the Brazilian police policy: theoretical-methodological trends. **Psicol. Saúde Doença**, v. 20, p. 525–41. DOI: 10.15309/19psd200220, 2019. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/335225231_Mental_health_of_the_brazilian_police_policy_theoretical-methodological_trends. Acesso em: 9 jan. 2023.

CERIBELI, Harrison Bachion. FREITAS, Regina Filgueiras de; RESENDE, Ana Flavia; SABINO, Karla Luiza C. Prestígio organizacional percebido, identificação organizacional e

exaustão emocional do policial militar. **Revista Gestão Organizacional**, v. 13, n. 2, p. 26-47, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22277/rgo.v13i2.4883>. Acesso em: 9 jan. 2023.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. 108p. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2021>. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>. Acesso em 9 jan. 2023.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes; GAUDÊNCIO, Itamar Rogeriso Pereira.; SANTOS, Jorge Fabricio. Aplicabilidade da metodologia de gestão por processos na polícia militar do Estado do Pará: a padronização de seus processos operacionais e administrativos. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**-ISSN 2595-2153, v. 4, n. 10, p. 9-23, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v4i10.128>. Acesso em 31 jul. 2023.

CHAVES, Maria Salete Rocha dos Santos; SHIMIZU, Iara Sayuri. Síndrome de burnout e qualidade do sono de policiais militares do Piauí. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 16, n. 4, p. 436-441, 2018. DOI: 10.5327/Z1679443520180286. Disponível em: <https://www.rbmt.org.br/details/383/pt-BR/sindrome-de-burnout-e-qualidade-do-sono-de-policiais-militares-do-piaui>. Acesso em: 9 jan. 2023.

CHEN, Li; XING, Jing-Jing; SHAN, An-Qi; LENG, Ling. Increased risk of nonalcoholic fatty liver disease with occupational stress in Chinese policemen: A 4-year cohort study. *Medicine (Baltimore)*, v. 95, n. 46, p. e5359, nov. 2016. doi: 10.1097/MD.0000000000005359. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27861366/>. Acesso em: 22 maio 2022.

CHITRA, T.; KARUNANIDHI, S. The impact of resilience training on occupational stress, resilience, job satisfaction, and psychological well-being of female police officers. **Journal of Police and Criminal Psychology**, v. 36, n. 1, p. 8-23, 2021. DOI: 10.1007/s11896-018-9294-9. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11896-018-9294-9>. Acesso em: 9 jan. 2023.

CONFERÊNCIA SANITÁRIA PAN-AMERICANA, 30; SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL DA OMS PARA AS AMÉRICAS, 74, 2022, Washington, D.C.: **Política para melhorar a saúde mental**. Washington, D.C.: Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde, 2022.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL. **Orientações para a atuação profissional frente a situações de suicídio e automutilação**. Brasília: CRP, 2020. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/CRPDF-Orientacoes_atuacao_profissional.pdf. Acesso em: 1 ago. 2023.

CORRÊA, Dionne Rayssa Cardoso; OLIVEIRA, Sergio Eduardo Silva. Avaliação do Estado Mental: Comparação entre grupos de policiais militares do Distrito Federal com e sem indicadores clínicos. **Revista Ciência & Polícia**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 265–289, 2024. DOI: 10.59633/2316-8765.2024.349.HYPERLINK
"https://revista.iscp.edu.br/index.php/rcp/article/view/349" Disponível em: <https://revista.iscp.edu.br/index.php/rcp/article/view/349>.. Acesso em: 29 jul. 2024.

COSTA, Daihara Gomes.; BRIGIDO, Vladiana. M. **Distúrbios osteomusculares decorrentes ao uso do colete balístico em profissionais da segurança pública**. Fortaleza: Unifametro, 2020. 21f. Artigo (Graduação em Fisioterapia), Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020.

COUBE, Maíra; NIKOLOSKI, Zlatko; MREJEN, Matías; MOSSIALOS, Elias. Inequalities in unmet need for health care services and medications in Brazil: a decomposition analysis. **The Lancet Regional Health - Americas**, vol. 19, 2023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2667193X22002435?via%3Dihub>. Acesso em: 23 jan. 2024.

COUTINHO, Raquel Zanatta; LIMA, Luciana Conceição; LEOCÁDIO, Vitor Antunes; BERNARDES, Teresa. Considerações sobre a pandemia de Covid-19 e seus efeitos sobre a fecundidade e a saúde sexual e reprodutiva das brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 37, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0130>. Acesso em 8 dez. 2022.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA (CESeC). **Elemento suspeito: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro**. 2023. Disponível em: <https://www.cesec.com.br/elementosuspeito>. Acesso em: 3 JUL. 2024.

CHAVES, Maylla Salette Rocha Santos; SHIMIZU, Iara Sayuri. Síndrome de burnout e qualidade do sono de policiais militares do Piauí / Burnout syndrome and sleep quality among military police officers in Piauí. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 16, n. 4, p. 436-441, dez. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-980434>. Acesso em: 11 mar. 2023.

CUNHA, Pedro Alexander Beron; DICK, Nídea Rita Michels; PIRES, Charlene Garcia; PINTO, Joséli do Nascimento. Transtorno de Estresse Pós-Traumático em Policial Militar. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, 7, n. 2, p. 07-18, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18316/sdh.v7i2.3674>. Acesso em 9 maio 2023.

CURY, Bianca Pereira Reis; SANTOS, Daniele Lisboa C; PACHECO, Fernanda de Araújo G. FERNANDES, Juliana Maria E.I. et al. O impacto da síndrome de Burnout na tropa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar**, n. 3, p. 106-127, 2022. Disponível em: <https://revistacientifica.pmerj.rj.gov.br/index.php/espm/article/view/40>. Acesso em: 5 jun. 2023.

DANDOLINI, Gertrudes Aparecida. Governança, Gestão e Inovação em Segurança Pública. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, v. 14, n. 11, 2023. Disponível em <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/issue/view/73>. Acesso em: 31 jul. 2023.

DANTAS, Camila. **13 de Maio** – 211º Aniversário da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Gabinete de Segurança Institucional. Casa Militar Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://www.subsecmilitar.rj.gov.br/node/27370>. Acesso em: 11 ago. 2023.

DANTAS, Marianny Nayara Paiva; SOUZA, Dyego Leandro Bezerra de; SOUZA, Ana Mayara Gomes de; AIQUOC, Kezauyn Miranda; SOUZA, Talita Araujo de; BARBOSA, Isabelle Ribeiro. Fatores associados ao acesso precário aos serviços de saúde no Brasil.

Revista Brasileira de Epidemiologia, vol. 24, E210004, p. 2-13, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/Z4sYgLBvFbJqhXGgQ7Cdkbc/>. Acesso em: 23 set. 2023.

DASHTIPOUR, Parisa; VIDAILLET, Bènedict. Introducing the French psychodynamics of work perspective to critical management education: why do the work task and the organization of work matter? **Academy of Management Learning & Education**, v. 19, n. 2, p. 131-146, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333436122>. Acesso e; 22 jul. 2024.

DA SILVA, Shirlei Emmanuele; LISBOA BARRETO, Fábio; RODRIGUES; Eder Pereira.; CERQUEIRA Claudia et al.. EXCESSO DE PESO EM POLICIAIS MILITARES DA BAHIA. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, [S. l.], v. 27, n. 02, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/view/64136>. Acesso em: 2 abr. 2024.

CARVALHO, Ronald Gonçalves de; DANTAS, Jeanne dos Santos Oliveira Marques; HERNANDEZ, José Augusto Evangelho. Fatores de risco psicossociais no trabalho do policial militar: revisão sistemática. **Contribuições para as Ciências Sociais**, [S.l.], v. 16, n. 11, p. 27407–27427, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.11-159. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2878>. Acesso em: 5 jul. 2024.

DELFINO, Fernanda Araújo de Paula; FERREIRA, Lúcia Aparecida; FERREIRA, Pedro Afonso Nascimento; COIMBRA, Marli Aparecida Reis; ZUFFI, Flávia Batista; ROCHA, Breno Barros Oliveira; LEOCÁDIO, Marcos Antônio; LOPES, Francisco A. M. Saúde mental relacionada ao trabalho de policiais militares: uma revisão integrativa. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S.l.], v. 17, n. 7, p. e8300, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.7-145. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/8300>. Acesso em: 19 jul. 2024.

DEJOURS, Christophe..**A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DEJOURS, Christophe.**A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

DEJOURS, Christophe.**A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez/Oboré, 1987.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, Christophe. **Le choix, souffrir au travail n'est pas une fatalité**. Paris: Bayard, 2015.

DEJOURS, Christophe. **O fator humano**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

DEJOURS, Christophe. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos**. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

DEJOURS, Christophe. **Trabalho e emancipação**. Brasília/DF: Paralelo 15, 2019.

DEJOURS, Christophe. Work and self-development. **Critical Horizons**, v. 15, n. 2, p. 115-30, 2014. DOI: 10.1179/1440991714Z.00000000027.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DEJOURS, Christophe.; ABDOUCHELI, E. **Itinéraire théorique en psychopathologie du travail**. Paris: Revue Prevenir, 1990.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em Psicopatologia do Trabalho. In: BETIOL, Maria Irene Stocco. (Coord.). **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994. p.119-145.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, E.; JAYET, Claude. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, Christophe; DESSORS, Dominique.; DESRLAUX, Francois. Por um trabalho, fator de equilíbrio. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 33, n. 3, p. 98–104, 1993. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38485>. Acesso em: 26 nov. 2022.

DEJOURS, Christophe..Bègue, François. (2010). Suicídio e Trabalho: o que fazer?. Brasília: Paralelo.

DE CAMPOS, Kilsa. Prevalência da hipertensão arterial em policiais de unidades da PMERJ. **Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 89–112, 2023. Disponível em: <https://revistacientifica.pmerj.rj.gov.br/index.php/espm/article/view/79>. Acesso em: 11 mar. 2024.

DEMARZO, Marcelo Marcios Piva. **Reorganização dos sistemas de saúde**. São Paulo: Unasus, 2012. Disponível em: https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade02/unidade02.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

DIAS Carolyna Neves; DE ANDRADE Vânia Lúcia Pereira. A relação entre a síndrome de burnout e o policial militar brasileiro. **Cadernos de Psicologia**, 2020; 2(4): 186-209. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/2837>. Acesso em: 23 ago. 2024.

DIAS, Cleinaldo Aparecido; SIQUEIRA; Marcus Vinícius Soares.; FERREIRA, Leonardo Borges. Análise socioclínica do contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental

de policiais militares do Distrito Federal. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 21, p. e2022-0095, 2023. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120220095>. Acesso em: 30 maio 2023.

DIAS, Fernanda Ferreira; PERDIGÃO, Daniel Henrique R; SOARES, Iris Alvina G..TEIXEIRA, Jhenifer P. et al. Prevalência da síndrome de burnout em profissionais de saúde de 2018 a 2021: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 5, p. 20650-20663, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv5n5-229>. Acesso em: 26 abr. 2023

DONNELLY, Rory.; JOHNS, Jennifer. Recontextualising remote working and its HRM in the digital economy: an integrated framework for theory and practice. **The International Journal of Human Resource Management**, v. 32, n. 1 p. 1-22, 2020. DOI:10.1080/09585192.2020.1737834. Acesso em : 23 mar. 2024.

EDWARDS, Anne-Marie.; KOTERA, Yiasuhiro. Mental Health in the UK Police Force: a Qualitative Investigation into the Stigma with Mental Illness. **International Journal of Mental Health and Addiction**, v. 19, p. 1116-34, 2021. Disponível em : <https://psycnet.apa.org/record/2020-03788-001>. Acesso em : 22 nov.2023.

ELLIOTT, Jaymen L.; LAL, Sara. Blood pressure, sleep quality and fatigue in shift working police officers: effects of a twelve hour roster system on cardiovascular and sleep health. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 13, p. 172, 2016. doi: 10.3390/ijerph13020172. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4772192/pdf/ijerph-13-00172.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

EMYGDIO, Natalia Balony; MOZZAMBINI, Adriana Cristine F; RODRIGUES, Camila Cruz; FUSO, Simone Freitas et al. Efeitos do transtorno de estresse pós-traumático na memória. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. e174817, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003174817>. Acesso em 15 dez. 2022.

ERIKSSON, Mônica.; LINDSTRÖM, Bengt. The salutogenic framework for well-being: implications for public policy. In: HÄMÄLÄINEN, T.; MICHAELSON, J. **Well-Being and Beyond**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2014. p. 68-97.

ERMASOVA, Natalia.; CROSS, Ardis. D.; ERMASOVA, Evgenia. Perceived stress and coping among law enforcement officers: an empirical analysis of patrol versus nonpatrol officers in Illinois, USA. **Journal of Police and Criminal Psychology**, v. 35, p. 48-63, 2020. DOI: 10.1007/s11896-019-09356. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11896-019-09356-z>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Lei nº 443, de 1º de julho de 1981**. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/bc008ecb13dcfc6e03256827006dbbf5/b491b877b18a3c79032565a6005def48?OpenDocument>. Acesso em: 23 jan. 2024.

EUROFOUND – EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING CONDITIONS. **Sixth European Working Conditions Survey**. Luxembourg, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2E5qwFs>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FABRI, Flávio Cesar M. **Vitimização policial** – uma realidade a ser discutida. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/pm/noticia/33717/vitimizacao-policial-%C2%96-uma-realidade-a-ser-discutida>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FEITOSA, Jordania Brandino de Melo Fortes; SILVA, Nathalia Lacerda Dias; LEMOS, Renata Ferreira; MELO, Dieggo Jefferson Silva; RAMOS, Fernando Wagner da Silva. Depressão, risco de suicídio e transtorno de estresse pós-traumático em policiais militares de Maceió, Alagoas, Brasil / Depressão, risco de suicídio e transtorno de estresse pós-traumático entre policiais militares de Maceió, Alagoas, Brasil. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l.], v. 12, pág. 115370–115391, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n12-347. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/41074>. Acesso em: 30 jul. 2024.

FERNANDES, Márcia Astrês; ARAÚJO, Dinara Raquel. Adoecimento mental e as relações com o trabalho: estudo com trabalhadores portadores de transtorno mental. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 16, n. 3, p. 277-286, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5327/Z1679443520180110>. Acesso em: 25 ago. 2023.

FERREIRA, J. B.; MACÊDO, K. B.; MARTINS, S. R. Real do trabalho, sublimação e subjetivação. In: MONTEIRO, J. K.; VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M. (orgs.). **Trabalho e prazer: teoria, pesquisas e prática**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 33-49.

FERREIRA, Leonardo Borges.; DIAS, Cleinaldo Aparecido Subjetivação e adoecimento no trabalho policial militar à luz da psicodinâmica. **Revista Gestão em Análise**, v. 11, n. 2, p. 110-126, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12662/2359-618xregea.v11i2.p110-126.2022>. Acesso em: 31 jul. 2023.

FERREIRA, Mario Cesar. **Qualidade de vida no trabalho**: uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores. 3.ed. Brasília: Paralelo 15, 2017.

FERREIRA, Mario Cesar; MENDES Ryan. Contexto de trabalho. In: SIQUEIRA, M. M. M. (org.). **Medidas do comportamento organizacional**: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 111-24.

FERREIRA, Mario Cesar; MENDES, Ryan **Trabalho e riscos de adoecimento**: o caso dos auditores-fiscais da Previdência Social brasileira. Brasília: LPA Edições, 2003.

FIGUEIREDO, C. L. M. et al. Adoecimento biopsicoemocional entre policiais militares: uma revisão geral. In: **Reflexões sobre a saúde do policial militar**. Campos Sales: Quipá Editora, 2021.

FIGUEIRÓ, Rafael de Albuquerque; DIAS, Adriana Oliveira; . Trabalho e risco de adoecimento: o caso da companhia feminina da polícia militar do Rio Grande do Norte, Brasil. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**-ISSN 2675-6218, v. 3, n. 8, p. e381783-e381783, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i8.1783>. Acesso em: 17 maio 2023.

FNAIS, Naif; SOOBIAH, Dalene; CHEN, Magg Hong; LILLIE, Erin . et al. Harassment and discrimination in medical training: a systematic review and meta-analysis. **Academic**

Medicine, v. 89, n. 5, p. 817-827, 2014. Disponível em:
<https://doi.org/10.1097/ACM.0000000000000200>. Acesso em: 11 ago. 2023.

FINEOUT-OVERHOLT, Ellen.; STILLWELL, SuzanB. Asking compelling, clinical questions. In: MELNYK, B.M.; FINEOUT-OVERHOLT, E. **Evidence-based practice in nursing & healthcare: a guide to best practice**. Philadelphia: Wolters Kluwer Health/Lippincott Williams & Wilkins, 2011. p. 25-39.

FONSECA, Layanny Sylchen; VIEIRA, Lorena Tassara Quirino; FONSECA NETO, João Araújo; FONSECA, Márley de Oliveira Santos; Burnout e a atividade policial militar. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 97239-97248, 2020. DOI:
<https://doi.org/10.34117/bjdv6n12-279>. Disponível em:
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/21452>. Acesso em: 11 set. 2023

FONSECA, Layanny Sylchen; VIEIRA, Lorena Tassara Quirino; FONSECA NETO, João Araújo; FONSECA, Márley de Oliveira Santos; et al. Dependência alcoólica e a atividade policial militar. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 21207-21212, 2021.

FONTANA, Rosane Teresinha; MATTOS, Gisele Domingues de. Vivendo entre a segurança e o risco: implicações à saúde do policial militar / Living in the midst of security and risk: implications on military police officers' health. **Ciênc. Cuid. Saúde**, v. 15, n. 1, p. 77-84, 07 jun. 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1120730>. Acesso em: 17 set. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: São Paulo: FBSP, 2014-17.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. São Paulo: FBSP, 2018. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-12/>. Acesso em: 3 jan. 2023

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-14/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-15/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-16/>. Acesso em: 3 jan. 2023

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Pesquisa de vitimização de risco entre profissionais do sistema de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2015. Disponível em:
https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Pesquisa_vitimizacao_percepcao_risco_2015.pdf. Acesso em: 3 jan. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024

FRANÇA, Fábio Gomes.; AMÂNCIO, Flávio de Lima. O trabalhador policial militar: reflexões sobre saúde e adoecimentolaboral. **Revista de Segurança Pública Vigilantis Semper**, v. 1, n. 1, p. 143-158, 2021. Disponível em: <http://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista/article/view/48>. Acesso em: 31 jul. 2023.

FRANCALACCI, Maria Augusta de Feritas. **Saúde mental e suicídio entre policiais militares: um estudo bibliográfico**. Ânima Educação, 2022. Disponível em <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/28827>. Acesso em: 31 jul. 2023.

FRANCISCO, Daniel Ribeiro Martins; RODRIGUES, Ana Paula Goulart; PERERIA, Gabriela Karine. Riscos psicossociais na saúde mental de policiais militares. **HOLOS**, v. 8, e10379, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2022.10379>. Acesso em: 23 set. 2023.

FREITAS, Ângela Maria de; NATCHIGALL, Maicon; CARNIEL, Deolindo Paulo; VASCONCELOS JUNIOR, José Rossy; SILVA, Gilberto Sant'anna et al. Sono, estresse, fadiga e funcionamento executivo do Policial Rodoviário Federal no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 17, n. 1, p. 232-253, 2023. DOI: 10.31060/rbsp.2023.v17.n1.1479. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1479>. Acesso em: 29 ago. 2023

FREITAS, Drielly R. odrigues de; BARBOSA, Leandro Cesar Mol. Ergonomic analysis of a Military Police post in Minas Gerais: A case study. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e102101018688, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i10.18688. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18688>. Acesso em: 11 ago. 2023

FREITAS, Hugo Hudá; ACENCIO, Fábio Ricardo; OLIVEIRA, Daniel Vicentini; BERTOLINI, Sonia Maria Marques. Equilíbrio em idosos institucionalizados e não institucionalizados e sua relação com a qualidade de vida. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 19, n. 2, p. 331-334, 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/cmbio.v19i2.33361>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/33361>. Acesso em: 19 jul. 202

FUNDACENTRO. **Quase 39 mil trabalhadores são afastados por LER/DORT em 2019**. [internet]. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fundacentro/ptbr/comunicacao/noticias/noticias/2020/3/a#:~:text=Segundo%20dados%20da%20Secretaria%20Especial,profissional%20e%20pessoal%20do%20trabalhador>. Acesso em: 19 jul. 2023

FUJITANI, Ryo., JIROUMARU, Takumi., NOGUCHI, Schiichi., WACHI, Michio., Effect of low back pain on the muscles controlling the sitting posture. **J. Phys. Ther. Sci**, 33, 295–298. 2021. Disponível: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8012196/pdf/jpts-33-295.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

GALLOTTI, Fernanda Costa Martins; CAMPOS, Amilly dos Santos; ARAÚJO, Tâmara, Kelly Silveira; SANTOS, Jessica Lorrane Barreto et al. Relação das condições de trabalho e o adoecimento dos profissionais de enfermagem. **Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde-UNIT-SERGIPE**, v. 6, n. 3, p. 47-47, 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernobiologicas/article/view/9624>. Acesso em: 15 jul. 2023.

GAMA, Rogerio Velasco Oliveira; OLIVEIRA, Luciana Rodrigues. Precarização do trabalho: análise sobre as condições laborais dos militares no âmbito estadual. **P2P e Inovação**, v. 6, n. 1, p. 206-227, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21721/p2p.2019v6n1.p206-227>. Acesso em: 22 out. 2023.

GARBARINO, Sergio; MAGNAVITA, Nicola. Sleep problems are a strong predictor of stress-related metabolic changes in police officers: a prospective study. **PLOS ONE**, 22 out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0224259>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6804978/pdf/pone.0224259.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

GARCIA, Vanessa Aquino; MONTEIRO, Janine Kielling; GREGOVISKI, Vanessa Ruffatto. R.. Distúrbios psiquiátricos menores e estresse em policiais militares. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 3, p. 11537-51, 2023. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv6n3-248>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/60365>. Acesso em; 11 set. 2023.

GRANDE RIO. **Sob disputa: mapeamento dos confrontos por territórios**. Rio de Janeiro, abril de 2024. Disponível em: https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2024/06/Relatorio_Mapas_dos_Confrontos_Geni_ALT3.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

GERKE, Jonatas Felipe; DERROSSO, Giuliano Silveira. Organização e estrutura do trabalho: dualidades das vivências dos servidores técnico-administrativos em uma instituição de ensino superior. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 45, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2425/1502>. Acesso em: 17 jul. 2023.

GIRONDOLI, Yassana. Marvila. Salutogênese: você sabe o que é? **Coordenadoria de Atenção à Saúde do Servidor**; Instituto Federal do Espírito Santo. 2021. Disponível em: <https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/SALUTOG%C3%80NESE.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

GOMES, Mariana Rabelo; ARAÚJO, Tânia Maria; SOARES, Jorgana Fernanda de Souza; SOUSA, Camila Carvalho; LUA, Iracema et al. Occupational stressors and work accidents among health workers. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 98, 2021. Disponível em: [10.11606/s1518-8787.2021055002938](https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055002938). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/194763>. Acesso em: 12 set. 2023.

GONÇALVES, Maria Bernadete; MACHADO, Pedro Guilherme Basso. G. B. Assédio, violência, estresse e burnout no trabalho entre médicos do Estado do Paraná. **Cadernos da Escola de Saúde**, v. 23, n. 1, p. 1-16, 12 jul. 2023. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernossaude/article/view/6898>. Acesso em: 12 jul. 2024.

GONG, Zenxing.; LI, Meying.; NIU, Xiaoqing; The role of psychological empowerment in reducing job burnout among police officers: a variable-centered and person-centered approach. **SAGE Open**, v. 11, n. 1, p. 2158244020983305, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F2158244020983305>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2158244020983305>. Acesso em: 11 jul. 2023.

GRACILIANO, Daniel. Diferenças entre trabalho prescrito e real utilizando fotofilmagem de ciclo de trabalho. In: XX Congresso Brasileiro de Ergonomia - Virtual 2020. **Anais**. Lorena (SP): Abergó, 2020. Disponível em: <https://www.event3.com.br/anais/abergo2020/275128-diferencas-entre-trabalho-prescrito-e-real-utilizando-fotofilmagem-de-ciclo-de-trabalho/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

GRUPO DE ELITE da Polícia Militar denuncia violência em curso, 2022. **1 vídeo (2min57s). Publicado pelo Canal Record News**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6rXaTxJkt6U&ab_channel=RecordNews. Acesso em: 16 ago. 2023.

GUARESE, Monyella Gonçalves Pedrosa; HIGUTI, Fernando Massao. A correlação da obesidade e da idade como fatores de risco no desenvolvimento da osteoartrite. **Revista Científica do Tocantins**, v. 2, n. 1, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://s3.us-east-1.amazonaws.com/assets.itpacporto.edu.br/sistemas/aa01/arquivos/materiais/a-correlacao-da-obesidade-e-da-idade-como-fatores-de-risco-no-desenvolvimento-da-osteoartrite1-material-geral-20220704-083245.pdf>. Acesso em 3 mar. 2023.

GUARISCHI, Alfredo. **A tragédia dos fuzis. Eles implodem fígados, explodem corações**. In: COLÉGIO BRASILEIRO DE CIRURGIÕES. 2019. Disponível em: <https://cbc.org.br/a-tragedia-dos-fuzis-eles-implodem-figados-explodem-coracoes/>. Acesso em: 11 set. 2023.

GUEDES, Hannah Dantas.; GONDIM, Sonia. Maria Guedes.; HIRSCHLE, Ana Lucia T. Trabalho emocional e engajamento no trabalho em policiais militares: mediação da identidade profissional. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 25, n. 1, p. 69-79, 2020. DOI: 10.22491/1678-4669.20200007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2020000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 jul. 2023.

GUIMARÃES, Fernanda; SANTANA Elis; PALMEIRA, Matheus; SOUTO, Marina et al. **A participação feminina nas forças armadas brasileiras e seus desafios contemporâneos**. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xvi_cadn/aa_participacao_feminina_nasa_forcassa_armadasa_brasileirasa_ea_seusa_desafiosa_contemporaneos.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho; MASSUDA JUNIOR, João; OLIVEIRA, Fernando Faleiros de. **Saúde mental na Segurança Pública frente à pandemia: uma revisão narrativa**. Revista Brasileira de Ciências Policiais. Brasília, vol. 14, n. 12, p. 365-389, 2023. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/11437>. Acesso em: 22 jul. 2024.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães Guimarães; OLIVEIRA, Fernando Faleiros; MASSUDA-JUNIOR, João; MENEGHEL, Vanusa et al. Avaliação das habilidades sociais,

locus de controle e assertividade em policiais rodoviários federais no município de Campo Grande/MS/Brasil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 11, 84326-84338, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/19249>. Acesso em: 08 ago. 2022.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães Guimarães; LAUDELINO NETO, Alessandra.; MASSUDA JUNIOR, João. Intervenção integrada em saúde mental do trabalhador em uma corporação policial de Campo Grande (MS). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 45, e. 8, 1-8, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000018618>. Acesso em: 07 set. 2022.

GUTSCHMIDT, Daniela.; VERA, Antônio. Organizational culture, stress, and coping strategies in the police: an empirical investigation. **Police Practice and Research**, v. 23, n. 5, p. 507-522, 2022. DOI: 10.1080/15614263.2021.1958683, Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15614263.2021.1958683?journalCode=gppr20>. Acesso em: 16 ago. 2023.

GUTSHALLL, Charles; HAMPTON, David P; SEBETAN, Ismail. The effects of occupational stress on cognitive performance in police officers. **Police Practice and Research**, v. 18, n. 5, p. 463-477, 2017. DOI: 10.1080/15614263.2017.1288120. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15614263.2017.1288120?journalCode=gppr20>. Acesso em: 16 ago. 2023.

HALL Andrew B, QURESHI Iran, WILSON Ramey L, GLASSER Jacob G. Timeline of Psychological and Physiological Effects Occurring During Military Deployment on a Medical Team. *J Spec Oper Med* 2021; 21:118-122. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34529818/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

HAN, Minkyung; PARK, Sohee; PARK, Jong Heon; HWANG, Seung-sik. Do police officers and firefighters have a higher risk of disease than other public officers? A 13-year nationwide cohort study in South Korea. **BMJ Open**, v. 8, e019987, 2018. doi: 10.1136/bmjopen-2017-019987. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5878257/pdf/bmjopen-2017-019987.pdf>. Acesso em: mar. 2023.

HONORATO, Hercules Guimarães; AZEVEDO GUIMARÃES, Helga de Azevedo. A gestão do conhecimento e o clima organizacional em uma organização militar da Marinha: passos iniciais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 15, n. 1, p. 70-93, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2236-417X.2022v12nespecial.62051>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/62051>. Acesso em: 15 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agência IBGE notícias. Síntese de Indicadores Sociais**: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. 12 nov. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>. Acesso em: 23 jan. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. ISBN 978-85-67450-14-8. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 9 jan. 2023.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Safe and healthy working environments free from violence and harassment**. International Labour Organisation (ILO), 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms_751832.pdf. Acesso em: 11 ago. 2023.

JETELINA, Katelyn K.; BEAUCHAMP, Alaina M.; REINGLE GONZALEZ, Jennifer M.; MOLSBERRY, Rebecca J.; BISHOPP, Stephen A.; LEE, Simon Craddock. Cumulative, high-stress calls impacting adverse events among law enforcement and the public. **BMC Public Health**, v. 20, p. 1137, 2020. doi:10.1186/s12889-020-09219-x.

JOHN-AKINOLA, Yetunde O.; AJAYI, Aderonke O.; OLUWASANU, Mojisola M. Experience of stress and coping mechanisms among police officers in South Western Nigeria. **Occupational Medicine**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-5291-765X>. Acesso em: 12 fev. 2023.

KEMPNER-MOREIRA, Fernanda. **Governança Multinível: um framework para a Governança da Segurança Pública Brasileira à luz do paradigma das redes organizacionais**. Florianópolis: UFSC, 2022. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2022.

KERN, Júlio Henrique da Silva; ALMEIDA, Dário Amauri Lopes de. O sistema policial, problemas internos, desafios e seu peso na sociedade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 1623–1641, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i9.11284. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11284>. Acesso em: 2 abr. 2024.

KIMURA, Carla Samara Ferreira Gama; MARUI, Fabiane Roza; AMARAL, Juliana Gimenez; VIEIRA, Eloisi Cristiani et al. Principais consequências da síndrome de burnout em profissionais de enfermagem. **Global Academic Nursing Journal**, v. 2, n. Spe. 2, p. e114-e114, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5935/2675-5602.20200114>. Disponível em: <https://globalacademicnursing.com/index.php/globacadnurs/article/view/215>. Acesso em: 12 abr. 2023.

KLEIN JUNIOR, Vitor Hugo. Gestão de riscos no setor público brasileiro: uma nova lógica de accountability? **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 14, p. e163964-e163964, 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rco/article/view/163964>. Acesso em: 23 set. 2023.

KNAAK, Stephanie; LUONG, Doroti; Mc Lean, Robyn; SZETO, Andrew et al. Implementation, uptake, and culture change: results of a key informant study of a workplace mental health training program in police organizations in Canada. **The Canadian Journal of Psychiatry**, v. 64, n. 1_suppl, p. 30S-38S, 2019. DOI:

<https://doi.org/10.1177/0706743719842565>. Disponível em:
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31056932/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

KOUTSIMANI, Panagiota; MONTGOMERY, Anthony; GEORGANTA, Katerina. The relationship between burnout, depression, and anxiety: A systematic review and meta-analysis. **Frontiers in psychology**, v. 10, p. 284, 2019. Disponível em:
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30918490/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

KRAEMER, Rodrigo. **Tempo e poder em processos de aprendizagem organizacional: um estudo de caso sobre mudanças do uniforme da Polícia Rodoviária Federal**. Florianópolis: UFSC, 2022. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, 2022. Disponível em:

KRUG, Etienne G. (edit). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/>. Acesso em: 3 ago. 2023.

KRUPP DA SILVA, Juliana; RUDNICKI, Dani; HEIN DE CAMPOS, Carmen. Percepções sobre a igualdade entre homens e mulheres na Polícia Militar do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 254–269, 2023. DOI: 10.31060/rbsp.2023.v17.n1.1485. Disponível em:
<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1485>. Acesso em: 2 abr. 2024.

LANCMAN, Selma.; SZNELMAN, Laerte. (orgs). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. 3.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz/Brasília: Paralelo 15, 2011.

LEITE, André Baptista; PAULA, Alessandro Vinícius de; MASARO, Rita Eliana; SANTOS, Viviane Martins et al. Um estudo retrospectivo do adoecimento docente em uma instituição federal de ensino superior do centro-oeste brasileiro. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 19, p. 10-23, 2022. Disponível em:
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7863>. Acesso em: 11 set. 2023.

LEIMANN, Heinz. The content and development of Mobbing at work. **European Journal of Work and Organizational Psychology**, v. 5, n. 2, p. 165-84, 1996. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/315480030_Bullying_no_trabalho_Percecao_e_impacto_na_saude_mental_e_vida_pessoal_dos_enfermeiros/fulltext/58d3a1cc458515e6d901d536/Bullying-no-trabalho-Percecao-e-impacto-na-saude-mental-e-vida-pessoal-dos-enfermeiros.pdf. Acesso em: 22 maio 2023.

LEE, June-Hee; KIM, Inah; WON, Jong-Uk; ROH, Jaehoon. Post-traumatic stress disorder and occupational characteristics of police officers in Republic of Korea: a cross-sectional study. **BMJ Open**, v. 6, e009937, 2016. doi: 10.1136/bmjopen-2015-009937. Disponível em:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4785329/pdf/bmjopen-2015-009937.pdf>. Acesso em: 12 ago 2022.

LEES, Ty; ELLIOTT, Jaymen L.; GUNNING, Simon; NEWTON, Phillip J.; RAI, Tapan; LAL, Sara. A systematic review of the current evidence regarding interventions for anxiety, PTSD, sleepiness and fatigue in the law enforcement workplace. **Industrial Health**, v. 57, p. 655–667,

2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6885597/pdf/indhealth-57-655.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023.

LENTZ, Liana; VOAKLANDER, Donald; GROSS, Douglas P.; GUPTILL, Christine A.; SENTHILSELvan, Ambikaipakan. A description of musculoskeletal injuries in a Canadian police service. **International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health**, v. 33, n. 1, p. 59–66, 2020. Disponível em: <https://ijomeh.eu/pdf-112275-45927?filename=A%20description%20of.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

LHUILIER, Dominique. Trabalho. **Psicologia & Sociedade**, vol. 25, n. 3, p. 483-492, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/vQWnZ39cZTfCWFLnNF5Lzcs/>. Acesso em: 11 mar. 2022.

LIMA, Clara Cyntia Melo; FERNANDES, Tatiana Fróes; CALDEIRA, Antônio Prates. Contexto de trabalho e custo humano no trabalho para agentes comunitários de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3181-92, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022278.19192021>. Acesso em: 26 maio 2023.

LOCATELLI, Matheus Curcio. Lombalgia na atividade policial militar: análise de prevalência, fatores associados e ergonomia. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 19, n. 4, p. 482-490, 2021. <http://dx.doi.org/10.47626/1679-4435-2021-626>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9162281/pdf/rbmt-19-04-0482.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

LOIOLA, Andrey Almeida. **Análise das condições de saúde dos policiais militares com incapacidade laboral no estado de Goiás**. Brasília: FIOCRUZ, 2019. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Saúde), Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Públicas em Saúde, Escola Fiocruz de Governo, 2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/49599>. Acesso em: 12 mar. 2024.

LOPES, Adriano Marcos Soriano; SANTOS, Solayni Brandão dos. O teletrabalho e a limitação da exploração do trabalho sem fim: a utilização das legislações portuguesa e francesa para colmatar as lacunas normativas e ontológicas da CLT. **Revista da Escola Judicial do TRT4**, v. 2, n. 3, p. 243-66, 2020. Disponível em: <https://rejrtr4.emnuvens.com.br/revistaejud4/article/view/61>. Acesso em: 27 jul. 2023.

LOPES, Edmar Aparecido de Barros. Vivências de sofrimento e adoecimento em ambiente de trabalho: uma análise do cotidiano profissional de enfermeiras e enfermeiros num contexto pandêmico em dois centros de referência no atendimento a pacientes de Covid-19. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 23, n. 2, p. 218-235, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i2p218-235>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172020000200008&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 26 maio 2023.

LOPES, Josyani; NASCIMENTO, Francisca Bruna Ramos; BRAGA, Adriana Oliveira; Uso elevado de psicofármacos durante a pandemia da COVID-19: uma análise a partir de levantamentos epidemiológicos. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, p. e47511831180-e47511831180, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/31180/26712/355934>. Acesso em: 11 set. 2023.

LOPES, Cleber da Silva. DA S.; RIBEIRO, Edinaldo Aparecido; SOUZA, Marcos Aparecido. de. Policiamento e gênero: percepções entre policiais militares paranaenses . **Opinião Pública**, v. 27, n. 1, p. 298–322, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/FzWCjX8YjFN4w65MgxPqnnQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2024.

MACENA, Raimunda Hermelinda Maia; CASTRO, Natalia; BEZERRA, Zeca Juliano Araújo; BARRETO, Kariza et al. Biomecânica e ergonomia no trabalho de policiais militares condutores de viaturas: estudo de caso em Fortaleza-CE. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 2, p. 138–153, 2022. DOI: 10.31060/rbsp.2022.v16.n2.1343. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1343>. Acesso em: 29 ago. 2023

MACHADO, Andreia de Bem; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida.; SOUZA, João Arthur.; NEVES, Maria Lucia. Corrêa (orgs). **Inovação no setor público: desafios e possibilidades**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. Disponível em: 10.31560/pimentacultural/2022.95835. Acesso em 31 jul. 2023.

MACHADO, Carlos Eduardo. Práxis: trabalho e ideia prática em Hegel. **Filosofia e Educação**, v. 10, n. 2, p. 438–451, 2018. DOI: 10.20396/rfe.v10i2.8653557. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8653557>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MACHADO, Caroline Eder; TRAESEL, Elisete Soares.; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Profissionais da Brigada Militar: vivências do cotidiano e subjetividade. **Psicologia Argumento**, v. 33, n. 81, p. 238-57. DOI: 10.7213/psicol.argum.33.081.AO02. Disponível em: <https://xjournals.com/collections/articles/Article?qt=ukVJmPVLZGxp8FaEXHTyroQACVIUS5ONTn6uWNJUJXMVcC+Wl+ILqOBUQAokWsaC>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MACIEL, Regina Heloisa Mattei de Oliveira; VALE, Silvia Fernandes do; MATOS, Teresa Glauca Rocha; VIANA FILHO, Marcizo Veimar C. et al. Contexto de trabalho e custo humano na pós-graduação stricto sensu no estado do Ceará. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 25, n. 1, p. 57-68, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20200006>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2020000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 jan. 2023.

MACIEL, Vitor. **LER e DORT são as doenças que mais acometem os trabalhadores, aponta estudo**. Ministério da saúde, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2019/abril/ler-e-dort-sao-as-doencas-que-mais-acometem-os-trabalhadores-aponta-estudo>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MCCUAIG, Louise; QUENNERSTEDT, Mikael. Health by stealth – exploring the sociocultural dimensions of salutogenesis for sport, health and physical education research. **Sport, Education and Society**, v. 23, n. 2, p. 111-122, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13573322.2016.1151779>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MAIA, Adriane Batista Pires; ASSIS, Simone Gonçalves; RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages; WERNERSBACH, Liana. et al. Ferimentos não fatais por arma de fogo entre policiais militares do Rio de Janeiro: a saúde como campo de emergência contra a naturalização da

violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, 0221/2019. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/ferimentos-nao-fatais-por-arma-de-fogo-entre-policiais-militares-do-rio-de-janeiro-a-saude-como-campo-de-emergencia-contr-a-naturalizacao-da-violencia/17295?id=17295>. Acesso em: 31 maio 2023.

MAIA, Adriane Batista Pires; ASSIS, Simone Gonçalves; RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages; WERNERSBACH, Liana. et al. Non-fatal gunshot wounds among military police in Rio de Janeiro: health as a field of emergency against the naturalization of violence. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 1911-22, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.19412019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bTXJnxmN9gvJtZYNCpXvnHQ/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 21 maio 2023.

MAIA, Adriane Batista Pires; ASSIS, Simone Gonçalves; RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages; WERNERSBACH, Liana; MINAYO, Maria Cecilia de Souza. C. S. Repercussões para o trabalho, a saúde e as relações familiares dos policiais feridos por arma de fogo em face. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3193-3202, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022278.01122022>. Acesso em 21 maio 2023.

MAIA, Adriane Batista Pires; ASSIS, Simone Gonçalves; RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages; Ferimentos por arma de fogo em profissionais de segurança pública e militares das forças armadas: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, p. e9, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000031217>. Acesso em 31 maio 2023.

MAIA, Adriane Batista Pires; RODRIGUES, Paulo da Costa; ASSIS, Simone Gonçalves. Ferimentos por arma de fogo durante o serviço entre policiais militares no estado do Rio de Janeiro: caminhos para o monitoramento e desenvolvimento de estratégias para a redução da vitimização policial. **Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar**, n. 4, p. 249-268, 2022. DOI: doi.org/10.5935/2178-4590.20220019. Acesso em: 4 ago. 2023.

MARÇAL, Hanna Isabel Ferreira; SCHLINDWEIN, Vanderléia de Lurdes Dal Castel; BARBOSA, Edcarlos Alfaia Galeno; SILVA, Mariana Oliveira da. Vivências de prazer-sofrimento na organização do trabalho dos policiais militares da Região Norte. **Cad. Psicologia Social do Trabalho**, v. 23, n. 2, p. 203-17, 2020. DOI: [10.11606/issn.1981-0490.v23i2p203-217](https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i2p203-217). Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172020000200007. Acesso em: 18 jul. 2023.

MARÇAL, Hanna Izabel Ferreira; SCHLINDWEIN, Vanderléia de Lurdes Dal Castel; BARBOSA, Edcarlos Alfaia Galeno; SILVA, Mariana Oliveira da. Prazer e sofrimento na polícia militar: uma revisão de literatura. **Trabalho (En)Cena**, v. 5, n. 1, p. 111–135, 2020. DOI: [10.20873/2526-1487V5N1P111](https://doi.org/10.20873/2526-1487V5N1P111). Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/8244>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 373 p.

MARMOT, Michael. Social determinants of health inequalities. **The Lancet**, v. 365, p. 1099-1104, 2005. DOI: 10.1016/S0140-6736(05)71146-6. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15781105/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

MARQUES, Caroline Silva; MAGGIONI, Márcia Bandeira Landerdahl; RODRIGUES, Aline Mendonça.; COSTA, Vânia Medianeira Flores et al. Qualidade de vida no trabalho: um estudo de caso em uma organização militar da região central do RS. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/30400>. Acesso em: 31 jul. 2023.

MARTINS, Wendel Expedito Batista; LORETO, Maria das Dores Saraiva; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho; MONTOYA, Deysy Yuliana Henao. O cenário do trabalho do policial militar: espacialização e reflexos no adoecimento funcional. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/26596/21086>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MARTINS, Júlia Trevisan; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz; BOBROFF, Maria Cristina Cescatto. Prazer e sofrimento no trabalho da equipe de enfermagem: reflexão à luz da psicodinâmica Dejouriana. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, p. 1107-1111, 2010. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342010000400036>. Acesso em: 1 ago. 2023.

MARTINS, Paola Rodrigues; NUNES, Ana Lúcia de Paula Ferreira. Recursos Humanos frente às exigências contemporâneas de mudanças no ambiente de trabalho/Human Resources in view of the contemporary demands of changes in the work environment. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 15, n. 57, p. 872-887, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14295/idonline.v15i57.3221>. Acesso em 18 jul. 2023.

MARTINS, Romulo Cardoso; RAMOS, Maély Ferreira Holanda; SILVA, Emmanuelle Pantoja; PEREIRA, Erica Cristina de Carvalho Silva et al. Lesões musculoesqueléticas em Policiais Militares: uma revisão da literatura. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e789986134-e789986134, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.6134>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6134>. Acesso em: 29 ago. 2023.

MARTINS, Wendel Expedito Batista; LORETO, Maria das Dores Saraiva; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho; HENAO MONTÓYA, Deysy Yuliana. O cenário do trabalho do Policial Militar: espacialização e reflexos no adoecimento funcional. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 27771-27785, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n3-470>. Acesso em: 26 maio 2022.

MARX, K. **O capital**: edição condensada. [ebook]. São Paulo: EDIPRO, 2017.

MARZZONI, Davi Nogueira Silva; BATTISTELLA, Luciana Flores; PEREIRA, Yanna Patricia Araújo; SANTOS Junior, Jocildo Pereira et al. A invisibilidade do esgotamento profissional: uma investigação acerca dos policiais militares que trabalham no serviço administrativo. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 12, n. 1, p. 19-39, 2021. DOI: 10.31072/rcf.v12i1.895. Disponível em:

<https://revista.faema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/932>. Acesso em: 29 maio 2023

MELO, Biankarla Santos Bárbara. Impacto da atividade profissional sobre a saúde física e mental de profissionais da segurança pública - análise bibliométrica. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, Brasil, v. 13, n. 7, p. 29–53, 2022. Disponível em: 10.31412/rbcp.v13i7.881. Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/881/579>. Acesso em: 9 maio 2023.

MELO, M. C., et al. Atuação do enfermeiro no cuidado à criança hospitalizada: abordagem na representação social. Disponível em: 10.22533/at.ed.98520230715. In: PRAXEDES, M. F. S. (org.). **A enfermagem centrada na investigação científica 5**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Disponível em: 10.22533/at.ed.985202307. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/573125/1/A%20Enfermagem%20Centrada%20na%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20Cient%C3%ADfica%205.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2023.

MENDES, Ana Magnólia. **Dia do Trabalho: O trabalhador de “carne e osso”** por Ana Magnólia Mendes. UnB, **PSTO** Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, 2021. Disponível em <https://psto.com.br/dia-do-trabalho-o-trabalhador-de-carne-e-osso-por-ana-magnolia-mendes/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MENDES, Ana Magnólia.. **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, Ana Magnólia. **Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação**. Curitiba: Juruá, 2012.

MENDES, Ana Magnólia; FERREIRA, Maria Cristina. Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento – ITRA: instrumento auxiliar de diagnóstico de indicadores críticos no trabalho. In: MENDES, A.M. **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 111-125.

MENDES, Roberto. **Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos – definições – história**. Novo Hamburgo: Proteção Publicações, 2018.

MENEZES, Andrea Trindade Alves de; COLOMBO, Daniela Angelina; CORREA, Elenice Regina da Silva; MAGACHO DOS SANTOS, Fernando Maurício Marreiros. **Hospital Central da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://revistacientifica.pmerj.rj.gov.br/index.php/espm/article/view/39>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.; ADORNO, Sérgio. Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 585–593, mar. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone G. **Novas e Velhas Faces da Violência no Século XXI: visão da literatura brasileira do campo da saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, ER; CONSTANTINO, P., coords. Formação social da Polícia Militar do Rio de Janeiro. In: **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, pp. 41-65. ISBN 978- 85-7541-339-5.

MINELLI, Maria Clara Santos. **Resposta endócrina e metabólica ao estresse operacional em policiais militares de elite pertencentes ao Bope-RJ**. Ribeirão Preto: USP, 2022. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/109/109131/tde-02052022-141050/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

MIQUELETTI, Ana Lucia; OLIVEIRA, Giovana Taddeo Sanches; OLIVIERI, Ricardo Azevedo. Vitimização de policiais militares do Estado de São Paulo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação-REAS**, São Paulo, v. 9, n. 10, out. 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11517/5223>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MITTELMARK, Maurice B.; SIEGRIST, Johannes; JAGSTEDT, Tove; LØVHEIM, Hugo; PETER, R. R.; ZARROUK, Fawzi; DUNN, James R.; STAM, Hans; FOGELHÄUGEL, Frida. (eds.). **The Handbook of Salutogenesis**. New York: Springer, 2017. DOI: 10.1007/978-3-319-04600-6. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28590610/>. Acesso em: 31 ago. 2023.

MITTELMARK, Maurice B.; BAUER, Gerard F. The meanings of Salutogenesis. In: MITTELMARK, Maurice B. et al. (org.). **The Handbook of Salutogenesis**. New York: Springer, 2017. p. 7-13.

MONTEIRO, Vanessa Ferreira; SILVA, Simone Souza da Costa; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares. Characterization of policemen injured by firearms. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e248997218, 2020. Disponível em: 10.33448/rsd-v9i9.7218. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7218>. Acesso em: 16 nov. 2022.

MONA, Gift Gugu; CHIMBARI, Moses John; HONGORO, Charles. A systematic review on occupational hazards, injuries and diseases among police officers worldwide: policy implications for the South African Police Service. **Journal of Occupational Medicine and Toxicology**, v. 14, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12995-018-0221-x>. Acesso em: 23 out. 2023.

MONTEIRO, Vania Ferreira.; SILVA, Simone Souza da Costa. Presença de Risco de Transtorno do Estresse Pós-Traumático em Policiais Militares Feridos por Arma de Fogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e252098, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/g5NYDwR4XPd4kb5GqVCyLFy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2023.

MORIN, Edgar M. (2004). **The meaning of work in modern times**. In Proceedings of 10th World Congress on Human Resources Management, Rio de Janeiro, RJ.

MOURA, Driane de Sousa; BARBOSA, Ivana Silva; ARAÚJO, Christiane de Sousa; AMORIM, Aline Teixeira. Automedicação: revisão sobre os impactos na saúde pelo uso

irracional dos anti-inflamatórios. **ID on line. Revista de Psicologia**, v. 16, n. 61, p. 26-39, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14295/idonline.v16i61.3505>. Acesso em: 3 ago. 2023.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; TEIXEIRA MUSSI, Leila Maria Prates; ASSUNÇÃO, Emerson Tadeu Cotrim. Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, v. 7, n. 2, p. 414-430, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337852856_Pesquisa_Quantitativa_eou_Qualitativa_distanciamentos_aproximacoes_e_possibilidades. Acesso em: 3 ago. 2023.

MUSUMECI, Leonarda. **Armas menos letais, uso da força policial e militarização da segurança**. Rio de Janeiro: UERJ, 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/18313>. Acesso em: : 21 ago. 2023.

NASCIMENTO, Andrielly Ruth Figueirôa; SILVA, Anne Kelly Barbosa; LEITE, Maria Larissa Queiróz Gerônimo; SILVA JUNIOR, Nelsom Gomes de Santana. et al. Aspectos formais dos artigos científicos brasileiros sobre inserção e atuação de mulheres no tráfico de drogas: uma revisão sistemática da literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, p. e19311626717-e19311626717, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/26717/25124/332857>. Acesso em: 11 set. 2023.

NASCIMENTO, José Lucas Abreu; OLIVEIRA, Bruno Gonçalves de; CRUZ, Glenda Suellen Matos; SÁ, Alisson Cosme Andrade de. Influência da qualidade do sono na qualidade de vida no trabalho de policiais militares. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 2, n. 4, p. 289-289, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51161/rem/3063>. Acesso em: 30 nov. 2022

NASCIMENTO, Victor Matheus Santos do; SOARES, Nara Michelle Moura; OLIVEIRA, Davi Pereira Monte; TELES, Luan Lopes. Atividade física e fatores associados à ideação suicida em policiais militares de Sergipe, Brasil. **Motricidade**, v. 16, n. S1, p. 94-103, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.6063/motricidade.22292>. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/motricidade/article/view/22292>. Acesso em: 3 ago. 2023.

NAZIMA, B.; MANOHARAN, V.; MILTONPRABU, S. Oxidative stress induced by cadmium in the plasma, erythrocytes and lymphocytes of rats: Attenuation by grape seed proanthocyanidins. **Human & experimental toxicology**, v. 35, n. 4, p. 428-47, 2016. DOI: 10.1177/0960327115591376. Acesso em 18 jul. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26089033/>. Acesso em: 22 ago 2023.

NELSON, Keniisha V.; SMITH, Dave Ap. Occupational stress, coping and mental health in Jamaican police officers. **Occupational Medicine**, v. 66, p. 488–491, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27131386/>. Acesso em: 23 set 2022.

NEVES, Daniela. A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo. Espaço Temático: Trabalho, Tecnologias da Informação e Comunicação e Condições de Vida. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 11-21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82561>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/RyBwcJVRVXSBzhfyd9hz9Xf/?lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2023.

NEVES, Daiana Rebelo; NASCIMENTO, Rejane Prevot; FÉLIX JUNIOR, Mauro Sérgio; SILVA, Fabiano Arruda. et al. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. **Cadernos Ebape. BR**, v. 16, n. 2, p. 318-30, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395159388>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/ncWvqK58zG8PqZC5ZQCGz9x/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2023.

NEVES, Ursula. Síndrome de Burnout entra na lista de doenças da OMS. 2019. In: **PEBMED**. Disponível em: [https://pebmed.com.br/sindrome-de-burnout-entra-na-lista-de-doencas-da-oms/#:~:text=A%20s%C3%ADndrome%20de%20Burnout%20foi,Doen%C3%A7as%20\(CID%2D11\).&text=Tempo%20de%20leitura%3A%20%5Br_treading_time%5D%20minutos](https://pebmed.com.br/sindrome-de-burnout-entra-na-lista-de-doencas-da-oms/#:~:text=A%20s%C3%ADndrome%20de%20Burnout%20foi,Doen%C3%A7as%20(CID%2D11).&text=Tempo%20de%20leitura%3A%20%5Br_treading_time%5D%20minutos). Acesso em: 26 abr. 2023.

NICOLAU FILHO, Mario Sergio; NICOLAU, Mario Emilio. Direitos humanos e os Policiais Militares e seus familiares, na cidade de Apucarana, Paraná: Human rights and Military Policemen and their families, in the city of Apucarana, Paraná. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 10, p. 67639–67654, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n10-183. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/53202>. Acesso em: 15 abr. 2024.

NIHCM. National Institute for Health Care Management. **Mental Health: Trends & Future Outlook**. 2020. Disponível em: <https://nihcm.org/publications/mental-health-trends-future-outlook>. Acesso em: 1 jun. 2023.

NOVOA, Pedro Henrique Pereira. A comunicação como arma: a contextualização das atividades da Polícia Militar com a dimensão informacional e humana de uma guerra irregular no Rio de Janeiro. **Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 5, p. 115-135, 2022.

NUNES DOS SANTOS, Daiane; Rosana Melo de Araújo, MARLEY; CAVALCANTI MARQUES, Erika Influência da Socialização Organizacional sobre o Comprometimento Organizacional: Um Estudo de Caso na Polícia Militar de Sergipe Administração Pública e Gestão Social, vol. 12, núm. 4, 2020 Universidade Federal de Viçosa, Brasil Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351564289016>

NUNES, Gerson dos; MATTOS, Viviane Leite. Considerações sobre testes de normalidade utilizados pelo software Gretl. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/17556/seer_17556.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

NWEKE, Henry Friday; MUTJABA, Ghulan; WAH Teh Ying; AL-GARADI Mohammed. Data fusion and multiple classifier systems for human activity detection and health monitoring: Review and open research directions, **Information Fusion**, v. 46, p. 147-70, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.inffus.2018.06.002>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1566253518304135>. Acesso em: 31 jun. 2023.

RODRIGUES, Patrícia Ferreira; ALVARO, Alex Leandro Teixeira; RONDINA, Regina. Sofrimento no trabalho na visão de Dejours. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v. IV, n. 7, nov. 2006. ISSN 1806-0625. Disponível em: https://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/lh21p1iEajxlWcK_2013-5-10-15-30-2.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

OGEIL, Rowan P.; BARGER, Laura K.; LOCKLEY, Steven W.; O'BRIEN, Conor S. Cross-sectional analysis of sleep-promoting and wake-promoting drug use on health, fatigue-related error, and near-crashes in police officers. **BMJ Open**, v. 8, e022041, 2018. doi: 10.1136/bmjopen-2018-022041. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6150149/pdf/bmjopen-2018-022041.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023.

OLIVEIRA, Kellen Cristiny Martins; LEMOS, Ingridy Alynne Brenna Natacha da Silva;; FERNANDES-SILVA, Wanderson. Analysis functional in individuals with backache occupational low back pain. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p. e304101422027, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i14.22027. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22027>. Acesso em: 2 jan. 2023.

OLIVEIRA, Gabriela; SCHIMITH, Maria Denise; SILVA, Laís Mara Caetano da; CEZAR-VAZ, Marta Regina. Fatores de risco cardiovascular, saberes e práticas de cuidado de mulheres: possibilidade para rever hábitos. **Escola Anna Nery**, v. 26, p. e20210281, 2022.

OLIVEIRA, Luana Lopes de; NÓBREGA, Giovanna Macêdo Revorêdo da; OLIVEIRA, Lannuzya Veríssimo e; BARROS, Rosires Magali Bezerra de. Estresse ocupacional em profissionais da saúde do centro de reabilitação infantil e adulto. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 10, p. e10889, 3 out. 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/10889>. Acesso em: 22 jun. 2023.

OLIVEIRA, Guilherme Guedes de; CARVALHO, Ana Cecília Leão de; ANDRADE, Fernanda Raquel Alves de; ROMÃ, Filipi Antunes de Vasconcelos. Estudo de lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionado ao trabalho no sul brasileiro entre o período de 2012-2022. **Brazilian Journal of Development**, vol. 9, n. 8, p. 23512-23523, 2023.

OLIVEIRA, Maria Augusta.; OLIVEIRA, Simone Santos. A face humana do herói: análise do processo saúde-doença de bombeiros a partir de comunidades virtuais. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/interface.190252>. /acesso em 11 ago. 2023.

OLIVEIRA, Martoni Bruno Freire. **A saúde do trabalhador sob o enfoque da postura sentada: a contribuição da ergonomia**. [s/d]. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol__1380817183.pdf. Acesso em: 29 jun. 2023.

OLIVEIRA, Mario Luiz Cardoso; NASCIMENTO, Rodolfo Gomes. Perfil sociodemográfico, clínico e antropométrico de policiais militares do serviço operacional da Região Metropolitana de Belém, Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 83281-83296, 2020. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/19090>. Acesso em: 30 maio 2023.

OLIVEIRA, Mayara Tavares; OLIVEIRA, Alexandre Passos. A ergonomia na indústria da cerâmica: Uma avaliação ergonômica em trabalhadores. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, p. e25291210971-e25291210971, 2020. DOI:10.33448/rsd-v9i12.10971. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347804740_A_ergonomia_na_industria_da_ceramica_a_Uma_avaliacao_ergonomica_em_trabalhadores. Acesso em: 30 maio 2023.

OLIVEIRA, Sandra Schons; JACONDINO, Eduardo Nunes. **A política educacional de formação de Policiais Militares**: reverberações e caminhos a percorrer. *Educ. Form.*, v. 7, p. e7069, 2022. DOI: 10.25053/redufor.v7i1.7069. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/7069>. Acesso em: 17 ago. 2023.

OLIVEIRA, Sidcley Vagno. O uso do colete balístico na atividade policial militar e suas implicações na saúde e bem estar do policial. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l.] , v. 10, pág. 28568–28582, 2023. DOI: 10.34117/bjdv9n10-071. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/64026>. Acesso em: 2 abr. 2024.

OLIVEIRA, Tamires Susa de.; FAIMAN, Carla Julia Segre. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 19, n. 2, p. 607-15, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.2.15467>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572019000200005. Acesso em: 30 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 155**. Segurança e Saúde dos Trabalhadores, 1998. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236163/lang--pt/index.htm#note. Acesso em: 31 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 155**. Convenção sobre a segurança, a saúde dos trabalhadores e o ambiente de trabalho, 1981. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---normes/documents/normativeinstrument/wcms_c155_pt.htm. Acesso em: 31 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **OMS e OIT fazem chamado para novas medidas de enfrentamento das questões de saúde mental no trabalho**. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/28-9-2022-oms-e-oit-fazem-chamado-para-novas-medidas-de-enfrentamento-das-questoes-saude>. Acesso em: 11 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID**: burnout é um fenômeno ocupacional. (2019). [on-line]. Disponibilizada em: <https://www.paho.org/es/node/80159#:~:text=28%20de%20maio%20de%202019,como%20uma%20condi%C3%A7%C3%A3o%20de%20sa%C3%BAde>. Acesso em: 25 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial de Saúde Mental: Transformando a Saúde Mental para Todos**. Genebra: Organização Mundial da Saúde,

2022. Disponível em: <https://www.sbponline.org.br/arquivos/9789240049338-eng.pdf>. Acesso em: 22 jul 2023.

PADILLA, Kathleen E. Sources and severity of stress in a Southwestern police department. **Occupational Medicine**, 2020, v. 70, p. 131–134. Disponível em: 10.1093/occmed/kqaa018. Acesso em: 11 mar. 2-23.

PAIM, Jairnilson S.; ALMEIDA FILHO, Naomar. Saúde coletiva: uma nova saúde pública ou campo aberto a novos paradigmas? **Revista de Saúde Pública**, v. 32, n. 4, p. 299-316, ago. 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101998000400001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/PDRmKQr7vRTRqRJtSgSdw7y/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2023.

PAULA, Gustavo Melo; COTRIM, Teresa. P. A dor lombar como indicador de alterações na qualidade de vida no trabalho de docentes universitários: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 74905-21, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n10-061. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/17744>. Acesso em: 16 ago. 2023.

PEDUZZI, Marina; SCHRAIBER, Lilia Blima. Processo de trabalho em saúde. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (org). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/protrasau.html>. Acesso em: 30 maio 2023.

PEGA, Frank; NÁFRÁDI, Balint; MOMEN, Natalie C.; UJITA, Yuka. Global, regional, and national burdens of ischemic heart disease and stroke attributable to exposure to long working hours for 194 countries, 2000–2016: A systematic analysis from the WHO/ILO Joint Estimates of the Work-related Burden of Disease and Injury. **Environment International**, v. 154, p. 106595, 2021. DOI: 10.1016/j.envint.2021.106595. Acesso em: 26 maio 2023

PELEGRINI, Andreia; CARDOSO, Thiago Elpídio; CLAUMANN, Gaia Salvador; PINTO, André de Araújo; FELDEN, Erico Pereira Gomes. Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, p. 423-430, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/hnQmnQ5fbN6dNQxDpkPhf9K/>. Acesso em: 9 maio 2023.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos; SOUZA, Heloisa Aparecida; LUCCA, Sergio Roberto de; IGUTI, Aparecida Mari. Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, p. e18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000035118>. Acesso em: 9 maio 2023.

PERES, Carlo Cesar de Souza. Saúde física de policiais militares: análise de prevenção de doenças musculoesqueléticas e melhora corporal de efetivo da PMPR. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 18047–18066, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/62290>. Acesso em: 27 jan. 2024.

PEREIRA, Gustavo Klauberg; DA ROCHA, Ricelli Endrigo Ruppel; CRUZ, Roberto Moraes. Perfil epidemiológico de agravos à saúde em policiais e bombeiros. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 13, n. 4, p. 91-106, 2022. DOI: 10.20435/pssa.v13i4.1266. Disponível em: <https://www.pssa.ucdb.br/pssa/article/view/1266>. Acesso em: 28 maio 2023.

PEREIRA, Gustavo Klauberg; MADRUGA, Amanda Batista; KAWAHALA, Edelu. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, p. 500-509, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040562>. Acesso em: 30 maio 2023.

PIAUÍ. Ministério Público do Estado do Piauí. **Guia prático sobre a síndrome de burnout**. 2020. Disponível em: https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2020/09/Ebook_Guia-pra%CC%81tico-sobre-a-Si%CC%81ndrome-de-Burnout-2.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

PINTO, Joséli do Nascimento; PERIN, Christiano; DICK, Nídea Rita Michels; LAZZAROTTO, Alexandre Ramos. Avaliação do sono em um grupo de policiais militares de elite. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 31, p. 153-161, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201800023>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/d7tm4JSyGgnpMmCMGLtXdMm/?lang=pt#>. Acesso em: 6 jan. 2023.

PINTO, Joséli do Nascimento; MACEDO, Giselda Matos de; FREITAS, Ângela Maria de; DICK, Nídea Rita Michels; POTUGUEZ, Mirna Wetters. Sonolência e Estresse em Policiais Militares. **Saúde e desenvolvimento humano**. Canoas, vol. 11 n. 3, p. 1-15, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/381529902_Sonolencia_e_Estresse_em_Policiais_Militares. Acesso em: 22 fev. 2024.

PLASSE, Henrique. A violência intrínseca do trabalho do policial militar e os impactos na saúde física e mental: uma análise dos programas de saúde laboral no estado do Paraná. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. e524890, 2024. DOI: 10.47820/recima21.v5i2.4890. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4890>. Acesso em: 10 abr. 2024.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Heróis do Rio de Janeiro: I Simpósio de Vitimização Policial**. Rio de Janeiro: PMERJ; Comissão de Análise da Vitimização Policial, 2019.

PORTES, Lucas Correia; OLIVEIRA, Lucas Takata de; SOUZA, Mariana Sasso Carmona de; BEIRAS, Matias Nicolas Pereira; KUMAGAI, Rodrigo Hiromu. **Interface entre Distúrbios Psiquiátricos e Obesidade**: uma revisão sistemática. Disponível em: <https://repositorio.cruzeirosul.edu.br/jspui/handle/123456789/3865>. 2021. Acesso em: 29 de abril de 2023.

PORTUGAL, Guillermo Brito; FERREIRA, Fabrícia Geralda; DOIMO, Leonice Aparecida. Qualidade de sono e obesidade em militares: uma revisão narrativa. **Revista de Educação Física/Journal of Physical Education**, v. 91, n. 2, p. 206-217, 2022. DOI: 10.37310/ref.v91i2.2850. Acesso em: 31 jul. 2023.

PRADO, Karynne; SANT'ANNA, Anderson de Souza; DINIZ, Daniela Martins. Sentidos do trabalho em diferentes trajetórias ocupacionais da enfermagem: um estudo de caso. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 21, n. 1, p. 1345-1354, mar. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/rpot/2021.1.20315>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572021000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2023.

PURBA, Amrite.; DEMOU, Evangelia. The relationship between organisational stressors and mental wellbeing within police officers: a systematic review. **BMC public health**, v. 19, p. 1-21, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-019-7609-0>. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-019-7609-0>. Acesso em: 26 maio 2023.

QUEIRÓS, Cristina; PASSOS, Fernando; BÁRTOLO, Ana; MARQUES, António José; SILVA, Carlos Fernandes. et al. Burnout and stress measurement in police officers: Literature review and a study with the operational police stress questionnaire. **Frontiers in psychology**, v. 11, p. 587, 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.3389%2Ffpsyg.2020.00587>. Acesso em: 26 abr. 2023.

QUEIROZ, Francisco Alves; SOUZA, Laumar Neves de. A evolução do conceito de trabalho e sua relação com o desenvolvimento econômico. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 17, n. 29, p. 146-160, 2020. DOI: 10.22481/ccsa.v17i29.6647. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/6647>. Acesso em: 27 jul. 2023.

QUEIRÓS, Cristina; PASSOS, Fernando; BÁRTOLO, Ana; FARIA, Sara; FONSECA, Sílvia Monteiro; MARQUES, António José; SILVA, Carlos F.; PEREIRA, Anabela. Job stress, burnout and coping in police officers: relationships and psychometric properties of the Organizational Police Stress Questionnaire. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 2020, v. 17, p. 6718. doi:10.3390/ijerph17186718. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/17/18/6718>. Acesso em: 11 mar. 2023.

QUEIROZ, Maria da Conceição Cavalcanti de; BEZERRA, Bianca Leal; LIMA, Ana Beatriz Alves de; MAIA, Thaís de Souza. Absenteísmo por doença em um batalhão de polícia militar. **Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção da Saúde**, v. 4, n. 2, p. 100-104, 2019. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.5935/2446-5682.20190016>. Disponível em: <https://www.redcps.com.br/detalhes/66>. Acesso em: 26 dez. 2022.

RABELO, Ivan Sant'Ana; MAZARIOLLI, Andrea da Silva. Avaliação cognitiva de policiais militares e universitários em medidas padronizadas de memória, atenção e inteligência. **Revista Meta Avaliação**, v. 11, n. 32, 2019. DOI: 10.22347/2175-2753v11i32.1975. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1975>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ROCHA, Samara Raquel de Souza; SANTOS, Quézia Ellen da Silva; ALEXANDRINO Arthue; NUNES, Elicarlos Marques et al. Saúde mental do policial militar: percepções, condições de trabalho e possibilidades de melhoria. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 97, n. 2, p. e 023054, 2023. DOI: 10.31011/reaid-2023-v.97-n.2-art.1502. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1502>. Acesso em: 9 abr. 2024.

RAMOS, Fabiana Pinheiro; CORREIA DA SILVA, Silmara; FERNANDA DE FREITAS, Daniela; BORBUREMA GANGUSSU, Lílian Mendes. Fatores associados à depressão em idoso. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 19, p. e239, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e239.2019>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/239>. Acesso em: 16 mar. 2023.

RAMOS, M.; HENNIG SILVA, A. Síndrome de burnout: uma investigação com policiais militares do Estado do Rio Grande do Sul. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 8, n. 2, 2020.

REMBISCHEVSKI, Peter; CALDAS, Eloisa Dutra. Teorias e abordagens da percepção de risco: o contexto da saúde humana. **Boletim do Instituto de Saúde**, v. 21, n. 1, p. 47-61, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1353188>. Acesso em: 24 abr. 2023..

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; LEDA, Denise Bessa. Sentidos atribuídos ao trabalho na sociedade contemporânea e as repercussões na subjetividade do trabalhador. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 18, n. 211, p. 39-49, 2018. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/45047>

RIBEIRO, Beatriz Maria dos Santos Santiago; MARTINS, Júlia Trevisan; MOREIRA, Aline Aparecida Oliveira; GALDINO, Maria José Quina. Associação entre a síndrome de burnout e a violência ocupacional em professores. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, p. eAPE01902, 2022.

RIBEIRO, Laura da Cunha Gomes; FARIA, Maristela Medina; SILVA, Vitória Marques e; TELES, Fernando Hugo Miranda; GORRILHAS, Luciano Moreira. Por detrás da farda feminina: uma análise da atuação das mulheres na Polícia Militar brasileira sob a perspectiva de gênero. **Revista do Ministério Público Militar**, [S. l.], v. 50, n. 39, p. 201–222, 2023. Disponível em: <https://revista.mpm.mp.br/rmpm/article/view/268>. Acesso em: 12 mar. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 46.923, de 4 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre a estrutura organizacional básica da Diretoria Geral de Saúde (DGS) da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro (SEPM), e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 5 fev. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 443, de 1º de julho de 1981. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2 jul. 1981.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Polícia Militar. **Resumo histórico da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. [s/d] Disponível em: <https://sepm.rj.gov.br/resumo-historico-da-policia-militar-do-estado-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 11 set. 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de polícia Militar. Unidade de Gestão de Integridade. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Plano de integridade**, 2020. Disponível em: <https://sepm.rj.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/Plano-de-Integridade-Versao-final-maio-2023.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Polícia Militar. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Força feminina na Polícia Militar: corporação conta com 4.482 mulheres**. 2017. Disponível em: <https://sepm.rj.gov.br/2017/03/forca-feminina-na-policia-militar-corporacao-counta-com-4-482-mulheres/>. Acesso em: 11 set. 2023.

ROCHA, Daniela Dias da; OLIVEIRA, Karine de Moraes; FARIA, Antônio Hot Pereira. Suicídio no meio policial militar: fatores preponderantes e políticas de prevenção adotadas pela Polícia Militar de Minas Gerais. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**, v. 4, n. 8, p. 101-112, 2021. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/91>. Acesso em: 11 ago. 2023.

ROCHA, Samara Raquel de Sousa; SANTOS, Quézia Ellen da Silva; ALEXANDRINO, Arthur; NUNES, Elicarlos Marques. Saúde mental do policial militar: percepções, condições de trabalho e possibilidades de melhoria. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 97, n. 2, p. e023054-e023054, 2023. DOI: <https://doi.org/10.31011/reaid-2023-v.97-n.2-art.1502>. Disponível em: <https://www.revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1502/1740>. Acesso em: 30 ago. 2023.

RODRIGUES, Marta Rezende Cardoso; DEMANTOVA, Aline Gonçalves; LARA E SILVA, Gabriel Ventura; ALVES, Júlia Christo Davel. Sofrimento no trabalho na visão de Dejours. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v. 4, n. 7, p. 1-8, 2006. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/lh21p1iEajxlWcK_2013-5-10-15-30-2.pdf. Acesso em: 5 ago. 2023.

SANTANA, Leni de Lima; SARQUIS, Leila Maria Mansano; MIRANDA, Fernanda Moura D'Almeida. Riscos psicossociais e a saúde dos trabalhadores de saúde: reflexões sobre a Reforma Trabalhista Brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0092>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/GRTpP3CgzgPmdZvdTtyknML/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2023.

SANTOS, Mairana Maria Angélica; SOUZA, Erivaldo Lopes de; BARROSO, Bárbara Iansã de Lima. Análise sobre a percepção de policiais militares sobre o conforto do colete balístico. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 157-162, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fp/a/bSd3FwH957kLmWyqdHQQkM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SANTOS, Fernando Braga dos; LOURENÇÃO, Luciano Garcia; VIEIRA, Evellym; XIMENES NETO, Francisco Rosemiro Guimarães. Occupational stress and work engagement among military police officers. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 12, p. 5987-5996, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/H96LNxsR5T6TpspRQGnc8gN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2023.

SANTOS, André Filipe Pereira Reid dos; SOUZA, Lucas Melo Borges de; CARVALHO, Thiago Fabres. Aspectos simbólicos, políticos e práticos da letalidade policial no Rio de Janeiro e em São Paulo durante o Governo Bolsonaro. **Revista Eletrônica Direito e**

Sociedade [online], v. 8, n. 2, p. 17-40, 2020. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.18316/redes.v8i2.6830>. Acesso em: 5 ago. 2023.

SANTOS, Andersson Pereira dos; GOMES, Adalmir de Oliveira. Desempenho de organizações policiais: revisão sistemática da literatura. **Revista do Serviço Público**, Brasília - RSP, v. 72, n. 1, p. 262-291, 2021. Disponível em:
<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4881>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SANTOS, Daiane Nunes; ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MARQUES, Erika Cavalcanti. Influência da socialização organizacional sobre o comprometimento organizacional: um estudo de caso na Polícia Militar de Sergipe. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 4, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v12i4.7984>. Disponível em:
<https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/7984>. Acesso em: 5 ago. 2023.

SANTOS, Fernando Braga dos; LOURENÇÃO, Luciano Garcia; VIEIRA, Evellym; XIMENES NETO, Francisco Rosemiro Guimarães. Estresse ocupacional e engajamento no trabalho entre policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5987-5996, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.14782021>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/H96LNxsR5T6TpspRQGnc8gN/?lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2023.

SANTOS, Helen Caroline de Moraes; VIANA, Fabiana Cury; SILVA, Deivid Kennedy da. Relação entre dor musculoesquelética e condições de trabalho de policiais militares. **Psicologia e Saúde em Debate**, v. 6, n. 2, p. 356-372, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V6N2A24>. Disponível em:
<http://www.psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/V6N2A24>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SANTOS, Juliano; MEIRA, Karina Cardoso; COELHO, Juliana Chaves; DANTAS, Eder Samuel Oliveira. Violências relacionadas ao trabalho e variáveis associadas em profissionais de enfermagem que atuam em oncologia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5955-5966, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.14942021>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/WdjP4HZFNndmmWfX76rBGsn/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SANTOS, Leticia Alves; PASCHOAL, Tatiane. As relações socioprofissionais no Depen/MJSP. **Revista Brasileira de Execução Penal - RBEP**, v. 4, n. 1, p. 83-93, 2023. Disponível em: <https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/645>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SANTOS, Luis Ricardo. A imagem da Polícia Militar na imprensa, a relação dialógica com a população e suas representações sociais na contemporaneidade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 4, p. 416-24, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i4.9224>. Disponível em:
<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9224>. Acesso em: 11 set. 2023.

SANTOS, R. O. B.; HAUER, R. D.; FURTADO, T. M. G. O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. **Revista Gestão & Saúde**, v. 20, n. 2, p. 14-27, 2019. Disponível em:

<https://www.herrero.com.br/files/revista/file5dfa2537646329c3af309b8cb4672fc0.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SANTOS, Stéphanhy Soares; SATURNINO, Alanna Simão Gomes. O adoecimento psíquico nos policiais militares. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 4, p. e12702-e12702, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e12702.2023>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/12702>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SANTOS, Thalyta Brito Rafael dos; SOUZA, Evanice Avelino de; ALVES, Felipe Rocha. Falta de reconhecimento profissional: principal motivo de estresse em policiais militares. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 20, n. 3, p. 438-444, 2022. DOI: 10.47626/1679-4435-2022-749. Acesso em: 8 maio 2023.

SANTOS, Daiane Nunes dos; ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MARQUES, Erika Cavalcanti. Influência da Socialização Organizacional sobre o Comprometimento Organizacional: Um Estudo de Caso na Polícia Militar de Sergipe. **Administração Pública e Gestão Social**, vol. 12, n. 4, p. 1-17, 2020.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDITORES E PESQUISADORES NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 1., 24 a 26 de dezembro de 2021, Brasília, **Anais** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública/SEGEN/DEP/CGPA, 2021. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/7999>. Acesso em: 29 maio 2023.

SHIOZAKI, Maki; MIYAI, Nobuyuki; MORIOKA, Ikuharu; UTSUMI, Miyoko. Job stress and behavioral characteristics in relation to coronary heart disease risk among Japanese police officers. **Industrial Health**, v. 55, p. 369–380, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5546846/pdf/indhealth-55-369.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SILVA, Cícero Adilson Coelho; LEITE, Alexandra Laurindo; MOREIRA, Jéssica Alves; ABREU, Dandara Dias Cavalcante; OLIVEIRA, Pierri Emanuel de Abreu. Association of dyslipidemia, hypertension and overweight/obesity with work shift and duration of employment among police officers in a small town in Northeastern Brazil. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 17, n. 4, p. 537-544, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7363266/pdf/rbmt-17-04-537.pdf>. Acesso em:

SILVA, João Batista; ALMEIDA, Andrey Jackson da Silva. Vitimização policial: diagnósticos e perspectivas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 240-263, 2022. DOI: 10.31060/rbsp.2022.v16.n2.1376. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1376>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SILVA, Jeane de Lima. O adoecimento dos profissionais da segurança pública: uma abordagem literária sobre o índice das principais patologias que contribuem para o afastamento do trabalho. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 3, p. e0812340269, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i3.40269. Disponível em: [10.33448/rsd-v12i3.40269](https://doi.org/10.33448/rsd-v12i3.40269). Disponível em: [368658638_O_adoecimento_dos_profissionais_da_seguranca_publica_uma_abordagem_literaria_sobre_o_indice_das_principais_patologias_que_contribuem_para_o_afastamento_do_trabalho](https://doi.org/10.33448/rsd-v12i3.40269). Acesso em: 5 jun. 2023.

SILVA, Alexandra Valéria Vicente da; SILVA, Renata Catunda da; SOUZA, Cláudia Maria Fernandes dos Santos; SILVA, Renata Pereira da. Prevenção e manejo do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar**, n. 3, p. 192-227, 2022. Disponível em: <https://revistacientifica.pmerj.rj.gov.br/index.php/espm/article/view/45>. Acesso em: 5 jun. 2023.

SILVA, G. M.; LINS, S. R. O. Fatores coexistente no desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis em policiais militares lotados em uma companhia de polícia militar do Estado de Pernambuco. In: TESCAROLLO, I. L. **Farmácia e Promoção da Saúde 3**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020, p. 85-96.

SILVA, Marinalva de Souza Teixeira; TORRES, Cláudia Regina de Oliveira. Alterações neuropsicológicas do estresse: contribuições da neuropsicologia. **Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais**, v. 1, n. 2, p. 67-80, 2020. Disponível em: <http://www.dialogosplurais.periodikos.com.br/article/doi/10.4322/2675-4177.2020.021>. Acesso em: 5 jun. 2023.

SILVA, Guilherme Bertassoni da; VARGAS, Raíssa Miranda da Cunha; HOLANDA, Adriano Furtado. Prática policial e o not being-at ease: a importância do investimento em saúde mental na polícia. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 332-347, jul./dez. 2023. DOI: 10.31060/rbsp.2023. Disponível em: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2023>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SILVA, Victor César Rosario e. Ser policial militar do estado do Rio de Janeiro: ingresso, preparação e dificuldades encontradas no desempenho da função. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 07, Ed. 07, Vol. 06, pp. 156-171. Julho de 2022. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/policial-militar>. Acesso em: 22 jul. 2023.

SILVEIRA, Jessica da Silva; CEZAR-VAZ, Marta Regina.; XAVIER, Daiani Modernel. Análise ergonômica e de alterações osteomusculares em trabalhadores: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. e349119500-e349119500, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i11.9500. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346799164_Analise_ergonomica_e_de_alteracoes_osteomusculares_em_trabalhadores_revisao_integrativa. Acesso em: 29 mar. 2023.

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da; MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira. O herói-envergonhado: tensões e contradições no cotidiano do trabalho policial. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, n. 2, p. 134-153, 2016.

SIMPÓSIO NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO POLICIAL, I, 2019, **Rio de Janeiro**: Associação Beneficente Heróis do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.heroisdoriodejaneiro.com/simposio2019/>. Acesso em: 11 set. 2023.

SMITH, Amy M.; HUGHES, Gregório I.; DAVIS, F. Caroline; THOMAS, Ayanna K. Acute stress enhances general-knowledge semantic memory. **Hormones and Behavior**, v. 109, p.

38-43, 2019. DOI: 10.1016/j.yhbeh.2019.02.003. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30742829/>. Acesso em: 29 mar. 2023..

SOARES, Raquel Juliana de Oliveira; DE BARBA, Maria Luiza; NEGRAES, Fernanda da Costa; BUSSARDES, Laís de Pinho Barroso. Saúde dos Policiais Militares: um estudo de revisão Military Police Health: a review study. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 7, p. 68816-68826, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n7-184>. Acesso em: 3 set. 2023.

SOARES, Katarinne; SOUZA, Rosa de; MACEDO, Shirley. Experiência de ser esposa de policial militar: um estudo fenomenológico. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 26, n. 3, p. 242-252, dez. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672020000300002&lng=pt&nrm=iso. acessos em 27 dez. 2023. <http://dx.doi.org/10.18065/2020v26n3.1>.

SOHNGEN, Clarice; CIPRIANI, Marcelli. Crime e violência no Brasil: representações socioculturais na pós-modernidade. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 16, n. 1, p. 35-55, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2019v16n1p35>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2019v16n1p35>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SOUSA, Hildecazio Oliveira. **Avaliação da percepção do estresse do policial militar durante a formação básica**. Goiânia: UFG, 2020. 104 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://amg.org.br/osj/index.php/RGM/article/view/93>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SOUSA, Kayo Henrique Jardel Feitosa; LOPES, Danilo de Paiva; TRACERA, Gisele Massante Peixoto; ABREU, Ângela Maria Mendes. Transtornos mentais comuns entre trabalhadores de enfermagem de um hospital psiquiátrico. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 32, n. 1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201900002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/NzdtCtsbKQknTjxg7qGwXrJ/?lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SOUSA, Raphaela Campos de; BARROSO, Sabrina Martins; RIBEIRO, Ariadne Christie Silva. Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. **Saúde e Sociedade**, v. 31, p. e201008pt, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dK4NbsXDRCbbwYDXQRS9Mnk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 maio 2023.

SOUSA, Thais Felipe de; BARROSO, Willer Werneck Xavier. Síndrome de Burnout relacionada ao impacto do estresse na vida do policial militar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 1740-1763, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.2696>. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2696>. Acesso em: 17 maio 2023.

SOUZA, Evanice Avelino de; ALBUQUERQUE, João Paulo da Silva; ALVES, Felipe Rocha; FERREIRA, Carlos Antônio Dias. Perception of lower back pain associated with use of body armor in police officers of the countryside specialized battalion of Ceará, Brazil. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 21, n. 1, 2023. DOI: Disponível em:

<https://rbmt.org.br/details/1802/en-US/perception-of-lower-back-pain-associated-with-use-of-body-armor-in-police-officers-of-the-countryside-specialized-battalion-of-ceara--brazil>. Acesso em: 17 maio 2023.

SOUZA, Edvânia Angela de. Violência, saúde e classes sociais. **Revista Katálysis**, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Curso de Graduação em Serviço Social, n. 1. v. 24, n. 2, p. 266–268, maio 2021.

Florianópolis. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/3260/228>. Acesso em: 24 jan. 2024

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000400015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pxr9RTRgLtdVtThPjczNXjJ/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SOUZA, Jeferson Tadeu; SOUZA, João Artur. A ferramenta bow-tie no gerenciamento de riscos em projetos. **Revista E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial**, ISSN 1983-1838, v. 14, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18624/etech.v14i1.1071>. Disponível em: <https://etech.sc.senai.br/revista-cientifica/article/view/1071>. Acesso em: 8 maio 2023.

SOUZA, Lúcia Fabíola Sobreira Costa de; BEZERRA, Martha Maria Macedo. Síndrome de burnout e os cuidados da terapia cognitivo-comportamental. **Revista de Psicologia**, v. 13, n. 47, p. 1060-1070, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14295/idonline.v13i47.2103>. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2103>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SPODE, Charlotte Beatriz; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 3, n. 19, p. 362-370. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/mDgQTP4RT35mgm9Cg86bjxP/?lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2023.

STRAUB, Richard O. **Psicologia da saúde: uma abordagem biopsicossocial**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

STOELBEN, Camila Luísa; AZEVEDO, Rodrigo Silva de. **O impacto do assédio e da discriminação de gênero: percepções da policial militar**. Editora UNISV; v. 2, n. 3, 2024; p. 115-127. ISSN: 2965-9760 | DOI: doi.org/10.59283/unisv.v2n3.008. Disponível em: <https://www.editoraunisv.com.br/post/o-impacto-do-assedio-e-da-discriminacao-de-genero-percepcoes-da-policial-militar>. Acesso em: 22 jun. 2023.

TAVARES, Juliana Petri; LAUTERT, Liana; MAGNAGO, Tânia Solange Bosi de Souza; CONSIGLIO, Angélica Rosat; DAL PAI, Daiane. Relationship between psychosocial stress dimensions and salivary cortisol in military police officers. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 25, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.1199.2873>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/HpJNV34rBvC4pMRMM8ZZH3f/?lang=en#>. Acesso em: 17 ago. 2023.

TEIXEIRA, Júlia Magna da Silva; PAIVA, Sabrina Pereira. Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de

Atenção Psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, p. e310214, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310214>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/7CRjQTCrkX7RXrC7XFT3jDs/>. Acesso em: 11 set. 2023.

TOLFO, Suzana da Rosa; PICCININI, Valmira. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia e Sociedade**, 19(esp.), 28-46. Disponível em: doi.org/10.1590/S0102-71822007000400007» Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400007>. Acesso em: 22 jan. 2024.

TREBIEN, Valicir Melchior; TRINDADE, Letícia de Lima; AMESTOY, Simone Coelho; CORRALO, Vanessa. Mulheres na gestão do ensino superior: adoecimento e estratégias de enfrentamento das demandas do trabalho. **Saúde e Sociedade**, v. 30, p. e200048, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200048>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/J5XT9pff5GXpWdbyXqy4JQP/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 11 ago. 2023.

TROMBKA, Marcelo; DEMARZO, Marcelo; BACAS, Daniel Campos; ANTONIO, Sonia Beira et al. Study protocol of a multicenter randomized controlled trial of mindfulness training to reduce burnout and promote quality of life in police officers: the POLICE study. **BMC Psychiatry**, v. 18, n. 1, p. 1-9, 2018. DOI: [10.1186/s12888-018-1726-7](https://doi.org/10.1186/s12888-018-1726-7). Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29801444/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

UNGARI, Diego Fernandes; RODRIGUES, Ana Paula Grillo. A influência da cultura organizacional no desenvolvimento dos vínculos do indivíduo com a organização. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 13, n. 2, p. 168-196, 2020. DOI: <https://doi.org/10.19177/reen.v13e22020168-196>. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/EeN/article/view/9335>. Acesso em: 11 ago. 2023.

URBANO, Tiago Rodrigues; CANTADOR, Fernando Paulo; SILVA, João Batista. Suicídios na polícia militar do Paraná: análise comparativa anterior e durante a pandemia da COVID-19. **Homens do Mato - Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 22, n. 2, p. 79-107, 2022. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/572/pdf>. Acesso em: 5 ago. 2023.

URBANI, Gisele; JESUS, Lêda Freitas de; COZENDEY-SILVA, Eliana Napoleão. Síndrome da disfunção da articulação temporomandibular e o estresse presente no trabalho policial: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 5, p. 1753-1765, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/VbntSF9GgZ4hmnRj6wHkkPR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2023.

VALENCIANO, Stephanie Darodda; RIGO, Angélica Mariane Rocha; CABRINI, Mayara Longui; VIDRICH FILHO, Hélio. Análise ergonômica relacionada às queixas de dores lombares em bombeiros militares. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 12, p. 111271-87, 2021. DOI: [10.34117/bjdv7n12-080](https://doi.org/10.34117/bjdv7n12-080). Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/40606>. Acesso em: 4 ago. 2023.

VIEIRA, Barbara; BANDINI, Marcia; AZEVEDO, Valmir; LUCCA, Sergio. Risco de suicídio no trabalho: revisão integrativa sobre fatores psicossociais. **Saúde em Debate**, v. 47, n. 136, p. 253–268, jan. 2023.

VIOLANTI, John M.; OWENS, Sherry L.; FEKEDULEGN, Desta; MA, Claudia C. An exploration of shift work, fatigue, and gender among police officers: The BCOPS study. **Workplace Health & Safety**, v. 66, n. 11, p. 530–537, nov. 2018. doi: 10.1177/2165079918754586. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6381833/pdf/nihms-1011341.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

VON KRIIGER, Célia Cristina Pecini; ANDRADE, Emmanuel Paiva de; SILVA, Andreia Maria da; MOURÃO, Cláudia de Oliveira. Desafios à implantação de modelos de gestão por competências no setor público federal: o caso de uma autarquia federal. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 3, p. 707-740, 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/4815/1/Desafios%20%C3%A0%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20de%20modelos%20de%20gest%C3%A3o%20por%20compet%C3%A2ncias%20em%20uma%20autarquia%20federal.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2023.

WAGNER, Shannon L.; WHITE, Nicole; FYFE, Trina; MATTHEWS, Lynda R et al. Systematic review of posttraumatic stress disorder in police officers following routine work-related critical incident exposure. **American Journal of Industrial Medicine**, v. 63, n. 7, p. 600-615, 2020. DOI: 10.1002/ajim.23095. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32419181/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

WEST, Christine; FEKEDULEGN, Desta; ANDREW, Michael; BURCHFIEL, Cecil M. On-duty nonfatal injury that lead to work absences among police officers and level of perceived stress. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, v. 59, n. 11, p. 1084–1088, nov. 2017. doi: 10.1097/JOM.0000000000001137. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5972680/pdf/nihms967237.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

WILBERT, Julieta Kaoru Watanabe. **Aprendizagem de uma rede global transnacional à luz da aprendizagem multinível**: estudo de caso no setor postal internacional. Florianópolis: UFSC, 2019. Tese (Doutorado), Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214257>. Acesso em: 31 ago. 2023.

WINTER, Lilian Ester; ALF, Alexandra Machado. A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 19, n. 3, p. 671-678, 2019. DOI: <https://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.3.13214>. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v19n3/v19n3a05.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

WOLOWSKI, Matheus Ribeiro de Oliveira; ANDRADE, Rodrigo dos Santos; PACHECO, José Edson Coelho. **Polícia Militar e o seu Meio Ambiente de Trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Obesity and overweight**. [Internet]. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>. Acesso em: 31 ago. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **One in 100 deaths is by suicide** [Internet]. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/17-06-2021-one-in-100-deaths-is-by-suicide>. Acesso em: 5 jun. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION **World mental health report: transforming mental health for all**. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338>. Acesso em 31 ago. 2023.

ZACARIAS DEL FIOL, Alan Marcelo. O suicídio entre policiais militares e os esforços para prevenção. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, [S.l.], v. 4, n. 10, p. e4104039, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i10.4039. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4039>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ZHANG, Anxia; LIU, Jie; LIU, Yanqing; LU, Wei; HOU, Ailian. Salivary cortisol concentrations in police officers – a cross-sectional study in Beijing, China. **Bioscience Reports**, 2020, v. 40, BSR20193406. doi:10.1042/BSR20193406. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7146033/pdf/bsr-40-bsr20193406.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Resolução nº 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde

Você está sendo convidado (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “*O custo Humano e o Contexto de Trabalho do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro*”, que tem como objetivo geral: Analisar o contexto de trabalho e o custo humano em policiais militares da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Objetivos específicos: descrever as características sociodemográficas dos policiais militares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; averiguar o contexto de trabalho e o custo humano na saúde dos policiais militares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; discutir os principais aspectos do custo humano e o contexto do trabalho dos policiais militares da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido serve para garantir que você recebeu todas as informações necessárias para aceitar participar desta pesquisa. Você pedir quaisquer esclarecimentos ao pesquisador sempre que julgar necessário. A pesquisa terá duração de 4 anos, com o término previsto para dezembro de 2023. Sua participação não é obrigatória e consistirá em responder os questionários após assinatura do TCLE. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento, comunicando ao pesquisador responsável. Sua recusa, desistência ou suspensão do seu consentimento não acarretará prejuízo. Você não terá custos ou quaisquer compensações financeiras. Os riscos potenciais desta pesquisa estão atrelados ao risco emocionais e de constrangimento ao responder as perguntas, porém não há risco físico relacionado à sua participação e não será necessária a realização de nenhum exame físico ou laboratorial. O(A) responsável pela realização do estudo se compromete a zelar pela integridade e o bem-estar dos participantes da pesquisa através da realização da entrevista de forma privativa e individual e, se possível, fora do setor de trabalho, com data e hora previamente agendados.

Os benefícios relacionados à sua participação nesta pesquisa poderão tornar factíveis as proposições de promoção e prevenção da saúde através das evidências científicas do custo humano e do contexto de trabalho; e, conseqüentemente, viabilizar a prestação de serviço aos usuários servidores da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), além de propor melhores condições de trabalho e saúde para esses trabalhadores. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, através de códigos, e em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. O material coletado será guardado por cinco (5) anos e incinerado ou deletado após esse período. Você receberá uma via deste Termo onde constam os contatos do CEP e do pesquisador responsável, podendo eliminar suas dúvidas sobre a sua participação agora ou a qualquer momento. Caso concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma sua e a outra do pesquisador responsável.

REJANE DE FÁTIMA PARADA VIEGAS

Pesquisador responsável

E-mail: rejaneparada@gmail.com – Cel: (21) 995157594

CEP-EEAN/HESFA/UFRJ – Tel: (21) 3938-0962

E-mail: cepeeanhesfa@gmail.com/cepeeanhesfa@eean.urfj.br

Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ - Email: imprensa@pmerj.rj.gov.br

Endereço: Rua Evaristo da Veiga 78, centro, Rio de Janeiro-RJ

CEP 20031-040 - **Telefone(s):** (21) 2333-2633

Declaro estar ciente do inteiro teor deste Termo de Consentimento e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento. Recebi uma via assinada deste formulário de consentimento.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do(a) Participante

Nome em letra de forma do(a) Participante

Assinatura do(a) Pesquisador(a)

Nome em letra de forma do(a) Pesquisador(a)

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA, LABORAL E DE SAÚDE

Data do preenchimento ___/___/___
 Digitador _____

1 – Dados pessoais

Data de nascimento ___/___/___

Idade _____ anos

Sexo:

1 Feminino

2 Masculino

Estado civil atual:

1 casado (a) ou vive em união 3 viúvo (a)

2 separado (a) ou divorciado (a) 4 solteiro(a) (Nunca se casou ou viveu em união)

Quantos filhos você possui?

1 2 3 4 ou +

2 – Dados laborais

a) Qual é a seu posto ou graduação

b) Em qual OM você trabalha na instituição? _

c) Há quanto tempo você está na PMERJ, (considere anos completos)? _____ anos.

d) Qual sua escala de serviço na instituição? _____

e) Qual seu turno de trabalho na instituição?

Diurno

Noturno

Outros (especifique) _____

f) Possui outra atividade remunerada?

sim

não

outra (especifique) _____

g) Se a resposta acima for positiva, quantos contando com a PMERJ?

dois empregos

três ou mais empregos

outros (especifique) _____

h) Participa de algum programa extra na PMERJ como Polícia Presente (PP), RAS, PROEIS? Qual ou quais?

Já sofreu algum acidente no trabalho ou a caminho de casa indo ou voltando dele?

Trânsito

PAF

PAB

Outros (especifique) _____

Se sua resposta anterior for positiva, foi feito o Inquérito Sanitário de Origem (ISO) ou o Atestado de origem (AT)?

sim

não

Se a resposta anterior for negativa, correlacione sua resposta abaixo:

Porque não houve testemunha

Porque o comandante da minha OM se recusou a assinar o termo para a devida autenticação

Porque para a instituição meu acidente não foi considerado ato de serviço

Porque não quis

Por medo de aposentadoria por cota

Em caso positivo de acidente de trabalho, teve alguma consequência? Marque a opção e especifique ao lado.

Saúde física

Saúde mental

Social

Laboral

3 – Dados de hábitos de vida

a) Você realiza alguma atividade física?

sim

não

b) Você tem tempo para lazer fora do ambiente laboral?

sim

não

Em média, quantas horas de sono por dia? (_____)

c) Tabagista?

sim

não

d) Faz uso de álcool?

sim

não

Se a resposta acima for “sim” com que frequência?

- todos os dias
- final de semana
- 2 a 3 vezes na semana
- eventualmente

4- Dados sobre condições de saúde

a) Faz exames periódicos mesmo sem estar com alguma sintomatologia?

- sim
- não

b) Se a resposta for positiva, com que frequência?

- 1x/ano
- 2x/ano
- mais de 2x/ano

c) Costuma se automedicar quando fica doente?

- sim
- não

d) Se a resposta acima for positiva, marque o que corresponde a sua resposta.

- Por que o acesso para tratamento de saúde é difícil
- Por que não gosta de ir ao médico
- Por que não tem tempo para cuidar da saúde

e) Já pensou alguma vez em suicídio? Se sim, diga o motivo.

- sim
- não

Porquê? _____

f) Esteve ou está licenciado com problemas de saúde relacionados a desordens psíquicas?

- Depressão
- Crise de ansiedade
- Síndrome do pânico
- Burnout
- Bipolaridade
- Dependência química
- Outras (especifique) _____

g) Esteve ou está licenciado com problemas de saúde relacionados a ocorrências osteomioarticulares?

- Osteoartrose (artrose)
- Osteoporose
- Lombalgia
- Tendinite
- Mialgias (dor muscular)
- Outras (especifique) _____

h) Percebe problemas de saúde relacionados a alterações cognitivas?

- Percepção
- Atenção
- Memória
- Linguagem
- Funções executivas
- Outras (especifique) _____

i) Possui alguma das doenças abaixo? (Podendo marcar mais de uma)

- Diabetes
- Hipertensão arterial
- Cardiopatia
- Obesidade
- Outras (especifique) _____

l) Caso a resposta acima for positiva, indique o nível de gravidade:

- remissão
- leve
- grave
- moderado
- controlado

ANEXO A – DESPACHO Nº 344 – CAES/2018 - (PRIMEIRA CARTA DE ANUÊNCIA)**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – CAES****DESPACHO Nº 334- CAEs / 2018
(SOLICIT.ATEND/PMERJ/CAES/20/2018)****Assunto: Solicitação de autorização de pesquisa de mestrado.****Referência: (DESPACHO Nº 29/CAEs/EPD/2018)**

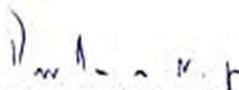
Considerando as atribuições do Coordenador de Assuntos Estratégicos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (CAEs/PMERJ), que tem a missão de capitanear estudos e projetos estratégicos para efetividade dos objetivos e atividades institucionais de Preservação da Ordem Pública e de Polícia Ostensiva, respectivamente.

Esse Coordenador, mediante autorização do Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento (EPD/CAEs), concedida através do despacho em referência, autoriza a realização da pesquisa solicitadas pelo Sra. Rejane de Fátima Parada Viegas.

Quartel General, em 01 de novembro de 2018.

ROBERTO CAVALCANTI VIANNA – CEL PM
Coordenador de Assuntos Estratégicos
ID 24151971

Por delegação


PAULO ROBERTO DAS NEVES JUNIOR – TEN CEL PM
Subcoordenador de Assuntos Estratégicos
ID 24276278

ANEXO B – OFÍCIO SEPM/CAES SEI N°60 – (CARTA DE ANUÊNCIA ATUALIZADA)



Secretaria de Estado de Polícia Militar
 Coordenadoria de Assuntos Estratégicos
 Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento

Of. SEPM/CAES SEI N°60

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2021

De: Chefe do Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento - CAES

Para: Sra. Rejane de Fátima Parada Parada Viegas

Prezada pesquisadora,

Encaminhamos o ofício atualizado para consecução da sua Pesquisa, conforme Processo SEI-350503/000025/2021.

Trata-se de novos dados atualizados referente ao processo SEI-350503/001052/2021 de solicitação de atualização de pesquisa que visa analisar o "Impacto da violência urbana na qualidade de vida do Policial Militar no Rio de Janeiro", pela Sra. Rejane de Fátima Parada Viegas. (24195481)

Considerando a necessidade de novos dados dos Batalhões: 7º BPM, 15º BPM, 20º BPM, 24º BPM e 41º BPM. (24397721)

Considerando que houve a necessidade de atualização da documentação para dar continuidade a solicitação de pesquisa, devido à mudança de Comando e também a formalização através da Resolução nº 278 de 30 de janeiro de 2020.

Este Subsecretário Geral AUTORIZA (24446218) o pleito e restitui o presente para conhecimento e medidas cabíveis.

Repeitosamente,

Leonardo Nogueira - MAJ PM

Chefe do Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento

ID Funcional 24459151



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Nogueira, Major**, em 09/11/2021, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **24560393** e o código CRC **3771DE42**.

Referência: Caso responda este Ofício, Indicar expressamente o Processo nº SEI-350503/001052/2021

SEI nº 24560393

Rua Evaristo da Veiga, Nº 78 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-040
 Telefone: (21) 2333-2677

ANEXO C – OFÍCIO SEPM/CAES

26/02/2021

SEI/ERJ - 13919071 - Ofício - NA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Polícia Militar
Coordenadoria de Assuntos Estratégicos

Of. SEPM/CAES SEI N°11

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2021

Para: Sra. Rejane de Fátima Parada Viegas

De: Chefe do Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento - CAES

Prezada pesquisadora,

Conforme sua última solicitação para dar prosseguimento a pesquisa, encaminho as referidas informações:

Quantos policiais militares da ativa atualmente existem na PMERJ: 44.336;

Quantos policiais licenciados e (se possível discriminar) quais as causas do afastamento:

Licença especial: 711

Licença para tratamento de Interesse próprio: 67

Licença para tratamento de Saúde: 1.766

Licença para tratamento de Saúde de Pessoa da Família: 19

Obs: Quantitativo de Afastamento informado pelas unidade através do MSE (Mapa de Situação de Efetivo Dezembro 2020).

Atenciosamente,

Luiz Sergio ALVES Pinto - Major
Chefe do Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento
ID FUNC 2449733-9



Documento assinado eletronicamente por Luiz Sergio Alves Pinto, Major, em 26/02/2021, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6)

https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1585164581ntra_sistema... 1/2

26/02/2021

SEI/ERJ - 13919071 - Ofício - NA



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6](#), informando o código verificador 13919071 e o código CRC AEF5C4EA.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-350503/000025/2021

SEI nº 13919071

Rua Evaristo da Veiga, N° 78 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-040
Telefone: (21) 2333-2677

ANEXO D – QUANTITATIVO DA PMERJ

22/07/2021

SEI/ERJ - 12636775 - Ofício - NA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Polícia Militar
Diretoria de Cadastros e Pagamentos
Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2021

Of.SEPM/DCP SEI N°4

Para: **Ilma Srª Rejane de Fátima Parada Viegas**

De: Diretor de Cadastros e Pagamentos

Assunto: **Quantitativo da PMERJ - Informação - Presta**

Cumprimentando-a cordialmente, informo para os devidos fins que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) possui 44.430 (quarenta e quatro mil quatrocentos e trinta) policiais militares na ativa, segundo dados levantados junto à folha de pagamento da PMERJ, referente ao mês de dezembro de 2020. Esclarece que pode haver uma pequena margem de erro devido a nesse período eventualmente ter ocorrido falecimentos, exclusões, demissões ou licenciamentos que só serão contabilizados em folha de pagamento futuro.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os protestos de elevada estima e distinta consideração.

DCP, em 19 de Janeiro de 2021.

(Documento assinado eletronicamente)
Alexandre Costa **Reimão** - Ten Cel PM
Diretor da Diretoria de Cadastros e Pagamentos
Id. Funcional nº. 2491564-5



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Costa Reimão, Tenente Coronel**, em 19/01/2021, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **12636775** e o código CRC **76817A50**.

Referência: Processo nº SEI-35/074/004963/2019

Rua Evaristo da Veiga, Nº 78 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-040
Telefone: 2333-2603

ANEXO E – RESPOSTA DO EFETIVO 7º BPM

02/08/2021

Resposta ao ofício Despacho nº334 - rejaneparada@gmail.com - Gmail

☰ **M** Gmail 🔍 label:doutorado

Escrever

Caixa de entrada 1.276

Com estrela

Adiados

Importante

Enviados

Rascunhos 165

Categorias

doutorado 3

gama e souza 33

IR

Pessoal

Trabalho 8

Meet

Nova reunião

Participar de reunião

Hangouts

 rejane +  **rejane parada** <rejaneparada@gmail.com> para wanderlourenco

Nenhum contato do Hangouts
[Encontre alguém](#)

ANEXO G – RESPOSTA DO EFETIVO 20º BPM

  Pesquisar e-mail

Escrever

Caixa de entrada 1.386

Com estrela

Adiados

Importante

Enviados

Rascunhos 164

Categorias

doutorado 3

gama e souza 33

IR

Pessoal

Trabalho 8

Meet

Nova reunião

Participar de reunião

Hangouts

 rejane +

20º BPM Caixa de entrada x

 **Primeira Seção Vigésimo Batalhão** <p120bce@gmail.com>
para mim

Conforme solicitação da Sra REJANE DE FÁTIMA PARADA VIEGA

EFETIVO TOTAL DO 20º BPM
864 PPMM
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE (LTS)
TOTAL 15
07 ORTOPEDIA
03 CIRURGIA GERAL
01 ANGIOLOGIA
02 PSQUIATRIA
01 SUSPEITA DE COVID
01 NEUROLOGIA

CAP IVANILDO - CHEFE DA P1/20º BPM

 **rejane parada** <rejaneparada@gmail.com>
para Primeira

Recebido e muito obrigada!!

Att,

Responder **Encaminhar**

Nenhum contato do Hangouts
[Encontre alguém](#)

ANEXO H – OFÍCIO EFETIVO – 24º BPM



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Polícia Militar
Vigésimo Quarto Batalhão de Polícia Militar

CI SEPM/24º BPM SEI N°2771

Queimados, 23 de julho de 2021

Para: Rejane de Fátima Parada Viegas - Doutoranda da EEAN/UFRJ - Rg 18541 - CBMERJ

De: Vigésimo Quarto Batalhão de Polícia Militar

Assunto: Informação - Presta.

Este Comando, em atenção a Solicitação contida no documento em anexo, informa-vos abaixo os dados a cerca do efetivo do 24º BPM, a saber:

1 - Qual o efetivo do 24º BPM? Resposta: 457 (quatrocentos e cinquanta e sete) policiais militares;

2 - Quantos militares em LTS? Resposta: 16 (dezesesseis) policiais militares; e

3 - Quais os principais motivos (diagnósticos) do afastamento? Resposta: 02 (dois) Cardiologia, 07 (sete) Ortopedia decorrente de acidentes, 02 (dois) por motivo de cirurgia recente; 02 (dois) por COVID-19, 01 (um) Cardiologia, 01 (um) pela Psiquiatria e 01 (um) Cirurgia para retirada de tumor.

Atenciosamente,

VITOR WILLIAN **CORTES** LEITE - MAJ PM
COMANDANTE EVENTUAL DO 24º BPM
ID 2445841-4

Por delegação:

JOSÉ RENATO **PANHAN** - MAJ PM
CHEFE DA P/1
ID 2450334-7



Documento assinado eletronicamente por **Jose Renato Panhan, Major**, em 23/07/2021, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730](#), de 9 de agosto de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **20003334** e o código CRC **C3F7F6E3**.

Referência: Processo nº SEI-350041/001919/2021

SEI nº 20003334

Rua Tenente Jerônimo, S/Nº, Queimados/RJ, CEP 26.383-220

Correspondência Interna - NA 2771 (20003334) SEI SEI-350041/001919/2021 / pg. 1

ANEXO I – OFÍCIO EFETIVO – 41º BPM

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR**

PMERJ/41º BPM S/Nº/2020 Rio de Janeiro, 20 de Outubro de 2020.

Do: 1º SGT PM RG 60.141 EDILON DA GAMA PAES DO VALE

Para: Sra. REJANE DE FÁTIMA PARADA VIEGAS

Assunto: INFORMAÇÃO - PRESTA

EM RESPOSTA AO DESPACHO Nº 29/CAEs/EPD/2018 SEGUE INFORMAÇÕES PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO:

EFETIVO TOTAL DO 41º BPM – 616 PPMM

LICENCIADOS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE – 17 PPMM SENDO:

- 01 PM CIRURGIA GERAL
- 02 PPMM CLÍNICA MÉDICA
- 02 PPMM COVID-19
- 09 PPMM ORTOPEDIA
- 02 PPMM PSIQUIATRIA
- 01 PM PNEUMO

Atenciosamente

EDILON DA GAMA PAES DO VALE

1º SGT PM 60.141

BRIGADA

41º Batalhão de Polícia Militar

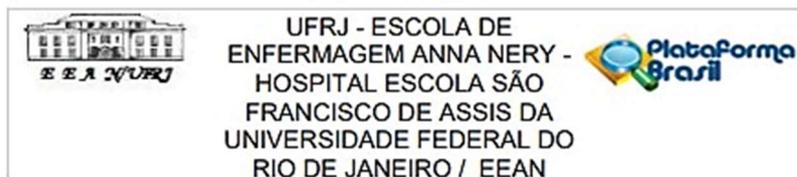
Av. Pastor Martin Luther King Jr – Irajá – 21.530-013

Tel.: 2333-8426

ANEXO K – ESCALA DE AVALIAÇÃO DO CUSTO HUMANO DO TRABALHO

Escala de Avaliação do Custo Humano no Trabalho (EACHT)					
Agora escolha a alternativa que melhor corresponde à avaliação que você faz das exigências decorrentes do seu contexto de trabalho. Marque no número correspondente à sua avaliação:					
(1) Nada exigido					
(2) Pouco exigido					
(3) Mais ou menos exigido					
(4) Bastante exigido					
(5) Totalmente exigido					
PERGUNTA	1	2	3	4	5
CUSTO AFETIVO					
1	Ter controle das emoções.				
2	Ter que lidar com ordens contraditórias.				
3	Ter custo emocional.				
4	Ser obrigado a lidar com agressividade dos outros.				
5	Disfarçar os sentimentos.				
6	Ser obrigado a elogiar as pessoas.				
7	Ser obrigado a ter bom humor.				
8	Ser obrigado a cuidar da aparência física.				
9	Ser bonzinho com os outros.				
10	Transgredir valores éticos.				
11	Ser submetido a constrangimentos.				
12	Ser obrigado a sorrir.				
CUSTO COGNITIVO					
13	Desenvolver macetes.				
14	Ter que resolver problemas.				
15	Ser obrigado a lidar com imprevistos.				
16	Fazer previsão de acontecimentos.				
17	Usar a visão de forma contínua.				
18	Usar a memória.				
19	Ter desafios intelectuais.				
20	Fazer esforço mental.				
21	Ter concentração mental.				
22	Usar a criatividade.				
CUSTO FÍSICO					
23	Usar a força física.				
24	Usar o braço de forma contínua.				
25	Ficar em posição curvada.				
26	Caminhar.				
27	Ser obrigado a ficar de pé.				
28	Ter que manusear objetos pesados.				
29	Fazer esforço físico.				
30	Usar as pernas de formas contínuas.				
31	Usar as mãos de forma repetida.				
32	Subir e descer escadas.				

ANEXO L – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP – EEAN/HESFA



Continuação do Parecer: 5.137.132

físicas e psíquicas de responderem ao questionário, no momento da entrevista. Como critério de exclusão, registra-se que serão descartados militares inativos, em período de férias e em tratamento de saúde sem reabilitação". A população do estudo é de 3609 PM, após cálculo amostral, pretende-se investigar 417 PM, "sendo representativo". "Os dados serão coletados por meio de dois instrumentos. O primeiro, constituído de questões para a caracterização sociodemográfica, de saúde e laboral do entrevistado. O segundo é o Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA), composto por quatro escalas, [mas para este estudo serão adotadas a) Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT) [e a] Escala de Custo Humano do Trabalho (ECHT)". "O primeiro contato será feito com o comandante da unidade, a fim de explicar o objetivo da pesquisa; e, posteriormente, respeitando a hierarquia do serviço militar, os demais militares serão convidados a participar da pesquisa e receberão todas as informações necessárias à sua participação, bem como os objetivos desta investigação acadêmica". "Quanto ao preenchimento dos instrumentos, ele será realizado pelo próprio trabalhador por se tratar de questionários autoaplicáveis. Será estipulado um prazo de devolução do material para o plantão seguinte. Em casos em que não houver retorno no prazo determinado, será feito novo contato com o profissional, sendo marcada nova data para a devolução dos instrumentos de coleta de dados. Somente após a segunda tentativa, será considerada a perda de unidade de observação. Os dados serão processados e analisados utilizando-se o programa Statistical Package for the Social Science (SPSS), versão 21.0. Inicialmente, realizar-se-á a análise variada descritiva por meio de distribuições de frequências, medidas de tendência central e de dispersão, das características sociodemográficas e laborais e dos itens das escalas ECHT e EACT".

Objetivo da Pesquisa:

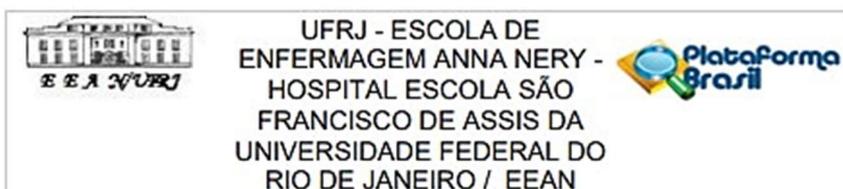
Objetivo Geral

Avaliar o contexto de trabalho e o custo humano em policiais militares da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, enfocando as condições de bem-estar físico, mental e cognitivo.

Objetivos Específicos

- a) Descrever as características sociodemográficas dos policiais militares no exercício da função de segurança pública na Região Metropolitana do Rio de Janeiro;
- b) Analisar o contexto de trabalho e o custo humano na saúde física, mental e cognitiva dos

Endereço: Rua Afonso Cavalcanti, 275
 Bairro: Cidade Nova CEP: 20.211-110
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)3938-0562 E-mail: cepecanhesfa@eean.ufrj.br



Continuação do Parecer: 5.137.132

policiais militares, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro;

c) Discutir os principais aspectos do custo humano e o contexto de trabalho dos policiais militares da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a partir das condições estruturais disponibilizadas pela instituição governamental.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

"Os riscos potenciais desta pesquisa estão atrelados ao risco emocionais e de constrangimento ao responder as perguntas, porém não há risco físico relacionado à sua participação e não será necessária a realização de nenhum exame físico ou laboratorial. O(A) responsável pela realização do estudo se compromete a zelar pela integridade e o bem-estar dos participantes da pesquisa através da realização da entrevista de forma privativa e individual e se possível, fora do setor de trabalho, com data e hora previamente agendados. Os benefícios relacionados à sua participação nesta pesquisa poderá tornar factíveis as proposições de promoção e prevenção da saúde através das evidências científicas do custo humano e do contexto de trabalho; e, conseqüentemente, viabilizar a prestação de serviço aos usuários servidores da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), além de propor melhores condições de trabalho e saúde para esses trabalhadores."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto de pesquisa de Doutorado em Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide conclusões ou pendências e lista de inadequações.

Recomendações:

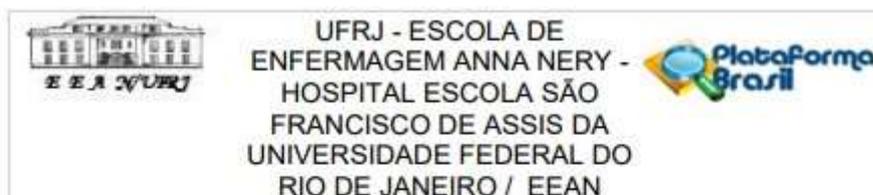
Vide conclusões ou pendências e lista de inadequações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Foram analisados os seguintes documentos de apresentação obrigatória:

- 1) Folha de Rosto: Adequada
- 2) Projeto de Pesquisa: Adequado
- 3) Orçamento financeiro e fontes de financiamento: Adequado
- 4) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Adequado

Endereço: Rua Afonso Cavalcanti, 275
 Bairro: Cidade Nova CEP: 20.211-110
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)3938-0962 E-mail: cepeeanhsta@eean.ufrj.br



Continuação do Parecer: 5.137.132

- 5) Cronograma: Adequado
 6) Carta(s) de anuência (concordância, assinatura e carimbo): Adequadas
 7) Instrumento de coleta de dados: Adequados
 8) Termo de confidencialidade: Não se aplica
 9) Termo de Assentimento Informado: Não se aplica

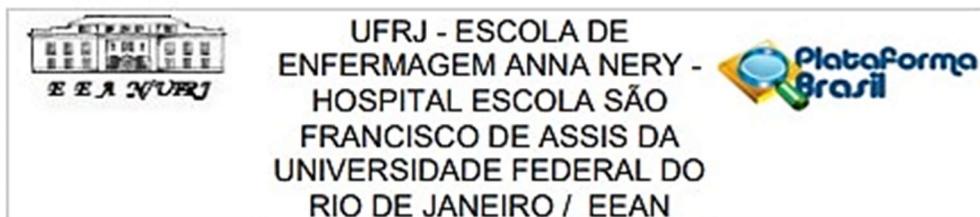
Considerações Finais a critério do CEP:

O Protocolo de pesquisa foi aprovado pelo CEP EEAN/HESFA. Observar aprovação nas instituições coparticipantes, se houver. Qualquer alteração no projeto deve ser comunicada aos CEP envolvidos, da mesma forma ocorrência de danos aos participantes oriundos da pesquisa. É obrigatória a apresentação de relatório parcial e final ao CEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	folhaDeRosto_assinada.pdf	19/11/2021 13:15:32	Maria de Fátima Pinto Silva	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1839250.pdf	18/11/2021 23:29:16		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	18_de_novembro_2021.pdf	18/11/2021 23:28:20	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito
Folha de Rosto	folha_De_Rosto.pdf	18/11/2021 20:53:22	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito
Outros	EFETIVO_IRAJA.docx	18/11/2021 20:49:38	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito
Outros	EFETIVO_QUEIMADOS.pdf	18/11/2021 20:49:09	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito
Outros	EFETIVO_MESQUITA.jpg	18/11/2021 20:48:40	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito
Outros	EFETIVO_CAXIAS.jpg	18/11/2021 20:48:09	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito
Outros	SAO_GONCALO_EFETIVO.jpg	18/11/2021 20:47:29	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito
Outros	primeira_carta_anuencia.pdf	18/11/2021 20:23:49	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito
Outros	carta_de_anuencia_atualizada.pdf	18/11/2021 20:21:22	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito

Endereço: Rua Afonso Cavalcanti, 275
Bairro: Cidade Nova **CEP:** 20.211-110
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-0562 **E-mail:** cepeanhesfa@eean.ufrj.br



Continuação do Parecer: 5.137.132

Outros	IRAJA.pdf	18/11/2021 20:18:15	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito
Outros	MESQUITA.pdf	18/11/2021 20:17:47	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito
Outros	QUEIMADOS.pdf	18/11/2021 20:17:12	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito
Outros	CAXIAS.jpg	18/11/2021 20:15:48	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito
Outros	TESTOSAO_GONCALO.pdf	18/11/2021 20:13:08	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TEXTO_TESTE.docx	08/10/2021 12:25:46	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito
Orçamento	Texto_teste.pdf	07/10/2021 15:51:06	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito
Cronograma	cronograma.docx	07/10/2021 15:35:34	REJANE DE FATIMA PARADA VIEGAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 30 de Novembro de 2021

Assinado por:
Maria Angélica Peres
 (Coordenador(a))

Endereço: Rua Afonso Cavalcanti, 275
 Bairro: Cidade Nova CEP: 20.211-110
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)3938-0562 E-mail: cepeeanhesfa@eean.ufrj.br